

SÁVIO MACHADO CAVALCANTE

***Sindicalismo e privatização das telecomunicações no
Brasil: a busca (fracassada) à social-democracia***

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Departamento de Sociologia do Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas da Universidade
Estadual de Campinas sob a orientação do Prof.
Dr. Ricardo Luiz Coltro Antunes

Este exemplar corresponde à
redação final da dissertação
defendida e aprovada pela
Comissão Julgadora em
31/03/2006

BANCA

Prof. Dr. Ricardo Luiz Coltro Antunes (Orientador)

Prof. Dr. Jesus José Ranieri (IFCH/UNICAMP)

Prof. Dr. Marcelo W. Proni (IE/UNICAMP)

**Campinas - SP
Março de 2006**

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH – UNICAMP

Cavalcante, Sávio Machado

C314s **Sindicalismo e privatização das telecomunicações no Brasil: a busca (fracassada) à social democracia / Sávio Machado Cavalcante. - - Campinas, SP: [s.n.], 2006.**

**Orientador: Ricardo Luiz Coltro Antunes.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.**

**1. Sindicalismo. 2. Privatização. 3. Telecomunicações. 4.
Social-democracia. I. Antunes, Ricardo Luiz Coltro. II.
Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e
Ciências Humanas. III. Título.**

(msh/ifch)

Palavras-chave em inglês (Keywords):

**Syndicalism
Privatization
Telecommunication
Social-democracy**

Área de concentração: Sociologia do trabalho

Titulação: Mestrado em Sociologia

**Banca examinadora: Prof. Dr. Ricardo Luiz Coltro Antunes (orientador)
 Prof. Dr. Jesus José Ranieri
 Prof. Dr. Marcelo W. Proni**

Data da defesa: 31 de março de 2006

AGRADECIMENTOS

Breves e sinceros

Gostaria de agradecer, inicialmente, ao Prof. Dr. Ricardo Antunes pela orientação, pelo incentivo e por propiciar uma liberdade de trabalho cada vez mais incomum, infelizmente.

Agradeço a todos os integrantes do SinTPq, sindicalistas e funcionários, que disponibilizaram farto material de estudo e a abertura necessária para conversas e entrevistas que possibilitaram a realização desta pesquisa.

Um agradecimento especial também ao Prof. Dr. Márcio Naves, de singular honestidade humana e intelectual.

Agradeço também à Prof. Dr.a. Simone Wolff, colega de trabalho e pesquisadora de temas apresentados neste estudo, que, junto ao professor Naves, foi suplente da banca de defesa.

À Prof. Dr.a. Andréia Galvão, pela leitura atenta e pelas indicações valiosas no momento da qualificação.

Ao Prof. Dr. Jesus Ranieri e ao Prof. Dr. Marcelo Proni, pela participação na banca de defesa e pela qualidade dos cursos ministrados.

Ao CNPq, pelo apoio financeiro.

Aos meus amigos da Unicamp, Felipe Gava, Mário Augusto, Freddy Reinacher, Filipe Raslan e Geraldo Pinto. Professores, em certa medida. Amigos, sobretudo.

A todos do grupo de pesquisa, colegas e companheiros de luta.

A todos os trabalhadores do IFCH e da Unicamp, Benê e pessoal do xérox.

Aos amigos de longa data, Rogério, Vini, Carlinhos, Felipe, Gui e Otávio. Não sei se agradeço a vocês por me suportarem ou a mim mesmo por suportar vocês.

À minha família, especialmente à Vó Glória e ao Vô Cícero.

E às pessoas sem as quais eu não seria nada, Stella, Ayrton, Aline e Amanda, respectivamente, mãe, pai, irmã e uma linda razão para seguir em frente.

Resumo

Este trabalho tem como principal objetivo analisar a ação do movimento sindical do setor de telecomunicações contrário à privatização das companhias de telefonia brasileiras, ocorrida em 1998, sob o governo de Fernando Henrique Cardoso. O intuito foi problematizar as principais teses, pressupostos e estratégias desse grupo, assim como os da ala governista responsável pelo projeto de privatização. O SinTPq (Sindicato dos Trabalhadores de Pesquisa, Ciência e Tecnologia de Campinas e região), vinculado à FITTEL (Federação Interestadual de Trabalhadores em Telecomunicações) e à CUT (Central Única dos Trabalhadores), foi escolhido, por sua intensa atuação e elaboração de propostas, como objeto de pesquisa representativo, no geral, das posições do restante dos trabalhadores e entidades do setor em tela ligados a esse mesmo espectro político-sindical. Além da coleta de documentos, boletins, publicações e matérias de jornal, foram realizadas entrevistas com antigos e atuais diretores do sindicato citado, todos atuantes no processo de privatização. A análise da reforma privatizante das telecomunicações no Brasil pôde nos indicar que as alternativas “social-democratas”, tanto do governo quanto do movimento sindical, se mostraram, no tocante ao primeiro, uma mera variação do conjunto de reformas neoliberais e, quanto ao segundo, a impossibilidade de renovação, ou construção, de um projeto nacional autônomo de desenvolvimento para o setor, assertivas que, *grosso modo*, refletem a crise das diversas formas de social-democracia em meio à transnacionalização dos capitais que caracteriza a acumulação hodierna, no geral, e das telecomunicações, em particular. O trabalho procura apontar, ainda, em linhas gerais, as principais conseqüências da privatização no que se refere aos serviços prestados e apresentar o panorama geral que marca a situação do trabalho e do sindicalismo do setor na atualidade.

Palavras-chaves: Sindicalismo, Privatização, Telecomunicações, Social-democracia.

Abstract

This study aims to analyze the action of the syndical movement of the telecommunication sector against the privatization of the Brazilian telephony company, which occurred in 1998, under Fernando Henrique Cardoso's government. The purpose was to question the main matters, implications and strategies of this group, as well as the ones of the govern parties responsible for the privatization project. The SinTPq (*Sindicato dos Trabalhadores de Pesquisa, Ciência e Tecnologia de Campinas e região*), connected to FITTEL (*Federação Interestadual de Trabalhadores em Telecomunicações*) and to CUT (*Central Única dos Trabalhadores*), was chosen, for its intense performance and creation of proposals, as representative object of the research, in general, of the positions of the remaining workers and entities of the sector connected to this politician-syndical specter. Besides the data collection, reports, publications and magazine reports, we interviewed old and current directors of the union, all operating in the privatization process. The analysis of the privatizing reform of the telecommunications in Brazil could indicate us that the "social-democrat" alternatives, either from the government or from the syndical movement, demonstrated, in what is related to the first, a mere variation of the set of neoliberal reforms and, for the second, the impossibility of renewal, or construction, of an independent national project of development for the sector, assuring that, *grosso modo*, reflects the crisis of the several ways of social-democracy transnationalization of the capitals which characterizes the modern accumulation, in general, and of the telecommunications, particularly. The study seeks to point out, in general lines, the main consequences of the privatization in relation to the services and to present the general panorama which marks the work situation and the unionism of the sector in the current time.

Key-words: Syndicalism, Privatization, Telecommunication, Social-democracy

Sumário

Introdução	11
1. A naturalização do capital: antigos cercamentos capitalistas e a nova privatização da informação	17
1.1 Os primeiros cercamentos	17
1.1.1 O saber apropriado.....	22
1.1.2 O poder dos meios de comunicação	27
1.2. A crise e a reestruturação da dominação	30
1.2.1. O trabalho “enxuto” (em direitos e sindicatos).....	44
1.2.2 A atual importância das telecomunicações para a acumulação de capital	51
1.2.3 A privatização total do mundo	56
2. Neoliberalismo e a crise da social-democracia	61
2.1 As reviravoltas do projeto social-democrata	61
2.2 A ideologia neoliberal	64
2.3 O caráter neoliberal da “nova social- democracia”	70
3. Telecomunicações e sindicatos no Brasil	79
3.1 De um modelo estatal restrito à ode ao consumidor	79
3.1.1 O desenvolvimento do setor de telecomunicações: Estado, burguesia nacional e capital estrangeiro.	84
3.1.2 O desenho atual do setor	96
3.2 O sindicalismo em telecomunicações e o SinTPq: considerações iniciais	110
3.3 O impacto da ofensiva capitalista nas classes sociais e no sindicalismo	116
3.3.1 A CUT em transformação	121
4. Ação sindical e a privatização da Telebrás	131
4. 1 Os principais antecedentes	131
4.2 O sindicalismo em meio ao “pragmatismo” de FHC	142
4.3 O mal-sucedido projeto nacional	158
4.4 A falta de apoio popular	166
5. Os fracassos do sucesso	181
5.1 As conseqüências da privatização para os serviços de telecomunicações	181
5.1.1 Telefonia fixa: estagnação do crescimento, má distribuição e falsa competição	184
5.1.2. A “Revolução” dos celulares.....	197
5.2 O trabalho e os sindicatos no contexto pós-privatização	201
5.2.1. As ‘afinidades eletivas’ entre as telecomunicações e a terceirização.....	205

5.2.2 <i>Os sindicatos na defensiva: terceirizações e mudanças do trabalho no período pós-privatização</i>	215
5.2.3 <i>O CPqD de mercado e o fim da pesquisa de ponta nacional</i>	230
<i>Considerações Finais</i>	237
<i>Bibliografia</i>	249

LISTA DE SIGLAS

ANATEL	Agência Nacional de Telecomunicações
BM	Banco Mundial
CNPT	Comissão Nacional de Política de Telecomunicações
CPqD	Centro de Pesquisas e Desenvolvimento da Telebrás
CUT	Central Única dos Trabalhadores
FENATTEL	Federação Nacional dos Trabalhadores em Telecomunicações
FITTEL	Federação Interestadual de Trabalhadores em Telecomunicações
FMI	Fundo Monetário Internacional
FS	Força Sindical
IBDT	Instituto Brasileiro para o Desenvolvimento das Telecomunicações
LGT	Lei Geral Das Telecomunicações
OMC	Organização Mundial de Comércio
PASTE	Programa de Recuperação e Ampliação do Sistema de Telecomunicações e do Sistema Postal
SINTETEL-SP	Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadores de Mesas Telefônicas no Estado de São Paulo
SinTPq	Sindicato dos Trabalhadores de Pesquisa, Ciência e Tecnologia de Campinas e região
SINTTEL	Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações

Introdução

As telecomunicações constituem, na atualidade, uma ferramenta de grande importância para a forma de acumulação de capital que vem se desenhando desde a década de 1970. Prova disso é que toda a infra-estrutura necessária à mundialização do capital reside no poder e nas possibilidades que surgem dia após dia nesse setor, tendo em vista, principalmente, a convergência deste com as inovações da informática¹. As reengenharias e reestruturações, que têm sido verificadas em quase todos os segmentos da esfera produtiva, são balizadas e alavancadas pelo desenvolvimento das redes de telecomunicações mundiais. A cristalização desse movimento é sentida através de uma onda de privatizações que vem afetando praticamente todos os antigos operadores públicos, os quais são agora estruturados, quase que em sua totalidade, para servir aos grandes conglomerados transnacionais expandidos pelo globo, em detrimento da clássica visão de serviço público que norteava essas companhias.

O trabalho que aqui apresentamos analisa os impactos dessas transformações no contexto nacional, cujo marco foi a venda das operadoras de telefonia estatais reunidas em torno do Sistema Telebrás, em 1998, sob o comando do governo de Fernando Henrique Cardoso². Assim, o escopo geral foi pensar a inserção nacional do setor, durante a década de 1990, na nova ordenação capitalista, a qual foi marcada, por um lado, pelas reestruturações produtivas e, por outro, pela ascensão das políticas neoliberais.

A partir desse ponto de vista, o principal objetivo da pesquisa realizada foi apreender as formas pelas quais o movimento sindical do setor de telecomunicações se colocou frente a esses questionamentos e à postura do Estado e das empresas, de modo que priorizamos a discussão das teses, estratégias e visões de trabalhadores que faziam a oposição ao modelo privatizante adotado.

Para representar esse grupo, traçamos como objeto de pesquisa a atuação do SinTPq (Sindicato dos Trabalhadores de Pesquisa, Ciência e Tecnologia de Campinas e

¹ Cf. F. Chesnais, *A mundialização do capital*. São Paulo, Xamã, 1996.

² Salientamos que o setor de telecomunicações engloba muitos segmentos além da telefonia, principalmente nos dias de hoje com a íntima ligação que se verifica com a informática e o audiovisual. No entanto, para efeitos de delimitação dessa pesquisa, sem, contudo, menosprezar demais elementos, privilegiamos as transformações verificadas na telefonia, até porque expressam as principais tendências vistas no setor como um todo.

região), vinculado à FITTEL (Federação Interestadual de Trabalhadores em Telecomunicações) e à CUT (Central Única dos Trabalhadores). Embora não seja o sindicato que tradicionalmente representa os trabalhadores das operadoras de telefonia – sua base majoritária são os pesquisadores, técnicos e demais empregados de empresas de pesquisa –, o SinTPq integrava o conjunto do sindicalismo referente ao Sistema Telebrás por representar os trabalhadores, entre outros, do CPqD (Centro de Pesquisas e Desenvolvimento da Telebrás). Outra razão para sua escolha foi o fato de exercer a principal força oposicionista no estado de São Paulo, haja vista que o SINTETEL (Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadores de Mesas Telefônicas no Estado de São Paulo), não obstante sua base e estrutura maiores – representava os trabalhadores da Telesp –, pouco agiu de forma organizada e ativa em torno dessas questões. Por fim, o SinTPq simbolizou, em linhas gerais, a plataforma de luta das entidades sindicais organizadas nacionalmente pela FITTEL, ou seja, suas ações e teses podem ser avaliadas como o correspondente geral do movimento sindical que se opôs, ativamente, contra a privatização.

Discutir os rumos das telecomunicações no país nos remeteu a algumas questões de fundo, vinculadas à especificidade do capitalismo nacional e da composição de classes no país. Assim, o processo de reestruturação e privatização do sistema de telecomunicações nacional pode ser analisado envolto a uma grande arena de luta política na qual importantes correntes buscavam realizar, cada uma a seu modo, um projeto social-democrata de transformação do Estado e da economia. É fato, porém, que, por esse propósito, o termo “social-democracia” fora utilizado das mais variadas maneiras, e muitas vezes desprovido de sentido³. Tal conduta foi notadamente assumida pela ala governista que buscava mascarar sua adesão às premissas neoliberais a partir de um discurso que privilegiava mudanças “racionalizantes” na atuação estatal, de ordem pragmática, cujo

³ No segundo capítulo, indicamos as transformações pelas quais passaram as correntes social-democratas. Por ora, cabe esclarecer que a definimos, de acordo com sua configuração tradicional em vários países até a década de 1980, principalmente, como o projeto que buscava unir trabalhadores, empresários nacionais e Estado tendo em vista o fortalecimento do aparato público-estatal com o objetivo de universalização de serviços e direitos. Nas últimas décadas do século passado, é fato que muitas correntes auto-intituladas de social-democracia, algumas já reivindicando um “social-liberalismo”, basearam-se em outros programas sócio-políticos, os quais, acreditamos, se confundem cada vez mais com as políticas neoliberais, tal como se efetivou no governo FHC.

escopo seria alterá-lo de um ente “produtor” a “regulador” e “fiscalizador” das atividades econômicas.

No tocante ao movimento sindical, no caso as forças à esquerda simbolizadas neste estudo pelo SinTPq, depois de perdida a batalha pela manutenção do monopólio estatal no setor, também apresentaram sua proposta social-democrata, qual seja, a criação de uma grande empresa pública que, num mercado aberto, universalizaria os serviços, competiria com demais empresas e manteria vivo um projeto de desenvolvimento tecnológico nacional, ou seja, um instrumento de interesse comum ao governo, à sociedade, aos trabalhadores e ao empresariado nacional. O projeto, mais próximo ao conteúdo tradicional da social-democracia, afundou frente ao peso da realidade: a ofensiva neoliberal e a reestruturação produtiva capitalista - que, de certa forma, dispensaram a negociação e rasgaram qualquer possibilidade de novo pacto nacional - e os limites inerentes à elite interna, já devidamente associada ao capital internacional.

A essa primeira precisão soma-se a dificuldade contida no fato de que analisar questões relativas à privatização de serviços públicos, bem como um conjunto de transformação mais gerais da atuação do Estado, requer cuidados, pois seus partidários ou críticos não formam blocos coesos, homogêneos e de fácil classificação.

No caso das privatizações de companhias estatais, os grupos contrários não se resumiam à “esquerda”, entendida nesse particular contexto como a crítica do aumento do poder do mercado ante o poder estatal e/ou público. Congregava também alas nacionalistas, até mesmo conservadoras, que não aceitavam a entrega do “patrimônio nacional” a estrangeiros.

Na ânsia de conter os planos privatizantes, correntes diversas uniram-se em prol da “soberania da nação”, mas ignoraram, ou, em alguns poucos casos, deixaram em segundo plano por razões táticas, o fato de que a transferência da posse, ação tão somente *jurídica*, pouco influenciaria num processo que é fundamentalmente generalizado, a saber, a reestruturação da dominação capitalista no plano material e ideológico.

As reengenharias e “choques de gestão” nas companhias ainda estatais (ou semi-estatais), como Petrobrás ou Banco do Brasil, confirmam essa tendência, mostrando que há algo mais profundo do que a simples entrega de empresas ao âmbito privado: se as privatizações não ocorressem no plano da propriedade, certamente seriam efetivadas no

gerenciamento, ou seja, nas formas de mando e controle da produção e da força de trabalho. A empresa “enxuta”, que terceiriza (e mesmo assim “colega” do trabalhador) é ponto comum tanto na esfera privada quanto na estatal, a qual foi obrigada a se “modernizar” para enfrentar a competição que se acirra crescentemente no mercado interno e mundial.

Mas é preciso ressaltar que, por se tratar de um serviço público, é correto o temor (por sinal, em parte confirmado) de que a privatização das telecomunicações afetaria negativamente os serviços para boa parte da população do país, que tem sido relegada a segundo plano em comparação às melhorias e vantagens oferecidas aos grandes usuários domésticos ou corporativos.

O fracasso dos projetos, então, pode ser decretado tendo em vista o processo como um todo e as conseqüências sentidas atualmente: enquanto o projeto sindical, não obstante sua qualidade superior, a qual abria uma possibilidade de maior independência e desenvolvimento equilibrado do serviço público para o país, foi taxativamente excluído e ignorado – é certo que também por deficiências da própria organização -, as reformas do governo FHC, mesmo que conseguindo saciar grande parte da demanda reprimida pelos serviços telefônicos, levaram a uma situação de domínio de monopólios privados, falsas concorrências, dependência tecnológica e maciça degradação do trabalho.⁴

As fontes utilizadas na pesquisa foram variadas: entrevistas com diretores do SinTPq; leitura de documentos, boletins e publicações diversas das centrais sindicais nacionais e de sindicatos estaduais; material da campanha da FITTEL contra a privatização da Telebrás, incluindo livros, boletins, documentos e fitas VHS; pesquisa em jornais, na internet e em bancos de dados diversos, além, é claro, dos trabalhos já publicados sobre o tema.

Quanto à estruturação dos capítulos, esta dissertação divide-se da seguinte maneira.

⁴ Este estudo contempla, basicamente, a problemática levantada nos anos de 1990, notadamente, no governo FHC, o que excluiu a análise de qualquer desdobramento vinculado a políticas implementadas pelo seu sucessor, Luiz Inácio Lula da Silva. Contudo, faz-se necessário notar, principalmente por estarmos finalizando essa dissertação em 2006 e sentirmos o “peso” do presente, que a mesma caracterização que fizemos da “social-democracia” ao longo do texto ao se referir a FHC pode ser transferida em seus contornos mais básicos e essenciais ao governo petista, salvo raríssimas tentativas de se destoar da ordem neoliberal, impetrada na década de 1990 e presente até então.

No primeiro capítulo, descrevemos algumas das principais transformações pelas quais passou o capitalismo no século XX. Buscou-se, sobretudo, entender o capital enquanto relação social de produção e, assim, visualizar suas formas de expansão de controle sobre as mais diversas formas de sociabilidade, seja em suas origens, através dos cercamentos de terras comunais, seja na atualidade, apropriando-se privadamente dos sistemas de informação anteriormente públicos. O objetivo é também indicar o complexo movimento de tendências e contra-tendências do capital que se, por um lado, tem por essência de sua reprodução minimizar o papel do trabalho vivo no processo produtivo, por outro, não só é ainda extremamente dependente de formas tradicionais de trabalho, como também cria novas formas de extração das qualidades cognitivas do trabalho vivo.

No segundo capítulo, indicamos as principais características da política neoliberal e de que forma diferentes projetos social-democratas foram se conformando às novas formas de acumulação capitalista.

A constituição do Sistema Telebrás, na década de 1960, as fissuras causadas ao modelo nas décadas seguintes e a situação atual com a privatização são temas do terceiro capítulo, além de uma exposição inicial da configuração do sindicalismo no setor de telecomunicações e das origens do SinTPq. Com a contextualização histórica do desenvolvimento do setor em tela, buscamos tornar mais claro a composição das classes e dos interesses existentes, nacionais e estrangeiros, o que nos fornece importantes pistas para se pensar os rumos tomados pela ação governamental, assim como os limites estruturais de teses amparadas em projetos nacionais autônomos.

Fazemos também uma análise das principais conseqüências do impacto do neoliberalismo e da nova configuração do capitalismo no tocante ao sindicalismo, especialmente tendo em vista a ação da CUT no país.

O quarto capítulo engloba toda a discussão a respeito da ação sindical frente às forças privatizantes, cujo intuito é analisar detalhadamente, em cada contexto, as principais teses e pressupostos dos sindicatos, bem como a estratégia de ação que traçaram para o enfrentamento político.

Por fim, no capítulo quinto, apresentamos as principais conseqüências da privatização no tocante à prestação dos serviços, assim como os desafios colocados ao movimento sindical, que se mostra profundamente abalado pelas novas configurações do

trabalho no setor. Com esse intuito, além de pesquisa própria, utilizamos vários outros estudos de caso sobre sindicatos de telecomunicações no país.

1. A naturalização do capital: antigos cercamentos capitalistas e a nova privatização da informação

1.1 Os primeiros cercamentos

O capital, acima de qualquer coisa, é uma relação social caracterizada por uma contradição objetiva ente detentores dos meios de produção e uma classe cuja liberdade real caracteriza-se pela venda da força de trabalho de seus componentes, seja essa força fruto das qualidades físicas de braços, mãos e pernas, ou intelectuais da mente. Na sua origem, promoveu o início de um intenso processo de expropriação de terras comunais e, séculos depois, vem dando mostras de aparente revigoramento ao instaurar seu domínio sobre as mais variadas formas de conhecimento humano.

A constituição e consolidação dessa relação de produção específica, que tem na separação do produtor direto em relação aos meios de produção de sua subsistência sua marca fundamental (segundo Marx, a separação do caracol de sua concha), não se efetivaram de forma exclusivamente econômica, ou melhor, seguindo um desenvolvimento natural das forças produtivas de sociedades pretéritas.⁵

Dialogando com o bastante conhecido “debate sobre a transição” entre Paul Sweezy e Maurice Dobb, e se valendo das colaborações de R. Brenner, a autora defende

⁵ Acompanhamento, a seguir, argumentos de Ellen Wood. *As origens do capitalismo*, Rio de Janeiro, Zahar, 2001. Segundo a autora, grande parte das análises que buscaram as origens desse novo quadro histórico não cumpriu a tarefa de estabelecer algo que, a princípio, faz-se fundamental, isto é, a definição do que teria sido a própria origem: “O capitalismo parece estar sempre lá, em algum lugar, precisando apenas ser libertado de suas correntes – dos grilhões do feudalismo, por exemplo – para poder crescer e amadurecer. Caracteristicamente, esses grilhões são políticos: os poderes senhoriais parasitários ou as restrições de um Estado autocrático. Às vezes, são culturais ou ideológicos – a religião errada, quem sabe” (p. 14) Em outro trabalho, Wood afirma que mesmo Weber, cultuado por executar uma compreensão mais sofisticada das causalidades múltiplas, esbarraria nessa análise limitada pois, para explicar as relações do espírito capitalista com a ética protestante, por exemplo, universaliza os princípios econômicos do capitalismo, como se esses sempre tivessem existido, esperando somente uma ocasião específica, ou afinidade eletiva precisa, para poder se desenvolver. Definindo o conceito de capital como “o valor monetário dos meios de realização de lucros à disposição da empresa na sua contabilidade; o ‘lucro’ e o ‘prejuízo’ correspondente, a diferença entre o saldo inicial e o calculado no final do período”, Weber pode afirmar que a economia capitalista existiu mesmo na Antiguidade, na verdade, “existe em todos os lugares onde as pessoas se dediquem à busca do lucro comercial (...) Explicar a ascensão do capitalismo moderno, então, reduz-se a explicar a remoção de impedimentos”, o que demonstra sua “concepção burguesa e teleológica de desenvolvimento econômico” (E. Wood, *Democracia contra Capitalismo*. São Paulo, Boitempo, 2003, p. 149).

que as transformações na agricultura inglesa são o principal vetor de criação das relações capitalistas de produção, que posteriormente irão se espalhar e se consolidar na produção fabril urbana⁶. A partir de condições particulares do Estado inglês de então, especialmente por apresentar uma singular centralização política, além de sua relação íntima com a aristocracia latifundiária, foram estimuladas, de modo crescente, formas “puramente” econômicas de extração de sobre-trabalho, ao contrário de uma classe rentista que encontrava em formas “extra-econômicas” de extração os meios de seu sustento. No bojo desse processo ganha destaque a figura do arrendatário e a constituição de mercados que, a partir disso, tornavam-se “imperativos” no sentido de aumento da “produtividade”:

O resultado disso foi a famosa tríade composta por latifundiários, arrendatários capitalistas e trabalhadores assalariados, e, com o crescimento do trabalho assalariado, as pressões para aumentar a produtividade da mão-de-obra também se intensificaram. Esse mesmo processo criou uma agricultura altamente produtiva, capaz de sustentar uma grande população não dedicada à produção agrícola, mas criou também uma massa crescente de não-proprietários, que viria a constituir uma grande força de trabalho assalariada e um mercado interno para bens de consumo baratos - mercado interno para bens de consumo baratos – um tipo de mercado que não tinha precedentes históricos. Foram esses os antecedentes da formação do capitalismo industrial inglês.⁷

Delineavam-se, assim, as bases da “acumulação primitiva”, o “pecado original da economia”, segundo Marx, que promoveu um processo generalizado de expropriação de terras e “cercamentos” das propriedades de uso coletivo, das quais dependia a sobrevivência de milhares de pessoas⁸. Fruto da ação de grande latifundiários no século XVI que expulsavam os camponeses de suas terras para dar lugar à criação de ovelhas, os cercamentos também tiveram um segundo momento específico, no século XVIII, nos quais foram legitimados por decretos do Parlamento inglês, que passaram a se moldar mais eficientemente à nova lógica de acumulação.

⁶ Para uma exposição detalhada dessa transformação ver Wood, *op. cit.*, 2001, p. 75-112.

⁷ *Ibid.*, p. 86.

⁸ Segundo Marx: “É sabido o grande papel desempenhado na verdadeira história pela conquista, pela escravização, pela rapina e pelo assassinato, em suma, pela violência. Na suave economia política, o idílio reina desde os primórdios. Desde o início da humanidade, o direito e o trabalho são os únicos meios de enriquecimento, excetuando-se o ano corrente. Na realidade, os métodos da acumulação primitiva nada têm de idílicos. (...) E a história da expropriação que sofreram foi inscrita a sangue e fogo nos anais da humanidade” (Karl Marx, *O capital: crítica da economia política*, livro I, trad. de Reginaldo Sant’anna. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira., 2001, p. 828-829).

Configurava-se a pré-história do modo de produção capitalista, ou seja, a dissociação entre o trabalhador e os meios de produção necessários à sua sobrevivência. A acumulação primitiva irá, assim, engendrar a forma essencialmente moderna de liberdade, isto é, aquela que coage o trabalhador a essa condição: este agora está livre da posse dos meios de produção e livre para vender sua força de trabalho.

O roubo dos bens da Igreja⁹, a alienação fraudulenta dos domínios do Estado, a ladroeira das terras comuns e a transformação da propriedade feudal e do clã em propriedade privada moderna, levada a cabo com terrorismo implacável, figuram entre os métodos idílicos da acumulação primitiva. Conquistaram o campo para a agricultura capitalista, incorporaram as terras ao capital e proporcionaram à indústria das cidades a oferta necessária de proletários sem direitos.¹⁰

Dessa forma, os cercamentos foram expressão, como também momento de consolidação, de novas relações de produção, que por sua vez originaram todo um pensamento liberal que via na elevação da produtividade trazida por esses novos empreendimentos a marca do inevitável progresso que acompanharia o desenvolvimento da propriedade privada.

Gradualmente, vários termos ou conceitos, que hoje em dia aparecem incrustados visceralmente na linguagem de economistas, pesquisadores e até de trabalhadores e seus representantes (e, como veremos, certo uso de “produtividade” é um ótimo exemplo), são criados ou apropriados com o intuito de dotar de certo sentido as transformações operadas pelos “capitalistas em embrião”.

“Melhoramento”, segundo Wood, expressa esse movimento de absorção dos novos ideais de produtividade na linguagem: “a própria palavra ‘melhorar’ (*improve*), em sua acepção original, não significava apenas ‘tornar melhor’ (...) mas fazer alguma coisa com vistas ao lucro monetário, especialmente cultivar a terra para fins lucrativos”¹¹. “Melhorador” (*improver*) era o agente que se dispunha a tornar cultivável, isto é, produtiva, uma terra a partir de seu cercamento.

⁹ Marx refere-se aqui aos desdobramentos da Reforma no século XVI, que tomou bens (até os dízimos) e terras da Igreja, os quais foram doados ou vendidos “a preços ridículos” a especuladores e burgueses que fundiam seus novos empreendimentos expulsando os antigos residentes (Cf. Marx, *op. cit.*, 2001, vol. II, p. 835).

¹⁰ Marx, *op. cit.*, 2001, vol. II, p. 847.

¹¹ Wood, *op. cit.*, 2001, p. 88.

Caso emblemático do uso da ideologia do melhoramento está em John Locke. Na seção destinada à propriedade de seu “*Segundo Tratado sobre o Governo*”, esta é pensada a partir do melhoramento que pode instaurar em determinada área física. Após transformar essa propriedade com o trabalho (o que o faz “proprietário”)¹² este melhorador está dando algo à humanidade, ao contrário, por exemplo, do índio na América que a deixa em “estado natural”.

A questão fundamental aqui não é o fato de o trabalho transformar o estado bruto e criar coisas e valores, mas a condição de que a propriedade privada, e nesse sentido “melhorada”, gera as bases de toda produtividade. Em outras palavras, há um deslocamento sutil, porém decisivo, que transfere o elemento fundamental da produção do trabalho para um tipo de propriedade específica, ou mais corretamente, para um tipo de relação social específica.

Assim a grama que o meu cavalo pastou, a turfa que o criado cortou, o minério que extraí em qualquer lugar onde a ele tenho direito em comum com os outros, tornam-se minha propriedade sem a adjudicação ou o consentimento de qualquer outra pessoa. O trabalho que era meu, retirando-os do estado comum em que se encontravam, fixou a minha propriedade sobre eles.¹³

O que impressiona nessa passagem, segundo Wood, é a equivalência, para Locke, entre “as turfás que meu criado cortou” e o “minério que extraí”, pois significa “não apenas que eu, o senhor, apropriei-me do trabalho do meu criado, mas que essa apropriação, em princípio, não difere da própria atividade do trabalho do criado”¹⁴.

Locke, coerente com a defesa do “produtor”, considera parasitas a aristocracia rural que vive de rendas (sem melhorar a terra) e os comerciantes que lucram através da intermediação de mercadorias, comprando barato e vendendo caro. Ao contrário dessas frações da classe de proprietários, o “produtor primário” é o “grande proprietário capitalista e investidor do comércio colonial”, o qual consegue aumentar a produtividade do trabalho, de forma que “o aumento em si da produção tornou-se uma razão para eliminação de outros direitos.(...) Que argumento poderia ser melhor do que afirmar que o cercamento, a

¹² “A extensão de terra que um homem lavra, planta, **melhora**, cultiva, cujos produtos usa, constitui a sua propriedade. Pelo trabalho, por assim dizer, separa-a do comum”. John Locke, *Segundo tratado sobre o governo*, São Paulo, Abril Cultural, 1973, § 32, p. 53. Grifo meu.

¹³ *Ibid.*, § 28, p. 52.

¹⁴ Wood, *op. cit.*, 2001, p. 94.

exclusão e o melhoramento aumentavam a riqueza da comunidade, e mais faziam contribuir para o ‘quinhão comum’ do que subtrair algo dele?”¹⁵

De fato, essas assertivas demonstram uma mudança *qualitativa* operada pelo capitalismo, a saber, que as classes dominantes não são somente detentoras dos meios de produção, mas, sobretudo, fazem crer que vem delas próprias a fonte da produtividade, do progresso e da viabilidade da existência humana. Não há mais vida que não seja aquela voltada à busca da lucratividade, não há mais sociedade que não seja aquela referente à propriedade privada. Como Marx comenta, recuperando passagem de “*A Miséria da Filosofia*”, a história encontra seu fim:

Os economistas têm uma maneira de proceder singular. Para eles só há duas espécies de instituições, as artificiais e as naturais. As do feudalismo são instituições artificiais; as da burguesia, naturais. Equiparam-se, assim, aos teólogos, que classificavam as religiões em duas espécies. Toda religião que não for a sua é uma invenção dos homens; a sua é uma invenção de Deus. Desse modo, havia história, mas, agora, não há mais¹⁶.

Ocorre que a sociedade capitalista é essencialmente mercantil. As relações sociais só ganham efetividade no momento da troca de mercadorias, isto é, as relações entre produtores “assumem a forma de relação social entre os produtos do trabalho”¹⁷. Ao encobrir o teor social que lhes reveste¹⁸, ou seja, ao ocultar o trabalho humano e a relação entre trabalho individual e total dos indivíduos, a mercadoria torna-se misteriosa e dissimula a realidade ao apresentar como inerentemente seu algo originado por relações humanas, fazendo com que uma relação “social definida, estabelecida entre homens, assum[a] a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas”¹⁹.

A reificação dos processos econômicos tem como contrapartida a ativação e atribuição de características humanas às coisas. Em outras palavras, além de expressar o movimento de humanização do objeto e desumanização das relações humanas, o fetichismo da mercadoria representa o ápice ideológico da expulsão do produtor direto enquanto

¹⁵ Ibid., p. 96-97.

¹⁶ Marx, *op. cit.*, 2001, vol.1, p.103.

¹⁷ Ibid., p. 94.

¹⁸ Para Marx, o parâmetro básico na relação de troca não é encontrado na natureza física das mercadorias, pois aí está o que as torna singulares, de diferentes utilidades. O fator comum reside no fato de serem todas produtos do trabalho. Assim, os valores-de-troca são, na verdade, expressões do *valor*, derivado do trabalho humano em geral, “dispêndio de força de trabalho humana, sem consideração pela forma como foi dispendida” (Ibid., p. 60).

¹⁹ Ibid, p. 94.

responsável essencial pela própria produção. O objeto parece ‘fabricar-se’ (condicionado, logicamente, pela ação do capitalista e da propriedade privada dos meios de produção):

A economia mercantil mascara o caráter histórico e humano da vida social transformando o homem em elemento passivo, em espectador de um drama que se renova continuamente e no qual os únicos elementos realmente ativos são as coisas inertes.²⁰

A linguagem reflete bem o fenômeno reificante do qual se reveste o discurso dominante, na verdade, não só ele, infelizmente. Assim, não é o trabalhador, mas “a empresa [que] vai bem”, é “o cobre [que] sobe”, ou mesmo “as mercadorias [que] não chegaram”. Os objetos encarnam a realidade ativa e a vida psíquica do homem que nada mais é do que um simples prolongamento desse agente principal. Nada mais emblemático do que as expressões: “O dinheiro trabalha”, “o capital produz”, “a renda da terra”, etc.²¹

1.1.1 O saber apropriado

Na verdade, há uma questão de fundo a respeito dessa supressão do produtor direto, o trabalhador, nos ‘créditos’ da produção. *Grosso modo*, pode-se entender tal desvinculação como expressão simbólica da principal tendência do processo de valorização do capital, qual seja, a eliminação do trabalho vivo através da objetivação das atividades humanas nos sistemas de máquinas, dos mais incipientes aos mais modernos: “o aumento da produtividade do trabalho e a negação máxima do trabalho necessário é a tendência do capital”.²² Efetivar essa tendência significa transformar instrumento de trabalho, e o próprio trabalho, em maquinaria, a qual passa a subsumir o trabalho vivo, sendo que este, então, torna-se somente um acessório do processo.

Nesse sentido que se entende a forma mais complexa da lei do valor apresentada por Marx. Como demonstra Borges Neto, o significado da lei do valor pode ser explicitado em três níveis: o primeiro enquanto lei da determinação do valor (e dos preços) pelo tempo de trabalho, o segundo como lei da distribuição do trabalho social e o último, e

²⁰ Lucien Goldmann, *Dialética e cultura*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979, p.123.

²¹ Cf. *Ibid.*

²² Marx, K., *Líneas fundamentales de la crítica de la economía política (Grundrisse)*. Barcelona, Grijalbo, 1978, p. 82.

mais fundamental, como lei da minimização do tempo de trabalho abstrato²³. Pode-se dizer que os dois primeiros níveis da lei do valor são momentos incorporados a uma tendência mais geral e essencial que busca a subordinação crescente do trabalhador ao capital. O sentido mais profundo da lei do valor, então, “é o de uma lei que define e redefine continuamente uma norma produtiva, que cria a partir daí uma lógica de produção pela produção e que dá à economia capitalista uma característica profundamente dinâmica, apesar de contraditória”²⁴.

Trazendo essa questão para a atualidade, Mészáros comenta:

(...) a ‘ciência econômica’ não só inventa ‘o Consumidor’ como entidade independente, mas também invoca o capitalista como “o Produtor”, reduzindo ficticiamente o papel estratégico do trabalho a um mínimo irrelevante. Dessa maneira, a economia política burguesa do século XX simultaneamente reflete e legitima, de um modo caracteristicamente invertido, a mais anti-social e desumana tendência do capital para a expulsão brutal do trabalho vivo do processo de trabalho.²⁵

Dois importantes conceitos são construídos por Marx para expressar o movimento de consolidação do capital, os quais também já demonstram o papel fundamental que ele concede à transformação das relações de produção para a alteração das estruturas sociais²⁶. No início, quando o capitalista reúne sob seu comando os meios de produção e a força de trabalho, não há mudanças técnicas importantes no processo de trabalho, ele o executa tal como encontrado *a priori*. Estabelece-se, assim, apenas uma *subsunção formal* do trabalho ao capital, isto é, a essência – a relação de produção – foi alterada mesmo que as forças produtivas sejam tocadas tal qual o “capitalista em embrião” as encontra.

Com o desenvolvimento dessa nova relação de produção, tendências inerentes à reprodução do capital começam a atuar nos diversos locais de trabalho, sendo a mais importante a necessidade de se valorizar e consolidar seu mando a partir de aperfeiçoamentos e transformações das forças produtivas, ou seja, um intenso incremento

²³ Termo, na verdade, designado por John Weeks, *Capital and Exploitation* apud J. M. Borges Neto, *Sobre o significado da Lei do Valor*. Trabalho apresentado no VII Encontro Nacional de Economia Política (retirado de www.sep.org.br). A caracterização detalhada de cada momento encontra-se no texto citado.

²⁴ *Ibid.*, p.8.

²⁵ István Mészáros, *Para além do capital*. São Paulo, Boitempo; Campinas, Editora da Unicamp, 2002, p. 673.

²⁶ Cf. K. Marx, *Capítulo sexto inédito de O Capital*. São Paulo, Moraes, 1986.

técnico no intuito de adequar os meios de produção à forma capitalista, o que se efetiva pelo desenvolvimento contínuo dos instrumentos de trabalho. Já subsumido formalmente, o trabalho agora, com as constantes alterações técnicas, encontra-se num processo de *subsunção real* ao capital, este agora é o “principal” agente, isto é, coordena, manipula, controla o trabalhador coletivo amparado pelos sistemas de máquinas impetrados no mais diversos ramos²⁷. Isso também significa que a propriedade privada dos meios de produção não funciona somente como forma de ‘roubar’ os resultados gerados coletivamente, mas opera uma transformação fundamental que é a instalação e consolidação da divisão do trabalho no seio da produção, separando os momentos de concepção e execução do trabalho e gerando a dependência estrutural de todos a essa lógica de acumulação.²⁸

As bases da subsunção real do trabalho ao capital, mesmo que ainda não em sua completude, são lançadas na manufatura²⁹, na qual há, pela simplificação das tarefas, um aperfeiçoamento e diversificação das ferramentas que posteriormente irão constituir as máquinas. A manufatura cria as condições materiais para a criação de um sistema de máquinas, que irá desembocar na constituição da grande indústria. A fase da maquinaria, consolidação da subsunção real, tem como ponto de partida o instrumental de trabalho e não a força de trabalho, como na manufatura. Origina-se, assim, a máquina-ferramenta, que realiza as mesmas operações parciais que o trabalho humano cumpria, porém superando a barreira orgânica que lhe limitava³⁰. A principal novidade trazida pela grande indústria é a independência que constrói ante o trabalho vivo, ou seja, se na manufatura era o trabalhador

²⁷ Lembrando que *subsunção*, enquanto categoria, não é idêntico a ‘submissão’ ou ‘subordinação’, pois designa ao mesmo tempo ‘subordinação’ e ‘inclusão’ do trabalho ao capital, isto é, uma relação de dominação que torna o trabalho “um elemento que compõe uma dimensão do ser do capital”. (D. Romero, *Tecnologia, subsunção e fetiche no mundo do capital*, Dissertação de Mestrado, IFCH, Unicamp, 1999, p.13).

²⁸ Se na cooperação há uma unidade do capital em torno do trabalho coletivo, a manufatura instaura a mutilação do trabalhador, reduzindo-o a executor de tarefas parcelares e tornando-o subordinado ao sistema de produção que se origina

²⁹ Marx designou de período manufatureiro o espaço temporal entre meados do século XVI e o último terço do século XVIII. Na cooperação, o comando do capital era somente uma “consequência formal” pois “o trabalhador não trabalha para si, mas para o capitalista” (Marx, *op. cit.*, 2001, p. 313). Apresenta a manufatura uma modificação substancial em relação à cooperação, qual seja, os trabalhadores perdem a capacidade de exercer seu ofício em toda sua extensão. Surge uma divisão do trabalho que se baseia em diferentes operações especializadas. O produto final do trabalho coletivo é uma soma de trabalhos parciais, mas ainda é a habilidade do trabalhador o fundamento do processo de produção.

³⁰ Cf. *Ibid.*, p. 427-29.

coletivo o sujeito da produção, nesse momento é o “autômato mecânico”, tornando o trabalhador subordinado à força motriz central do processo de produção³¹.

A dinâmica de desenvolvimento do capitalismo da grande indústria moldou-se, no início do século XX, pelo surgimento e generalização de dois princípios de organização do processo de trabalho, conhecidos pelo binômio fordismo/taylorismo. O taylorismo, originado das idéias do americano Frederick Winslow Taylor, tinha como maior objetivo quebrar o domínio da habilidade artesanal do trabalhador no processo de produção, deslocando-o à gerência, agora munida da O.C.T. (Organização Científica do Trabalho), a qual, através da parcelização metódica e extrema das tarefas, buscava um aumento máximo de produtividade e, para tanto, estabelece uma nítida diferenciação entre o trabalho de concepção e o trabalho de execução, tal como já preconizara Marx³².

Esse movimento completa-se quando Henry Ford adota as diretrizes tayloristas em suas montadoras de automóveis, a partir de 1913. Baseado na parcelização das tarefas, ao introduzir a linha de montagem e promover a mecanização do processo de trabalho, Ford consolida a expropriação do saber-fazer operário em prol do controle ditatorial da gerência. Como argumenta Antunes, apoiado em Lukács, o fordismo representou, com a conversão do trabalhador em apêndice da máquina-ferramenta, a efetivação da “desantropomorfização do trabalho”, fazendo com que “a subsunção real do trabalho ao capital, própria da fase da maquinaria, [estivesse] consolidada”³³.

Deve-se ressaltar que o termo fordismo não se restringiu à esfera da produção, isto é, foi ampliado de modo a contemplar uma série de transformações presentes nas relações sociais mais gerais, tendo em vista uma união buscada entre capital e trabalho como forma de assegurar o consentimento dos trabalhadores aos limites da produção capitalista. Daí a forte ligação em várias regiões do mundo, e não em sua totalidade, como é facilmente percebível, do avanço das técnicas fordistas com os benefícios e direitos sociais

³¹ Como demonstrado mais detalhadamente em *O Capital*, a criação de valor sob a égide do capitalismo efetiva-se através da extração de sobre-trabalho da massa total de trabalhadores. A maior qualidade da maquinaria, nesse sentido, não é a criação de valor (o que seria impossível para Marx), mas sim servir de instrumento de redução de trabalho necessário, isto é, aumentando o quantum de trabalho excedente, conseqüentemente, aumentando a extração relativa de mais-valia.

³² Ver, para um detalhamento dessa questão, Cláudio Katz, “Evolução e crise do processo de trabalho”, in Cláudio Katz; Ruy Braga; Osvaldo Coggiola. *Novas tecnologias: Crítica da atual reestruturação produtiva*. São Paulo, Xamã, 1995, p. 9-22.

³³ Ricardo Antunes, *Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e negação do trabalho*. São Paulo, Boitempo, 2002, p. 37.

advindos com a propagação do keynesianismo do *Welfare State* (Estado Providência), a contrapartida das classes dominantes. Porém, mesmo nos países em que esse compromisso foi mais sólido, a fração da classe trabalhadora beneficiada limitava-se a setores centrais da economia cujo contingente era predominantemente masculino, branco e sindicalizado³⁴.

Como demonstra Druck, o fordismo pode ser compreendido não como uma simples amplificação do taylorismo, mas como o padrão que conseguiu, a partir dessas técnicas, garantir uma hegemonia sobre outras formas de administração do trabalho ampliando raio de sua ação para além da fábrica. Apoiando-se em Gramsci, a autora revela que se consolidou um novo modo de produzir, trabalhar e viver num processo geral articulado³⁵. Transforma-se, então, num projeto hegemônico, o qual estabelece uma determinada organização social à configuração das forças produtivas existentes, integrando à estrutura de dominação uma parcela da classe trabalhadora³⁶.

O aspecto fundamental que moldou o padrão de desenvolvimento capitalista da época foi, para Bihl, um “compromisso” estabelecido entre burguesia e proletariado no qual, de forma bem simplificada, a primeira, através do Estado, iria possibilitar a garantia de uma seguridade social e elevação de direitos, enquanto o segundo deveria abandonar o projeto revolucionário comunista, a sua “aventura histórica”. É evidente que esse compromisso não se figurou enquanto um processo claro, perfeitamente codificado num “contrato” entre duas partes claramente distintas. Foi, sobretudo, algo construído e pactuado indiretamente, através das instituições de representação, como sindicatos, organizações patronais e o Estado, neste último sendo fortalecido, dessa maneira, o papel de guardião dos interesses gerais da sociedade, na verdade, de garantia do capital em longo prazo por meio da observação atenta do cumprimento das responsabilidades de cada parte envolvida. Isso significou para a classe trabalhadora não só desistir das teses que colocavam em xeque a apropriação privada do sobretrabalho e dos meios de produção, mas também aceitar o tipo de organização do trabalho encetado pelo capitalismo do início do

³⁴ Cf. Rui Braga, “Luta de classes, reestruturação produtiva e hegemonia”, in Katz *et al.*, *op. cit.*, 1995. O autor também faz um balanço crítico das teses da Escola da Regulação, a qual apresenta uma importância elevada no debate sobre o fordismo.

³⁵ Cf. M. G. Druck, *Terceirização: (des)fordizando a fábrica*. Salvador, ed. da Universidade Federal da Bahia; São Paulo, Boitempo Editorial, 1999, p. 47-48.

³⁶ Cf. Braga, *op. cit.*, 1995, p. 92. Lembrando que o autor define forças produtivas, em contraste ao economicismo, enquanto a “materialização de relações de produção antagônicas” que designam a “unidade de relações sociais, econômicas, ideológicas e políticas, na medida em que interviesse de modo eficaz na apropriação social da natureza” (p.93).

século XX. Ainda segundo Bihr, não houve a eliminação da luta de classes, mas a sua circunscrição à esfera instalada pelo compromisso³⁷.

Entrementes, deve-se ressaltar que tal postura não significa simplesmente uma traição aos “interesses históricos” dos trabalhadores, mesmo que o movimento operário tenha exagerado as proporções de pacto estruturalmente limitado no tempo e no espaço, já que só contornava conjunturalmente as tendências destrutivas e de crise do capital. A questão é que pesou muito, como lembra Bihr, os interesses imediatos de classe, e, portanto, “também mais vitais”:

Uma relativa estabilidade de emprego; um crescimento de seu ‘nível de vida’; uma redução de seu tempo de trabalho; a satisfação de um certo número de suas necessidades fundamentais (habitação, saúde, educação, formação profissional, cultura, lazer, etc.). Em resumo, é a perspectiva de sair da miséria, da instabilidade, da incerteza do futuro e da opressão desenfreada, que basicamente caracterizaram até aquele momento a condição proletária. É juntamente a garantia de adquirir direitos, não só formais (direitos cívicos e políticos) mas reais (direitos sociais), cujo respeito seria garantido pelo Estado, e de ter acesso a uma vida se não agradável, pelo menos suportável (aceitável).³⁸

Voltaremos a discutir essa problemática social-democrata posteriormente.

1.1.2 O poder dos meios de comunicação

A ironia de Marx contida na afirmação de que “não é com seus pés que as mercadorias vão ao mercado, nem se trocam por decisão própria” inicia um amplo questionamento sobre o processo de troca e circulação, cuja finalidade é mostrar a verdadeira origem do valor contido nas mercadorias, para além do simples “comprar barato e vender caro”. Demonstra, posteriormente, que o valor criado a mais, e que move a acumulação e reprodução do capital, é fruto da extração de sobre-trabalho (mais-valia) na esfera da produção, sendo esse o *locus* privilegiado da exploração e desigualdade inerente ao capitalismo³⁹.

³⁷ Cf. A. Bihr, *Da grande noite à alternativa: o movimento operário europeu em crise*. São Paulo, Boitempo, 1999, p. 36-8.

³⁸ *Ibid.*, p. 37-8.

³⁹ Ao contrário da aparência presente na esfera da circulação de “verdadeiro paraíso dos direitos inatos do homem. Só reinam aí liberdade, igualdade, propriedade e Bentham” (Marx, *op. cit* 2001, vol I, p. 206).

Mas isso não significa que a esfera da circulação fosse totalmente alheia à dinâmica da produção, e que os elementos concernentes aos seus domínios não fossem importantes ao se considerar o processo geral de autovalorização do capital⁴⁰. Principalmente porque o fator *tempo* coloca-se como peça fundamental nesse circuito: para que se componha a forma-dinheiro que representa o capital (D') e, assim, se reinicie a produção, é necessário que os produtos cheguem ao consumidor e o dinheiro ao capitalista.

Se hoje estamos acostumados a transações instantâneas possibilitadas pelos sistemas virtuais financeiros, esse problema, em seus primórdios, “torna-se dramático”, como esclarece Dantas, haja vista que os mercados expandiam-se territorialmente tanto dentro quanto fora das fronteiras nacionais⁴¹. Não é à toa que Marx afirma que:

A expansão e a contração do tempo de circulação atuam como limite negativo sobre a contração ou a expansão do tempo de produção ou da amplitude em que um capital de dada grandeza funciona como capital produtivo. Quanto mais as metamorfoses de circulação do capital forem apenas ideais, isto é, quanto mais o tempo de circulação for igual a zero ou se aproximar de zero, tanto mais funciona o capital, tanto maior se torna a sua produtividade e autovalorização. (...) O tempo de circulação do capital limita, portanto, em geral o seu tempo de produção e, por isso, o seu processo de valorização.⁴²

Conforme demonstra Dantas, essa preocupação fica ainda mais clara em passagens dos *Grundrisse*, nas quais Marx chama a atenção para os “custos de circulação” que se transformam em “perda pura” para o capital, pois se tornam um fator de “desvalorização”, o qual, indiretamente, irá incidir de forma negativa sobre o processo geral de valorização⁴³. Nesse sentido, todo esforço para reduzir esse movimento depreciador é, “também, desenvolvimento da força produtiva”⁴⁴. A tendência do capital será sempre, dessa maneira, “anular o espaço por meio do tempo, isto é, reduzir ao mínimo o tempo que requer o movimento de um lugar para o outro”⁴⁵.

⁴⁰ As idéias apresentadas em seqüência seguem, de certa forma, o trabalho de Marcos Dantas, “Da produção material à ‘virtual’: esboço para uma compreensão ‘pós-clássica’ da teoria do capital”, in Jorge Tapia & Alain Rallet (Orgs.), *Telecomunicações, Desregulamentação e Convergência Tecnológica: Uma análise comparada*. Campinas, Instituto de Economia, Unicamp. Coleção Pesquisas, nº 2, 1999.

⁴¹ Cf. *Ibid.*, p.224.

⁴² K. Marx apud *ibid.*, p.225.

⁴³ “Se o tempo de trabalho se apresenta como atividade que põe valor, este tempo de circulação do capital, pois, aparece como tempo de desvalorização”(Marx apud Dantas, *op. cit.*, 1999, p.226).

⁴⁴ Marx apud *ibid.*, p. 224.

⁴⁵ Marx apud *ibid.*, p.226, grifos de Marx.

Assim, as comunicações e os transportes, e o seu desenvolvimento tecnológico, tornam-se fatores de essencial importância para a continuidade do ciclo do capital, e, ainda, são eles que fornecem as bases para sua tendência expansionista. Os transportes, que para Marx estariam inclusos num setor mais geral denominado “indústria de comunicação”, consistiriam até mesmo em uma “continuação de um processo de produção *dentro* do processo de circulação e *para* o processo de circulação”⁴⁶. À época, os sistemas de informação reduziam-se aos correios e telégrafo, que normalmente acompanhavam as linhas férreas⁴⁷.

Já a introdução da telefonia e da radiofonia, no início do século XX⁴⁸, traria um impacto tão radical quanto às técnicas produtivas de Ford, segundo defende Dantas. Isso porque:

Tanto uma quanto outra permitiram, cada uma a seu modo, que a informação sobre a mercadoria pudesse chegar ao seu consumidor muito antes de ele perceber sensorialmente a realidade física da mercadoria mesma, ao mesmo tempo em que, em sentido contrário, muitos “tempos de transação” podiam ser reduzidos a quase zero.⁴⁹

Mesmo que a contragosto de certos segmentos das empresas, que viam nas redes telefônicas nascentes a presença de muito “palavratório inútil” pelas pessoas, a telefonia, assim como a radiofonia, não ficou circunscrita às redes comerciais e, ao contrário da telegrafia (que registrou menor difusão), conseguiu espalhar-se por espaços sociais mais amplos, não-financeiros, “exatamente porque serviam (telefonia e radiofonia) à circulação ampla da produção social geral”⁵⁰.

Para o autor, uma esquerda clássica menosprezou a importância que a indústria da informação teve no desenvolvimento capitalista, ao lado da atuação do taylorismo e do fordismo no complexo sidero-metalúrgico. O papel por ela desempenhado é de grande importância quando se pensa o ciclo geral de valorização do capital, já que pode servir,

⁴⁶ Marx apud *ibid.*, p. 223, grifos de Marx.

⁴⁷ Cf. Dantas, *op. cit.*, 1999, p.224. Ainda segundo o autor, as primeiras redes de telégrafo foram instaladas na Inglaterra em 1847, ocorrendo sua expansão para o restante da Europa ao longo da década seguinte. Nos EUA, em 1859 completa-se a ligação telegráfica entre Nova Iorque e São Francisco, e 1866 o cabo submarino ligando-o à Europa.

⁴⁸ A patente do telefone foi realizada em 1876 (por diferentes pessoas -Bell e Gray- quase ao mesmo tempo), iniciando-se a instalação das primeiras linhas e redes interurbanas. Mas somente o século posterior presenciaria um maior avanço da tecnologia (Cf. *ibid.*, p.224).

⁴⁹ *Ibid.*, p.228.

⁵⁰ *Idem*, *A lógica do capital informação*. Rio de Janeiro, Ed. Contraponto, 2002, p.120.

através, por exemplo, do cinema e do rádio, como formadora “de hábitos de consumo necessários à expansão de uma produção capitalista material crescentemente mediatizada”.⁵¹

Mesmo a pesquisa científica, à busca de novos conhecimentos e informações que sirvam à acumulação, não é exclusiva do período hodierno, tendo sido notadamente transformada em fins do século XIX, por uma modificação do significado das *patentes*. Se inicialmente, nos primórdios do capitalismo, as patentes serviam como espécie de prêmio (rendas temporárias pela utilização do objeto ou da técnica) ao inventor o qual, simultaneamente, era obrigado a tornar público seu invento para que esse pudesse ser aperfeiçoado, estas se tornam cada vez mais “fontes de acumulação”, fazendo dos inventores de “sucesso” “patenteadores profissionais”. Essa mudança teria sido cristalizada pelos trabalhos de Thomas Edison que, a despeito da lâmpada e do gramofone, teria mesmo como grande invenção o laboratório de pesquisa, “um lugar onde cientistas e técnicos são assalariados para trabalhar, conforme rotinas objetivas e as mais eficientes possíveis, na produção de patentes”, as quais passam a ser fundamento da produção de várias grandes empresas como, General Electric (do próprio Edison), AT&T (patentes de G. Bell), Ericsson, IBM, Nestlé, etc.⁵² Não é de se espantar a declaração de Henry Ford: “a nossa época deveria chamar-se de era de Edison. São mais de 2.000 as suas invenções. Não há nenhuma descoberta moderna que não esteja ligada, ao menos em parte, ao gênio de Edison”⁵³.

1.2. A crise e a reestruturação da dominação

Após um período de altos índices médios de crescimento, no pós-segunda guerra mundial, o capital começa a enfrentar mais visivelmente, principalmente a partir da década de 1970, suas contradições estruturais, as quais, no plano fenomênico⁵⁴, surgem como o esgotamento dos princípios tayloristas e fordistas em oposição à crescente adoção

⁵¹ Ibid., p.116. Processo esse que foi profundamente discutido pelos autores da “Teoria Crítica”, em especial Max Horkheimer e Theodor Adorno, assim como Walter Benjamin, entre outros.

⁵² Cf. Ibid., p. 114.

⁵³ Henry Ford apud *Trópico Enciclopédia Ilustrada*. São Paulo, OESP; Maltese, s/d, p.1.

⁵⁴ Cf. Antunes, *op. cit.*, 2002.

de novas técnicas inclusas num conjunto geral, mesmo que heterogêneo, de “acumulação flexível”⁵⁵.

Com efeito, o modo de produção capitalista entrou, como argumenta Gounet, em uma crise estrutural, caracterizada pelo “débil crescimento da demanda” e potencializada pelos abalos internacionais, tanto de ordem econômica quanto política, como a crise energética que quadruplicou o preço do petróleo em 1973⁵⁶. Por detrás dessas insuficiências estava, para o autor, a tendência de queda da taxa de lucro das empresas, resultante também, em parte, das lutas sociais e aumento das atividades grevistas que se intensificavam desde a década de 1960, e que ocasionaram um aumento do preço da força de trabalho e contestação das formas de controle da produção⁵⁷. Outro condicionante dessa lei é o fato de que no momento em que as empresas alcançam um patamar organizacional e tecnológico semelhante, os investimentos em novas tecnologias e a compra de máquinas acabam não obtendo o resultado esperado, isto é, os investimentos tornam-se cada vez menos rentáveis. O resultado é uma crise de acumulação que persegue, e tende a continuar perseguindo, todas as formas de exploração capitalistas⁵⁸.

Desse quadro recessivo, porém, expandem-se, de forma acelerada, os segmentos relativos ao capital financeiro, fazendo com que os seus representantes tornem-se cada vez mais a fração hegemônica da classe dominante mundializada. Ao contrário de muitas análises que identificam essa hipertrofia da esfera financeira como a causa da recessão e crise do setor produtivo, esse fenômeno nada mais é do que consequência dos problemas internos do capital produtivo:

A crise tem suas raízes profundas numa crise secular da lucratividade que resultou do excesso constante de capacidade e de produção do setor manufatureiro internacional. Em primeiro lugar, o grande deslocamento do capital para as finanças foi a consequência da incapacidade da economia real, especialmente as indústrias de transformação, de proporcionar uma taxa de lucro adequada. Assim, a aparição do excesso de capacidade e de produção, acarretando perda de lucratividade nas indústrias de transformação a partir do final da década de 1960, foi a raiz

⁵⁵ Cf. David Harvey, *A condição pós moderna*. São Paulo, Loyola, 1992.

⁵⁶ Cf. Gounet, *Fordismo e toyotismo na civilização do automóvel*. São Paulo, Boitempo, 1999.

⁵⁷ Cf. Antunes, *op. cit.*, 2002, p. 29; João Bernardo, *Transnacionalização do Capital e fragmentação dos trabalhadores – Ainda há lugar para os sindicatos?*, São Paulo, Boitempo, 2000, p.28.

⁵⁸ Cf. Gounet, *op. cit.*, p.43.

do crescimento acelerado do capital financeiro a partir do final da década de 1970.⁵⁹

A resposta do capital foi se cristalizando a partir de um projeto geral, de vários tipos e velocidades, de reestruturação produtiva nas empresas dos mais variados setores econômicos. No processo em questão, vários elementos, unidos numa teia de inovações, retroalimentam-se, isto é, modificações organizacionais, inovações tecnológicas com a base microeletrônica e novas configurações políticas e ideológicas com o avanço do neoliberalismo estão presentes nesse movimento contínuo de procura de novas alternativas à manutenção do poder do capital.

Harvey indicou que um novo regime de acumulação, de caráter flexível, começa a emergir, a partir da década de 1970, em detrimento da rigidez característica do padrão fordista⁶⁰, sendo marcado por inovações nos planos tecnológico, organizacional e financeiro, assim como por uma redefinição dos mercados e plantas industriais em todo mundo. Entre outros processos de acumulação flexível - como o Kalmarianismo na Suécia ou a Terceira Itália, no norte deste país -, a experiência japonesa com o toyotismo tem se mostrado a de maior repercussão mundial⁶¹.

A abordagem que deu origem a esses “modelos de especialização flexível” foi realizada por Mike Piore e Chuck Sabel, que os discutiam em suas pesquisas sobre a região italiana de Emilia-Romagna, a qual apresentava processos produtivos que aliavam novas formas de alta tecnologia à produção artesanal cooperativa, em um contexto econômico específico, de ausência de mão-de-obra qualificada e disponibilidade de reduzidos salários para uma massa de trabalhadores não-qualificados. Os autores, entretanto, buscaram generalizar essa organização do trabalho, afirmando ser possível adotá-las em vários outros contextos e que essas poderiam alterar o despotismo fabril e introduzir uma harmonia nas relações de trabalho⁶². De fato, várias análises posteriores acabaram por absorver esse otimismo primevo e passaram a ver um aumento de relações democráticas de trabalho, com administrações mais participativas e abertas a todos os trabalhadores. O fato de que as

⁵⁹ R. Brenner,. “A crise emergente do capitalismo mundial: do neoliberalismo à depressão?”, in *Revista Outubro*, nº 3, 1999, p.12.

⁶⁰ Iremos apresentar algumas críticas a essa visão posteriormente.

⁶¹ Cf. Harvey, *op. cit*

⁶² Segundo a leitura de Simon Clarke, “Crise do fordismo ou crise da social-democracia?”, in *Lua Nova*, nº 24, setembro de 1991, p. 122-124.

grandes indústrias estavam reduzindo seus aparatos e quadro de pessoal, em simultâneo à elevação do setor de serviços (que, por sinal, a tudo englobava), também levaram alguns a imaginar a ascensão de uma sociedade “pós-industrial”, a qual apresentaria características diferentes da especificidade capitalista.

Para alguns autores, esses indícios evidenciariam a superação do capitalismo na medida em que a fábrica não seria mais o espaço privilegiado de estruturação das contradições sociais, já que teria havido um decréscimo de sua participação na totalidade das atividades econômicas e, assim, o surgimento de conflitos mais importantes que se situam fora do âmbito fabril.

Pois bem, o objetivo, nesse momento, é discutir criticamente tanto as ‘novas’ formas de trabalho como várias análises a esse respeito, apresentando, por fim, alternativas de como se pensar a atual configuração capitalista do trabalho.

Atualmente, assistimos a um intenso movimento de recomposição das bases de dominação do capital. No plano produtivo, as diversas reestruturações e reengenharias buscam alternativas à crise de lucratividade através da redução do contingente de trabalhadores, propiciada pelos incrementos tecnológicos, e, para os que permanecem, estratégias de cooptação e envolvimento ideológico são reforçadas. No plano político, a ofensiva neoliberal aumenta o poder dos mercados e promove a desregulamentação de direitos e garantias trabalhistas que agiriam como ‘entraves’ ao crescimento econômico. Nesse mesmo sentido, promoveu por onde se instalou uma onda de privatizações de empresas estatais, situadas em diversos setores da economia, cujo objetivo principal foi integrar áreas anteriormente públicas ao processo de acumulação de capital. Sem a intenção de imputar à política um papel de simples reflexo da base econômica, deve-se procurar nessas transformações um pano de fundo comum, e este está calcado nas mutações que se verificam na base material do capitalismo moderno.

O projeto neoliberal de estruturação da sociedade⁶³ está traçado desde meados da década de 1940, sendo o livro de Friedrich A. Hayek, *O Caminho da Servidão*, um importante marco dessa trajetória. Publicado em 1944, antevendo o fortalecimento da

⁶³ Voltaremos a uma discussão sobre as características do neoliberalismo posteriormente.

socialdemocracia no pós-guerra⁶⁴, Hayek constrói uma crítica severa a qualquer forma de intervencionismo (incluído o sindicalismo), mesmo que bem intencionado, nas forças do mercado, as quais, se livremente operassem, seriam as únicas capazes de tornar viável a vida social numa sociedade complexa. Keynesianismo, socialismo, fascismo e nazismo foram todos transformados numa mesma via, aquela que levaria à nova servidão por tolher a iniciativa individual ao fortalecer o poder do Estado e suas benesses em detrimento da concorrência entre entes privados. Em 1947, simultâneo ao crescimento do *Welfare State*, Hayek convoca vários críticos desse modelo para uma reunião em Mont Pèlerin, na Suíça, que contou com a presença de personalidades como Milton Friedman, Karl Popper, Walter Lipman, Salvador de Madariaga, entre outros. Fundaram, então, a Sociedade de Mont Pèlerin, cujo propósito era “combater o keynesianismo e o solidarismo reinantes e preparar as bases de um outro tipo de capitalismo, duro e livre de regras para o futuro”⁶⁵. Totalmente derrotada política e eleitoralmente na Europa, esta mensagem “permaneceu na teoria por mais ou menos 20 anos”⁶⁶.

Tudo começa a se transformar quando esses países enfrentam um período, a partir da década de 1970, de baixo crescimento aliado ao aumento inflacionário. As corporações iniciam remodelamentos de suas estruturas organizacionais e, não mais dispostas a arcar com as ‘pesadas’ negociações sindicais, buscam trazer os trabalhadores para o seu ‘lado’, negociando individualmente e tornando-os, pelo discurso, parte de um mesmo ‘time’, pelo qual todos deveriam vestir a mesma camisa.

Desse modo, aquelas idéias que viam o movimento sindical como empecilho ao desenvolvimento, já que elevavam artificialmente seus ganhos (salários) e pressionavam por maiores gastos públicos, ganham destaque e puderam ser implantadas, mesmo que não totalmente (o que é praticamente impossível), em alguns países centrais. A experiência pioneira foi na Inglaterra, com o governo de M. Thatcher, seguido por R. Reagan nos EUA, em 1980, e H. Kohl na Alemanha, em 1982. Contaminou, com intensidades diversas, vários outros governos, na Europa, Oceania e América Latina.

⁶⁴ E esta é outra prova que a contexto político internacional influi fortemente nos processos econômicos, haja vista que o fortalecimento da socialdemocracia é proporcional ao temor de movimentos comunistas apoiados pelo bloco soviético.

⁶⁵ Perry Anderson, “balanço do neoliberalismo”, in *Pós-neoliberalismo*. E. Sader & P. Gentili (Orgs.), *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*, São Paulo, Paz e Terra, 1995, p.10.

⁶⁶ *Ibid.*, p.10.

Em pouco tempo, relativamente, “não havia mais alternativa”. A força com a qual essa ofensiva das classes dominantes chegou aos mais diversos contextos políticos tem atrás de si algumas mudanças fundamentais na base produtiva do capitalismo e também na configuração das relação de classes.

Uma alternativa de análise é proposta por R. Fausto, da qual retemos *algumas* pistas. Para esse autor, o que presenciamos é a transformação das bases da grande indústria, devido ao desenvolvimento da ciência e da técnica, rumo ao que seria a “pós-grande indústria”, uma nova *forma* social que produz uma negação do capitalismo dentro do próprio capitalismo⁶⁷. *Grosso modo*, o intuito é mostrar que a teoria do valor de Marx, em particular as pistas por ele deixadas nos *Grundrisse*, contempla vicissitudes previstas com o desenvolvimento da grande indústria, a partir da criação de valores-de-uso “imateriais” e da crescente importância do conhecimento como vetor do processo de criação de valor.

Marx, nos *Grundrisse*, esboçou um estágio de transição rumo ao fim da “produção que se baseia no valor” a partir de alterações crescentes no aparato técnico, o qual, em determinado momento, se desvincularia do tempo de trabalho como medida de riqueza. A máquina seria, neste aspecto, “uma espécie de força de trabalho (intelectual) no sentido de que ela não necessita mais (quase) nenhum trabalho para ser vivificada”⁶⁸. Isto não significa que poderia haver uma real libertação social com a pós-grande indústria, principalmente antes de uma revolução, mas que o capitalismo negaria a si próprio promovendo a *possibilidade* do fim da subordinação material do trabalho. Mas seria esta mais uma reedição da tese do primado das forças produtivas como ‘motor’ da história? Consideramos que não (necessariamente), mas vejamos o que isso significa.

Nos seus primórdios, o capital subsumiu apenas formalmente o trabalho à sua lógica de produção, pois, como os meios técnicos ainda não haviam sido transformados, o capitalista somente coordena e toma para si a produção tal como ele a encontra. A partir de mudanças nas forças produtivas, o elemento vivo é incorporado estruturalmente a um processo de produção independente, constituindo a subsunção real do trabalho ao capital.

A novidade, para Fausto, é que a utilização avançada da ciência tende a diminuir drasticamente a importância do tempo de trabalho na produção. No entanto, a

⁶⁷ Cf. Ruy Fausto, “A ‘pós-grande indústria’ nos *Grundrisse* (e para além deles)”, in *Lua Nova*, nº 29, 1989, p. 47-67.

⁶⁸ *Ibid.*, p. 58.

força de trabalho relacionar-se-ia de uma nova maneira com o processo de produção, o qual, por sua vez, seria cada vez mais processo de produção de ciência. Haveria, assim, a possibilidade de se desvincular materialmente da produção capitalista mas, e aqui reside um ponto essencial, isso não significa uma liberação completa, ao contrário, surgiria com mais força uma *subsunção intelectual* do trabalho ao capital, característica dessa nova fase. A contradição aqui se efetiva pelo fato de que o capital é inadequado a esse novo processo material de produção, restando a ele somente exercer, novamente, uma *subsunção formal* - mesmo que em bases inteiramente diferentes do seu início.

Quando redigiu *O Capital*, cerca de dez anos depois de ter iniciado suas pesquisas preparatórias condensadas nos *Grundrisse*, Marx já não acreditava na preservação do capitalismo com o desenvolvimento das contradições crescentes da grande indústria. Esta postura tinha como pressuposto a tendência de queda da taxa de lucro das empresas, isto é, de que a acumulação de capital seria danosamente afetada pela redução de mais-valia produzida, fruto do aumento da composição orgânica do capital. Contudo, para Fausto,

Os *Grundrisse* nos põe diante do mesmo movimento, só que eles consideram não os efeitos *formais* imediatos de uma mecanização crescente, mas os efeitos *materiais* anunciando revoluções formais, de uma mecanização que deu origem a uma *transfiguração* da relação da *ciência* com a produção. Estamos assim, diante de uma verdadeira transformação (...) do processo produtivo, de uma mutação tecnológica, e os efeitos formais considerados não atingem apenas o nível, que é afinal, fenomênico, da taxa de lucro, mas os “fundamentos” do sistema.⁶⁹

Nos *Grundrisse*, Marx mostra que o objetivo do capital é reduzir ao máximo a quantidade de trabalho vivo necessário para a produção, chegando mesmo a um patamar mínimo. Contudo, ao reduzir a um mínimo o trabalho humano, mesmo que de forma não intencionada, o capital promove a possibilidade de emancipação *do* trabalho:

A grande qualidade histórica do capital é *criar esse sobretrabalho*, trabalho supérfluo do ponto de vista do mero valor de uso, da mera subsistência (...) e, finalmente, quando o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho, que o capital incessantemente impulsiona com a sua ilimitada obsessão pela riqueza, e o desenvolvimento das condições específicas em que essa obsessão pode ser realizada tenham alcançado o grau de florescimento em que a posse e a preservação da riqueza geral requerem um tempo de trabalho menor da sociedade como um todo e a

⁶⁹ Ibid., p. 55.

sociedade trabalhadora se relaciona de maneira científica com o processo de sua progressiva reprodução; em conclusão, onde tenha cessado o trabalho em que um ser humano faz o que uma coisa poderia fazer⁷⁰.

Porém, já antecipando incongruências e polemizando com Lauderdale, ressalta Marx que não se pode querer converter o capital fixo em fonte autônomo de valor, independente do tempo de trabalho, pois, pela sua definição “o capital fixo só é fonte de valor na medida em que é ao mesmo tempo trabalho objetivado e na medida em que cria tempo de trabalho suplementar”⁷¹

O trabalho continua sendo o pressuposto da produção de riqueza, porém, conseqüência do desenvolvimento da grande indústria automatizada, a criação dessa riqueza passa a depender cada vez menos do tempo de trabalho⁷². Haveria, então, a possibilidade, inscrita nesse processo, de um momento de desenvolvimento real dos indivíduos no qual a redução do tempo de trabalho não seria buscada como forma de aumentar mais-valia, mas sim como tática geral de redução de horas de trabalho, possibilitando a todos, através de um tempo verdadeiramente livre, o incremento cultural, artístico e científico. Contudo, essa explanação insere-se numa determinada *problemática*, inserida na discussão sobre as bases de uma *nova* sociedade, inteiramente diferente daquela determinada pelas relações de produção capitalistas.

Assim, Marx indica que, mesmo carregando em si um potencial emancipador, tal libertação só se realizaria com a dissolução das bases estruturais de poder do capital, pelo fato de ser este uma “contradição em movimento”:

O capital é a contradição em movimento, porque tende a reduzir o tempo de trabalho a um mínimo, enquanto que por outro lado põe o tempo de trabalho como a única medida e fonte de riqueza. O capital reduz, por conseqüência, o tempo de trabalho na forma de trabalho necessário para aumentá-lo na forma de trabalho suplementar; põe, portanto, o trabalho supérfluo, em medida crescente, como condição - *question de vie et de mort* – do trabalho necessário.⁷³

⁷⁰ Marx apud E. Mandel, *O Capitalismo Tardio*. São Paulo, Abril Cultural, 1982.

⁷¹ Marx, *op. cit.*, 1978, p.87.

⁷² “O roubo de tempo de trabalho alheio, sobre o qual se baseia a riqueza atual, se apresenta como uma base miserável frente a esta base recém desenvolvida, criada pela mesma grande indústria. Tão logo o trabalho em sua forma imediata deixa de ser a grande fonte de riqueza, o tempo de trabalho deixa e tem que deixar de ser sua medida e, por conseqüência, o valor de troca tem que deixar de ser a medida de valor de uso. O *sobretalho da massa* deixa de ser condição para o desenvolvimento da riqueza geral, assim também como o *não-trabalho de poucos* deixa de ser condição para o desenvolvimento das forças gerais do cérebro humano” (ibid., p.91. grifos do autor, trad. própria).

⁷³ Ibid., p. 93, trad. própria.

Por um lado, segundo Marx, o capital organiza as forças da ciência para tornar a produção de riqueza independente do tempo de trabalho. Por outro, quer medir essas enormes forças sociais produzidas pelo tempo de trabalho e:

mantê-las dentro dos limites necessários para conservar como valor o valor já criado. As forças produtivas e as relações sociais – ambos os lados distintos do desenvolvimento do indivíduo social – são para o capital exclusivamente meios, meios para produzir sobre sua base limitada. Mas, na verdade, elas são as condições materiais para fazer saltar pelos ares esta base limitada.⁷⁴

Com efeito, surgiram, nas últimas décadas do século XX, importantes inovações técnicas e alterações tecnológicas com o advento da microeletrônica. Para Morris-Suzuki, a crescente automação que tem sido verificada desde a década de 1970 não pode ser considerada uma simples continuação do longo processo histórico de mecanização do trabalho⁷⁵. Tal constatação explica-se porque se efetiva uma fissão fundamental no processo de trabalho, a saber, a separação entre o *software* e o *hardware*. Essa separação evidencia mais nitidamente e de forma mais precisa que não só força física é incorporada ao capital fixo, mas que conhecimento, capacidade intelectual, transforma-se em mercadoria e é anexado ao capital. O desenvolvimento dos *softwares* acarreta duas conseqüências extremamente relevantes. Em primeiro lugar, faz com que uma única máquina possa variar movimentos e tarefas sem alterar sua estrutura mecânica. Em segundo lugar, e mais importante, faz com que o conhecimento se separe do corpo físico do trabalhador e se transforme em mercadoria. O *software* nada mais é do que uma “forma especial de mercantilização do conhecimento”⁷⁶.

Segundo Prado, retomando os conceitos de Fausto, esse movimento expressaria o surgimento da pós-grande indústria, na qual:

(...) a matéria privilegiada da relação de capital –este, lembrando, só existe por meio de suas formas – está se modificando. Se antes a matéria

⁷⁴ Ibid., p. 91, trad. própria. Para Marx essa é uma das contradições que torna evidente a impossibilidade do crescimento das forças produtivas continuar vinculada à apropriação privada do trabalho alheio, dando forças ao projeto de controle próprio dos trabalhadores dessa massa de sobre-trabalho. Se assim feito, o tempo livre deixa de ter uma existência *antitética*: “Então, já não é mais de modo algum o tempo de trabalho, mas o tempo disponível a medida da riqueza” (p. 94).

⁷⁵ Cf. Tessa Morris-Suzuki, “Robots and capitalism”, in Davis *et al.* (orgs.), *Cutting Edge*, London/ New York, Verso, 1997.

⁷⁶ Cf. Ibid., p. 16 -7.

por excelência do capital era o sistema de máquinas, agora vem a ser o que Marx denominava de inteligência coletiva (*general intellect*) – ou seja, uma força produtiva social inerentemente desterritorializada que pode estar, em princípio, em todos os lugares ao mesmo tempo. Se antes o capital produtivo aparecia, sobretudo, como ativo físico (máquinas, fábrica, etc.), agora ele se configura de modo especial como ativo intangível (informação, conhecimento, etc.).⁷⁷

O exemplo mais nítido dessa tendência são as “empresas sem fábricas”, nas quais são realizadas somente as atividades financeiras e de pesquisa, que envolvem todo um complexo aparato técnico, o qual demanda um trabalho mais qualificado (às vezes até ‘hiperqualificado’), responsável pela criação de novas tecnologias, bens culturais, artísticos, etc. Seus ativos passam a ser ações, títulos públicos e privados, dinheiro e, principalmente, direitos de propriedade intelectual, pois suas receitas compõem-se dos ganhos obtidos na comercialização de suas patentes, de seus direitos autorais, marcas, projetos, processos para a criação de produtos, etc. Torna-se, “por excelência, um empreendimento de captação de renda”,⁷⁸.

Para Fausto, essas modificações afetam as formas pelas quais o trabalhador se insere no processo de trabalho. Se no período de subsunção formal, o trabalhador era *suporte* dos meios de produção, com a subsunção real ele se torna, além de suporte, *apêndice* da maquinaria. Agora, a partir de uma subsunção formal-intelectual, torna-se *servidor* de um novo mecanismo que é um autômato espiritual.⁷⁹ Ou seja, ao ser “eliminado” até certo ponto do processo direto de produção, o trabalhador agiria como um elemento externo para o qual se abriria a possibilidade de reverter sua condição de ente dominado pela maquinaria.

Essas afirmações nos levam, assim, a alguns questionamentos. Em primeiro lugar, não obstante o fato de o capital ser uma “contradição em movimento”, que para se desenvolver precisa negar-se, seria correto esperar de sua expansão forças produtivas inteiramente novas, passíveis de utilização em uma nova sociedade? Afinal, se a resposta for afirmativa, abre-se a veia teórica para que se sustente a idéia de que o simples desenvolvimento das forças produtivas levaria à sociedade socialista. Ou, ainda, de modo

⁷⁷ Euleterio Prado. “Pós-grande indústria e neoliberalismo”. Artigo retirado de www.econ.fea.usp.br/euleterio, p. 2.

⁷⁸ Cf. E. Prado, “Valor desmedido e desregramento do mundo”, Artigo retirado de www.econ.fea.usp.br/euleterio, p.10.

⁷⁹ Fausto, *op. cit.*, p. 61.

mais profundo e problemático, de que uma união dos trabalhadores com a classe capitalista, em prol do incremento dos meios produtivos, seria, em tese e em longo prazo, benéfico ao trabalhador, que se livraria da ‘penosidade’ do trabalho.

Tosel, por exemplo, critica o que seria uma visão “otimista” de superação da crise do capital, presente nos *Grundrisse*, por conceber uma transformação social a partir de processos tecnológicos, e não como resultado de ações revolucionárias.⁸⁰

Em suma, seria completa a libertação material do trabalhador, ou seja, sua integração materialmente subordinada ao capital teria se esgotado?

O próprio Fausto responde negativamente:

(...) se poderia perfeitamente dizer que com as novas máquinas não desaparece a subordinação material (...) Marx pensa num modelo que poderia ser, por exemplo, o do engenheiro que pilota um avião supersônico. Mas há também o modelo do trabalhador que faz uma longa jornada trabalhando com um computador. Seria difícil dizer que ele é *materialmente* livre diante do instrumento. (...) A transformação da natureza em “espírito” não garante a libertação “material”, isto é, a que se dá no processo de trabalho. Essa transformação *pode* ser uma condição de libertação material (...).⁸¹

Outros, entretanto, não tomaram o devido cuidado e a partir dos mesmos fenômenos vêem o fim da classe trabalhadora e do próprio processo de valorização. Para André Gorz, por exemplo, considerando que a nova configuração capitalista estraçalhou o poder do trabalho humano, fazendo com que a sociedade não fosse mais fundada sobre o trabalho, não haveria mais razões para defender a primazia do proletariado em qualquer processo revolucionário. A “Revolução Microeletrônica” seria a responsável pelo desemprego tecnológico e, assim, por tornar o trabalho cada vez mais supérfluo. As novas fábricas criadas em meio a essa “revolução” inauguram a “era da abolição do trabalho”, pois no interior desses novos espaços a quantidade de trabalho necessária para a produção tenderia a zero: “as primeiras fábricas sem operários são as fábricas onde robôs fabricam

⁸⁰ Cf. A. Tosel apud Daniel Romero. *Em direção à ‘pós-grande indústria’?* Ciência e produção dos *Grundrisse* de Marx, 2001, p.21 (mimeo.).

⁸¹ Fausto, *op. cit.*, p. 61. Mas vemos que mesmo Fausto abre o que poderia ser considerada uma brecha ao afirmar que essa transformação *pode ser* a libertação material, possibilidade que consideramos nula, principalmente quando se toma o processo, e suas conseqüências, de forma global, e não localizada.

robôs”⁸². Desse quadro, duas conseqüências são assinaladas pelo autor, a saber, a dissolução da lei do valor-trabalho e a quebra da vinculação entre trabalho e renda⁸³.

Fundamentado na concepção de que “uma época chega ao seu término: a época em que o trabalho humano era fonte de toda riqueza”, a Gorz resta formular a seguinte questão para o futuro: “a terceira revolução industrial irá levar à sociedade do desemprego ou à sociedade do tempo liberado?”⁸⁴.

A ode, e o equívoco, de Gorz acerca do tempo livre fundamenta-se no entendimento de que já fora alcançado esse estágio em que coisas podem substituir o trabalho humano, possibilitando ao ser social a livre concretização de suas potencialidades fora do trabalho. Ou além, e bem mais problemático, de que isso possa ser conseguido em alguma forma de capitalismo. Porém, o que se negligencia nesse esquema é o fato de que, numa sociedade de trabalho hierarquizado que produz mercadorias, ao mesmo tempo em que se criam novas oportunidades de liberação social, são também estabelecidas outras formas de aviltamento humano, em decorrência da própria necessidade de reprodução do capital, que faz da ciência a “sua” ciência. Da mesma forma, imaginar que a completa automação do aparato industrial possa ser efetivada pelo próprio capitalismo torna-se uma contradição na medida em que o capital necessita da criação de mais-valia no processo de sua valorização. Como defende Mandel, a automação completa e a transformação de todos trabalhadores em “cientistas” são impossibilitadas por motivos de sua própria autopreservação:

Num período de *contradição* crescente entre as forças produtivas e as relações sociais de produção, não se pode esperar, portanto, que todas as inovações possibilitadas pela ciência e pela tecnologia se consumam antes que as relações sociais de produção possam ser transformadas. Essa contradição se expressa, afinal, exatamente no fato de que uma revolução técnica e científica *potencial* só pode se realizar *parcialmente* dentro da estrutura das relações de produção sociais do presente. A automação completa da grande indústria não é possível no capitalismo tardio. Portanto, esperar essa automação geral antes da abolição das relações de

⁸² André Gorz apud Josué Silva, *André Gorz - Trabalho e Política*. São Paulo, Annablume e Fapesp, 2002, p. 158. Ver também André Gorz, *Adeus ao Proletariado*, Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1982.

⁸³ Assim Gorz define essas conseqüências: primeiro, “o tempo de trabalho não poderá mais ser a medida do valor de troca nem o valor de troca a medida do valor econômico” e , segundo, “o salário não poderá mais ser função da quantidade de trabalho nem o direito a uma renda estar subordinado à ocupação de um emprego” (apud Silva, *op. cit.*, p.160.)

⁸⁴ Apud Silva, *op. cit.*, p. 161.

produção capitalistas é tão incorreto quanto esperar a abolição das relações de produção capitalistas pelo mero avanço da automação⁸⁵.

Pode-se dizer que *o capitalismo tão somente realizou aquilo esperado dele próprio*, o que, conseqüentemente, envolve todas suas potencialidades, limitações e contradições, inseridas no conjunto dinâmico condicionado pela luta de classe. É o que se condensa nessa passagem de Mandel:

“A pior forma de desperdício, inerente ao capitalismo tardio, jaz no mau uso das forças de produção humanas e materiais existentes; em vez de serem usadas para o desenvolvimento de homens e mulheres livres, são cada vez mais empregadas na produção de coisas inúteis e perniciosas. Todas as contradições históricas do capitalismo estão concentradas no caráter duplo da automação. Por um lado, ela representa o desenvolvimento aperfeiçoado das forças materiais de produção, que poderiam, em si mesmas, libertar a humanidade da obrigação de realizar um trabalho mecânico, repetitivo, enfadonho e alienante. Por outro, representa uma nova ameaça para o emprego e o rendimento, uma nova intensificação da ansiedade, a insegurança, o retorno crônico do desemprego em massa, as perdas periódicas no consumo e na renda, o empobrecimento moral e intelectual. A automação capitalista, desenvolvimento maciço *tanto das formas produtivas do trabalho quanto das forças alienantes e destrutivas da mercadoria e do capital*, torna-se dessa maneira a quintessência objetivada das antinomias inerentes ao modo de produção capitalista⁸⁶.

A rigor, o fundamento da crítica aqui utilizada não é aquele que se contrapõe, unicamente, à idéia do contínuo progresso técnico das forças produtivas como transformador social, mas, mais precisamente, contra a noção de que esse aparato coloca-se como força autônoma e livre, desvinculada das formas de interação entre as classes que o compõe. Braga situa a problemática levantada afirmando que:

“a idéia mais geral consiste na hipótese de que a revolução das forças produtivas traduz-se em componente orgânico ao processo de passagem – *negativo* quando ‘sociedade do desemprego’ ou *positivo* quando ‘sociedade do tempo livre’ – da humanidade para uma sociedade não mais estruturada nas condições entre classe, constituindo-se, portanto, no fator mais importante, *determinante*, podemos dizer, do processo de construção do socialismo e do comunismo”⁸⁷

⁸⁵ Mandel, *op. cit.*, p. 398 (grifos do autor).

⁸⁶ *Ibid.*, p. 152 (grifos do autor).

⁸⁷ Rui Braga apud Henrique Amorim, *Teoria social e reducionismo analítico*: para uma crítica ao debate sobre a centralidade do trabalho. Dissertação de Mestrado, IFCH, Unicamp, 2001, p.177-8.

Mas seria a idéia de formação de uma pós-grande indústria, formulada a partir das discussões de Marx nos *Grundrisse*, fadada às mesmas insuficiências? Acreditamos que não necessariamente, ou seja, se as tendências e contra-tendências são levadas em consideração e não absolutizadas genericamente. Na exposição de Fausto parece haver algumas considerações um tanto quanto amplas, que não expõe totalmente, de forma clara, os limites do processo. De forma que entendemos, como salienta Romero, que “os *Grundrisse* não indicam nem um catastrofismo do capitalismo e tão pouco um salto indolor para o socialismo, mas a recomposição das contradições sociais sobre outras bases, cuja resolução não prescinde da idéia de uma transformação radical e revolucionária”⁸⁸.

Nesse sentido, entender os traços da pós-grande indústria é, sobretudo, articulá-la à formação capitalista atual que se caracteriza, primordialmente, por um *desenvolvimento desigual e combinado*, o qual possibilita a constituição de núcleos geradores de pesquisas, conhecimento e inovação, enquanto um outro pólo, extenso e generalizado principalmente pelos países periféricos, arca com as funções tipicamente industriais de produção de bens e até mesmo serviços (vide *call centers* espalhados pelo globo). Interligação que só é viabilizada pelas redes de telecomunicações globais, de onde se verifica a crescente importância que as empresas desse setor têm no atual processo de acumulação de capital. E, da mesma forma, caracteriza-se pela intensa ofensiva neoliberal em quase todo o mundo, que impões a precarização e enfraquecimento da força de trabalho, organizada ou não.

Em segundo lugar, a demanda pelo capital em incorporar e envolver a totalidade do trabalhador - corpos e mentes - de acordo com seus objetivos parece realmente indicar que há mudanças estruturais que exigem uma nova postura desse trabalhador em relação ao conteúdo geral dos processos produtivos. Se antes as práticas tayloristas e fordistas tinham como principal objetivo tolher a capacidade intelectual dos trabalhadores, incorporando-as à maquinaria e, assim, “otimizando” os tempos e tarefas, a nova “acumulação flexível” busca transformar a todos em “colaboradores”, “parceiros”, clamando à cooperação harmoniosa e à utilização dos saberes, da imaginação, enfim, das qualidades cognitivas do trabalho para fins de sua reprodução. Igualmente, não é sem razão o trânsito exacerbado das “teorias do capital humano” nos meios empresariais e acadêmicos.

⁸⁸ Romero, *op. cit.*, 2001.

O que não significa que vivamos, tal como um discurso apologético faz crer, em uma ‘sociedade da informação’ ou que todos os trabalhos da pós-grande indústria sejam interessantes, criativos e ‘realizadores’. Não se trata disso. A sociedade hodierna simplesmente não é “informacional” porque a informação é transposta à mercadoria, ou seja, torna-se mais um insumo do capital. Da mesma forma, a pós-grande indústria promove tanto uma maior qualificação quanto uma desqualificação e precarização de trabalhos ‘intelectuais’, chegando até a criação de linhas de montagem virtuais.

1.2.1. O trabalho “enxuto” (em direitos e sindicatos)

As profundas inovações ocorridas no terreno da microeletrônica, e a conseqüente grande onda de novas tecnologias desenvolvidas no bojo desse processo, causaram, de fato, uma forte transformação na esfera produtiva, como também na esfera da circulação. Porém, não é somente através da tecnologia que se explicam os rumos do capitalismo atual. Na verdade, esses delineamentos são expressões, isto é, materializações de novos arranjos da luta de classes e, assim, a continuação, por vias variadas, da tentativa de dominação do processo produtivo pela classe dominante, mas que, contraditoriamente, e à revelia do que imaginaram vários autores influenciados pela idéia da neutralidade da técnica e pelo fim do trabalho, precisa incorporar cada vez mais o trabalhador aos seus domínios: se antes de forma majoritariamente física, agora age sobretudo em suas capacidades intelectuais.

Mesmo os mais elementares princípios tayloristas, como a separação entre concepção e execução, não têm sido eliminados pelas novas formas de acumulação flexível, o que representa nada mais do que a permanência da essência capitalista de dominação nesses novos empreendimentos. Ainda, pode-se mesmo questionar se o “problema” anterior era a rigidez do aparato fordista. Nessa linha, Clarke levanta algumas considerações. A princípio, argumenta que o fordismo não era inerentemente rígido, pelo contrário, demonstrou ser aplicável em “uma gama extraordinariamente ampla de contextos técnicos”⁸⁹. Ocorre que o fordismo correspondeu, como tentamos demonstrar, não somente

⁸⁹ S. Clarke, *op. cit.*, p. 128. Como lembra M. Vakaloulis (“Acumulação flexível e regulação do capitalismo”, *Revista Outubro*, nº 4, 2000, p. 52), “na realidade, a produção capitalista sempre combinou ‘rigidez’ e ‘flexibilidade’”.

a questões de mercado e produção, mas ao estabelecimento de um cenário social e político que abrigasse de forma estável suas formas de dominação do trabalho. Assim, como defende Clarke, não é a tecnologia de um período que torna necessariamente um sistema inflexível, “mas sim a resistência dos trabalhadores às exigências dos empregadores, tanto individualmente como através de sindicatos. As restrições fordistas não são uma expressão da inflexibilidade tecnológica, mas de qualquer método de produção que exija a criação de um ‘trabalhador coletivo’”⁹⁰. Prova disso é que o fordismo buscou produzir sua própria sociedade: um novo homem, um novo consumo, uma nova ideologia. Em suma, o ponto fundamental é que a “organização social da produção não pode ser explicada como uma expressão de uma determinada tecnologia, mas apenas como uma fase da luta permanente [entre capital e trabalho]”⁹¹.

Assim, não é sem razão o fato de que as principais mudanças neste terreno iniciam-se quase que totalmente a partir da quebra das mais variadas espécies de resistência dos trabalhadores⁹², como a fragilização das organizações sindicais e o avanço de reformas do Estado que buscam eliminar direitos e salvaguardas conquistadas num período não tão longínquo. A retomada da lucratividade pelas empresas é mormente realizada a partir do enxugamento de suas atividades (*lean production*) e conseqüente intensificação do trabalho, para trabalhadores cada vez menos protegidos.

Assim, para se entender a crise e as respostas do capital deve-se também deslocar a propalada inflexibilidade fordista à

inflexibilidade dos arranjos institucionais existentes, mas, tal como ocorreu em períodos de crises anteriores, esta inflexibilidade não era uma característica da tecnologia de produção mas sim da resistência trabalhista, institucionalizada nas formas de relações industriais e de representação política que foram desenvolvidas como solução provisória de conflitos trabalhistas anteriores. Assim a chave para se quebrar esta inflexibilidade não era a introdução de novos métodos de produção mas sim a remoção da base da resistência trabalhista. Foi apenas na base dessa reestruturação das relações de classe que houve qualquer possibilidade de introdução vantajosa de novos métodos de produção.⁹³

⁹⁰ S. Clarke, *op. cit.*, p. 129.

⁹¹ *Ibid.*, p. 129.

⁹² Essa foi, por exemplo, a marca no início da implementação do toyotismo no Japão.

⁹³ S. Clarke, *op. cit* p. 148.

Não está se recusando as alterações nos meios tecnológicos e nos métodos organizacionais, que, de fato, tendem cada vez mais à flexibilidade, mas afirma-se que esses somente surgem devido a necessidades da atual configuração da luta de classes, num determinado contexto político. Feito essas precisões, pode-se discutir com mais propriedade as inovações na produção e no ambiente político-social.

Dentre os métodos reconhecidos como de “acumulação flexível”, o toyotismo é que tem ganhado maior destaque. Sua origem é o Japão do pós-segunda guerra que busca reorganizar seu parque industrial a todo custo, sob pena de desaparecer em meio a concorrência com as empresas estrangeira, principalmente estadunidenses. O fordismo, tal como consolidado nos outros países, precisaria ser adaptado à especificidade do mercado japonês, caracterizado por dimensões restritas, demanda débil porém diversificada e falta de espaços muito amplos para a concentração e estocagem da produção.

Essa nova organização da produção foi colocada em prática na fábrica de automóveis da Toyota, entre as décadas de 1950 e 1970. Por um longo tempo vice-presidente desta companhia, Taiichi Ohno é considerado o pai do toyotismo, daí ser este método também conhecido como ohnísmo. O grande problema, por assim dizer, do toyotismo é buscar a produtividade máxima mesmo quando as demanda não aumentam satisfatoriamente. A solução elaborada foi uma produção “enxuta” organizada num tempo preciso e que não originava estoques. Por responder bem a momentos de crise, os princípios do toyotismo acabaram por se espalhar para outros países e ramos econômicos quando do período recessivo generalizado pelo qual passou o capitalismo na década de 1970.

O toyotismo conformou-se, então, por um “sistema de organização da produção baseado em uma resposta imediata às variações da demanda e que exige, portanto, uma organização flexível do trabalho (inclusive dos trabalhadores) e integrada”⁹⁴. A produção, ao seu comando, é “puxada pela demanda e o crescimento pelo fluxo”, fazendo com que os estoques sejam mínimos, através da utilização do *just-in-time* e do *kan-ban*⁹⁵. Isso também faz com que a produção possa ser orientada por “exigências mais individualizadas do

⁹⁴ T. Gounet, *op. cit.*, p. 29.

⁹⁵ O kanban, como define Gounet (*op. cit.*, p. 27), é uma “espécie de placa que indica muita coisa, porém a mais importante é a peça ou elemento ao qual está ligada”, funcionando como uma senha de comando eficiente para reposição de peças e, conseqüentemente, diminuição de estoques.

mercado consumidor, diferente da produção em série e de massa do taylorismo/fordismo”⁹⁶.

O aparato de produção toyotista é, nesse sentido, mais flexível por adaptar-se bem às flutuações das demandas, reduzindo ao máximo o tempo da não-produção O trabalho, em oposição ao parcelamento de atividades do fordismo, é feito em equipes que formam *células de produção*, as quais exigem o conhecimento de uma multivariada de funções - a “polivalência”. Ao invés de um homem para cada máquina, tal como no fordismo, a organização japonesa chega à relação de um homem para cada cinco máquinas⁹⁷.

Porém, existe uma outra, sem dúvida tão ou mais importante, faceta da flexibilidade, qual seja, aquela orientada para modificar as condições da força de trabalho. O toyotismo conseguiu, à sua maneira, intensificar cada vez mais o ritmo e a exploração do trabalho, através de estratégias como Círculos de Controle de Qualidade (CCQs), “constituindo grupos de trabalhadores que são instigados pelo capital a discutir seu trabalho e desempenho, com vistas a melhorar a produtividade das empresas”⁹⁸, ou o gerenciamento *by stress*, com a utilização do “Andon”⁹⁹.

Os trabalhadores são cada vez mais induzidos a realização de horas-extras, e, se é preciso contratar mais empregados devido a um aumento da demanda, isto é feito através de contratos temporários. Como se vê, a flexibilização toyotista necessita também de uma superestrutura jurídica e política que lhe conceda maior poder de manipulação da força de trabalho. No caso japonês, foi possibilitada por um governo autoritário. No resto do mundo, tem se aliado perfeitamente com o avanço das políticas neoliberais, que pregam a desregulamentação e “flexibilização” das normas trabalhistas como forma de se preservar os empregos: “estes [os direitos do trabalho] são desregulamentados, são flexibilizados, de modo a dotar o capital do instrumental necessário para adequar-se a sua nova fase. Direitos e conquistas históricas dos trabalhadores são substituídos ou eliminados do mundo da

⁹⁶ R. Antunes, *op. cit.*, 2002, p.54.

⁹⁷ Cf. Gounet, *op. cit.*, p. 27.

⁹⁸ R. Antunes, *op. cit.*, 2002, p. 55.

⁹⁹ Este último é composto por sinais luminosos com as cores verde (“tudo em ordem”), laranja (superaquecimento) e vermelho (problema) que indicam o andamento da produção. O interessante deste procedimento é que o objetivo consiste em estar sempre oscilando entre o verde e o laranja para que o ritmo seja intenso e problemas latentes sejam descobertos (Cf. T. Gounet, *op. cit.*, p. 29-30).

produção”¹⁰⁰. A profunda ambigüidade dessa flexibilidade é exprimida com exatidão por Lojkine: “o modelo Toyota movimenta-se sobre esta ambivalência que bem traduz a noção de ‘flexibilidade’: jamais se sabe se ela remete à precarização do estatuto da mão-de-obra ou à sua polifuncionalidade”¹⁰¹.

Outro ponto importante é que a estrutura empresarial toyotista difere em muito da fordista por ser mais horizontalizada, em oposição à verticalização organizacional consolidado desde início do século XX. A palavra de ordem empregada pelas “novas técnicas” é o enxugamento máximo dos complexos produtivos, o *lean production*, criando redes de subcontratação e terceirização, para as quais são transferidas uma enormidade de tarefas antes realizadas por uma só empresa. Às firmas subcontratadas é estipulado todo o gerenciamento toyotista: como lembra Gounet, “aproveitando as condições penosas de trabalho nas subcontratadas (os custos salariais são geralmente 30 a 50 % inferiores), a montadora fixa as condições de preço, prazo e qualidade dessas empresas”¹⁰².

Uma consequência desta desmembração produtiva é a consolidação de dois tipos de identidades laborais. A empresa principal, de um lado, constitui um núcleo no qual está presente uma força de trabalho mais qualificada e melhor remunerada, com certa estabilidade e mais voltada aos ideais da “participação”. Por outro lado, nas empresas terceirizadas ou subcontratadas, dentro de uma grande instabilidade, faz-se presente um trabalho menos qualificado e precarizado, no qual contratos irregulares de baixa remuneração e extremamente danosos aos trabalhadores são frequentes¹⁰³.

Com efeito, a reestruturação produtiva do capitalismo não diz respeito somente a tecnologias. Por não prescindir do trabalho vivo, as chamadas formas de acumulação flexível, dentre essas o toyotismo, moldam estratégias de envolvimento e cooptação, as quais incluem a própria representação dos trabalhadores. Dito de outro modo, para se consolidar, o toyotismo necessitou da constituição dos “sindicatos-casa”, totalmente vinculados aos interesses da empresa e, ao ser implantando em outros contextos, promove, aliado às políticas neoliberais, uma quebra das organizações de cunho classista.

¹⁰⁰ R. Antunes, *Adeus ao Trabalho? Ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo, Cortez; Campinas, ed. da Unicamp, 2000, p. 24.

¹⁰¹ Lojkine, J. *A revolução informacional*. São Paulo, Cortez, 1995, p. 40.

¹⁰² Gounet, *op. cit.*, p. 28. Sobre um exemplo das consequências da terceirização no Brasil, ver estudo de Paula Marcelino, *A logística da precarização*. São Paulo, Expressão Popular, 2004.

¹⁰³ O que não exclui a existência, muito comum, de trabalhadores vinculados a diferentes empresas reunidos sob o teto da empresa principal.

Segundo Coriat, o toyotismo apenas se viabiliza quando destrói o sindicalismo de inspiração classista, no entanto, precisa dessa instituição, devidamente modificada em organismo colaborador, “não só nos momentos de inovação tecnológica, mas também como braço operativo constante e necessário”, seja na introdução de novos sistemas tecnológicos, seja para “garantir a participação e o consentimento dos trabalhadores”¹⁰⁴.

Coriat também ressalta outra importante questão que minimiza o efeito qualitativo acarretado pela crescente automação da produção. Segundo o autor, o impacto da robotização é diferente para cada tipo de processo de produção, havendo distinções entre o que ocorre numa indústria de processo contínuo e outra vinculada à produção em série, como as de usinagem e montagem. Isso porque uma petroquímica (processo contínuo), por exemplo, depende de transformações físico-químicas passíveis de serem conduzidas por autômatos, fazendo com que equipes de trabalhadores, polivalentes e com mais autonomia, se encarreguem por zelar o bom funcionamento do sistema. Vê-se que tal procedimento é possível pois o ritmo de trabalho, e os resultados que irá gerar, é ditado pelas próprias operações físico-químicas, e não pelos trabalhadores. Porém, numa clássica indústria de produção em série, a robótica irá afetar profundamente os processos, mas ocasionando, simultaneamente, um aumento do ritmo do trabalho vivo que é obrigado a intensificar-se para gerar um aumento de produtividade, pois a quantidade de produtos é diretamente relacionada à cadência do trabalho humano.¹⁰⁵

De forma que automação, materializada na robótica, não corresponde à visão idílica de que irá substituir totalmente o trabalho humano, ou mesmo relegá-lo a simples função de vigilância e controle em qualquer setor da produção. A cadência e os ritmos de trabalho não desaparecem, são até mesmo, frequentemente, acelerados. A automação não consegue absorver um conjunto de tarefas de circulação e operação, que ainda dependem de várias tarefas manuais, e não suprime a produção fracionada, a qual é mormente reforçada.¹⁰⁶

As limitações do capital estão presentes mesmo nas firmas que operam num formato do que seria a pós-grande indústria. Isso porque é uma ilusão, tal como os

¹⁰⁴ Benjamin Coriat apud Eurenice Oliveira, *Toyotismo no Brasil: desencantamento da fábrica, envolvimento e resistência*. São Paulo, Expressão Popular, 2004, p. 64.

¹⁰⁵ B. Coriat, *A revolução dos robôs*. São Paulo, Busca Vida, 1989, p. 111-113.

¹⁰⁶ Cf. Ibid. p. 113-114.

ideólogos da “sociedade da informação” propagam, que “o trabalho que não envolve diretamente a produção manual é necessariamente intelectual e criativo”¹⁰⁷. Como a produção de conhecimento torna-se central nesses empreendimentos, há também a necessidade de elevar a produtividade e eficiência desses trabalhos e tal procedimento é realizado da forma mais tipicamente capitalista: intensificando a divisão do trabalho e promovendo o crescimento da fragmentação e rotinização das tarefas. Verifica-se, desse modo, uma nítida desqualificação do trabalho intelectual, não obstante a existência de funções especializadas que exigem criatividade e iniciativa pessoal. Mesmo a produção científica não se resume à independência individual, pois muitos desses cientistas são substituídos por trabalhadores intelectuais cuja relação com os produtos de sua pesquisa não é essencialmente diferente da relação entre os trabalhadores da linha de montagem de Ford a produção em massa de carros. Segundo Morris-Suzuki, é cada vez mais real a “produção em massa de conhecimento”.¹⁰⁸

Outro elemento importante diz respeito à crescente importância do trabalho nessas empresas, mesmo simbolicamente, à revelia do que concluíram, por exemplo, André Gorz e Claus Offe, que viam os fenômenos da atualidade negarem o papel do trabalho como elemento central de estruturação da sociabilidade. Offe é taxativo nesse sentido, afirmando que se pode “falar em crise da sociedade do trabalho na medida em que se acumulam indícios de que o trabalho remunerado formal perdeu sua qualidade subjetiva de centro organizador das atividades humanas, da auto-estima e das referências sociais, assim como das orientações morais”¹⁰⁹. O trabalho já não seria mais central mesmo para aquele que trabalha, ou seja, este cada vez mais seria “um assunto entre outros” que compõem a complexa construção das identidades pessoais e sociais. Perderia, assim, sua relevância subjetiva na medida em que fracassa enquanto critério moral, em oposição à visão de uma vida melhor no interior do tempo livre, marcado pela adesão ao consumismo.

A busca da produção máxima de informação e conhecimento pelas empresas deslegitima de forma cabal esse tipo de análise. Em primeiro lugar, ao se colocarem numa corrida permanente em busca de inovação, as empresas fazem com que os trabalhadores se

¹⁰⁷ Morris-Suzuki, *op. cit.*, p. 22.

¹⁰⁸ *Ibid.* p. 23.

¹⁰⁹ Claus Offe, “Trabalho como categoria sociológica fundamental?”, in *Trabalho e sociedade*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, vol.I, 1989, p. 7.

entreguem totalmente ao seu trabalho, “vistam” a camisa da instituição, dentro e fora do trabalho. Em segundo lugar, como há o aumento de funções voltadas basicamente para a produção desses conhecimentos, o tempo de trabalho não possui as mesmas características de antigamente, ou melhor, o trabalho não pode ser tão somente auferido pelo tempo regular utilizado dentro da empresa. Ao contrário de significar uma libertação, ocorre um estranhamento do próprio tempo de não-trabalho, pois este é também visto como parte integrante do processo de acumulação, pois pode o trabalhador adquirir conhecimentos nesse “tempo livre”. Nas palavras de Prado, como o tempo de trabalho é qualitativamente diferenciado, não mais controlado pelo relógio,

(...) o capital tem de passar a comandar não apenas o tempo de trabalho, mas também o tempo de não-trabalho que se torna menos livre. Já na fase fordista da grande indústria, o capital passara a controlar o trabalhador também enquanto consumidor, desenvolvendo a chamada indústria cultural. Agora, ele tem de passar a controlar o trabalhador não apenas como trabalhador e consumidor, mas também como político, religioso, profissional, etc., de um modo que tende a ser total.¹¹⁰

As novas empresas, dessa maneira, assumem a forma de “instituições totais”, interessadas na apropriação do elemento físico e cognitivo de seus funcionários seja no tempo dentro ou fora do trabalho. Desses é exigido uma disponibilidade total, se possível, uma “conversão completa aos valores da empresa”¹¹¹. Interessante lembrar que um lema básico do toyotismo, desde 1954, é “proteger nossa empresa para defender a vida”¹¹².

1.2.2 A atual importância das telecomunicações para a acumulação de capital

Durante boa parte do século passado, o setor de telecomunicações estruturou-se na quase totalidade dos países¹¹³ a partir de operadores público-estatais, mas com as transformações do capitalismo mais recente, e a relevância que obteve para os mais diversos ramos produtivos, além, é claro, da esfera financeira, diversas formas de

¹¹⁰ Euletério Prado, *Pós-grande indústria: trabalho imaterial e fetichismo*. Artigo retirado de www.econ.fea.usp.br/euleterio, p. 11.

¹¹¹ R. Castel, “Centralidad del trabajo y cohesión social”, in E. Carpintero, e M. Hernández (Orgs) *Produciendo realidad, las empresas comunitarias*. Buenos Aires, Topia Editorial, 2002, p.70.

¹¹² B. Coriat apud Oliveira, *op. cit.*, p. 65.

¹¹³ Exceção importante são os EUA, cuja empresa principal era privada, porém fortemente regulamentada pelo Estado.

privatização foram executadas, o que possibilitou a criação de um pequeno número de grandes corporações mundiais que dominam fortemente o setor em âmbito mundial. De forma sintética, presenciou-se no segmento certa “estabilidade” até a década de 1970, caracterizada pelo predomínio das tecnologias eletromecânicas no plano tecnológico, da telefonia como produto principal na esfera econômica e, do ponto de vista institucional, a presença de um monopólio público, direto ou indireto, na maioria dos países¹¹⁴.

No tocante às transformações tecnológicas, o fator principal efetivou-se com o incremento das técnicas digitais proporcionado pelo avanço da microeletrônica em oposição à fase analógica sustentada pelas tecnologias eletromecânicas. Esse processo possibilitou a implementação de centrais digitais e, da mesma forma, a constituição de novas redes de interligação entre vários setores. A consequência mais importante dessa fase digital, isto é, do que começa a ser disponibilizado pelas novas tecnologias, é a ampliação da diversidade de serviços que as companhias de telecomunicações passaram a oferecer. Como afirma Wohlers, consolidou-se, principalmente nos anos 90, uma rede de controle centralizado que permite maior flexibilidade e capacidade no fornecimento de uma série de serviços¹¹⁵.

Gradualmente, essa gama de novos serviços, expandindo um leque de ofertas antes reservado quase que unicamente à telefonia, começou a chamar a atenção das grandes corporações mundiais, as quais passaram a ver as inovações das telecomunicações não mais como um simples insumo, mas “poderoso instrumento de vantagem competitiva nas estratégias empresariais, o que distancia o setor da antiga imagem de fornecedor de insumo básico a toda sociedade (telefonia, telégrafo e telex)”¹¹⁶. Novas demandas foram criadas para além do consumo residencial, principalmente nos setores financeiro, informacional, da mídia, transporte aéreo, turismo, etc.¹¹⁷

Dito de outro modo, as telecomunicações passaram a agir de modo mais direto no processo de valorização de capital. Para Larangeira, as transformações se avolumaram nos últimos 20 anos a partir da troca do sistema analógico (“sinais elétricos transmitidos

¹¹⁴ Cf. Márcio Wohlers, *Reestruturação, internacionalização e mudanças institucionais das telecomunicações: Lições das experiências internacionais para o caso brasileiro*. Tese de Doutorado. Instituto de Economia, Unicamp, 1994.

¹¹⁵ Cf. *Ibid.*, p. 8.

¹¹⁶ *Ibid.*, p. IV.

¹¹⁷ Cf. *Ibid.* p.77.

por condutores metálicos”) para o digital (sinais de luz transportados por fibras ópticas) e pelo uso de satélites de transmissão. Como consequência, o segmento viu serem alteradas sua “natureza, filosofia e conteúdo”, isto é, a idéia de serviço de utilidade pública que o guiou durante grande parte do século XX foi substituída idéia de comunicação enquanto uma mercadoria, a qual gera lucros de acordo com expectativas de investidores a respeito da *performance* financeira das companhias.¹¹⁸ A consequência primordial é uma redefinição do caráter das empresas no novo contexto de ofensiva neoliberal:

Existe, portanto, uma postura mais comercial das operadoras de serviços e, em alguns casos, um certo distanciamento relativo ao governo (com ou sem privatização). Em geral, os sindicatos perdem força junto aos operadores de serviço e o Estado concede uma maior autonomia comercial a essas empresas.¹¹⁹

Dessa maneira, a “desmonopolização” dos serviços de telecomunicações foi característica central do processo de reestruturação produtiva geral do capital. Segundo Dantas, a formação das corporações-rede e o desenvolvimento das comunicações produtivas fizeram com que as empresas começassem a construir redes cabeadas internas de comunicação, interligando, a princípio, os diversos segmentos de uma unidade produtiva¹²⁰. Nesse aspecto, redes informatizadas existem desde as décadas de 1960 e 1970, no entanto, o conflito surge quando as corporações planejam a interligação de suas várias unidades ou instalações, ferindo, assim, o direito exclusivo das companhias públicas em construir e comandar essas redes. Em outros termos, para as empresas, que pressionavam pela ampliação da gama de serviços, as redes cabeadas seriam um prolongamento de seu processo produtivo privado e, assim, “desejará ela mesma instalar e operar cabos, ou contratar essa instalação e operação a quem melhor lhe aprouver”¹²¹. Para as companhias detentoras do monopólio, ao perpassar o espaço público, seria seu direito exclusivo a execução desses serviços. Não foi outro, por exemplo, o tom das disputas judiciais travadas entre grandes empresas de informática e telecomunicações nos EUA,

¹¹⁸ Cf. Sônia Larangeira, *From telephone to information: Restructuring in the telecom industry – Brazil and the Unites States*. Paper of XXIV International Congress of the Latin American Studies Association, in Dallas, Texas, March 27-29, 2003, p. 4.

¹¹⁹ Wohlers, *op. cit.*, 1994, p. 75.

¹²⁰ Cf. M. Dantas, *op. cit.*, 1999, p. 245-9.

¹²¹ *Ibid.*, p. 245.

como a IBM e MCI, contra o monopólio da AT&T, resultando, ao fim, na liberalização e desregulamentação do setor neste país.

As novas possibilidades que se abrem nas telecomunicações derivam de um intenso processo de convergência tecnológica que tem unido de modo estreito esse setor às áreas da informática e do audiovisual. Comunicação de voz é, hoje em dia, apenas um de tantos outros recursos que são oferecidos a partir das novas tecnologias digitais. Crescem velozmente os serviços ligados à internet e ao tráfego de dados, para os quais são criadas redes, majoritariamente privadas, de comunicação global.

A elevada importância do setor é comprovada pela magnitude das transações internacionais envolvendo empresas de todos os países, muitas delas anteriormente públicas, dando origem a grandes conglomerados transnacionais. Durante os anos de 1980, as telecomunicações lideraram o crescimento do comércio de serviços e, no período de 1988 a 95, corresponderam a 70% de todo investimento estrangeiro em infra-estrutura nas nações consideradas “em desenvolvimento”¹²².

Em suma, acirrou-se a tendência que Marx esboçara nos *Grundrisse*, isto é, a *anulação do espaço por meio do tempo*. As telecomunicações dotam as empresas, dos mais variados setores, de um poder imenso em moldar sua força de trabalho e “melhorar” (como tão bem defendeu Locke) suas capacidades produtivas. As terceirizações, por exemplo, somente são viabilizadas pela garantia de comunicação intermitente com a empresa central, que mantém as demais em controle direto, o que, assim, pôde dar origem às “empresas sem fábricas”, mencionadas anteriormente.

A mobilidade do capital, desta forma, é quantitativa e qualitativamente acrescida. Está à vontade, como lembra Chesnais, “para por em concorrência as diferenças no preço da força de trabalho entre um país – e, se for o caso, um parte do mundo – e outro”¹²³. No tocante ao sistema bancário, ou o financeiro como um todo, as telecomunicações serviram como base primordial para sua expansão acelerada por todo o globo e deram um impulso monstruoso à propensão histórica de internacionalização do capital.

¹²² Cf. Kim Moody, *Workers in a lean world*. Londres, Verso, 1997, p. 59

¹²³ F. Chesnais, *op. cit.*, p. 28.

Exemplos interessantes, nesse sentido, são fornecidos dentro do próprio setor de telecomunicações. Um dos trabalhos que mais crescem em todo o mundo é aquele vinculado aos centros de tele-atendimento, conhecido como serviços de *call center*. Funcionam como o principal elo de relação entre as empresas e seus clientes, recebendo os problemas, cobrando usuários e fazendo telemarketing, ou seja, venda e publicidade de serviços e produtos. Embora peça-chave para os objetivos da empresa, a área tende a ser cada vez mais delegada a empresas de terceiros, o que, principalmente, possibilita a redução de custos com a mão-de-obra. Apoiada nas novas tecnologias de informação e comunicação, essa tendência de terceirização não se restringe aos limites nacionais, ao contrário, tendem cada vez mais a integrar diversos países. Mesmo os países centrais têm perdido grande monta de postos de trabalho para demais regiões nas quais as empresas encontram um trabalho relativamente qualificado, telecomunicações desenvolvidas e mão-de-obra barata e sem muitas proteções legais.

Nos Estados Unidos, por exemplo, é volumosa a busca por serviços mais baratos como os realizados, em especial, na Índia. Possibilitados pelos próprios produtos que seus trabalhadores geraram, inúmeras empresas voltadas a tecnologias da informação transferem grande parte de atividades para países que ofereçam menores custos. Se para empregar um operador de *call center* nos EUA se gasta algo em torno de U\$ 20.000, esse mesmo serviço na Índia é conseguido por uma média de U\$ 2.500. Entre os 300 demitidos de uma companhia de call center em Tulsa (Oklahoma), uma trabalhadora expressou esse movimento da seguinte forma: “Nos disseram que estavam ‘mudando a direção’ (...) Para nós significou Índia e trabalho mais barato”¹²⁴.

A América Latina é também o grande alvo desses empreendimentos que visam à terceirização internacional de serviços. Atraídas pelo trabalho barato, espera-se um aumento de 9,8%, no período 2003-2008, das atividades de terceirização, externa e doméstica, no continente. A Ásia lidera as expectativas com um crescimento esperado de 13,8%, enquanto a média mundial é de 7,9%.

Nesse sentido, podemos afirmar que as telecomunicações são, sobretudo, armas políticas na atual fase capitalista, que elevam o poder de dominação e barganha dos

¹²⁴ Apud *People Weekly*, 12/06/2004, p.109.

grandes grupos transnacionais ante uma força de trabalho comparativamente estática e politicamente desunida em termos mundiais.

1.2.3 A privatização total do mundo

Há ainda outros importantes aspectos que devem ser ressaltados, principalmente para que se compreenda o “pano de fundo” das privatizações das telecomunicações pelo mundo, isto é, uma “nova onda de cercamentos”, como bem chamou Daniel Bensaïd, que reedita a apologia à apropriação privada em prol do aumento da produtividade que a todos beneficiaria.

A privatização da terra foi defendida em seu tempo em nome do aumento da produtividade agrária que permitiria reduzir a fome e a penúria, ainda que ao preço de uma nova miséria urbana. Assistimos hoje a ‘uma nova onda de *enclosures* [cercamentos]’ que seus partidários justificam, por sua vez, através da corrida pela inovação ou, no caso dos organismos geneticamente modificados, com as urgências da alimentação mundial.¹²⁵

Nesse contexto, começam a se formar núcleos de empresas cujo foco principal não diz respeito diretamente ao processo produtivo material, mas à busca de inovações. Para Dantas, constitui-se nesses empreendimentos um *capital-informação*, fazendo com que essa informação torne-se “o *objeto imediato de trabalho*”:

Registrada em patentes de produtos ou processos; comunicada em relatórios, protótipos, desenhos, painéis de controle de máquinas; gravada em películas cinematográficas; transmitida em programas de rádio e televisão, por telegrama ou telefone. Posta nas muitas formas pelas quais possa ser socialmente gerada, registrada e comunicada, a informação tornou-se o *objeto imediato de trabalho* da maioria dos indivíduos.¹²⁶

Em decorrência, há ‘atualizações’ nas maneiras de pensar a extração de mais-valia. Para Morris-Suzuki, há um deslocamento do “centro gravitacional” da criação de mais-valia, que se desloca da produção de bens para a produção de inovação, ou seja, o conhecimento estruturado responsável pela sustentação e alteração da produção de bens. Mesmo que iniciada nesse novo núcleo, esse caminho só se efetivaria na produção de bens

¹²⁵ Daniel Bensaïd, “O domínio público contra a privatização do mundo”, in *Revista Outubro*. nº 10, 2004, p. 22.

¹²⁶ Marcos Dantas, *op. cit.*, 2002, p.117.

propriamente dita, isto é, quando a inovação é materializada¹²⁷. Vincent também indica esses traços na medida em que:

“a própria forma valor do trabalho se metamorfoseia. Ela assume crescentemente a forma valor do trabalho intelectual/abstrato. A força de trabalho intelectual produzida dentro e fora da produção é absorvida como mercadoria pelo capital que lhe incorpora para dar novas qualidades ao trabalho morto: flexibilidade, rapidez de deslocamento e autotransformação constante. A produção material e a produção de serviços necessitam crescentemente de inovações, tornando-se por isso cada vez mais subordinadas a uma produção crescente de conhecimento que se converte em mercadorias e capital”¹²⁸.

Os novos empreendimentos, que visam essencialmente à busca de inovações e ampliação de conhecimentos, apresentam uma diferença importante quando se pensa o caráter de seus produtos. Diferentemente de máquinas e bens por ela gerados, que ao serem vendidas perdia, o vendedor, a possibilidade de usufruí-las, a quem comercializa conhecimentos e informações não é impossibilitada a continuação de seu uso. Saberes e conhecimento são fatores “não-rivais”, ou seja, não se esgotam ao serem colocados em uso. Aquele que o vende não deixa de tê-lo, por isso que esses produtos não são rigorosamente vendidos, mas sim emprestados, alugados, licenciados, etc. Une-se a essa característica a contradição de que, embora de alto custo para produção, são esses produtos de fácil e baixo custo de reprodução, o que exige novas formas de garantia da propriedade.

O capitalista não pode vender o conhecimento como mercadoria, mas terá de transferir o direito de usá-la por meio de um contrato que resguarda o seu próprio direito de propriedade por meio de certas garantias jurídicas. Dito de outro modo, tem necessariamente de considerá-lo como capital de empréstimo. Em conseqüência, para fazer do conhecimento matéria da relação de capital é absolutamente necessária a restrição da propriedade privada à propriedade monopolista.¹²⁹

¹²⁷ Cf. Morris-Suzuki, *op. cit.*, p.18.

¹²⁸ Vincent apud Antunes, *op. cit.*, 2002, p.128. Uma já extensa literatura passou a discorrer sobre o avanço do “trabalho imaterial” (o que não será discutido aqui em detalhes), mas muitas vezes o identificando como oposto a outro trabalho propriamente “material”. Análise que em muitos casos é criticável pois confunde a crescente intelectualização dos processos de trabalho com imaterialidade, ignorando que a produção e difusão de conhecimento se materializam na infinitude dos produtos idealizados. De fato, ocorre uma imprecisão na medida em que intangibilidade é entendida enquanto imaterialidade. Não é por serem de difícil, ou mesmo impossível quantificação, que essas novas tarefas não sejam forças objetivas que transformam a materialidade. Ver por exemplo crítica de Sérgio Lessa, “Trabalho imaterial, classe expandida e revolução passiva”, in *Crítica Marxista*, nº 15, 2002, p.107-26.

¹²⁹ E. Prado, *Valor desmedido...*, *op. cit.*, p.9.

Em razão da qualidade de seus produtos, essas empresas tornam-se “fornecedoras monopolistas de direitos de uso restritos” e seu poder tende a ultrapassar a força da maioria dos estados nacionais, mas não deixam de depender desses mesmos estados, os quais precisam promover a garantia dos direitos de propriedade intelectual por todos os países, o que se comprova pelo revigoramento do imperialismo desde o final do século XX.¹³⁰

O capitalismo contemporâneo tem promovido, como defende Dantas a partir dos trabalhos de Herbert Shiller, uma intensa privatização da informação, reorganizando-se, para tal objetivo, nas diversas esferas sociais. Como o acesso à informação, e seu uso monopólico, é cada vez mais a base da acumulação, a ofensiva capitalista das últimas décadas do século XX buscou apossar-se dos inúmeros bancos de dados pertencentes aos serviços públicos. Estaria aí uma das molas propulsoras das diversas tentativas de privatização tanto nos países centrais quanto nos periféricos. A consequência mais devastadora é o aprofundamento do fosso entre as classes sociais, pois impede o uso de novas tecnologias pelas classes mais pobres, enquanto consolida e expande as bases de poder da elite dominante.¹³¹

O desenvolvimento de novas tecnologias de comunicação também não foge das limitações capitalistas. A convergência tecnológica gerou uma miríade de novas técnicas e produtos. Esses avanços, entretanto, são cada vez mais circunscritos aos usuários corporativos e às camadas de maior poder aquisitivo, que utilizam serviços especiais de provedores cada vez mais monopólicos¹³². Contrariamente às teses do *mainstream*, como saliente Herscovici, a nova economia que surge com a difusão das chamadas NTIC (Novas Tecnologias de Informação e Comunicação) está longe de significar a formação de mercados concorrenciais e de dotar a informação de transparência e simetria, “ao contrário,

¹³⁰ Cf. *Ibid.*, p. 9-13.

¹³¹ Cf. Marcos Dantas, “Informação e trabalho no capitalismo contemporâneo”, in *Lua Nova*, nº 60, 2003, p. 30-3. Não concordamos, contudo, com a caracterização das classes sociais que o autor estabelece no texto, tão pouco com as propostas políticas aventadas.

¹³² Como afirma Dantas (*op. cit.*, 2002, p.166.): “o desenvolvimento tecnológico e a oferta de sistemas inovadores tendem a concentrar-se no atendimento às corporações e usuários de alta renda, em detrimento do conjunto da população, até porque esse desenvolvimento, cada vez mais, passa a ser usado pelos próprios ‘usuários de negócios’”.

ela se traduz por uma intensificação dos processos de concentração dos mercados e de privatização da informação”¹³³.

Outro exemplo dessa nova onda de cercamentos é a proliferação dos organismos transgênicos. Muito do debate sobre o assunto fica restrito à sua ação prejudicial ou não à saúde humana, porém a questão fundamental reside no fato de que algumas empresas passam a ser donas não mais de máquinas agrícolas ou agrotóxicos, mas do próprio alimento, por ela geneticamente modificado e somente por ela permitido (‘licenciado’) a ser cultivado em outras plantações. Com o aumento dos cultivos inteiramente originados de sementes geneticamente modificadas, os agricultores precisarão sempre renovar as licenças de uso de alimentos cuja composição genética é propriedade de algumas poucas empresas. Na verdade, a produção mundial desses organismos é controlada quase que totalmente por cinco indústrias, Syngenta, Bayer, Dupont, Dow e Monsanto, sendo esta última detentora de mais de 90% do mercado¹³⁴. Agrava a situação o desenvolvimento da tecnologia *Terminator*, que torna estéril o produto transgênico, possibilitando um cenário de total dependência dos agricultores à empresa detentora da patente do cultivo. Mesmo John Locke ficaria surpreso: privatizou-se, de forma total, enfim, a própria natureza.

¹³³ Alain Herscovici, “Sociedade da informação e novas tecnologias da informação e da comunicação: uma análise em termos de economia política”. Trabalho apresentado na IV Jornada de Economia Política (disponibilizado em www.sep.org.br).

¹³⁴ Silvia Ribeiro, “Transgênicos: verdades y suposiciones”. ETC Group, novembro de 2004. Disponibilizado em <http://www.etcgroup.org/article.asp?newsid=488>. Ver também outro documento do ETC Group (ONG canadense): *New enclosures: Alternative mechanisms to enhance corporate monopoly and bioserfdom in the 21st century*. Nov/Dec, 2001.

2. Neoliberalismo e a crise da social-democracia

2.1 As reviravoltas do projeto social-democrata

Em 1995, quando do início do primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso, os integrantes do partido do governo, PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira) - e, bom lembrar, em aliança com o PFL (Partido da Frente Liberal) -, viam-se como a renovação política da social-democracia em um contexto de ‘globalização’ das economias. Para esses, tornava-se um imperativo a remodelação da economia e do Estado, tendo em vista as transformações políticas nos países centrais, o fracasso das experiências ditas socialistas e o esgotamento, segundo suas visões, do modelo ‘nacional desenvolvimentista’, que regeu o Brasil ao longo de quase quatro décadas. Assemelhavam-se internacionalmente a outros governos que ficaram conhecidos como a *Terceira Via*, tendo como principal expoente o líder trabalhista inglês Tony Blair, cujos preceitos ancoravam teoricamente nas análises de autores como Anthony Giddens e David Miliband. A social-democracia de fins do século XX via-se frente a mais um desafio, e sua nova configuração distanciou-a cada vez mais de suas origens históricas.¹³⁵

A princípio, em meados do século XIX, foram pelos partidos social-democratas que as teses socialistas revolucionárias de Marx e Engels adentraram na arena política e nas organizações dos trabalhadores de modo mais generalizado. O Partido Social-Democrata Alemão (*SPD*), por exemplo, foi fundado pelo próprio Engels, em 1875, crescendo tanto no parlamento quanto no movimento sindical nos anos seguintes. No entanto, já no início do século XX, o movimento conhece sua primeira grande guinada, a qual retira o caráter revolucionário de seu programa em favor do viés reformista de atuação política, como defendeu Bernstein na Alemanha. No caso desse país, tal alteração foi sacramentada no período que antecede a I Guerra Mundial, com o *SPD* expulsando suas correntes de esquerda e aderindo ao movimento belicista alemão. A essência do reformismo de então

¹³⁵ Não devemos esquecer, porém, da fraqueza das denominações e siglas formais, haja vista que, em muitos casos, foram partidos socialistas, ou trabalhistas, que fizeram as vezes da social-democracia. O que se coloca aqui é uma visão política mais geral, em certos casos, existente em vários grupos e partidos, mesmo que não condizente à sua denominação formal.

residia na idéia de que a revolução se tornara desnecessária ante um capitalismo que poderia ser gradualmente superado por reformas democráticas internas rumo ao socialismo. Por outro lado, os socialistas revolucionários passaram a seguir a linha encabeçada por Lênin, organizando-se em partidos comunistas.

A segunda grande transformação da social-democracia ocorre em meados do século XX, na Europa, principalmente findas as guerras mundiais. Nesse contexto, o projeto socialista é minimizado, praticamente excluído, em troca de uma relação que colocasse o Estado como o elo que interfere e regula as relações de trabalho entre operários e capitalistas, no intuito de amenizar os excessos e promover crescimento econômico com distribuição de riqueza. O keynesianismo é sua nova ideologia econômica, e os social-democratas tornam-se administradores do *Welfare State*¹³⁶, em busca de pactos que unam os diversos interesses das diferentes classes sociais. A partir da década de 1970, contudo, com a crise econômica deflagrada em vários países, além da conjuntura política caracterizada pela derrocada dos regimes do leste europeu na década de 1980, a social-democracia não sai ileso da nova ofensiva do capital. Não mais dispostos (e forçados), pelo contexto político internacional, a arcar com os custos das políticas desenvolvimentistas de pleno emprego e dos pactos com os trabalhadores, os capitalistas buscam dotar o mercado de uma maior flexibilidade e autonomia. Como mencionado anteriormente, as teses neoliberais, já existentes desde o período de reconstrução da Europa com o fim da II Guerra Mundial, encontram aqui o substrato material para sua ascensão.

As tendências social-democratas passam, então, a absorver grande parte do receituário neoliberal e, na intenção de “estabilizar” as economias deficitárias, aplicam reformas e medidas que munem o capital de maior mobilidade, retiram direitos conquistados pelos trabalhadores em nome do bom funcionamento da economia como um todo e minimizam o papel do Estado como agente direto das funções públicas, mesmo que mantendo forte seu poder policial e de regulador macroeconômico.

Essas transformações são, logicamente, diversas em cada país e região em particular. Os diferentes conflitos e correlação de forças entre as classes, e suas frações internas, produzem formas distintas da inserção social-democrata na arena política. Contudo, a partir da experiência européia, há uma tendência geral de aproximação com as

¹³⁶ Cf. Kim Moody, *op. cit.*, p. 121.

diretrizes mais conservadoras voltadas ao neoliberalismo, o que muitas vezes é escamoteado pela ênfase em antigas origens “progressistas e democráticas”.

Por mais difusas que tenham sido suas designações ao longo dos anos, a idéia social-democrata tem, no geral, como pressuposto básico a tese de que o capitalismo pode ser melhorado, ou mesmo, “humanizado”. Com o fim do bloco soviético, vários autores decretaram a morte do socialismo, mas entendendo socialismo basicamente enquanto uma forma de economia planejada pelo Estado, o qual, por sua vez, era o proprietário, quase exclusivo, dos meios de produção. Foi essa, segundo Przeworski, a “lição da história”, ou seja, não só a morte do stalinismo, mas do próprio socialismo, que consistiria na:

idéia da administração racional das coisas para satisfazer as necessidades humanas – a viabilidade de instalar a propriedade pública dos recursos produtivos por intermédio de um controle centralizado; [o que morreu] foi o projeto de fundar a sociedade na cooperativa desinteressada, a possibilidade de dissociar as contribuições sociais das recompensas individuais.¹³⁷

Diante da derrota do projeto soviético, a social-democracia seria, assim, a única alternativa viável. Ainda segundo Przeworski, os acontecimentos teriam mostrado que se “o capitalismo é irracional, o socialismo é irrealizável” e, ao se questionar sobre a possibilidade de melhorar o capitalismo, afirma que “a resposta é evidentemente positiva (...) O modelo social-democrata é teoricamente viável”¹³⁸.

O panorama econômico-político atual, entretanto, tem contrariado a viabilidade dessa social-democracia, a qual, mesmo em seu berço europeu, tem promovido reformas neoliberais que aumentam a flexibilidade dos capitais em detrimento dos direitos trabalhistas e sociais, que são extintos num contexto de pouco, ou nulo, crescimento econômico e altos índices de subemprego e desemprego. Acrescenta-se a esse quadro o fato de que parte dessa social-democracia, no intuito de manter a qualquer custo as benesses outrora conquistadas, acaba por se enveredar nas novas ondas de xenofobia.

¹³⁷ Adam Przeworski, *Democracia e mercado* – no Leste Europeu e na América Latina. Rio de Janeiro, Relume, Dumará, 1994, p. 22. Interessante notar que tal avaliação, no entanto, baseia-se, em parte, no mesmo pressuposto – por certo, equivocado – da prática stalinista, qual seja, a de que a titularidade dos meios de produção é o fator definidor da presença ou ausência da luta de classes, em outras palavras, de que a posse estatal das forças produtivas, *por si só*, caracterizaria o socialismo. O que nos faz rejeitar, assim, a idéia de morte prática do socialismo, já que em nenhuma experiência histórica a essência do capitalismo, isto é, suas relações de produção hierarquicamente estruturadas, foram colocadas em xeque de forma contínua e profunda.

¹³⁸ *Ibid.*, p. 169 e 179-183.

O ponto mais problemático, sustentado pela social-democracia ancorada em Keynes, foi considerar como eterna a relação que congregava Estado, capital e trabalho, na qual a preservação da acumulação de capital levaria, se amparada pela infra-estrutura estatal, a um aumento generalizado de empregos. Ocorre que, dentro desse esquema, se oblitera, além dos limites de expansão do capital, o fato de que acumulação de capital gera alto grau de concentração, a qual, por sua vez, dota o capital de grande autonomia frente ao Estado-nação¹³⁹.

À medida que o capital extrapola as fronteiras nacionais mas mantém sua conexão com um mercado que não está necessariamente onde produz, o local de produção perde a relação com o local de realização da mais valia, o que tende a dissociar e desproblematizar, para o capital individual, o fato gerador da exclusão social de seu resultado ao processo de acumulação. Nesse caso, as políticas sociais locais tornam-se apenas um elemento de custo e não de geração de demanda efetiva, fatores que ganham maior peso nos países periféricos exportadores. (...) qualquer Estado nacional que isoladamente procure manter o sistema antigo, perde competitividade e afasta o capital, agora livre para investir além das fronteiras.¹⁴⁰

Nesse cenário, vê-se que, como já mencionado, as telecomunicações desempenham um papel de extrema importância, pois permitem, e fazem crescer muito acintosamente, a escala de produção num ritmo superior ao crescimento dos mercados nacionais. Viabiliza a descentralização da produção em prol da obtenção de melhores vantagens, o que significa, hoje em dia, trabalho mais barato via terceirizações e subcontratações¹⁴¹.

2.2 A ideologia neoliberal

A reorganização econômica do capitalismo e o cenário político internacional das últimas décadas do século XX pressionaram quase todos os países do mundo por reformas no papel do Estado, notadamente em favor daquelas “orientadas para o mercado”. A ação do Estado, que financiou a acumulação de capital durante as décadas anteriores, construindo infra-estruturas e endividando-se em benefício das burguesias nacionais, foi

¹³⁹ Cf. Rubens Sawaya, “Social-Democracia e a ‘humanização’ do Capital”, *paper* em www.sep.org.br, 2001.

¹⁴⁰ *Ibid.*, p. 6-14.

¹⁴¹ Cf. F. Haddad, *Em defesa do socialismo: por ocasião de 150 anos do Manifesto*. Petrópolis, Vozes, 1998, p. 29-30.

vista como a principal causa da crise. As agências “multilaterais” de financiamento, atuais representantes do poder imperialista no jogo internacional, colocaram como contrapartida, aos cada vez mais necessários empréstimos para países dependentes, modificações nas formas de regulação da economia, norteadas pela doutrina neoliberal.

Sob um ponto de vista textual, o neoliberalismo retoma os pressupostos teóricos dos liberais clássicos, como Adam Smith e David Ricardo, fazendo da apologia das forças do mercado, da concorrência e da propriedade privada as fontes verdadeiras de crescimento econômico e do bem-estar da população. Tanto para os clássicos quanto para as novas versões, representadas principalmente por Friedrich A. Von Hayek, Milton Friedman e James Buchanan¹⁴², as sociedades são compostas por indivíduos racionais e livres que realizam escolhas, cristalizadas nos mercados. O mercado, por sua vez, selecionaria produtores e consumidores hábeis, descartando outros não eficientes, através dos preços, que constituiriam um mecanismo de regulação e seleção por excelência – a lei da oferta e da procura. A iniciativa privada, sob este prisma, agiria segundo seus interesses, no entanto, ela consegue responder, pelo mecanismo do mercado e dos preços, a necessidades sociais gerais, ocasionando um desenvolvimento da sociedade como um todo. Em outras palavras, se é egoísta em sua subjetividade, seria também altruísta em sua objetividade. Como o mercado é o alocador ótimo dos recursos materiais, qualquer tipo de intervenção seria danosa para o funcionamento da economia. Mesmo que bem intencionado, o governo que planeja índices, controla preços ou aumenta a legislação referente à produção, acaba causando prejuízos ao “interesse geral” da sociedade, já que fere a seleção natural das leis do mercado. E, por intervenção, entendem-se tanto os governos, com as “enormes” legislações trabalhistas, quanto os próprios sindicatos, que emperrariam a livre contratação, sendo, para esses teóricos, a principal causa do desemprego.

Sob o ponto de vista histórico, liberalismo econômico clássico e neoliberalismo diferem quanto ao alvo de suas críticas. Enquanto o primeiro, acompanhando a expansão do capitalismo comercial e manufatureiro, tem como objetivo específico o ataque frontal às

¹⁴² Segundo Reginaldo Moraes (*Neoliberalismo: De onde vem, para onde vai?* São Paulo, ed. SENAC, 2001, p. 42-45), podemos distinguir três vertentes principais das teorias neoliberais. A primeira seria a escola austríaca, liderada por Hayek, o grande patrono de todo neoliberalismo contemporâneo. A segunda é “escola de Chicago”, sendo mais conhecida a figura de M. Friedman, mas ressalta teóricos como T.W. Schultz e G. Becker. A terceira, conhecida como “escola de Virgínia” ou simplesmente *public choice*, tem como maior representante os trabalhos de J. Buchanan.

regulações políticas desenvolvidas pelas instituições do feudalismo, assim como pelas corporações de ofício e pelo Estado mercantilista, o neoliberalismo:

é a ideologia do capitalismo na era máxima da financeirização da riqueza, a era da riqueza mais líquida, a era do capital volátil – e um ataque às formas de regulação econômica do século XX, como o socialismo, o keynesianismo, o Estado do bem-estar, o terceiro-mundismo e o desenvolvimentismo latino-americano¹⁴³.

Outro ponto importante da especificidade do neoliberalismo é que sua defesa das instituições de mercado supera, sempre que preciso, a importância das instâncias democráticas, mesma as da democracia burguesa. Esta “desconfiança” com a democracia, ou seja, o medo de transformações advindas pelo sufrágio universal, é verificada em várias questões, como a defesa da independência dos bancos centrais nacionais ou pela imposição de leis de responsabilidade fiscal, entre outras, que mostram a necessidade de restringir, naquilo que é preciso para se manter a ordem, o poder de cargos eletivos ou, de acordo com seus discursos, a busca da “estabilidade”.

Por conseguinte, não há uma vinculação direta entre neoliberalismo e liberalismo político como muitas vezes se imagina. Na verdade, segundo Moraes, “o neoliberalismo econômico leva deliberadamente a uma política conservadora”¹⁴⁴, sendo que seus defensores nunca deixaram de colocar obstáculos às “irresponsabilidades” das democracias, o que, de certa forma, uniu-se a um renascimento da ultradireita fascista em vários países¹⁴⁵. O que não significa ser a política neoliberal sinônimo de mobilização neofascista, mas esta pode promover as bases para “outra via de contra-revolução”¹⁴⁶.

“Estado mínimo” é outro termo do léxico neoliberal que também necessita de uma maior precisão. Se, por um lado, é correto que essas teorias defendem a diminuição da

¹⁴³ Ibid., p. 11

¹⁴⁴ Ibid., p. 132-33.

¹⁴⁵ É emblemático o convênio entre a ditadura chilena de Pinochet e os quadros da Escola de Chicago, comandados por Milton Friedman, para a implantação do receituário neoliberal no país, a despeito do grau de totalitarismo deste governo.

¹⁴⁶ A longa citação de Moraes (*op. cit.*, p. 133) é elucidativa sobre essa ligação: “É certo que não existe um fosso intransponível entre essas doutrinas antidemocráticas e os movimentos neofascistas recentes. É certo ainda que entre eles existiram namoros e parcerias, a todo momento. A esse respeito, é curiosa a observação de um crítico de Hayek, sobre o sucesso de seu livro *O Caminho da Servidão* contra os ‘totalitarismos’, no qual nazismo e socialismo eram apontados como irmãos gêmeos e qualquer reforma social era condenada como primeiro passo rumo à ditadura. O paradoxo apontado é o seguinte: procurem ver quem são aqueles que mais se entusiasmam com o panfleto supostamente anti-totalitário de Hayek e vejam quais eram suas preferências e militâncias políticas alguns anos antes, quando o nazi-fascismo ainda prometia futuro (...)Experimentemos esse mesmo exercício para o caso brasileiro (...)”.

interferência do Estado no mercado econômico, seja como executor ou interferindo no mecanismo de preços, por outro, não é aceitável dizer que há uma diminuição da importância do Estado para a garantia da acumulação capitalista, ao contrário, cada vez mais o capital necessita de diversos tipos de auxílio estatal. Para Moraes, esta redefinição pode ser vista nos governos de Reagan nos Estados Unidos, de Thatcher na Inglaterra e, “de modo mais radical e sanguinário”, com Pinochet, no Chile pós-1973. Para o autor, esse

Estado forte neoliberal (...) ataca sistematicamente os direitos democráticos e sociais. Seu arsenal é variado: leis de exceção, medidas de emergência (ou medidas ditas provisórias), decretos anti-greves, penalização de sindicatos, manipulação da informação, supremacia do executivo, legislação por decreto e suspensão de garantias constitucionais, subtração de decisões econômicas de grande porte ao controle público (seja pela via da privatização, seja pela desregulamentação legal).¹⁴⁷

Assim, se as políticas neoliberais, por um lado, forçam o Estado a sair de setores econômicos, com a venda de empresas sob seu controle, por outro, é um equívoco pensar a ordem capitalista sem um Estado *relativamente* forte, no sentido de que somente a esfera estatal consegue tornar suportável, pelo menos em médio prazo, as conseqüências da destrutividade inerente à atual expansão capitalista¹⁴⁸. A dialética de recusa e necessidade estrutural do Estado é assim apresentada por Mészáros:

Neste contexto, é preciso mencionar aqui um problema adicional: a ‘hibridização’ em evidência até mesmo nos países capitalistas mais avançados. Sua principal dimensão é o sempre crescente envolvimento direto e indireto do Estado em salvaguardar a continuidade do modo de reprodução do metabolismo social do capital. Apesar de todos os protestos em contrário, combinados com fantasias neoliberais relativas ao ‘recuo das fronteiras do Estado’, o sistema do capital não sobreviveria uma única semana sem o forte apoio que recebe do Estado.¹⁴⁹

¹⁴⁷ Ibid., p.134.

¹⁴⁸ Cf. Mészáros, *op. cit.*, 2002. Para o autor, é marcante o crescente viés destrutivo sob o qual se configura o capital na atualidade. Destrutividade ampla que pode ser verificada em todas as esferas do ser social, haja vista os desastres ecológicos com a degradação do meio-ambiente, o abuso das fontes energéticas, os níveis alarmantes da miséria e violência no mundo, além das conseqüências nefastas às classes trabalhadoras, as quais, submetidas a um processo de degradação “à condição de uma objetividade reificada”, tornam-se meros “fatores de produção”.

¹⁴⁹ Idem, *O século XXI: socialismo ou barbárie?* São Paulo, Boitempo 2003, p. 29. Mas a viabilidade deste projeto é limitada na medida em que “para fugir das contradições cada vez mais intensas, o índice decrescente de utilização sob o ‘capitalismo avançado’ demonstra sua limitada viabilidade e insustentabilidade irreversível, mesmo quando se mobilizam recursos maciços a serviços do complexo militar/industrial, pois isto tende a ativar um dos limites estruturais impossíveis de serem transcendidos pelo sistema do capital: a destruição, em nome do lucro, dos recursos não-renováveis do planeta” (Mészáros, *op. cit.*, 2002, p.49). Para Sawayá (*op. cit.*, p. 15), o poder do capital chega a um ponto que pode interferir até mesmo na capacidade do Estado em controlá-lo a longo prazo: “O capital não vê além do mercado e, hoje, tem o poder para impedir

Em suma, as políticas baseadas nas reformas neoliberais trazem consigo uma gama de transformações que devem ser entendidas na complexidade das relações capitalistas de produção. Na privatização do setor de telecomunicações, vê-se que as empresas necessitam de um espaço aberto e desregulamentado para a sustentação da nova lógica de acumulação do capital, pressionando a saída do Estado nestas e em várias outras funções. Velozmente, crescem os setores em que a lógica da esfera pública é substituída pelo setor privado, este último ávido por novos negócios e oportunidades. No entanto, a própria estrutura capitalista, cristalizada em um processo geral de produção baseado na relação antagônica entre capital e trabalho, cria um potencial destrutivo que só a ação estatal, forte no que é essencial, consegue, paliativamente, resguardar.

Do plano doutrinário ao prático, o neoliberalismo foi cristalizado na expressão Consenso de Washington, cunhada por John Williamson, que ilustrou a aproximação conceitual política e econômica entre os principais órgãos representantes do segmento financeiro internacional, quais sejam, o FMI, o BIRD e a OMC ¹⁵⁰, principalmente a partir do final da década de 1970. Essa aproximação gerou a constituição de um discurso único de caráter neoliberal, que consistia, de forma geral, nas diretrizes de “estabilização” da economia, abertura e desregulamentação completa dos mercados (entre essas, a flexibilização dos direitos trabalhistas) e diminuição da interferência estatal com o advento das privatizações.

A “estabilização”, longe de significar estabilidade econômica e social para o grosso da população, refere-se a uma tentativa de tornar as economias nacionais confiáveis ao capital internacional e, nesse sentido, promove o contingenciamento dos gastos públicos com a produção de superávits primários, para controlar (aparentemente) a questão das dívidas interna e externa, priorizando também o combate à inflação, a qual é entendida como fruto de um desequilíbrio monetário. Daí decorre o incentivo a mecanismos como o

que o Estado cumpra esse papel, de ver o futuro e corrigir os rumos do próprio processo de acumulação, conforme propunha Keynes (...) Se o Estado um dia teve o papel de aplinar as contradições do processo de acumulação, hoje está cada vez mais difícil de atuar nesse sentido, principalmente nas economias periféricas, onde o grande capital nem tem como interlocutor o Estado do país em que instala sua filial, mas sim, o Estado de seu país de origem”.

¹⁵⁰ A expressão Consenso de Washington foi usada pelo fato das sedes destas organizações situarem-se na capital estadunidense.

aumento da taxa de juro para conter a demanda, o que, conseqüentemente, provoca desaceleração econômica e desemprego, ao mínimo, no curto e médio prazo.

Quanto à segunda premissa, fixa-se como necessária uma abertura comercial, financeira e produtiva como maneira de atrair investimentos externos e possibilitar o crescimento econômico através do aumento das relações internacionais. A desregulamentação diz respeito ao não entrave da circulação das mercadorias, dentro das economias nacionais, por legislações muito rigorosas. Fiel a mais este preceito básico dos teóricos neoliberais, a desregulamentação diz respeito a todo tipo de mercadoria, mesmo a força de trabalho. Nesse sentido, verificam-se por todo o mundo, além de reformas tributárias, as constantes pressões por mudanças nas legislações trabalhista e previdenciária, entendidas como forma de “flexibilizar” as relações de trabalho.¹⁵¹

Por fim, a privatização dos serviços públicos entra na ordem do dia dos programas de “ajustes estruturais”. Já que o mercado é o mais eficiente alocador dos recursos, deve-se afastar o Estado das ações mais diretas da economia¹⁵², diminuindo seu controle sobre a iniciativa privada e permitindo a extração do lucro em áreas antes não exploradas.

Estes planos de ajustes econômicos já foram aplicados em mais de sessenta países, sendo que, em vários casos, condições históricas específicas servem de alavanca à sua efetivação:

É importante destacar que estes instrumentos têm obtido sucesso porque as condições objetivas são extremamente favoráveis. Com efeito, estes planos são implementados em momentos de crise profunda, com os países à beira da hiperinflação (...), com altos índices de desemprego e de exclusão social, num contexto de descrédito e desesperança marcado por uma posição defensiva do movimento social organizado, particularmente dos sindicatos.¹⁵³

No plano político, uma importante conseqüência da contínua adoção das ‘reformas orientados para o mercado’ é a modificação das relações de classe no país, principalmente a queda de influência das burguesias nacionais que cada vez mais se integram aos interesses e investimentos estrangeiros. Voltaremos a essa questão posteriormente.

¹⁵¹ Cf. Druck, *op. cit.*, p. 23.

¹⁵² Lembrando das ressalvas que fizemos a essa “redução” anteriormente.

¹⁵³ Druck, *op. cit.*, p.24-25.

2.3 O caráter neoliberal da “nova social- democracia”

*“Em nenhum sistema racionalmente defensável
o Estado ficaria sem nada a fazer”.*
F. A. von Hayek¹⁵⁴

Embora aceitando o mesmo diagnóstico da crise exposto pelo Consenso de Washington, qual seja, a ação deletéria do “populismo” e do nacional-desenvolvimentismo, a necessidade de reforma do Estado foi vista, contudo, como não sendo necessariamente neoliberal. Para Bresser Pereira, por exemplo, haveria de se construir uma “resposta social-democrata moderna à crise do Estado [que] não é a resposta neoliberal de excluir o Estado (...) mas reconstruí-lo, financeira e administrativamente”¹⁵⁵. Essa abordagem seria, segundo o autor, proveniente de uma visão “pragmática”, ou seja, a crise deve ser superada, mas de uma forma menos dogmática, mais realista e eficiente que a abordagem neoliberal. Apoiaria várias ferramentas neoliberais, como a “estabilização” da economia, a liberalização de mercados, a privatização, mas somente por ter em vista a retomada de crescimento com um Estado de diferente feição.

A ala governista tratou dessa forma a privatização da Telebrás, exibindo uma temerária “tecnização” da política¹⁵⁶, ou seja, tentando desvincular qualquer intenção, nos seus termos, de cunho “político-ideológico”, quanto menos neoliberal, afirmando ser esta uma “política prática”. Argumento que se inseria, segundo Fernando Henrique, na proposta básica do PSDB:

Escrevi [no programa do PSDB] que nosso problema não é de Estado mínimo, nem de Estado máximo, mas de Estado necessário. (...) Depois, quando fui ministro da Fazenda, tive que enfrentar a questão das privatizações. Disse, então, que para mim essa questão não se baseia em ideologia. Não se tratava de saber se o Estado é bom ou mau empresário, ou se a empresa privada é boa ou má. (...) Assim, já antes de me tornar

¹⁵⁴ F. Hayek, *O caminho da servidão*. São Paulo, Globo, 1977.

¹⁵⁵ Bresser Pereira, “Prefácio”, in B. Pereira *et al.*, *Reformas econômicas em democracia novas – uma proposta social-democrata*, São Paulo, Nobel, 1996, p.11.

¹⁵⁶ Semanas antes do leilão, o coordenador político da campanha de FHC, Euclides Scalco, insistia em favor da “despolíticação” da privatização do Sistema Telebrás. Evidenciando um rebaixamento atroz da esfera política, afirmou que “a venda é uma questão administrativa, técnica, não é uma questão política” (“Venda é técnica, diz Scalco”, *Folha de São Paulo*, 16/05/98).

presidente tratei de retirar qualquer conotação meramente ideológica da questão. (...) Ela é prática.¹⁵⁷

Interessante notar a veloz mudança dessa pretensa social-democracia brasileira. Para tanto, citamos algumas idéias sustentadas por FHC, em 1990, ao esboçar as teses que constituiriam o “projeto social-democrata” no país. O documento, intitulado “*A social-democracia: o que é, o que propõe para o Brasil*”, servia de fundo teórico para as discussões do ainda jovem PSDB. No tópico sobre as possíveis soluções à crise econômica, defende: “para que um plano de ajuste da economia funcione realmente, vai ter que sacrificar quem até hoje foi poupado: os mais ricos, dentro do Brasil, e os credores da dívida externa, que naturalmente vão resistir a isso”¹⁵⁸. Afirmção que contrasta fortemente com a situação de empobrecimento e degradação do trabalho decorrente das reformas econômicas de seu governo. É certo que o texto já admitia que, no começo da implantação de um plano anti-inflacionário, a situação do povo poderia piorar devido à recessão e ao desemprego, mas que a “atitude básica dos social-democratas brasileiros diante da crise só pode ser a de lutar para que o custo do combate à inflação não caia, como sempre, nas costas dos assalariados”¹⁵⁹. E acrescenta, “a opção é clara: é preciso crescer e distribuir renda *ao mesmo tempo*”¹⁶⁰.

Nem crescimento, quanto menos distribuição de renda. A “estabilização” trazida por essa social-democracia de tendência neoliberal disse respeito somente à tranquilidade para setor financeiro, o que mais cresceu e lucrou durante todo o período do governo FHC¹⁶¹. Um indicador expressivo, nesse sentido, é o ganho, entre 1994 e 2003, das dez maiores instituições financeiras do país, o qual apresentou um crescimento de

¹⁵⁷ F. H. Cardoso apud Maria H. Almeida, *La política de la privatización de las telecomunicaciones en Brasil* (http://www.fflch.usp.br/dcp/docentes/almeida/a_p_poli.rtf, s/d, p. 17). Em meados de 1995, FHC ainda sentia a necessidade de reafirmar sua postura política: “Não sou neoliberal, continuo sendo social-democrata. É errado pensar que ainda tem que se manter uma economia autárquica com rígido controle do Estado em todos os investidores e que só o investimento estatal produz bem-estar. Já adotamos esse modelo que foi útil em seu tempo, mas agora há que se fazer investimentos de todo tipo, inclusive privados, nacionais e estrangeiros.” (*Folha de São Paulo*, 07/06/1995).

¹⁵⁸ F. H. Cardoso, *A social-democracia – o que é, o que propõe para o Brasil*, 1990, p.19. Acessado em www.psdb.org.br.

¹⁵⁹ *Ibid*, p. 19.

¹⁶⁰ *Ibid*, p.18, grifos do autor.

¹⁶¹ Tendência que se prolonga no governo de Lula.

1.039%. No total dos bancos, se em 1994 esses lucraram R\$ 3,1 bilhões, essa cifra, em 2003, foi de R\$ 11,5 bilhões.¹⁶²

Devido às altas taxas de juro para manter o controle inflacionário e à falta de investimentos maciços, privados e estatais, o crescimento da economia durante toda a década foi insignificante ou praticamente nulo, promovendo uma reedição da “década perdida”, como ficaram conhecidos os anos de 1980. Mesmo até os primeiros anos de 2000, a economia brasileira ficou abaixo da média mundial e muito mais abaixo dos demais países considerados emergentes.

Entre 1994 e 1997, o Plano Real vinha apresentando aparentes resultados positivos, a saber, uma discreta melhora na distribuição de renda, aumento do ganho dos trabalhadores e diminuição do número de pobres no Brasil. Totalmente exposta aos choques externos, e à alta mobilidade do fluxo capitais que marca, atualmente, a ordem financeira internacional, a economia começa a perder força e adota medidas recessivas que afetam as camadas mais pobres da população. Em uma breve síntese, pode-se elencar algumas tendências negativas que estão presentes até os dias atuais: a) diminuição do rendimento médio real dos trabalhadores, de R\$ 725 em 1996 para R\$ 636 em 2002; b) após a diminuição do número de pessoas enquadradas na situação de pobreza – de 62,6 milhões em 1993 para 49 milhões em 1995 – esse índice elevou-se a ainda assustadora marca de 57,1 milhões de pessoas, isto é, 34% da população brasileira¹⁶³; c) alto grau de desemprego, para não mencionar o subemprego, que gerou, entre 1995 e 2002, 2,6 milhões de desempregados no país. Segundo IBGE, a taxa de desocupação aumentou, dos 5% de 1994, para 12% em 2003, mas, segundo a metodologia mais realista do DIEESE, o desemprego, só na Grande São Paulo, gira em torno de 20% da PEA (População Economicamente Ativa)¹⁶⁴; d) manutenção da desigualdade social como uma das mais altas do mundo; e) diminuição da participação do trabalhador no total do produto interno bruto (PIB), de 37,7% em 1994 para 31,4% em 2002, como ilustrado no seguinte gráfico:

¹⁶² Cf. “Empresas elevam lucro em 135%, e bancos, em 1.0395”, *Folha de São Paulo*, 27/06/2004.

¹⁶³ Cf. “Conquistam sociais da nova moeda não se sustentam”, *Folha de São Paulo*, 27/06/2004.

¹⁶⁴ Para uma análise mais detalhada da configuração do emprego na atualidade, ver Márcio Pochmann, *O emprego na globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu*. São Paulo, Boitempo Editorial, 2001.

Evolução da Distribuição Funcional da Renda (%)			
	1994	1998	2002
Capital	39	42,3	43,2
Trabalho	37,7	33,9	31,4
Governo	23,4	23,8	25,4
Fonte: C. Dedecca, IBGE, In FSP, 27/06/04			

Essa social-democracia encetada por FHC foi também a responsável pelos ataques consistentes à legislação trabalhista. Durante seu governo foram aprovadas leis que visavam, sobretudo, à ‘flexibilização’ do mercado de trabalho, ou seja, a diminuição, para o capital, de custos da força de trabalho, a qual se tornava mais submissa e maleável em virtude do ambiente recessivo, do desemprego, da falta de proteção social para o grosso da população e do arrefecimento das lutas sindicais. Como exemplos, a Lei 8.949/94 que, modificando o art. 442 da CLT, extinguiu o vínculo empregatício entre cooperativas, cooperados e empresas contratantes, o que possibilitou a emergência de um trabalho extremamente precarizado em cooperativas a serviço de grandes empresas nacionais e internacionais. Também instituiu, pela Lei 9.468/97, os PDV’s (Planos de Demissão Voluntária), extremamente úteis para o enxugamento do quadro do funcionalismo público, principalmente para as empresas que vinham sendo privatizadas pelo mesmo governo, como ocorreu com todas as ex-operadoras do Sistema Telebrás. Importante ainda citar a Lei 9.601/98, a qual instaurou o contrato temporário de trabalho e reduziu o valor de contribuição do FGTS, fazendo com que, sob esse tipo de contrato, ao trabalhador fosse vedado o recebimento de multa em caso de demissão ou mesmo o aviso prévio. O Banco de Horas veio na esteira dessas mudanças, permitindo ao capital adequar a força de trabalho aos períodos de maior e menor produção.¹⁶⁵

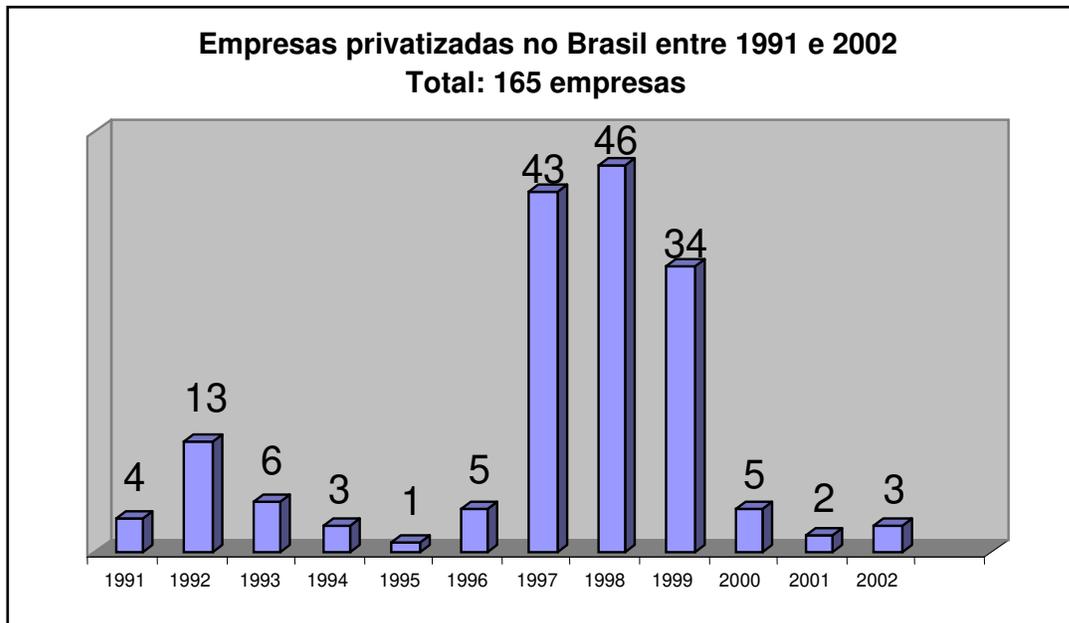
Em relação aos gastos públicos, a já desgastada social-democracia governista operou aquilo que pode ser considerado como uma das maiores rupturas às premissas históricas da tendência, qual seja, o incentivo à focalização dos gastos em detrimento da universalização da rede social de proteção. A tese, assumidamente neoliberal, invoca um

¹⁶⁵ Cf. Edmundo Dias & Antonio Bosi, “Estado, capital, trabalho e organização sindical: a (re)construção das classes trabalhadoras no Brasil”, Revista Outubro, nº 12, 2005.

aparente senso de justiça ao restringir os recursos estatais somente às camadas populares carentes. Como não podem questionar a fonte das mazelas sociais, do desemprego e da miséria, aplicam uma medida neoliberal para problemas causados por ele próprio. Como indica Boito Jr., por detrás do simplista “dar somente a quem precisa” e não “tudo a todos”, o que se faz, na verdade, é promover a concentração dos serviços num nível mínimo e reduzido, o que é exemplificado pelo setor da educação, no qual se concentram somente recursos para o ensino básico, quebrando a universidade pública “elitista”. A consequência lógica é a fixação dessa população na base da pirâmide social, além do fato de que o oposto da focalização não é mencionado, isto é, “tirar mais de quem tem mais”. Em suma, o resultado não é “dar mais a quem tem mais” mas ‘devolver pouco àqueles de quem os governos neoliberais tiram mais’”.¹⁶⁶

Sob o governo FHC também as privatizações foram acentuadas vigorosamente. O programa de privatização brasileiro insere-se num conjunto amplo de reformas do Estado “orientadas para o mercado”, levada a cabo com a volta dos governos civis. As vendas iniciaram-se no governo de Fernando Collor, continuaram com Itamar Franco (sendo marcante a venda da CSN, Companhia Siderúrgica Nacional, em Volta Redonda), e se avolumaram no governo de FHC (privatização da Vale do Rio Doce e da Telebrás, entre tantas outras). De 1991 a 2002, 165 empresas foram privatizadas no país, pertencentes à União, Estados e municípios, sendo arrecadados mais de US\$ 100 bilhões. O período de maior intensidade ocorreu entre 1997 e 1999, durante o primeiro mandato de FHC, no qual também se iniciou a venda de instituições financeiras, 48 somente nesses três anos.

¹⁶⁶ A. Boito Jr. *Política neoliberal e sindicalismo no Brasil*. São Paulo, Xamã, 1999, p. 80-2.



Fonte: IBGE (apud Folha de São Paulo, 21/12/2004).

Mas para o governo de FHC também existiria uma “privatização social-democrata”. Em primeiro lugar, como defendido por Bresser Pereira, a privatização das empresas estatais serviria como instrumento de equilíbrio fiscal ao reduzir os gastos públicos. Segundo o governo, também seria uma forma de *focalizar* os investimentos na área social (educação, saúde e segurança eram os setores geralmente citados), além de acabar com o uso político dos cargos de chefia dessas empresas, o que gerava uma má administração técnica. Ao obedecer às regras da concorrência no mercado e prezar pela obediência aos consumidores, as empresas iriam oferecer melhores serviços para uma maior camada da população. Em suma, seguia, até aqui, explicitamente as pressões de seus aliados liberais, como por exemplo, mais enfaticamente, Roberto Campos, que exigia uma privatização rápida para que o próprio setor se auto-regulasse naturalmente.

O governo, no entanto, dotaria o projeto com a “visão social-democrata”¹⁶⁷ ao impor critérios para a venda, metas a serem cumpridas pelas novas empresas e pela criação daquele que seria o modelo mais eficaz de administração pública moderna: as agências reguladoras. No caso das telecomunicações, a ANATEL cumpriria a função de ser o “braço

¹⁶⁷ Essa distinção era muitas vezes defendida por Sérgio Motta: “Eu sou social-democrata, não sou liberal (...) O projeto social-democrata pressupõe manter a independência nacional e preservar o interesse do país”. (Apud Prata *et al.*, *Sérgio Motta – O trator em ação*. São Paulo, Geração Editorial. 1999, p.127).

do Estado” ao regular o mercado, impor normas e proteger os consumidores. Sem entrar em muitos detalhes nesse momento sobre a atuação da ANATEL, cabe indicarmos a sutil, porém decisiva, proximidade entre a criação do órgão e as reformas neoliberais. A razão primeira da criação do órgão, longe de ser a atuação intensiva para a defesa dos usuários, é garantir a manutenção dos contratos que envolvem as empresas do setor, isto é, assegurar que o mercado não sofrerá influências das alterações políticas advindas pelo sufrágio universal.

A existência das agências reguladoras independentes é justificada como uma solução à situação anterior na qual vigorava, para a indicação dos cargos executivos, a influência dos líderes políticos de cada região em detrimento da qualidade técnica dos quadros. Usadas como objeto de barganha política, muitas áreas do setor de telecomunicações estatal realmente foram desorganizadas e não desenvolvidas adequadamente. No entanto, a agência reguladora torna-se muito mais independente em relação aos trabalhadores do setor e aos usuários dos serviços do que às companhias que devia regular e fiscalizar rigorosamente. O que mostra que o verdadeiro problema anterior não era a ausência de trabalhadores e demais representantes da sociedade no planejamento do setor, mas a falta de “critérios” para a acumulação de capital das grandes corporações. Não é sem razão o fato de que, hoje em dia, é a ANATEL que impede alterações nas regras que mantém altas tarifas telefônicas e assinatura básica obrigatória. Em março de 2005, a agência distribuiu documento contra o fim da assinatura básica em que deixava muito claro seu papel: “A manutenção da decisão que suspendeu a cobrança da assinatura mensal de telefonia causa quebra de equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão celebrados entre Poder Público e as concessionárias, ocasionando, assim, riscos à economia pública e à segurança jurídica, bem como o aumento do Risco Brasil”¹⁶⁸.

A ofensiva capitalista da atualidade tornou extremamente tênues as linhas divisórias da social-democracia. Mesmo os mais influentes neoliberais, como Hayek, sabem da extrema dificuldade da implantação prática de suas teorias. Bresser Pereira foi feliz, nesse caso, ao admitir que uma “abordagem pragmática”, da “nova social-democracia”, é mais eficiente “uma vez que realiza as reformas com um custo menor do

¹⁶⁸ “Teles já falam em reduzir investimento”, *Folha de São Paulo*, 4/08/2005.

que o da abordagem neoliberal”¹⁶⁹, mesmo que a baixa magnitude “dos custos”, assim como a própria designação “social-democrata” sejam altamente discutíveis, como vimos acima.

Não se pretendeu aqui fazer um balanço geral do governo FHC, somente apontar algumas medidas e conseqüências do modelo implementado em nome da “modernização racional” do Estado brasileiro sob a “nova social-democracia”. Sua referência internacional, isto é, o *New Labour* de Tony Blair, também apresentou a mesma função política, ou seja, intensificar o neoliberalismo a partir de caminhos diversos, embora se deva lembrar que, no caso inglês, acrescenta-se o fato de o novo trabalhismo ter assumido o governo após longo e desgastado período sob o conservadorismo liberal de M. Thatcher e J. Major. Já tendo expulsado a maior parte de sua ala de esquerda, mesmo os resquícios de social-democracia, de seu partido, Blair manteve intacta a ordem política e econômica iniciada por seus predecessores, flexibilizando ou simplesmente eliminando as leis trabalhistas, continuando o programa de privatizações e o desmonte da rede de proteção social, além de, no plano internacional, apoiar indiscriminadamente as estratégias do imperialismo estadunidense. No tocante ao movimento sindical, se, no Brasil, FHC mostrou seu caráter repressivo na ocasião da greve dos petroleiros, Blair assim o fez com sua posição anti-sindical na greve dos doqueiros de Liverpool¹⁷⁰. O novo trabalhismo inglês assim como o governo FHC (este, contudo, totalmente diferenciado de partidos operários tradicionais) serviram de sustentação do programa neoliberal mesmo que a partir de discursos aparentemente progressistas. Na síntese de Mészáros:

O principal papel dos partidos social democratas (sob uma variedade de nomes, incluindo os dos antigos partidos comunistas hoje rebatizados) limita-se atualmente à entrega do trabalho ao capital e a usar as pessoas como forragem eleitoral para os propósitos da legitimação espúria do *status quo* perpetuado sob o pretexto do processo eleitoral ‘aberto’ e ‘plenamente democrático’. (...) com o fim da ascensão histórica do capitalismo, praticamente inexistente margem de reforma em favor do trabalho. Assim, a corrente principal da ‘reforma’ e da legislação parlamentares tem por objetivo não só o isolamento total de um punhado

¹⁶⁹ Bresser Pereira, *op. cit.*, p. 29.

¹⁷⁰ Ver Antunes, *op. cit.*, 2002, p. 95-99. Segundo o autor: “Tony Blair é, em verdade, expressão da subjetividade e do projeto político gestado pelo ‘moderno’ capital britânico após o incontrolável desgaste do neoliberalismo thatcherista. Era preciso encontrar, nas fileiras da oposição, uma nova variante mais abrangida do neoliberalismo, que mantivesse sua pragmática e fosse, desse modo, capaz de preservar os interesses do capital britânico mesmo com a derrota eleitoral dos Tories. E mantendo, também, elementos políticos e ideológicos que encontram sintonia entre o conservadorismo britânico” (p. 99).

de parlamentares socialistas, mas a castração do movimento dos trabalhadores em geral.¹⁷¹

Desse modo, foram sob esses novos ‘social-democratas’ que as reformas neoliberais se implantaram no país, assim como em vários outros, cujas principais conseqüências invertem até mesmo a plataforma mínima da social-democracia clássica: a extinção ou o simples descaso com os serviços públicos universais, a predominância das regras do mercado como parâmetro de equilíbrio econômico e social e o enfraquecimento das instituições representativas dos trabalhadores.

¹⁷¹ Mészáros, *op. cit.*, 2002, p. 826.

3. Telecomunicações e sindicatos no Brasil

3.1 De um modelo estatal restrito à ode ao consumidor

A história das telecomunicações no Brasil inicia-se em meados do século XIX, integrada a um contexto de expansão dos monopólios do setor que eram criados nos países centrais. O marco inicial situa-se em 1852, quando Dom Pedro II designa Guilherme Capanema para coordenar a instalação de uma rede telegráfica, a qual se expandiu até 1889 costeando, principalmente, o litoral por terra¹⁷². Nesse período, foram também marcantes personalidades como o padre Landell de Moura, com suas experiências que preconizavam as ondas de rádio, e o marechal Cândido Rondon por suas expedições pelo interior do país construindo linhas de telégrafo¹⁷³.

No tocante aos telégrafos, em 1874, a *Western and Brazilian Telegraph Co.* comprou os direitos de concessão com exclusividade da *Telegraph Construction and Maintenance Co.*, que por sua vez havia recebido essa mesma concessão, de forma gratuita, das empresas em vias de falência do Visconde de Mauá. Os cabos da *Western* controlaram de forma ampla, até fins da década de 1960, as telecomunicações no Brasil, isso porque a telefonia não se desenvolvera satisfatoriamente até então.

Na verdade, os serviços telefônicos pouco se expandiram num intervalo de quase um século¹⁷⁴. Com a Constituição Republicana de 1891, os municípios passaram a ser os responsáveis pela concessão de serviços telegráficos e telefônicos, o que impossibilitou um projeto nacional integrado de desenvolvimento para o setor. Não só foi um erro estratégico como um grande desperdício, pelo fato de que – ao contrário dos

¹⁷² Cf. Dantas, *op. cit.*, 2002, p.131. Segundo R. Archer, essa iniciativa foi tomada após a assinatura, pelo país, de um tratado internacional que objetivava impedir o tráfico de escravos. Assim, um serviço telegráfico ao longo da costa era essencial para detectar e transmitir informações (“Embratel introduz telecomunicações brasileiras no mercado internacional”, in *Perspectivas para o Setor de Telecomunicações*. Rio de Janeiro, Telerj; SINTTEL-RJ, 1993, p.31)

¹⁷³ Cf. Prata *et al.*, *op. cit.*, 1999.

¹⁷⁴ Por concessão de Dom Pedro II, em 1878, a Bell Company estadunidense foi a primeira empresa a explorar os serviços de telecomunicações no país (Cf. *ibid.*, p. 328)

demais países – a rede telefônica não foi acoplada à extensa linha telegráfica, de onze mil quilômetros, já constituída.¹⁷⁵

A regulamentação dos serviços caracterizou-se, então, pelo quase total domínio do capital privado, representado especialmente por multinacionais tanto na prestação de serviços quanto na fabricação de equipamentos. A maior destas empresas era a CTB (Companhia Telefônica Brasileira), da qual era acionista majoritária o grupo anglo canadense *Light & Power*, que já atuava no país nos setores de eletricidade e transporte urbano, através de bondes elétricos. A CTB possuía, em 1962, o controle de cerca de 80% dos serviços dos telefones do país. A parcela restante dividia-se entre várias dezenas de pequenas companhias privadas e serviços municipais.

Esta lógica de funcionamento adquire novos contornos a partir da década de 1960, com o início da formação do monopólio estatal. Vários fatores históricos conjugados levaram à estatização dos serviços.

A princípio, o processo de aceleração industrial em curso aumentava as taxas de urbanização e do mercado interno do país. Tal como em vários países latino-americanos, o sistema sob a ordem privada não oferecia, qualitativa e quantitativamente, a infraestrutura necessária para sustentar o crescimento e nova acumulação de capital, devido a dificuldades na articulação operacional e administrativa, além do próprio descaso dessas empresas com as áreas menos desenvolvidas desses países.¹⁷⁶ Com efeito, o foco das empresas era localizado em poucos centros urbanos capazes de oferecer condições financeiras para a recuperação dos custos com a instalação das redes.¹⁷⁷ O sistema privado, queixando-se “na época de falta de recursos e das baixas tarifas”¹⁷⁸, adequou-se, assim, “tão somente às estritas necessidades do núcleo exportador dessas economias”¹⁷⁹.

O quadro do serviço de telecomunicações, no início da década de 1960, chegava mesmo a correr o risco de um colapso, pois oferecia pouco mais de um milhão de telefones para uma população de 80 milhões de habitantes. Os serviços interurbanos e de longa distância, para não mencionar as ligações internacionais, eram precários, de

¹⁷⁵ Cf. Archer, *op. cit.*, p. 32.

¹⁷⁶ Cf. Márcio Wohlers, *op. cit.*, 1994, p. 240.

¹⁷⁷ Cf. Archer, *op. cit.*, p. 32.

¹⁷⁸ José Pereira Filho, “A Embratel: da era da intervenção ao tempo da competição”, in *Revista de Sociologia e Política*, nº 18: 33-47, junho de 2002, p. 35.

¹⁷⁹ Wohlers, *op. cit.*, 1994, p. 108.

tecnologias obsoletas e provocam congestionamentos constantes mesmo no âmbito local, o que causou até mesmo a proliferação de redes privadas de rádio para cobrir as deficiências do sistema¹⁸⁰.

A CTB se limitava então a gerir uma rede urbana e interurbana instalada de maneira precária, com uma infra-estrutura insuficiente. A situação de crise tinha alcançado tal nível, que se poderia dizer, sem exagero, de um colapso das telecomunicações. As empresas estrangeiras, concessionárias, não investiam mais no setor havia bastante tempo, a CTB, reconhecidamente, desde o início dos anos 50.¹⁸¹

Outra preocupação nesse contexto girava em torno da necessidade de se construir um sistema único que oferecesse ao país segurança e controle do seu território. Essa foi uma das bandeiras dos militares, os quais, por sinal, formaram o segmento mais favorável ao crescimento da telecomunicação nacional mesmo antes do golpe de 1964. Já possuíam um sistema próprio de rádio VHF e transformaram as escolas militares em um reduto pioneiro do ensino sobre as disciplinas técnicas deste setor. Delas saíram os quadros que guiaram a formação do sistema Telebrás com a emergência da ditadura militar.¹⁸²

Porém, um modelo de telecomunicações começa a ser implantado ainda no curto governo de Jânio Quadros com a criação do CONTEL (Conselho Nacional de Telecomunicações), em maio de 1961, no intuito de assessorar a presidência na regulamentação de um novo sistema, no qual o Estado fosse o agente propulsor direto de desenvolvimento do setor, criando órgãos públicos reguladores, centros de pesquisa e incentivando as empresas de teleequipamentos nacionais. O ato principal foi a promulgação da lei 4.117, de agosto de 1962, regulamentando o Código Nacional de Telecomunicações, o qual vigorou até as privatizações do governo FHC. O Código estruturou e centralizou uma série de organizações e diretrizes para esse novo sistema, abrindo o caminho para transformações nas diversas esferas do setor. Em primeiro lugar, um movimento de nacionalização das operadoras alastrou-se por todas as regiões, estatizando-se até a grande CTB anos mais tarde. No plano normativo, responsável pela unificação nacional da rede, criou-se o SNT (Sistema Nacional de Telecomunicações). A princípio, as funções de fiscalização e planejamento das redes foram delegadas ao CONTEL. Já no plano produtivo,

¹⁸⁰ Cf. Crossetti, *Serviços de Telecomunicações no Brasil: Evolução histórica e tecnológica*. Dissertação de Mestrado, Instituto de Economia, Unicamp, Campinas, 1995, p. 29.

¹⁸¹ A. M. Maculan apud Crossetti, *op. cit.*, p.25.

¹⁸² Cf. M. C. Gordinho (org.). *Telecomunicações: memória*. São Paulo, Marca D'Água, 1997, p. 26.

o fato marcante foi a criação da operadora nacional, a Embratel, em 1965. Pela instância financeira, o FNT (Fundo Nacional de telecomunicações) assumiu a responsabilidade pela obtenção de recursos extra-orçamentários, funcionando mais sistematicamente a partir de 1967. No bojo dessa reforma, foi criado também o MiniCom (Ministério das Comunicações), além da *holding* Telebrás (pela Lei 5.972 de 1972), os quais geriram os investimentos na área até metade da década de 1970, momento em que esta função passou a ser da SEST (Secretaria de Controle das Estatais). No tocante à regulação do setor industrial, foi criado, em 1975, o GEICOM (Grupo Executivo da Indústria de Componentes e Materiais).

A Telebrás tinha como objetivos planejar e coordenar as atividades das telecomunicações no país, e para isso incorporou quase a totalidade das quase mil concessionárias que existiam no Brasil para explorar os serviços telefônicos. Ao reagrupá-las, originou um sistema composto por 27 operadoras estaduais e uma de longa distância, a Embratel, passando a ser a grande empresa brasileira do setor.

Os empreendimentos do Estado originaram uma melhoria significativa da infra-estrutura de telecomunicações do país, caracterizando os anos 70 como os “anos de ouro” do sistema Telebrás, recebendo a companhia - via FNT, empréstimos e “autofinanciamento” - recursos no valor de US\$ 1.4 bilhão ao ano, no período de 1974 até 1982, consistindo em 5% da formação bruta de capital fixo do país¹⁸³. As linhas telefônicas instaladas cresceram de cerca de um milhão, na década de 1960, para 3,6 milhões em 1977¹⁸⁴. Mesmo com o contingenciamento de recursos na década de 1980, a Telebrás ampliou as linhas telefônicas, até meados da década de 1990, em proporção muito superior à população brasileira e ao PIB nacional. Antes de ser privatizada, a companhia já chegava a mais de 20 mil localidades no país e possuía cerca de 20 milhões de linhas telefônicas instaladas. Sua maior deficiência, advinda da falta de investimentos regulares, mas também condizente ao padrão elitista do crescimento nacional, foi a desigualdade da expansão dos serviços que se concentravam nas principais regiões metropolitanas do país, como São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, que sozinhas respondiam por 31% de todos os terminais instalados do Sistema Telebrás em 1990¹⁸⁵.

¹⁸³ Cf. Wohlers, *op. cit.*, 1994, p. 242.

¹⁸⁴ Cf. Prata *et al.*, *op. cit.*, p. 330.

¹⁸⁵ Cf. Crossetti, *op. cit.*, 1995, p. 59.

Em 1976, buscando a constituição de um pólo de pesquisa interno, foi criado o CPqD (Centro de Pesquisas e Desenvolvimento da Telebrás), sediado desde 1980 em Campinas. Seu principal objetivo era criar tecnologia inteiramente nacional, ao contrário de outros setores nos quais as empresas multinacionais apenas internalizavam conhecimentos externos, não gerando capacitação e transferência tecnológica. Para sustentar essa independência, o Centro vinculou-se estreitamente a empresas nacionais de equipamentos, fortalecendo o setor nacional e diminuindo em grande proporção a necessidade de importações pelo sistema Telebrás.¹⁸⁶

O CPqD ganhou renome internacional em tecnologia através de suas conquistas na comunicação via satélite, de centrais eletrônicas digitais e no desenvolvimento de fibra óptica. Segundo Albuquerque:

O número de projetos desenvolvidos foi de mais de uma centena, sendo os resultados mais conhecidos, a central CPA-T de comutação telefônica digital Trópico, o telefone a cartão indutivo, a fibra ótica, multiplexadores e amplificadores óticos, circuitos integrados dedicados e antenas para comunicação por satélite. São produtos de tecnologia complexa que apenas uns poucos países do mundo foram capazes de projetar e fabricar¹⁸⁷.

De fato, mesmo com as diversidades históricas e geográficas entre os países, o modelo histórico de organização institucional das telecomunicações “estruturou-se de forma pública ou privada regulamentada como um monopólio em praticamente todos os países, até a década de 70”¹⁸⁸. As razões para esse tipo de regulamentação giram em torno de vários fatores, entre estes, a natureza estratégica das telecomunicações na construção de uma infra-estrutura capaz de sustentar o crescimento econômico dos países, isto é, o setor fez parte de uma política de desenvolvimento tecnológico e produtivo gerais que passava a atender também às pressões relacionadas à segurança militar e à ordem pública.

Assim, as telecomunicações gozavam de um forte status de responsabilidade pública, integrando em vários países as medidas de universalização preconizadas pelo

¹⁸⁶ Cf. A. Albuquerque, *Fantasia Tecnológica: Reflexões sobre o CPqD da modernidade*. Campinas (SP), FITTEL; SINTTEL – DF; SinTPq, 2000, p. 13.

¹⁸⁷ *Ibid.*, p. 14. E acrescenta: “no caso da tecnologia de fibra ótica, ela começou a ser pesquisada no Brasil nos anos setenta por um pequeno número de pesquisadores da Unicamp, através de convênios firmados com o CPqD. Em 1983 já se tinha a fibra ótica com tecnologia 100% brasileira disponível comercialmente. Considerando que nos EUA a fibra foi disponibilizada comercialmente em 1980, pode-se dizer que o produto aqui desenvolvido se encontrava no estado da arte das comunicações óticas”.

¹⁸⁸ M. Wohlers, *op. cit.*, 1994, p. 92.

Welfare State e também constituindo sindicatos de grande força política e social. Exemplo desta condição foi a grande utilização de subsídios cruzados, estratégia na qual as companhias estatais tarifavam segmentos mais lucrativos, como discagens interurbanas e internacionais, no intuito de subsidiar as partes deficitárias e de conteúdo social, ou seja, o tráfico local¹⁸⁹.

Contudo, na quase totalidade dos países periféricos, as medidas do *Welfare State* ficaram distantes de suas realidades político-sociais. Mesmo assim, na América Latina em especial, as telecomunicações, sob o controle de multinacionais que pouco investiam no setor, passaram ao controle do Estado principalmente após a II Guerra Mundial, com a adoção, em várias nações, das políticas de substituição de importações pelos Estados desenvolvimentistas.

No Brasil, diversos trabalhos já desenvolveram com detalhes esse período da história nacional marcada pela forte presença do Estado no setor de telecomunicações, seu crescimento e crise¹⁹⁰. Importante ressaltar que, a partir de meados da década de 1980, sofrendo mais diretamente as conseqüências negativas da recessão econômica interna e crise internacional do capital, o setor conhece um refluxo dos investimentos estatais, cristalizado no confisco de US\$10 bilhões pelo governo do FNT e a extinção desse fundo em 1986. Influenciou muito negativamente também o uso das tarifas de telecomunicações como forma de controlar as altas inflacionárias, o que, ao tornar seus valores artificiais, impediu a continuação da tendência de crescimento auto-sustentado do Sistema Telebrás.

Com o final da ditadura militar, do governo Sarney e o início dos governos civis de tendência neoliberal, verificou-se um aumento de pressões liberalizantes internacionais e nacionais, que moldam um contorno político e econômico propício à efetivação da privatização, cujo desfecho deu-se com o leilão do sistema Telebrás em 1998, pelo governo de Fernando Henrique Cardoso.

3.1.1 O desenvolvimento do setor de telecomunicações: Estado, burguesia nacional e capital estrangeiro.

¹⁸⁹ Cf. Ibid, p. 93.

¹⁹⁰ Algumas contribuições podem ser vistas em Maria da Costa, *Telecomunicações no Brasil: A trajetória de uma política tecnológica (1962-1987)*, Tese de Mestrado, IFCH, Unicamp, Campinas, 1991.; Wohlers, *op. cit.*, 1994; Pedro Crossetti, *op. cit.*, 1995; entre outros.

Sobre os fatos até aqui apresentados, assim como para as análises posteriores, algumas considerações sobre a acumulação capitalista no Brasil precisam ser mencionadas, mesmo não sendo objetivo deste trabalho retomar o volumoso debate, teórico e político, sobre a formação nacional e as relações de classe presentes no país.

Uma tese influente, que vigorou no campo da esquerda foi aquela vinculada ao que se denominou de “modelo democrático-burguês”¹⁹¹. Baseava-se sobretudo nas diretrizes da III Internacional Comunista, que apresentou fases distintas no tocante ao programa geral de revolução, mas defendia, desde meados da década de 1920, a tese de que os países latino-americanos necessitavam de um programa antiimperialista que se efetivaria através de uma revolução democrático-burguesa, para que o sustentáculo do imperialismo nesses países – o suposto feudalismo – fosse superado. Esse modelo etapista, fundamentado numa visão dualista das nações aventadas pela colonização, difundiu-se nos diversos partidos comunistas do continente.

O PCB (Partido Comunista do Brasil), por exemplo, desde sua origem, mas principalmente após seu IV Congresso em 1954, seguiu essa linha, e caracterizava o país enquanto uma nação agrário-industrial semicolonial e semifeudal, na qual a burguesia industrial emergente se defrontava com interesses vinculados ao latifúndio (ou seja, apoiaria a reforma agrária) e ao imperialismo (ou seja, defenderia a modernização nacional da economia). Dessa constatação surge a bandeira da revolução nacional democrático-burguesa, em aliança, logicamente, com a burguesia nacional, que retiraria os obstáculos externos que impediam o livre desenvolvimento das forças produtivas no país.

Ocorre que a acumulação de capital no Brasil, como discutido posteriormente por vários autores¹⁹², não seguia as pretensas etapas do esquema de “evolução natural” do capitalismo. Primeiro porque à burguesia industrial a reforma agrária não resolveria a questão do débil mercado consumidor, ao passo que também não havia disposição real de sua parte para o desvio de recursos dos centros dinâmicos para a “modernização” da agricultura. Em segundo lugar, em nenhum momento da história do país a burguesia

¹⁹¹ Cf. Guido Mantega. *A economia política brasileira*, Vozes, RJ, 1985.

¹⁹² As críticas ao modelo etapista vieram de diferentes matrizes, por exemplo, das obras de autores como Caio Prado Jr., André Gunder Frank, Francisco de Oliveira, Florestan Fernandes, teóricos trotskistas, entre outros. O intuito aqui não é, evidentemente, explorar esse amplo debate, somente indicar as premissas básicas de uma leitura da esquerda sobre a formação do país.

nacional foi *decidida e propriamente avessa* ao capital estrangeiro. Na verdade, “a moral da história da expansão capitalista no Brasil é que mais vale ser o coadjuvante de um grande processo de acumulação do que o ator principal de uma expansão medíocre”¹⁹³.

Segundo Mantega, analisando discursos e teses do empresariado e de suas organizações, como a FIESP, nas décadas de 1950 e 1960, o nacionalismo da burguesia brasileira restringia-se à crítica a práticas deletérias do imperialismo comercial, mas, se os recursos estrangeiros estivessem focados ao aumento do parque industrial interno, as reclamações deviam-se mais à sua ausência do que à sua participação em território nacional.¹⁹⁴ Na verdade, mesmo durante o primeiro salto industrializante do país sob Vargas, a burguesia ainda incipiente colocava sérias dúvidas, ou mesmo oposição, à formação do complexo nacional de indústria pesada, o qual só vingou devido ao investimento estatal.

O Plano de Metas de Juscelino Kubitschek guiava-se pelos mesmos propósitos, tendo o capital estrangeiro o papel primordial no processo de acumulação, inserindo-se nos setores de transporte, material elétrico, indústria mecânica e automobilística, os quais, por sua vez, estimularam vários setores nacionais de base, como autopeças, químico, plásticos e equipamentos em geral. A regra girou sempre em torno da integração entre os capitais, na qual “os sócios menores fechavam um olho para o controle estrangeiro em vista de rendimentos compensadores”¹⁹⁵, isto é, não obstante as remessas de lucros para o exterior, restaria ao mercado interno uma massa de capital maior àquela anteriormente existente, além de que as tecnologias trazidas permitiam novas fontes e saltos de acumulação. Mesmo as pequenas e médias empresas não ofereciam tanta resistência já que o ritmo forte de aceleração econômica, quando houve, também as atingia. Pode-se concluir, então, que burguesias nacional e estrangeira, salvo raras exceções em setores específicos, associavam-se, complementavam-se ou simplesmente coexistiam, já que “compartilhavam, *grosso modo*, os mesmo interesses e apostavam num mesmo projeto de desenvolvimento”¹⁹⁶.

¹⁹³ Guido Mantega, *op. cit.*, p.200.

¹⁹⁴ Cf. *Ibid.* p.193-4. Segundo as análises do autor, “de todos esses discursos e declarações dos mais eminentes representantes da burguesia industrial brasileira não se pode extrair uma posição nacionalista, ao menos enquanto concebida como um projeto de desenvolvimento autonomista que excluísse o capital estrangeiro” (p. 196).

¹⁹⁵ *Ibid.*, p. 200.

¹⁹⁶ *Ibid.* p. 208.

Muitas das teses que supunham a autonomia integral da burguesia nacional apostavam, na verdade, que havia a possibilidade de desenvolvimento pleno das forças produtivas do país, o que o colocaria no “estágio” das nações desenvolvidas se as marcas do “atraso” fossem superadas. Contrastando essa visão, muito presente na tradição cepalina, Francisco de Oliveira demonstra como as formas ligadas ao que se entende como “atraso” vinculavam-se funcionalmente aos núcleos mais dinâmicos da crescente economia, o que fazia do subdesenvolvimento a “exceção permanente do sistema capitalista na sua periferia”, e não um momento de transição a estágios superiores. A pobreza, a precariedade da mão-de-obra assalariada, os arcaísmos das relações no campo, ao contrário de serem impeditivos ao avanço do projeto que se pensava nacional, eram, na verdade, elementos da estrutura que, ao possibilitar o baixo custo de reprodução da força de trabalho, apoiavam as bases da acumulação interna, que nada mais era que “reserva de acumulação primitiva do sistema global”.¹⁹⁷

E, no tocante à burguesia nacional, dever-se-ia concordar com as conclusões do então somente sociólogo Fernando Henrique Cardoso: esta, frente ao risco de ver fragilizada sua posição hegemônica em meio à divisão do trabalho internacional, aceita ser “sócio-menor do capitalismo ocidental”¹⁹⁸. Como argumenta Oliveira, a ideologia do subdesenvolvimento abria as portas para um modelo teórico que buscava unir: os esforços de modernização econômica pelo capital que “queimava etapas”; o aumento das organizações dos trabalhadores que, assim, eliminariam a superexploração do trabalho; a efetivação da reforma agrária para inibir a ordem patrimonialista; e liquidação do exército industrial de reserva das cidades. Contudo,

“faltou o outro lado, isto é, que o projeto emancipador fosse compartilhado pela burguesia nacional, o que não se deu. Ao contrário, esta voltou as costas à aliança com as classes subordinadas, ela mesma já bastante enfraquecida pela invasão de seu reduto de poder de classe pela crescente internacionalização da propriedade industrial, sobretudo nos ramos novíssimos”.¹⁹⁹

¹⁹⁷ Francisco de Oliveira, *Crítica da razão dualista*. São Paulo, Boitempo, 2003, p.131.

¹⁹⁸ Tese que seguiu mesmo durante seus mandatos presidenciais, ao contrário do conhecido “esqueçam o que escreveram”. As reformas de seu governo, alinhadas ao Consenso de Washington, partiam do pressuposto de que não haveria resistência muito forte, por parte da burguesia interna, à internacionalização da economia interna e adoção do neoliberalismo. Aspectos que indicamos no quarto capítulo.

¹⁹⁹ F. Oliveira, *op. cit.*, p. 131-132.

Com base nos termos em debate, como entender o crescimento do setor nacional de telecomunicações no país? Seria ele tão nacional assim?

Inicialmente, vale destacar que boa parte do empresariado nacional apresentava uma postura contrária ao projeto autônomo de constituição de um sistema nacional de telecomunicações. Prova concreta foram os protestos contra a estatização da operadora regional do Rio Grande do Sul, a Companhia Telefônica Nacional, propriedade da ITT (*Internacional Telephone and Telegraph*), pelo governo de Leonel Brizola, que a transformou na CRT (Companhia Riograndense de Telecomunicações). Como lembra Mantega, a defesa da empresa estrangeira não foi feita somente por segmentos vinculados ao capital estrangeiro, mas também por aqueles com pouco proximidade, como foi representado pelas posições de José Ermírio de Moraes (grupo Votorantim) e José Mindlin (da Metal Leve)²⁰⁰. De forma análoga, houve resistência da burguesia industrial quando da criação de setores monopólicos do Estado, como a Petrobrás e Eletrobrás, nas décadas de 1950 e 1960 respectivamente. A criação dessas empresas, não obstante as pressões contrárias de parte da elite nacional, é prova, na verdade, da debilidade e do relativo poder limitado de influência da burguesia industrial nesse período.²⁰¹

O fato, contudo, era que a aceleração do capitalismo brasileiro passava pela necessidade de implementação de um sistema de telecomunicações devidamente desenvolvido, o que, como já salientado, não vinha sendo realizado de forma satisfatória pela iniciativa privada, nacional ou estrangeira, cuja maior debilidade residia na falta de unidade e planejamento sistêmico tendo em vista as dimensões continentais do país. O Estado burguês brasileiro, com efeito, cumpria sua finalidade estrutural, em última instância, de zelar pela manutenção da acumulação de capital, mesmo que a burguesia nacional, atolada em suas limitações, não reconhecesse essa necessidade. Tanto o foi que a principal deficiência do sistema, diversas vezes levada à tona no momento da privatização, foi o caráter elitista do mercado consumidor de seus serviços.

Outro elemento importante diz respeito à indústria de equipamentos de telecomunicações e informática, da qual faziam parte grandes empresas multinacionais, como Ericsson (sueca), Siemens (alemã) e NEC (japonesa), ITT (então estadunidense) as

²⁰⁰ G. Mantega, *op. cit.*, p. 198. As críticas ao governo de Brizola também diziam respeito à estatização da Companhia de Força e Luz, de comando da Light.

²⁰¹ Cf. *Ibid.*, p. 204

quais, instaladas no país, dominaram durante quase todo o período o mercado de equipamentos. Contudo, há uma novidade trazida pelo Sistema Telebrás, que o diferencia de muitos outros setores, que foi a tentativa de criação de uma rede completa de serviços de telecomunicações, composta de centro de pesquisa estatal, operadoras e indústrias nacionais com tecnologia de ponta desenvolvida internamente. As voltas e reviravoltas a respeito da estruturação de um setor produtivo nacional independente revelam muito sobre a correlação de forças existentes, o poder do capital estrangeiro, as volubilidades do Estado e a debilidade da burguesia nacional.

O contexto das principais mudanças no setor industrial de telecomunicações, as quais vinham, geralmente, através de Portarias do Ministério das Comunicações, assessorado pelo GEICOM, era a tentativa de revigoração da estratégia nacionalista, cristalizada, neste momento, pelo II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento) do governo Geisel. O grande objetivo deste plano era propiciar ao país as condições para que sua industrialização atingisse um patamar visto como “definitivo”, tal com das nações do norte desenvolvido, e, para tanto, ensejou uma reordenação das prioridades do investimento nacional, o qual, antes calcado no setor de bens de consumo, deveria instaurar em sua completude os segmentos de bens de produção, a conhecida “industrialização pesada”. O II PND buscava ser a retomada das altas taxas de crescimento em meio à crise internacional que se agravava em 1973, até porque provinha do sucesso econômico a maior legitimidade do regime autoritário encabeçado pelos militares.

O plano esbarrou nas limitações dadas pela economia internacional, como as restrições de financiamentos e a já alta amplitude da dívida externa, mas também sofreu por deficiências próprias e obstáculos internos vindos da burguesia nacional. Acostumada e já estruturada no setor de bens duráveis de consumo, uma redefinição do papel desta burguesia não era algo a ser conseguido apenas com medidas vindas de cima, mesmo que a participação do capital estrangeiro fosse parte integrante do projeto²⁰². O fracasso do plano pôde ser visualizado tanto no campo econômico quanto político. No primeiro, tendo em

²⁰² Segundo Carlos Lessa, ao estudar de forma detalhada a estratégia de desenvolvimento traçada pelo II PND e a correlação de forças no bloco no poder do Estado, “a expansão da base industrial e os poderes à disposição do Estado não são precondições para, por um ato soberano, infletir o padrão. A industrialização brasileira se processa dentro de um padrão de desenvolvimento associado. Esse padrão não exclui o capital nacional. Ele se concentra nas órbitas não-industriais e mesmo nela tem seu lugar garantido. Apenas não é hegemônico, mas sim um sócio menor” (*A estratégia de desenvolvimento 1974/76; sonho e fracasso*. Campinas, UNICAMP, Instituto de Economia, 1998, p. 291).

vista a alta dívida externa, não conseguiu alterar o padrão de acumulação com a preservação das altas taxas de crescimento. Do lado político, ao desestimular o setor de bens de consumo - dificultando empréstimos, reduzindo capital de giro pela diminuição de crédito para o mercado consumidor, etc. -, causou fissuras das frações que compunham a classe dominante no poder e ajudou a aumentar as insatisfações com o regime²⁰³.

No tocante às telecomunicações, o II PND exibiu uma postura paradoxal, qual seja, insistia, em teoria, no fortalecimento dos serviços de infra-estrutura, postulando um “incentivo às comunicações no país”, mas pouco fez para direcionar investimentos para o setor, cujos montantes vindos do governo federal, muito aquém dos necessários para uma verdadeira expansão, ficavam em penúltimo lugar nas prioridades oficiais do governo.²⁰⁴ Situação que relegou ao setor suas próprias fontes de recursos, como o autofinanciamento (o usuário pagava antecipadamente pela expansão da rede, tornando-se “sócio” da Telebrás), tarifas e o FNT, fontes que, com o passar dos anos, começaram a se esgotar.

Contudo, o contexto nacionalista ofereceu condições para que outros órgãos (MiniCom e Telebrás) estipulassem normas que, em tese, originariam tecnologias nacionais e empresas de tequipamentos comprometidas com esse intento. O grande marco deste período foi a Portaria 661 de 1975, a qual incentivava a criação de um pólo de pesquisa e fabricação de centrais de comutação de telefonia nacionais. Para tanto, estipulou que as centrais CPA-E (comutação por programa armazenado espaciais), ou seja, cuja base é eletromecânica, fossem produzidas no país através da aquisição de patentes. Já as centrais CPA-T (comutação por programa armazenado temporais), isto é, baseada na tecnologia digital da microeletrônica, que era o futuro das comunicações, seria desenvolvida pelo CPqD, criado um ano depois. As diretrizes indicavam a necessidade de formação de empresas nacionais que produzissem as duas tecnologias e a elas seria reservado, a princípio, 40% do mercado de centrais de comutação. Vislumbrava-se um futuro em que 100% da tecnologia básica da área de telecomunicações fosse desenvolvida internamente.

A realidade, no entanto, foi outra, e suas causas são oriundas da forte reação das firmas estrangeiras, da falta de poder político do MiniCom e das debilidades da empresa nacional. Vejamos. Os atritos iniciaram-se em 1977, quando da licitação para escolha da

²⁰³ Cf. Sônia Mendonça & Virgínia Fontes, *História do Brasil Recente – 1964 – 1980*. São Paulo, Ática, 1988, p. 60.

²⁰⁴ Cf. Costa, *op. cit.*, p. 33.

tecnologia a ser usada. Na inexistência de empreendimentos nacionais, Ericsson, NEC e ITT-SESA foram vencedoras. Pelas normas, essas empresas deveriam transferir tecnologia para o grupo nacional a ser criado, contudo, a resposta das filiais das multinacionais foi a completa recusa. Para contornarem as limitações, aproveitaram-se de ambigüidades quanto à definição de “empresa nacional” da Portaria 661 e a interpretaram a seu favor, o que mostrou também o poder de influência relativamente fraco do Ministério.

A nova interpretação fez com que empresa nacional fosse definida enquanto aquela em que a maioria do capital votante fosse propriedade de brasileiros. Todavia, a legislação do país permitia que somente um terço das ações de uma companhia possuíssem direito a voto, assim, uma empresa que detivesse apenas 17% de seu capital total nas mãos de brasileiros seria considerada nacional, poderia participar das políticas de compra da Telebrás e, ainda, a elas seriam reservados os 40% do mercado interno²⁰⁵. A Portaria 662 de 1978 veio a confirmar em lei aquilo que já se constituía em fato, ou seja, a interpretação de empresa nacional citada, mas também buscou consolidar a capacitação tecnológica endógena, criando mecanismos que obrigavam a nacionalização dos produtos e propondo reserva de mercado para os equipamentos disponibilizados pelo CPqD.

O resultado prático foi, então, uma corrida à formação de *joint-ventures*, que uniram capitais nacionais a grandes multinacionais. A Ericsson associa-se aos grupos Monteiro Aranha e Atlântica Boa Vista, formando a MATEL. A ITT/SESA, coligada aos capitais nacionais Pereira Lopes e Brasilinvest, dá lugar a *holding* UNIPEC. A Siemens, juntamente com a empresa têxtil Hering, forma a Equitel. Já a NEC, excluída posteriormente da licitação, envolveu-se com a Brasilinvest, mas, posteriormente, efetiva uma conturbada união com as Organizações Roberto Marinho, proprietária da Rede Globo, que, segundo versão de Mário Carneiro, sócio destituído junto com a Brasilinvest, recebeu apoio governamental para aquisição da NEC do Brasil²⁰⁶. Essas relações não proporcionaram o desenvolvimento esperado pela política nacionalista, já que, segundo Moreira, “o controle da tecnologia, instrumento fundamental para a sobrevivência das firmas nesse mercado, e a maioria do capital permaneciam de posse das matrizes, apesar das exigências do MiniCom relativas à gestão das empresas por diretores de nacionalidade

²⁰⁵ Cf. Wohlers, *op. cit.*, 1994, p. 248.

²⁰⁶ Cf. Costa, *op. cit.*, p. 46.

brasileira e à averbação dos contratos de tecnologia”²⁰⁷. De forma que, como conclui Dantas, o programa de desenvolvimento nacional esbarrou “nas relações de dependência do capitalismo brasileiro e nas próprias limitações políticas do governo Geisel – um governo autoritário, apoiado numa elite industrial e financeira subinformada, pouco interessada num genuíno projeto de desenvolvimento autônomo”. Unidos – montadoras multinacionais, capital nacional e burocracia do MiniCom – fizeram dessas empresas nacionais “verdadeiras farsas”²⁰⁸.

Entre os grupos genuinamente nacionais, pelo menos até década de 1990, destacavam-se a Promon (PHT), Elebra Telecom, SID Telecom e fabricantes de centrais de médio e pequeno porte como a Batik, a Zetax, entre outras.

Em 1981, já no governo de Figueiredo, a Portaria 215 conformou mais nitidamente as diretrizes até então instáveis. Definiu a tecnologia a ser usada para centrais de comutação (a CPA-T), dividiu regionalmente os mercados para cada fornecedora e estipulou que, ao ser viabilizada a central digital Trópico, pelo CPqD, essa deveria ser usada pelo sistema nacional, porém não mais com a reserva de 100%, estabelecida em 1975, mas sim de apenas 50%. Na prática, assentiu com o formato *joint-venture*, possibilitando a posição hegemônica das companhias estrangeiras. Além do fato de que, ao invés de investir em longo prazo na tecnologia própria, preferiu utilizar a estrangeira já existente, o que se verificou danoso para o futuro da central Trópico.

O restante da década de 1980, que presenciou a lenta derrocada do regime militar abalado pelas crises econômicas e lutas sociais, deu prosseguimento às políticas inconstantes em relação ao setor industrial das telecomunicações. De maneira sintética, pode-se afirmar que a tentativa de nacionalização da produção e do desenvolvimento de tecnologia permaneceram, mas sempre com brechas que minoravam a autonomia interna. Como exemplo, houve o enquadramento dos teleequipamentos na Lei de Informática, de 1984, que aumentou a reserva de mercado e modificou mais uma vez o conceito de empresa nacional. Contudo, foram também realizadas reformas pelo governo Sarney na Portaria 662/78. Entre outras alterações, essa reforma, além de acabar com o limite de fabricante por produto e com o modelo de equipamento preferencial, modificou os critérios da reserva de

²⁰⁷ M. Moreira apud Crossetti, *op. cit.*, p. 118.

²⁰⁸ Marcos Dantas, *op. cit.*, 2002, p. 217.

mercado, definindo-a como produtos de tecnologia nacional, não necessariamente fabricados por empresas nacionais. Essas modificações mais prejudicaram do que estimularam o segmento endógeno, pois, ao pulverizar o mercado, diminuiu o estímulo à pesquisa interna e tornou as empresas brasileiras dependentes do CPqD ou de parceiros externos²⁰⁹.

A análise dos caminhos e descaminhos da estruturação do setor de telecomunicações no país nos permite levantar algumas considerações sobre as relações entre Estado, capital nacional e estrangeiro, e seus respectivos interesses nesse segmento. Nessas condições, coube ao Estado atuar de forma direta na prestação de serviços de telefonia, através de suas operadoras espalhadas pelos estados, para tentar reverter o quadro assustador legado pela iniciativa privada, notadamente estrangeira, anterior à década de 1960. No item anterior, apresentamos, de forma geral, seus sucessos e deficiências, cabendo destacar que, apesar das limitações financeiras que se agravaram com o passar do tempo e dos governos, pôde o sistema fornecer a infra-estrutura mínima para que a acumulação capitalista aqui se mantivesse. A Telebrás, ao desenvolver as redes interurbanas, as ligações internacionais e o sistema nacional de telex, possibilitou a consolidação de grandes grupos nacionais, tanto da área de comunicações quanto nas demais, a exercerem posição monopólica no mercado interno. A partir do momento que o sistema dava mostras de se tornar um obstáculo ao novo tipo de economia que se instaurava mundialmente, fora taxativamente criticado e denunciado pela maior parte da burguesia.

A desaceleração dos investimentos no setor, que originaria, nas décadas seguintes, um quadro negativo no tocante à qualidade e quantidade dos serviços, é consequência da própria lógica pela qual se pautou o modelo, qual seja, a de servir, *em primeira instância*, a uma elite desprovida de formas eficazes de comunicação. Se, como também lembra Dantas, a universalização dos serviços fosse a prioridade do governo, não seria o autofinanciamento a principal fonte de recursos do sistema, já que, ele próprio, ao condicionar o uso de telefones à aquisição de um patrimônio (relativamente alto), fez com que o serviço ficasse restrito às classes mais abastadas do país. Seria difícil imaginar que,

²⁰⁹ Cf. M. Moreira apud Crossetti, *op. cit.*, p. 137.

em um governo autoritário que provocava o arrocho salarial e a pauperização das classes trabalhadoras, todo brasileiro fosse sócio da Telebrás²¹⁰.

Restava ainda, do tripé proposto pelo modelo imaginado, centros nacionais de pesquisa de ponta e empresas brasileiras de teleequipamentos. Era a vez de a burguesia nacional participar realmente do projeto autônomo. Postura, entretanto, sequer realizada mediocrementemente. Os investimentos em pesquisa não eram realizados de maneira satisfatória pelas companhias, cuja “cultura empresarial”, para Crossetti, “limitava-se, muitas vezes, à compra de investimentos em tecnologias em vias de obsolescência, seja para evitar os riscos inerentes aos investimentos em tecnologias mais avançadas, seja pelas dificuldades impostas pelos detentores de tecnologias de primeira linha, para sua transferência”²¹¹. Coube ao Estado, assim, assumir mais um ponta do tripé, fomentando a rede nacional através das pesquisas do CPqD, muitas delas em convênios com universidades públicas, notadamente USP e UNICAMP, as quais conseguiram, por exemplo, criar cabos de fibra ótica ao mesmo tempo em que países do centro hegemônico. Albuquerque também aponta que a indústria nacional “caracterizava-se por um baixíssimo nível de investimento em pesquisa”, dentre outras razões, afirma o autor, porque a política traçada pelo Estado, de “cadeia linear de inovação”, favoreceu essa dependência em relação ao CPqD. Outro impeditivo era a restrição oficial ao funcionamento da Telebrás no mercado internacional, fato que, se possível, aumentaria o poder de compra da empresa e, assim, estimularia o mercado interno²¹². Nesse quadro de limitações e potencialidades, o ponto essencial era que, como salienta Wohlers,

As empresas brasileiras que se beneficiaram da reserva de mercado da Telebrás não conseguiram atingir uma dimensão crítica em termos de economia de escala e de escopo viabilizada pela nova base técnica da microeletrônica e também se mostraram extremamente frágeis do ponto de vista financeiro, comercial e tecnológico (dependência acentuada do

²¹⁰ Para Dantas, “considerando que a maioria da população brasileira, vitimada durante a ditadura militar por um brutal processo de concentração de renda, teria outras prioridades quanto à distribuição de suas receitas, (...) é muito provável que aquela acelerada expansão inicial da rede correspondesse basicamente ao atendimento de uma demanda efetiva antes reprimida, concentrada nas famílias de classe média e classe alta, cujos rendimentos, aliás, expandiram-se aceleradamente, na onda do ‘milagre econômico’”. O autor ainda avança outra hipótese explicativa para a queda dos investimentos, seguindo teses de J. Hills, que seria o fato de as telecomunicações residenciais serem pouco aperfeiçoadas como forma de controle social, medida freqüentemente tomada por governos autoritários, que preferem investir em sistemas de radiodifusão capazes de preservar o *status quo*. (Cf. Dantas, *op. cit.*, 2002, p. 212-3).

²¹¹ Crossetti, *op. cit.*, p. 124.

²¹² Cf. Albuquerque, *op. cit.*, p. 17.

CPqD), não obstante tenha florescido um grande contingente de pequenas e médias empresas fornecedoras de teleequipamentos, onde se destaca empresas de porte médio significativas (em termos internacionais).²¹³

Um caso ilustrativo da situação é a reportagem realizada pela revista *Anuário Telecom*, em 1992, comentando declaração do diretor da Promon, que afirmara não caber à empresa traçar política tecnológica, mas somente serem competitivos. Para a revista, o significado era claro: “Se o governo desistir de investir na central Trópico para garantir sua evolução, esse não será um problema para a Promon que, como os demais fabricantes dessa central, conta com um parceiro estrangeiro com tecnologia alternativa”²¹⁴.

As “parcerias” indicadas pela reportagem correspondem ao processo visto na década de 1990, aberto no governo Collor, de liberalização do setor, que buscava conceder à iniciativa privada, às margens da proibição constitucional, serviços específicos de telecomunicações, como, por exemplo, telefonia celular. Outra marca do governo foi a quebra da reserva de mercado para informática, efeito um tanto quanto minimizado pelo governo de Itamar Franco, mas que trouxe ao país novas empresas como a Alcatel (França), Northern Telecom (Canadá) e AT&T (EUA), as quais se aliaram, respectivamente, às nacionais Elebra, Promon e Sid-Telecom. Essas parcerias, como demonstrado pelo exemplo da Promon, minaram as potencialidades dos projetos nacionais, pois as empresas, assim que lhes parecia conveniente, poderiam oferecer tecnologias importadas²¹⁵.

Interessante notar que mesmo quando da criação dos grupos nacionais de teleequipamentos, ou das tentativas de “nacionalização” das companhias estrangeiras, havia uma forte presença de grupos privados aparentemente estranhos ao setor, como siderúrgicas (Mangel), empresas de energia (Cataguases-Leopoldina), têxteis (Hering), financeiras e bancos privados (Sul América, Reserva, Itaú e Bradesco)²¹⁶. As participações acionárias de grupos de diversos setores nas empresas criadas, mesmo que em posições minoritárias em certos casos, ajudam a entender a falta de interesse no desenvolvimento autônomo dos empreendimentos e a rápida conversão dessas empresas em meio à onda liberalizante. Foram esses mesmo sócios que, vislumbrados pelas fontes de acumulação que se abriam

²¹³ M. Wohlers, *op. cit.*, 1994, p.

²¹⁴ *Anuário Telecom*, 1991/92, apud Crossetti, *op. cit.*, p. 124.

²¹⁵ Wohlers, *op. cit.*, 1994, p. 257.

²¹⁶ Ver dados em Costa, *op. cit.*, p. 83.

nas telecomunicações, pressionaram os governos pelo fim da intervenção e privatização do Sistema Telebrás.

3.1.2 O desenho atual do setor

A lógica que promoveu o processo de privatização das telecomunicações no país integra um conjunto de determinações econômicas e políticas advindas com a crise do modo de produção capitalista, verificada principalmente a partir da década de 1970. Unidas nessa lógica, a reestruturação produtiva das corporações, no plano material, e a ofensiva de políticas neoliberais, na esfera política, conduzem a um movimento de profundos impactos às economias e aos trabalhadores, principalmente nos países periféricos, em que essa processualidade combina-se com a crise econômica vivenciada por muitos deles, tal como o Brasil, com o crescente endividamento das contas públicas e externas. No caso do setor de telecomunicações, a esse quadro acrescentam-se as transformações tecnológicas, as quais, propiciando novas fontes de acumulação, desembocaram em um aumento das pressões relativas à liberalização e desregulamentação do setor.

Assim, constata-se a existência de uma pressão principal *no plano geral* e outra *no plano específico* a respeito da reestruturação do setor. No *plano geral*, as pressões exercidas pelas grandes corporações, ávidas pelo desenvolvimento de novos serviços advindos das novas tecnologias em meio à mundialização do capital, foram a tônica das reformas liberalizante em todo o mundo. As telecomunicações constituem hoje uma mercadoria imprescindível para a reprodução capitalista, o que a impossibilita de ser plenamente orientada, na visão do grande capital transnacionalizado, pela lógica correspondente a de um simples serviço público, mas sim pela lógica de uma nova fonte de acumulação de capital. Capital esse que se via forçado a procurar novos objetos de valorização já que a concorrência em setores tradicionais, muitos já oligopolizados, levava a perdas de lucratividade e abria as portas para mais uma crise de superprodução. Consolida-se, então, um intenso processo de privatização da informação em reduzidos conglomerados de empresas gigantes, as quais são, em sua quase totalidade, companhias privadas ou ainda semi-estatais de países centrais que passam a procurar novos mercados em expansão, pressionando-os pela desregulamentação.

No *plano específico*, verifica-se a situação de crise econômica dos países da América Latina, que, endividados e com baixa capacidade de investimento²¹⁷, são pressionados por desfazer-se do patrimônio público, atitude forçada pelos preceitos neoliberais dos acordos assinados com as agências “multilaterais” (FMI, BM, OMC), que exigiam o ajuste fiscal e reformas institucionais como contrapartidas à liberação de recursos.

No Brasil, a implementação efetiva das políticas neoliberais foi sendo promovida com a volta dos governos civis²¹⁸, sendo marcante a eleição de Fernando Collor, em 1989, sintonizado com as propostas “modernizantes” de reformas do Estado. Campanhas ferozmente críticas às empresas estatais, caracterizadas como lerdas (paquidérmicas), ineficientes e dispendiosas, começam a ser veiculadas em seu governo, preparando o terreno ideológico que contaminaria a maioria dos discursos da época. Porém, dada as crises políticas, somente com os dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso que as reformas ganham intensidade e concretizam-se nos setores mais essenciais da economia, antes protegidos pela Constituição de 1988.

Vejam os passos de forma sintética os passos que levaram à privatização da Telebrás em 1998 e algumas teses governistas que encabeçavam esse processo, o qual será mais detalhadamente discutido no capítulo quarto.

De forma resumida, pode-se dizer que, durante o governo FHC, as transformações no setor foram efetivadas em três etapas²¹⁹. A primeira é a decisão de quebra do monopólio e desestatização do setor desde início de 1995, com a aprovação da Emenda Constitucional e a elaboração do PASTE (Programa de Recuperação e Ampliação do Sistema de Telecomunicações e do Sistema Postal), buscando a valorização das

²¹⁷ Dívidas que o pensamento liberal tratou logo de imputar como originadas dos, já precários, sistemas públicos de serviço, e não da própria utilização privada dos recursos estatais na construção de várias infra-estruturas produtivas.

²¹⁸ Não se pode esquecer, porém, que já no governo de Figueiredo houve uma primeira inflexão da tendência de participação estatal da economia. Em 1981, somente dois anos após a criação da SEST (Secretaria de Controle das Empresas Estatais), o governo estabelece por decreto a Comissão Especial de Desestatização, substituída por Sarney, em 1985, pelo Programa de Privatização, buscando incluir todos os setores não protegidos pela Constituição. Já no governo Collor, o PND (Programa Nacional de Desestatização) deu novos tons às mudanças, iniciando a privatização de empresas siderúrgicas, petroquímicas e fertilizantes (Cf. M. H. Almeida, “Negociando a Reforma: a privatização de empresas públicas no Brasil”, in *Dados*, vol.42, no.3, 1999, p.421-51).

²¹⁹ Cf. Sayonara Leal, *Os movimentos em torno da queda do monopólio estatal no sistema de telecomunicações no Brasil: a evolução do setor nos anos 80 à Lei Geral de Telecomunicações (LGT)*. Monografia, UFS, 2000.

companhias para a futura venda. A segunda etapa é inaugurada com a Lei Mínima de 1996, a qual possibilita e regulamenta exploração privada de serviços considerados não essenciais, como a telefonia celular. A terceira e derradeira fase vem com a aprovação da LGT (Lei Geral das Telecomunicações), que substitui o Código de 1962, exceto em relação à radiodifusão, e a concretização da venda do Sistema Telebrás, após ser fatiado em operadoras menores.

As discussões sobre “reformas do modelo” das telecomunicações vinham sendo debatidas desde fins da década de 1980 e o início da de 1990, principalmente no processo de revisão constitucional em 1993 e 1994, mas somente ganham força e contornos nítidos no início do governo FHC²²⁰, em 1995, sob o comando do ministro das comunicações Sérgio Motta²²¹. Sem perder muito tempo, já em 16 de fevereiro do primeiro ano do mandato tucano, foi enviada ao Congresso a proposta de Emenda Constitucional nº 03-A/95, que previa o término do monopólio estatal nas áreas de telecomunicações. Em agosto do mesmo ano, o Senado aprova a emenda (promulgada pelo presidente como Emenda Constitucional nº 8) que, alterando o inciso XI do art. 21 da Constituição Federal, quebrou legalmente o poder monopólico da Telebrás.

Entre o envio da proposta no início do ano e sua aprovação, o Ministério das Comunicações produziu diversas publicações explicando as razões das reformas e promovendo programas de investimentos. Um dos primeiros trabalhos, publicado em abril de 1995, intitulado *As Telecomunicações e o Futuro do Brasil – Flexibilização do Modelo Atual*, expunha a necessidade de introdução da competição como solução aos problemas de qualidade e quantidade para a infra-estrutura do setor no país²²². Mesmo reconhecendo os avanços do sistema Telebrás, que conseguiu crescer dez vezes mais que a população no período em que foi operado, afirma que este modelo, baseado na aquisição de linhas pelo autofinanciamento, não é capaz de enfrentar a demanda não atendida, a defasagem tecnológica, a baixa produtividade, etc. Para o documento, era falacioso o argumento de que o monopólio estatal assegurava o atendimento social, pelo fato de que as camadas mais pobres da sociedade não tinham acesso aos serviços. Somente recursos advindos da

²²⁰ O livro apresentado na candidatura de FHC, *Mãos à Obra*, já indicava a necessidade de “flexibilização do monopólio das telecomunicações no país” (Cf. Prata, *et al.*, *op. cit.*).

²²¹ Morto em abril de 1998, foi substituído por Luiz Carlos Mendonça de Barros, que comandou o restante do processo de desintegração e privatização do Sistema Telebrás.

²²² Cf. *Ibid.*, p. 333.

iniciativa privada poderiam promover a entrada do país na “era da informação” e os eixos para tal transformação, condizentes com o receituário neoliberal, são expostos claramente: liberalização, privatização e re-regulação²²³.

O que se chama hoje de sociedade da informação – ainda uma visão de futuro – já está sendo construído nos países desenvolvidos e deverá, também no Brasil, ser perseguido imediatamente, sob pena de aumentar ainda mais a distância que separa a realidade brasileira daquela do primeiro mundo. (...) O usuário deverá ter liberdade de escolha e receber serviços de alta qualidade e a preços acessíveis. Isso somente será possível num ambiente que estimule a concorrência dinâmica, e assegure a separação entre reguladores e operadores e facilite a interconectividade e a interoperabilidade das redes.²²⁴

Em maio de 1995, um novo documento surge em meio às discussões sobre a reforma constitucional no Congresso, a saber, a *Síntese do Estágio Atual da Regulamentação no Mundo: Modelos de Exploração dos Serviços e Órgãos Reguladores*. O intuito desta publicação era mostrar análises das reformas em outros países no mundo, argumentando que em várias outras localidades o Estado deixou de ser a alavanca dos serviços, e que o Brasil não poderia ficar imóvel às transformações acarretadas pela “globalização”. É forte neste documento a forma inexorável como é apresentada a tendência de privatização do setor de telecomunicações no mundo, articulando-a a um determinismo tecnológico causador de mudanças generalizadas. Acrescentava, por fim, que em todas as experiências internacionais eram as mesmas diretrizes que coordenavam o processo: “reestruturação regulamentar, competição e privatização”.

Ainda no início de 1995, o Ministério lança o citado PASTE, que previa investimentos, até o ano de 2003, na ordem de R\$ 75 bilhões. O projeto, originado com recursos públicos, conseguiu investir, até agosto de 1998, data da privatização, R\$ 23,5 bilhões no sistema Telebrás, evoluindo, de 1994 a 1997, a densidade telefônica em mais de 23%, o número de acessos a aparelhos celulares de 0,8 para 4 milhões e digitalizando quase 70% da rede telefônica²²⁵.

Em continuidade ao processo, em julho de 1996 é aprovada a Lei Mínima das Telecomunicações e, após um ano, em julho de 1997, a Lei Geral das Telecomunicações

²²³ Cf. Ibid. p. 336.

²²⁴ Ministério das Comunicações. *As Telecomunicações e o Futuro do Brasil – Flexibilização do Modelo Atual*, abril de 1995 apud ibid., p. 337

²²⁵ Cf., Prata *et al.*, *op. cit*

(LGT). Interessante notar que a Lei Mínima foi uma forma de agilizar o processo de desregulamentação do setor, pois, pela Emenda aprovada, era necessário primeiramente formular e aprovar a LGT. A Lei Mínima discorreu, assim, somente sobre serviços limitados, de valor adicionado, transmissão por satélite e telefonia celular, provocando a imediata abertura de leilão para a concessão dos serviços móveis de banda B, para o qual dividiu o território nacional em dez áreas de concessão. Em outras palavras, possibilitou a entrega do, como é chamado na área especializada, “filet mingon” das telecomunicações, ou seja, os serviços que possibilitam a obtenção de maiores lucros com investimentos menores se comparados à telefonia fixa. A possível abertura desse promissor mercado inflamou os interesses de várias corporações, de fora ou internas ao setor de telecomunicações, nacionais e estrangeiras. A Lei Mínima exigia que o capital estrangeiro não ultrapassasse 49% do capital votante das empresas, embora permitindo, após três anos da venda, a liberalização e diminuição desse limite. Ocorreu, assim, um exacerbado movimento de formação de consórcios, unindo empresas multinacionais e domésticas. Como será discutido posteriormente, tal fato corroborou a tendência dependente da burguesia brasileira, nesse caso, a grande burguesia monopolista, a qual, contrária e incapaz de formular um “projeto nacional” para o setor, ficou majoritariamente favorável à privatização indiscriminada. Na verdade, aproveitou-se do momento para, não obstante sua retórica favorável à concorrência, manter e fortalecer sua posição hegemônica dentro da classe dominante nacional²²⁶. Importante também atentar para a presença dos fundos de pensão de empresas públicas, integradas, dessa maneira, à privatização e financeirização da economia. A título de ilustração, vejamos alguns consórcios formados e quais regiões conquistaram:

Consórcios	Empresas	Região conquistada
Americel	Fundos de Pensão Citibank, Banco Opportunity, Banco do Brasil investimentos, La Fonte, Bell Canadá e Telesystem (operadoras canadenses)	Área 7 (DF, GO, TO, MS, MT, RO, AC)

²²⁶ Cf. A. Boito Jr., “Neoliberalismo e relações de classe no Brasil”, *Revista Idéias*, ano 9 (1), 2002.

Avantel	Stelar Telecom (Grupo Odebrecht), Unibanco, Camargo Corrêa, Folha da Manhã (Jornal Folha de São Paulo) e Air Touch (operadora dos EUA)	Sem conquista
BCP	O Estado de São Paulo, Banco Safra, Splice do Brasil e Bell South Internacional (operadora dos EUA)	Área 1 (Grande SP)
BSE	Bell South, O Estado de São Paulo, Banco Safra, Splice do Brasil	Área 10 (PI, CE, RN, PB, PE e AL)
Brascom	AG Telecom (Andrade Gutierrez), South Western Bell (EUA), Grupo Monteiro Aranha e Mannesmann (Alemanha)	Sem conquista
Algar Lightel	Grupo ABC Algar, Construtora Queiroz Galvão, Korea Mobile Telecom	Área 3 (RJ e ES)
Global Telecom	Cia. Suzano de Papéis, Inepar, Motorola, Nisho Iwait, DDI (operado japonesa)	Área 5 (PR e SC)
GFTT	Banco Garantia, Teldin Telecomunicações (grupo Evadin), France Telecom Mobiles	Sem conquista
Telet	Bell Canadá e Telesystem, Fundos de Pensão (Previ, Petros, Aeros, Sistel, Telos, Fachesf e Funcef), Citibank, Opportunity, Banco do Brasil, La Fonte	Área 6 (RS)
Hutchison-Cowan	Cowan (construtora) e Hutchinson (operadora de Hong Kong)	Sem conquista
Tess	Telia (operadora sueca), Eriline Celular, Primave, construtora CR Almeida	Área 2 (SP interior)
Vicunha Telecomunicações	UGB (União Globo e Bradesco), Grupo Vicunha e Telecom Itália	Área 4 (MG) e Área 9 (BA e SE)

Fonte: Leal, 2000.

Em 1997, a aprovação da LGT determinou a composição de um Comitê Diretivo incumbido em organizar os serviços, criar um órgão regulador (atual ANATEL) e definir as regras para a privatização das empresas. De início, mostrava-se cautelosa no que diz respeito à universalização dos serviços, indicando que num momento inicial as metas deviam se atentar à realidade econômica brasileira.

Acompanhando estas tarefas, o Ministério utilizou serviços de consultoria para, além de dar “credibilidade internacional”, analisar as condições efetivas em que a venda pudesse ser estabelecida. A partir dos trabalhos destas consultorias, o Ministério publica uma série de documentos, em abril de 1997, intitulada *Diretrizes Gerais para a Abertura*

do Setor de Telecomunicações no Brasil, na qual estão reunidas as premissas básicas do governo. De início, o documento revela que os vetores que determinam as transformações são: “a globalização da economia, a evolução tecnológica e a rapidez das mudanças no mercado e nas necessidades dos consumidores”²²⁷. É corrente, neste trabalho, o uso de determinações como as pressões para liberalização do setor advindas com o aumento da gama de serviços, ou seja, do surgimento de novas fontes de acumulação: “a regulamentação vigente é inadequada, pois foi concebida sob a égide de um mercado essencialmente monopólico e pouco diversificado, em estágio tecnológico já amplamente superado”. E, no mesmo raciocínio, o texto evidencia a necessidade de se adequar ao mercado externo:

A competitividade no mercado internacional depende cada vez mais da eficiência no acesso e no uso da informação, o que por sua vez é função da eficiência relativa dos sistemas de telecomunicações disponíveis no país, comparados aos dos países concorrentes e dos parceiros comerciais, bem como da eficiência com que as telecomunicações ligam o país aos seus mercados e competidores globais.²²⁸

Para ressaltar a importância das relações (e pressões) internacionais, o texto cita as resoluções da OMC, entre 1995 e 1996, relativas ao setor de telecomunicações, que afirmavam a necessidade dos países em entrar na onda desta “verdadeira revolução, em benefício de seus cidadãos e de suas empresas”.

A ANATEL (Agência Nacional de Telecomunicações) é criada em outubro de 1997, cujas atribuições nesse novo modelo consistiam, de forma geral, nas funções de planejamento, fiscalização e normatização dos serviços de telecomunicações, além de exercer o papel de poder candente²²⁹. Em abril de 1998, um dos primeiros trabalhos da ANATEL foi o Plano Geral de Outorgas²³⁰, preparando a venda das companhias estatais ao classificar geograficamente as áreas de concessão, desmembrando o sistema Telebrás.

²²⁷ Ministério das Comunicações apud Prata *et al.*, *op. cit.*, p. 359. (O documento também pode ser acessado na íntegra pelo site www.anatel.gov.br).

²²⁸ *Ibid.*, p. 359-360.

²²⁹ Cf. M. Wohlers, “A reforma do modelo de telecomunicações: o menu internacional e a opção brasileira”, in Jorge Tapia & Alain Rallet (Orgs.), *op. cit.*, 1999.

²³⁰ Também foram apresentadas pela ANATEL o Plano de Metas de Universalização, em maio de 1998, e o Plano de Metas de Qualidade dos Serviços Prestados à População, determinando, respectivamente, os compromissos impostos às novas empresas sobre acesso universal de telefonia e padrões de qualidade para o serviço (Cf. Bolaño, *Políticas de comunicação e economia política das telecomunicações no Brasil – Convergência, regionalização e reforma*. Departamento de Economia, UFSE, Aracaju. Fevereiro de 2003, p. 20. Disponibilizado em <www.eptic.he.com.br>).

Foram criadas três operadoras regionais de telefonia fixa, oito operadoras de telefonia celular regional e manteve-se a Embratel no âmbito nacional.

A defesa oficial, pelo governo, da quebra daquela que era uma das vinte maiores operadoras do mundo fundamentou-se, principalmente, nos seguintes argumentos: a regionalização das operadoras permitiria a focalização de investimentos, os quais cobririam todo o país de forma mais eficiente²³¹ e, em segundo lugar, essa divisão também reduziria as possibilidades de constituição de poderes monopólicos, auxiliando, desta forma, o órgão regulador. Porém na prática, como vários analistas já destacaram, o motivo mais forte foi “fazer caixa” para abatimento da dívida e a sustentação monetária das medidas vindas com o Plano Real²³². Como o governo adotou a “venda estratégica”, em que o Estado vende as ações para uma única empresa ou consórcio, em detrimento da “oferta pública”, na qual não é permitido, geralmente, que um comprador leve mais do que 10% dos papéis ofertados²³³, ficaria muito difícil vender a Telebrás por inteiro, até para as grandes operadoras internacionais. Assim, a companhia foi dividida para facilitar a venda e angariar mais recursos. Na fala do ex-ministro das comunicações, Luís Carlos Mendonça de Barros, é explícita essa motivação:

Os países europeus têm uma situação fiscal muito superior à brasileira e podem se dar ao luxo de abrir mão de dinheiro porque, quando se pulveriza a venda, o preço é menor. *Como precisamos muito de dinheiro, não podemos abrir mão.* Se fizermos uma venda pulverizada, o preço da ação será o das Bolsas. O governo receberia US\$ 6,8 bilhões por suas ações.²³⁴

A disposição das áreas fixou-se da seguinte maneira:

²³¹ Bolaño (*op. cit.*, p. 20) indica que no processo de concessão de serviços para operadoras de telefonia (Banda B) evidenciou-se “o completo desinteresse dessas empresas pela Amazônia e o baixo interesse pela região Centro-Oeste, onde apenas um consórcio entrou na disputa”, o que, para o autor, já coloca em questão este argumento.

²³² Para Dantas, *op. cit.*, 2002, p. 36, o motivo foi “tão somente fazer caixa para sustentar a cada vez mais insustentável leveza de sua moeda irreal. Por este motivo, circunstancial e medíocre, a Telebrás foi destruída e liquidada”.

²³³ Cf. *Ibid.*, p. 82.

²³⁴ Na mesma reportagem, indagado se alguma empresa poderia não receber ofertas no leilão, como ocorreu na licitação da banda B, o ministro respondeu num tom irônico e desrespeitoso com os trabalhadores que das instituições estatais, muito revelador sobre o caráter do processo: “O governo não tem condições de ficar com todo o Sistema Telebrás, mas, para ficar com uma ou outra, é óbvio que tem (...) Mas acredito que no final vamos vender tudo. Isso aqui vai ser que nem leilão no interior. Sobra um garrotezinho mais vagabundo, mas passa alguém na última hora e leva. (...) Se sobrar alguma celular estatal, será até bom porque vai me dar alguma diversão como ministro” (“Para ministro, venda da Vale já deu lucro”, *Folha de São Paulo*, 07/06/98).

Regiões	Área Geográfica
I	Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí, Maranhão, Pará, Amapá, Amazonas e Roraima.
II	Distrito Federal, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás, Tocantins, Rondônia e Acre.
III	São Paulo
IV	Nacional

	Região I	Região II	Região III	Brasil
Distribuição do PIB (%)	42,00%	26,50%	31,50%	100,00%
Distribuição da População (%)	54,50%	23,60%	21,90%	100,00%
Distribuição Área Geográfica (%)	63,60%	33,50%	2,90%	100,00%
PIB per capita (R\$)	4.713,25	6.859,00	8.796,14	6.113,00
Índice do PIB em relação ao Brasil	77,1	112,2	143,9	100
Densidade Populacional (hab./Km²)	16,61	13,68	145,74	19,39

Fonte PASTE e IBGE (apud Wohlers, 2000).

Num segundo momento, buscou-se identificar as formas pelas quais seria guiado o processo de venda das empresas. Através da metodologia de “fluxo de caixa descontado”²³⁵, proposta por consultorias a serviço do governo, chegou-se a um valor mínimo de R\$ 13,47 bilhões. Biondi, no entanto, tece críticas quanto à metodologia e aos critérios utilizados. A princípio, lembra que mais de R\$ 23 bilhões foram investidos antes

²³⁵ Essa metodologia, o fluxo de caixa descontado, era “o cálculo de quanto o comprador teria de lucro durante o prazo de concessão, a uma determinada taxa de desconto” (Prata *et al.*, *op. cit.*).

da venda da Telebrás, segundo números do próprio governo²³⁶, sendo que o valor total após o leilão foi de R\$ 22,2 bilhões. Assim, como revela Biondi, “o preço de venda das estatais não leva em conta o patrimônio que elas acumularam”, pelo contrário, calcula-se o faturamento que a empresa poderá ter nos próximos anos e subtraem-se as despesas previstas levando em conta os juros que o comprador deveria receber sobre o capital aplicado. No caso da Telebrás, então, não foram considerados os bens por ela acumulados, mas o que ela renderia entre 1998 e 2007. Como exposto, o critério utilizado foi “fluxo de caixa descontado”, que calculara um valor de R\$ 90 bilhões como potencial de ganho do sistema Telebrás. No entanto, as despesas que os compradores teriam fizeram com que o valor decaísse para meros R\$ 11,2 bilhões²³⁷. Mesmo com protestos de setores organizados, o governo recusou-se a fazer novos estudos. Como cita Biondi, “para não atrasar os leilões”, o executivo encerrou o debate aumentando o valor para R\$ 13,5 bilhões²³⁸.

Outro detalhe, no mínimo interessante, é o fato de que várias operadoras possuíam dinheiro em caixa ao serem privatizadas, o qual foi totalmente repassado para os novos compradores. A Telesp, por exemplo, possuía cerca de R\$ 1 bilhão, que foi repassado para a Telefônica. Outro ponto envolvendo Telesp e Telefônica foi a questão dos estoques de materiais presentes na ex-estatal. Como as licitações eram relativas a grandes períodos, um grande estoque existente foi transferido à Telefônica, fazendo com que somente oito meses após a venda, a empresa espanhola precisasse comprar novos materiais²³⁹.

Um ponto polêmico mesmo entre a base governista, envolvendo as normas relativas à venda das operadoras, foi a limitação do capital estrangeiro na compra das

²³⁶ Cf. Prata *et al.*, *op. cit*

²³⁷ Entre as milhares de despesas imaginadas, até mesmo “o saldo de provisões para contingências trabalhistas, cíveis e tributárias”, como consta no item 6.1 do Edital de Privatização, foi deduzido do valor total para se chegar ao preço mínimo, ou seja, prevendo as profundas mudanças nas formas de trabalho, o governo reduziu o preço de venda como modo de ‘amenizar’ os supostos prejuízos que as operadoras teriam com ações trabalhistas.

²³⁸ Cf. Biondi, *O Brasil privatizado: um balanço do desmonte do Estado*. São Paulo, Perseu Abramo, 2001, p. 26. O autor ainda descreve em detalhes os critérios das despesas utilizados pelos consultores do governo, mostrando vários equívocos e distorções, principalmente a respeito da participação no mercado, isto é, descontou-se em proporção descabida a fatia de mercado que as operadoras iriam perder para as concorrentes, além de não incluírem o aumento de receitas pelo crescimento do mercado a ser atendido - cujas previsões para telefonia fixa eram algo em torno de 265% (p. 26-7).

²³⁹ Cf. *Ibid.*, p. 11-29.

empresas. De início, a idéia do Ministério dirigido por Sérgio Motta era a de conceder o controle majoritário somente a grupos brasileiros, impedindo assim a obtenção de empresas inteiras por companhias estrangeiras. Tratava-se, em boa medida, de uma condição que poderia servir de objeto de barganha em acordos com órgãos internacionais do setor. A ala mais conservadora, principalmente os aliados do PFL, insistia na liberação completa do capital estrangeiro, alegando ser a restrição prática discriminatória condenada internacionalmente, além do que impediria a vinda de maiores investimentos externos.

A forma pela qual o leilão foi enfim realizado não só possibilitou a concessão dos serviços a grupos 100% estrangeiros, que precisavam apenas se enquadrar na legislação brasileira, como inverteu o que seria a “discriminação” a setores nacionais, ou seja, permitiu a participação majoritária de qualquer empresa ou consórcio internacional (e aí se incluem estatais estrangeiras e fundos de pensão), mas vedou a disputa a companhias do Estado e dos municípios brasileiros, além de impossibilitar a venda majoritária a fundos de pensão nacionais, mesmo o Sistel e o Telos, pertencentes ao ramo em questão²⁴⁰.

Quanto à proteção da indústria nacional de equipamentos do setor, colocava-se, no início da nova regulamentação, a obrigação, por parte dos futuros compradores, de utilizar um percentual de produtos nacionais. Esse percentual girou em volta de 35%, depois de 20% e, então, de 10%. Contudo, quando da publicação dos editais de privatização, nenhuma palavra foi dita a respeito e restou ao segmento nacional, já carente de políticas industriais claras desde meados de 1980, “possibilidades de financiamento” pelo BNDES.²⁴¹

Em suma, o marco final do processo foi o leilão ocorrido na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, em 29 de julho de 1998, em meio a uma mobilização física e jurídica dos opositores da privatização presentes nos arredores do edifício, o que prenunciava o início de um nova era de organização econômica e política do trabalho no setor.

Situação das empresas (telefonia fixa) após privatização

Área de Atuação	Principais Acionistas
-----------------	-----------------------

²⁴⁰ Cf. André Garcia de Oliveira, *Aspectos políticos, econômicos e ideológicos da reforma econômica da década de 90 (1990-2000): uma revisão do processo de desnacionalização*. Dissertação de Mestrado, IFCH, UNCAMP, 2004, p. 213.

²⁴¹ Cf. A. Biondi, “Privatizações e os ‘amigos do rei’”, *Folha de São Paulo*, 23/07/98.

Região I <i>Tele Norte-Leste</i> <i>(Telemar)</i>	Consórcio TELEMAR (100% investidores brasileiros) Andrade Gutierrez Inepar BNDES Participações Maçal Seguradoras do Banco do Brasil
Região II <i>Tele Centro-Sul</i> <i>(Brasil Telecom)</i>	Itália Telecom Banco Opportunity Previ (Fundo de pensão do Banco do Brasil)
Região III ²⁴² <i>Telesp</i> <i>(Telefônica)</i>	Telefônica (Espanha)95,86% Iberdrola Investimentos (Espanha) Banco Bilbao Vizcaya (Espanha)
Região IV Nacional - <i>Embratel</i>	MCI (Estados Unidos) ²⁴³

Situação das empresas (telefonia celular) após privatização

Empresa	Comprador
Telesp Celular (SP)	Portugal Telecom
Tele Sudeste Celular (RJ e ES)	Telefônica (Espanha)
Telemig Celular (MG)	TIW (Canadá)
Tele Celular Sul (PR, e SC)	TIM (Telecom Itália)
Tele Nordeste Celular (AL, PE, PB, RN, CE, E PI)	TIM (Telecom Itália)
Tele Leste Celular (BA e SE)	Telefônica (Espanha)
Tele Centro Oeste Celular (GO, DF, TO, MS, MT, RO, AC)	Splice (consórcio)
Tele Norte Celular (MA, PA, AM, AP E RR)	TIW (Canadá)

Invertendo a lógica fragmentária adota pelo governo ou, na verdade, somente acompanhando a tendência internacional de formação de grandes companhias, presencia-se, atualmente, a centralização dessas empresas em blocos de abrangência nacional. Do

²⁴² Composição dos percentuais dos acionistas da região III disponibilizada por www.telefonica.net.br

²⁴³ Após escândalos e severas crises financeiras a MCI vendeu a Embratel à Telmex – a “Telebrás mexicana” – a qual, por não ser fatiada, entrou no jogo internacional dos grandes *players* das telecomunicações.

segmento de banda B, por exemplo, surgiu a empresa de telefonia celular “Claro”, de controle majoritário da Telmex (mexicana), congregando a Americel, Tess, BCP e ATL. Da maioria das antigas estatais divididas em empresas de telefonia celular regionais surgiu outro grande conglomerado, o maior do Brasil, a empresa “Vivo”, controlada pela Portugal Telecom e *Telefónica Móviles*, reunindo a Telesp Celular, a Tele Centro Oeste Celular, a Tele Sudeste Celular, a Tele Leste Celular e ainda a CRT Celular. Até mesmo nas operadoras de telefonia fixa, impedidas pela LGT de participarem do controle de outras companhias do mesmo segmento, há rumores e pressões pela unificação e centralização do mercado²⁴⁴. Em outro caso, no início de 2004, as três operadoras regionais de telefonia fixa – Telefônica, Brasil Telecom e Telemar – cogitavam unir-se para disputar a Embratel, a qual se encontrava à venda pela MCI, esta, por sua vez, imersa em uma grave crise financeira. Como não podiam assumir outra operadora, as três teles tentaram criar um consórcio com uma suposta empresa ‘laranja’, a *Geodex Communications*. Ao fim, contudo, a Embratel acabou sendo vendida à Telmex, mas documentos apreendidos na sede da Telefônica em São Paulo, por ordem judicial referente a outro caso de abuso de poder da Telefônica, deram indícios interessantes sobre a forma de atuação dessa empresa e o aparente mercado concorrencial das telecomunicações. Nesses documentos via-se que a intenção de obter o controle sobre a Embratel devia-se à possibilidade de “alinhar as tarifas pelo teto”, acabar com a concorrência em certos serviços telefônicos (como o “0800”) e angariar novos clientes. Medidas que, se implantadas, gerariam ganhos superiores a R\$ 750 milhões para a Telefônica²⁴⁵.

O exemplo da Telefônica é emblemático para se entender as tendências contemporâneas do mercado de telecomunicações mundial e as escolhas brasileiras. A matriz foi constituída em 1924 como sociedade anônima, na cidade de Madri, sob o nome de *Compañia Telefónica Nacional de España*. A empresa cresceu amplamente durante a ditadura do general Francisco Franco, aproveitando-se da força do Estado, o qual, em 1945, amplia suas ações na operadora, nacionalizando-a por completo. Mas, percebendo as transformações do setor e a quebra dos monopólios em diversos países, opta por tornar-se

²⁴⁴ Ver, por exemplo, “Telemar fez proposta pela Brasil Telecom, diz italiano”, *Folha de São Paulo*, 13/06/05.

²⁴⁵ Cf. “Teles querem Embratel para cobrar ‘pelo teto’”, *Folha de São Paulo*, 25/04/04. Segundo o vice-presidente de planejamento da Telefônica, Eduardo Navarro, os documentos seriam “lixo do lixo do lixo”, sem nenhuma importância real. Ainda segundo o jornal, “questionado sobre as razões de não ter jogado no lixo tanta ‘estupidez’”, sua resposta foi a desorganização habitual de sua mesa.

uma operadora global. O Estado, assim, diminui aos poucos sua participação na empresa, sendo que, em 1997, possuía apenas 10% do capital total da empresa. Em parte, ela continua a ser espanhola, já que um núcleo de acionistas é composto pelas maiores instituições bancárias de seu país, como o Banco Bilbao-Viscaya, além de que o Estado manterá poder estratégico até 2006. Mas 52% pertencem a capital não espanhol, principalmente de acionistas estadunidenses que detêm 40% do capital total da empresa²⁴⁶.

A estratégia da Telefônica para sobreviver ao novo cenário caracterizou-se pela incorporação dos mercados de países periféricos que se abriam em nome das reformas e ajustes impostos pelas agências de financiamento mundiais. Apelando para “laços históricos”, a principal região focada foi a América Latina, o que originou um movimento, tanto econômico quanto discursivo, de nova colonização. Está presente nos maiores mercados da região - Argentina, o Brasil, o Chile e o Peru -, além de possuir negócios em vários outros países das Américas, quais sejam, México, Canadá, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Estados Unidos, Guatemala, Honduras, Nicarágua, Panamá, Porto Rico, República Dominicana, Uruguai e Venezuela. A estratégia, como evidencia uma revista auto intitulada de “negócios da América Latina”, é um tanto quanto simples:

os espanhóis tomam, em condições de monopólio, um serviço com uma grande demanda reprimida – o que, se por um lado exige pesados investimentos iniciais em novas redes e equipamentos, por outro representa uma apetitosa fonte de ingressos financeiros, através da venda de linhas pelas quais milhares de clientes estão esperando há anos.²⁴⁷

Já em 1995 pode-se dimensionar o tamanho e o sucesso de sua tática expansionista: de toda lucratividade do grupo deste ano, somente 7% vinham da *Telefónica de España* (ou seja, da seção espanhola e suas subsidiárias), enquanto 16,8% correspondiam aos lucros na Argentina (pela *Telefónica de Argentina*, comprada em 1990), 25,9% aos lucros no Chile (pela *Compañia de Teléfonos de Chile – CTC*, comprada em 1990), e 29,4% aos lucros no Peru (pela *Telefónica del Perú*, comprada em 1994)²⁴⁸. Com a entrada no Brasil via telefonia celular e, principalmente, pela compra da Telesp, em 1998, a Telefônica estabeleceu definitivamente seu domínio no continente e aumentou seu faturamento e lucros. A título de exemplo, já em 1998, as empresas controladas pela

²⁴⁶ Segundo Dantas, *op. cit.*, 2002, p. 69, e Sônia Larangeira, *op. cit.*, 2003, p.27.

²⁴⁷ “A investida da *Telefónica*”, *Revista America Economia*, nº117, março de 1997, p. 43.

²⁴⁸ Cf. *Ibid.*

Telefônica no Brasil correspondiam a 18% do total de capitais retirados pela matriz na América Latina. Um ano depois, somente a contribuição da Telesp correspondia a 22% dos ganhos do total latino-americano, o que significou cerca de US\$ 8,6 milhões, isto é, 15% de lucro líquido da empresa brasileira²⁴⁹.

De maneira geral, as transformações no Brasil basearam-se na tese de que a lógica dos recursos privados levaria a uma situação de concorrência entre as concessionárias autorizadas, beneficiando a população em geral, ou melhor, os novos “consumidores”. Para tal, as ações governamentais enfatizaram o “contexto globalizado” e de grande “revolução tecnológica”, como imperativos para a abertura do setor às grandes corporações privadas.

Entre a real necessidade de reforma e o modelo proposto pelo governo há, indubitavelmente, um grande espaço. Este foi preenchido pela forma mais condizente aos rumos neoliberais propostos pelo governo de FHC, uníssono às pressões do mercado internacional e, também em parte, nacional, junto às agências ditas multilaterais. Por um lado mais perverso, também foi caracterizado pela profunda desconsideração da proposta alternativa, auxiliados pela grande mídia, que pouco contribuiu ao debate aberto. Essas questões, como também as conseqüências da privatização, serão trabalhadas no quarto e quinto capítulos.

3.2 O sindicalismo em telecomunicações e o SinTPq: considerações iniciais

A configuração do sindicalismo brasileiro no setor de telecomunicações baseava-se até a década de 1990, majoritariamente, em sindicatos estaduais representantes da categoria dos telefônicos, nomeados geralmente como o “SINTTEL” de cada estado, reconhecidos pela estrutura oficial atrelada ao Estado²⁵⁰. Os sindicatos negociavam isoladamente com a operadora de sua respectiva região, embora todas fizessem parte da *holding* Telebrás e obedecessem a políticas nacionais estabelecidas em cada governo.

²⁴⁹ Cf. Dantas, *op. cit.*, 2002, p. 59-61.

²⁵⁰ Esse quadro foi bastante modificado a partir da década de 1990, principalmente em decorrência da privatização das companhias estatais, com o surgimento maciço de sindicatos como de prestadores de serviço e trabalhadores de telemarketing. Processo que apresentamos no quinto capítulo deste trabalho.

Até meados da década de 1980, existia somente uma federação, a FENATTEL (Federação Nacional dos Trabalhadores em Telecomunicações), que se colocava enquanto entidade nacional, da estrutura oficial, representativa dos trabalhadores. As transformações ocorridas no seio do movimento sindical desde fins da década de 1970, com o surgimento de oposições ao modelo oficial coadunadas no que se chamou de *novo sindicalismo* e a fundação da CUT, em 1983, repercutiram no movimento dos telefônicos em várias partes do país.

O primeiro projeto de mudança, malograda a tentativa de democratizar a FENATTEL (que posteriormente se filiou à Força Sindical), foi realizada com a formação de um “Bloco Independente”, em 1985, por sindicatos dos estados de Minas Gerais, Bahia, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Pernambuco e o recém-criado SINTTEL do Distrito Federal, os quais se desligavam da antiga federação. Neste ano, esses sindicatos comandaram as primeiras mobilizações em prol de uma luta unificada nacionalmente, negociando em separado com o governo e a Telebrás²⁵¹.

Essas condições possibilitaram que, em 1986, o grupo criasse a FITTEL (Federação Interestadual dos Trabalhadores em Telecomunicações), a qual, já no seu primeiro congresso, um ano depois, filiou-se à CUT. A FITTEL conseguiu rapidamente crescer nos demais estados, recebendo várias entidades antes ligadas a Fenattel. Já em 1993, possuía 16 sindicatos filiados e representava 70% dos trabalhadores telefônicos em empresas estatais²⁵². Posteriormente, englobou trabalhadores de centrais de teleatendimento e pesquisadores de ciência e tecnologia.

A FITTEL realmente alterou o padrão do sindicalismo que vinha sendo feito em âmbito nacional, organizando as primeiras greves após um grande período imobilista, criticando elementos da estrutura herdada, como o imposto sindical, o qual era orientado a ser devolvido para a categoria, e participando de movimentações políticas mais amplas em meio à derrocada do regime militar, principalmente a partir da CUT. Na sua própria avaliação:

Até 1985, os telefônicos não conseguiam realizar Campanhas Salariais Nacionais que realmente mobilizassem os trabalhadores e ocupavam um

²⁵¹ Cf. *Panorama dos Ramos da CUT*, www.cut.org.br/documentos p. 104.

²⁵² Atualmente conta com 20 sindicatos, mas as transformações do período redimensionaram sua base e poder de ação, como veremos no quinto capítulo, além do fato de que o maior sindicato atual da categoria, o SINTETEL de São Paulo, que representa cerca de 120 mil trabalhadores, é filiado à Fenattel.

papel secundário no movimento sindical e não ofereciam resistência organizada às políticas da Telebrás. (...) com a criação da FITTEL (...) as campanhas, unificadas e preparadas a partir de discussões nas bases, forçaram o MiniCom a instituir as Negociações Centralizadas de Brasília, reconhecendo a FITTEL e seu papel dirigente de setores cada vez mais amplo da categoria.²⁵³

Vale destacar que a criação e o crescimento da FITTEL não se efetivaram sem a disputa de diferentes correntes políticas que, embora unidas contra o ‘peleguismo’ da federação mais antiga, apresentavam orientações e programas distintos. A gestão assumida em 1991, pelo 3º congresso, enfrentou várias distensões e críticas internas entre as direções de cada sindicato, o que provocou um enfraquecimento da executiva e prejudicou as deliberações tomadas²⁵⁴. Embora com nuances e interesses específicos, visualizados, por exemplo, quando do processo de privatização, vê-se que, desde então, a linha seguida pela FITTEL tem sido bem próxima àquela seguida pelo campo majoritário da CUT (Articulação), o qual, como veremos melhor posteriormente, tem se guiado por uma perspectiva moderada cuja estratégia tende à negociação e à participação como meio de resolução dos conflitos com as empresas e o governo.

A década de 1990, com ascensão dos governos neoliberais, legou um quadro bastante adverso para a categoria. Segundo Silva, os embates travados pautaram-se sob três frentes²⁵⁵. O primeiro foi o achatamento dos salários provocados pelos planos econômicos (Collor I e II, verão, etc.). A segunda problemática, de ordem mais complexa, girou em torno das conseqüências trazidas pela ampliação do processo de reestruturação produtiva nas empresas, as quais encetaram modificações na organização do trabalho (como reengenharias, programas de qualidade total e terceirizações) e, ao absorver novas tecnologias e processos de produção, atingiram fortemente a organização dos trabalhadores e seu poder de barganha. E, em terceiro lugar, aliada à reestruturação produtiva, o movimento precisou enfrentar a privatização das companhias estatais, a qual ocasionou precarização e desestabilização do trabalho e fragmentação da categoria, dentre outros fatores.

²⁵³ FITTEL, *Caderno de teses do II CONTEL*, 1989, apud Givaldo Alves da Silva, *Reestruturação produtiva e sindicalismo em empresas de telecomunicações: o caso Sercomtel S/A*. Dissertação de Mestrado, UNESP, Marília, 2003, p. 33.

²⁵⁴ Marlise Vargas, *Painel Político e Organizativo da FITTEL na Maior Idade, O grande desafio*. s/d. www.fittel.org.br.

²⁵⁵ Cf. G. Silva, *op. cit.*, p. 34-35.

O SinTPq foi criado em meio a esse contexto de condições objetivas nitidamente negativas, ainda mais por estar inserido num segmento das telecomunicações – setor tecnológico de pesquisa e teleequipamentos - já desgastado pela liberalização do mercado e falta de investimentos federais que ocorreria desde meados década de 1980. Contudo, sua criação e vinculação às forças oposicionistas ao modelo neoliberal foram de grande importância para o quadro dos trabalhadores em telecomunicações, já que se inseria num meio relativamente distante do sindicalismo.

A origem do sindicato reside nas experiências obtidas pelos trabalhadores do CPqD que fundaram, em 1987, a AFCPqD (Associação dos funcionários do CPqD). A Associação nasceu das adversidades enfrentadas pelos trabalhadores no tocante, principalmente, a duas questões, a saber, as deficiências do plano de carreira da categoria e ausência de espaço livre para intervenção direta nos rumos da política de telecomunicações do país. Também surgiram da Associação importantes iniciativas, como o grupo de discussão sobre ciência e tecnologia, que acabou participando de movimentos em defesa do desenvolvimento tecnológico nacional.²⁵⁶

Para os trabalhadores do CPqD, a possibilidade de enquadramento sindical, para os que eram contratados da Telebrás, limitava-se ao SINTETEL de São Paulo, enquanto que para aqueles que constituíam as primeiras formas de terceirização, os chamados MOC (mão-de-obra contratada), o SEAAC (Sindicato dos Empregados de Agentes Autônomos do Comércio) era o representante legal, o qual era conhecido como “sindicatão” por englobar diversas categorias laborais. As insuficiências de ambos foram levadas à tona no momento em que o governo Collor reduziu em 10% o quadro de funcionários, sem que, no entanto, houvesse uma efetiva mobilização dos representantes dos dois sindicatos.

Essa foi a leitura de vários trabalhadores, os quais, impulsionados pela força e experiência proporcionada pela Associação e demais grupos do setor, começam a construir um sindicato próprio, que é instituído em novembro de 1990. Vale destacar que não foi pacífica a criação do sindicato, haja vista a intolerância da diretoria da empresa quanto ao fortalecimento de um novo órgão. Demonstração franca dessa postura foi realizada pouco depois da primeira eleição do sindicato, em que o diretor-superintendente do CPqD demitiu

²⁵⁶ Cf. Boletim *SinTPq 10 anos*, 2001.

todos os sete diretores recém-eleitos, os quais só retornariam aos seus postos em 1993, por determinação da Justiça do Trabalho.²⁵⁷

Melhor estruturado com o passar do tempo, o SinTPq foi ampliando sua base de representação entre institutos de pesquisa, como o LNLS (Laboratório Nacional de Luz Síncroton), IPT (Instituto Paulista de Tecnologia), CTI (Centro Tecnológico para Informática), além de empresas privadas da área de telecomunicações. A composição de sua base é notadamente diferente a dos demais sindicatos do setor, pois se relaciona a uma parcela da categoria historicamente pouco vinculada à organização sindical, a qual engloba técnicos em várias profissões, engenheiros, físicos e demais pesquisadores em ciência e tecnologia, os quais, no geral, possuem renda salarial bem maior que a média da maioria das outras categorias. Atualmente, representa um universo de 3000 trabalhadores, dos quais 680 são filiados, número que já foi bem maior antes das profundas transformações vivenciadas no setor.

Importante destacar uma grande luta do sindicato que foi o processo de regularização das precárias formas de terceirização das quais se utilizavam a diretoria do CPqD. Os trabalhadores subcontratados, apelidados de MOC ou “pendurados”, eram alvo de intensa discriminação pela empresa, para os quais não eram garantidos direitos trabalhistas desfrutados pelos funcionários vinculados à Telebrás, não obstante todos efetuarem os mesmos tipos de trabalho. A essa camada rebaixada, eram negados benefícios como o transporte oficial da empresa, a participação em fundos de aposentadoria, salários equiparados e mesmo a possibilidade de frequentar o clube dos funcionários. Uma medida emblemática da discriminação impetrada era a diferenciação dos vales de refeição entre os trabalhadores, os quais eram tarjados, para os “pendurados”, pela denominação “não-funcionário” à frente do bilhete. Segundo um diretor do sindicato, as más condições de trabalho criaram um ambiente propício ao movimento sindical, pois uniu a categoria em prol da regularização de todos trabalhadores do centro: “60% ou mais das pessoas no cpqd não tinham vínculo trabalhista com o CPqD (...) essa foi uma luta muito grande pois as pessoas se sentiam incluídas num processo de discriminação”²⁵⁸.

²⁵⁷ Cf. *Ibid.*, p. 3.

²⁵⁸ Dirigente sindical SinTPq, entrevista 04, 2005.

Através de reuniões, palestras, debates e intervenções jurídicas ao longo dos anos, o sindicato obteve várias vitórias, regularizando a força de trabalho contratada via concurso interno, sendo uma primeira parcela já efetivada em 1993 e a última em 1995. A precariedade das relações de trabalho, vislumbradas nesse período, foi um primeiro desafio, pode-se dizer, de um processo de amplitude muito maior que viria a ser enfrentado com a privatização do Sistema Telebrás e as reestruturações produtivas, que resultam num quadro marcado por falta de mobilização, ‘enxugamento’ das empresas (com um elevado aumento das terceirizações e subcontratações) e a insegurança pela preservação do emprego, o que têm acarretado diminuição de filiados e do poder de barganha.

Desde sua fundação, os membros da diretoria, muitos até hoje nesses cargos ou próximos ao sindicato, mantinham estreita ligação com a CUT (Central Única dos Trabalhadores) e formalizaram a vinculação à central, a partir de assembléias com as bases, em 1995, sendo também filiados à FITTEL. Justificaram essa adesão pela semelhança de princípios, a começar pela ideal cutista de origem de autonomia frente ao Estado e crítica da estrutura oficial. Ainda ressaltavam os seguintes pontos em concordância :

- 1) Sindicalismo enraizado na base e não cupulista;
- 2) Democracia interna nas instâncias da central;
- 3) Sindicalismo livre da interferência do Estado
- 4) Autonomia dos sindicatos frente aos partidos políticos;
- 5) Sindicalismo classista;
- 6) Internacionalismo sem alinhamento²⁵⁹

Em março de 1995, após discussões em cada empresa representada, o sindicato regulamentava sua vinculação, reafirmando que “a sincronicidade em defesa de propostas, a solidariedade na organização de movimentos e principalmente a firmeza na defesa intransigente das instituições dos trabalhadores levam o SinTPq em direção à CUT”²⁶⁰.

É certo que a evolução da CUT, as disputas internas, e a forma como a central reagiu aos ataques neoliberais destoaram das origens postuladas inicialmente, como foi analisado por vários autores ao longo da década de 1990, questões que discutiremos posteriormente. Por seu lado, o SinTPq, que manteve um alto nível de discussão teórica e política sobre os dilemas enfrentados pelo setor, apresentou também alguns traços da linha hegemônica cutista.

²⁵⁹ *SinTPq Informa*, n° 92, 20/01/1995.

²⁶⁰ *SinTPq Informa*, n° 102, 23/03/1995.

3.3 O impacto da ofensiva capitalista nas classes sociais e no sindicalismo

Na visão de Boito Jr., a implementação das políticas neoliberais repercutiu fortemente na composição e relação entre frações e classes no país, tanto da burguesia quanto da classe trabalhadora. No tocante à classe dominante capitalista, embora haja uma unidade política em defesa de candidaturas comprometidas com o neoliberalismo, as frações dessa classe foram afetadas diferentemente pelas reformas levadas a cabo pelos governos da década de 1990. De forma resumida, vê-se que a política de desregulamentação do mercado de trabalho e redução de direitos sociais favorece a todos os capitais, pois diminui o valor da força de trabalho e debilita organizações sindicais. Porém, as iniciativas em favor da privatização excluem o pequeno e médio capitais, restringindo à fração monopolista da burguesia os ganhos auferidos por essas novas fontes de acumulação. Já num terceiro plano, caracterizado pelas aberturas comercial e financeira da economia nacional, que vêm acompanhadas de políticas de juros altos, há diferenciações mesmo para a fração monopolista, já que os ganhos obtidos pelo grande capital financeiro contrastam com os aparentes obstáculos impostos à produção industrial nacional.²⁶¹

Todavia, o impacto diferenciado das mudanças pouco diminui a coesão das classes burguesa, as quais, *em sua quase totalidade*, associada com o capital externo e os interesses imperialistas, têm muito a ganhar com as principais conseqüências do neoliberalismo, como, por exemplo, o decréscimo da massa salarial aliado à perda progressiva de direitos conquistados há décadas pela classe trabalhadora. Mesmo os atritos da burguesia monopolista, causados pela forma de estabilização monetária, em nada atenuam a legitimidade e hegemonia do modelo implantado, até porque grande parte das perdas e prejuízos acarretados à indústria é repassada para a população, seja através do mercado consumidor, seja através de pressões para aumento da flexibilização do trabalho.²⁶²

²⁶¹ Boito Jr., *op. cit.*, 2002.

²⁶² Boito Jr (*op. cit.*, 2002, p. 22) afirma : “a atuação dos industriais tem consistido em repassar para as classes populares o prejuízo que lhes é imposto pelos bancos e pelo imperialismo. A Fiesp, a cada novo aperto nos juros e na concorrência externa, solicita, como uma espécie de compensação, novas privatizações e novos cortes nos direitos sociais.”.

Na verdade, como a análise que aqui fazemos da privatização das telecomunicações nos mostrou, esses prejuízos acarretados à indústria monopolista são bem relativos, se é que realmente podem ser considerados, já que a imbricação crescente dessas empresas com as instituições financeiras e o capital externo abriu fontes de acumulação extremamente importantes para essa fração.

Nitidamente verificáveis, contudo, foram as graves divisões e transformações que o neoliberalismo causou ao movimento sindical, o que se refletiu no abrandamento das posições mais combativas e hegemonia de correntes sindicais mais próximas da ordem e distantes dos princípios progressistas outrora estabelecidos. O fim do século XX presenciou a tão discutida “crise do sindicalismo”, sobre a qual apresentaremos somente os aspectos mais gerais, para então visualizarmos o contexto, no tocante ao meio sindical, no qual se realizou a privatização das telecomunicações.

A crise dos sindicatos foi avaliada tendo por base fenômenos que vinham ocorrendo em várias partes do mundo desde os anos de 1980. Das análises realizadas foram diagnosticadas tendências como as diminuições das taxas de sindicalização, o decréscimo das atividades grevistas e da capacidade de sustentar grandes mobilizações, perda ‘simbólica’ do prestígio do sindicalismo em meio à sociedade, a dissociação crescente entre partidos políticos de esquerda e os sindicatos, dentre outras.

Em que pese os vários exemplos e situações que corroboram essas tendências, as avaliações e conclusões que se seguiram, muitas delas vaticinando o declínio ou decadência do sindicalismo²⁶³, pecaram ao generalizar um movimento que se mostra desigual mundialmente, em alguns casos, até mesmo contraditório. A partir de uma visão eurocentrista, os casos verificados em alguns países - e, mesmo assim, com várias exceções - foram transportados para contextos diversos, ignorando, por exemplo, o aumento da

²⁶³ Para Leôncio Rodrigues, por exemplo, embora existam fatores unicamente conjunturais, as mudanças tecnológicas e nas novas formas de organização do trabalho (que seriam mais “participativas e democráticas”), revelariam a existência de um declínio inexorável e não uma simples crise momentânea do sindicalismo: “pelo ângulo dos fatores estruturais (o qual nos inclinamos) as características gerais da sociedade pós-industrial abrem pouco espaço para a organização sindical, embora a extensão desse espaço possa ser diferente quando se avaliam sociedades nacionais específicas” (*O destino do sindicalismo*, São Paulo, editora da USP e FAPESP, 1999, p.301).

sindicalização em países asiáticos e da Europa oriental, e a recuperação recente em alguns países centrais²⁶⁴.

Feitas as devidas ressalvas ao quadro apocalíptico por vezes construído, não há como se negar um refluxo acentuado do poder sindical em várias regiões, e as causas para esse movimento devem ser buscadas tanto nas mutações econômicas quanto nas políticas trazidas no bojo do processo de reestruturação da produção e da dominação política do capitalismo, ressaltando o caráter dialético dessas duas esferas não estanques.

Buscamos discutir, no primeiro capítulo, as principais metamorfoses referentes ao plano econômico-produtivo, o qual foi marcado por intensas inovações tecnológicas e novas formas de organização dos processos e do conteúdo de trabalho por meio de programas de qualidade, reengenharias, *downsizing*, *lean production*, terceirizações, entre outros, que provocaram a desestabilização de grandes massas operárias e a tentativa de cooptação total do trabalhador aos interesses da empresa. Medidas que, além de pouparem força de trabalho, objetivavam tornar o sindicato um ente desnecessário e estranho aos trabalhadores, que passaram a formar uma classe cada vez mais fragmentada e heterogênea.

O outro lado da moeda foi completado pela ascensão do neoliberalismo que, além de sua ideologia abertamente contrária a organizações sindicais fortes, tinha como principal arma fomentar e potencializar as “condições objetivas” propícias à perda de influência e poder das mesmas. Em outras palavras, o ambiente de baixo crescimento econômico, a defesa da mobilidade dos capitais e o ataque sistemático aos direitos do trabalhador têm provocado um quadro recessivo marcado pelo alto desemprego, precariedade das formas de trabalho e total instabilidade social. Dentro dessas condições, caracterizadas pela escassez e falta de perspectivas, o poder de barganha e a legitimidade do sindicalismo decresceram em sua base. Ainda no campo político, o fortalecimento do neoliberalismo marcou uma era histórica desfavorável ao campo da esquerda, que, retraída internacionalmente, possibilitou a unidade das forças imperialistas do capital, cada vez mais livres para agir sem as ameaças de modelos alternativos.

Na perspectiva de A. Bihr, o recuo verificado relaciona-se a uma forma histórica de sindicalismo, a saber, aquela orientada pelo modelo social-democrata do

²⁶⁴ Cf. H. Beynon, “O sindicalismo tem futuro no século XXI?” e Boito Jr., “A crise do sindicalismo”, in M.A. Santana e J. R. Ramalho, *Além da fábrica – trabalhadores, sindicatos e a nova questão social*, São Paulo, Boitempo, 2003, p. 58 e 324.

movimento operário, típicas organizações do “compromisso fordista”, subordinadas, em sua visão, pelos ditames do capital. Para o autor, “o sindicalismo não está prestes a desaparecer, mesmo porque o capital tem ainda e sempre (terá) a necessidade dele”²⁶⁵, no sentido de que organizações sindicais fortes, porém controladas e manipuladas, funcionam como garantias de “paz social”. Já a sua ausência abriria espaço para formas de “explosões sociais incontroláveis”²⁶⁶. Bihl ressalta também os novos desafios para os sindicatos atuais, afirmando que as transformações dos processos produtivos e de consumo levaram a uma tendência geral de *fragmentação do proletariado*, cada vez mais distante do “operário-massa” fordista²⁶⁷. Para o autor, esse processo tem levado a constituição de três grandes grupos. O primeiro seria aquele composto por trabalhadores com estabilidade e garantias que, no entanto, vem cada vez mais decrescendo. O segundo grupo é o referente a uma camada de pessoas excluídas do trabalho, por um longo período, ou mesmo permanentemente, as quais passam a depender das escassas formas de proteção social e, não raro, engrossam as fileiras da miséria e pobreza. Entre um grupo e outro, emerge uma massa flutuante de trabalhadores unidos pela instabilidade que caracteriza sua condição social. São terceirizados, subcontratados, temporários, de tempo parcial, estagiários, ilegais, clandestinos que, além de reativar as desigualdades já existentes no proletariado (como sexo, idade, nacionalidade),

têm em comum a submissão a um conjunto de constrangimentos: instabilidade de emprego e, portanto, de renda; desregulamentação mais ou menos forçada de suas condições jurídicas de emprego e de trabalho (em relação às normas legais ou convencionais); conquistas e direitos sociais em regressão; com frequência, a ausência de qualquer benefício convencional; a maior parte do tempo, ausência de qualquer proteção e expressão sindicais; enfim, tendência à individualização extrema da relação salarial.²⁶⁸

²⁶⁵ Bihl, *op. cit.*, p. 223.

²⁶⁶ Mas o autor complementa que, no entanto, “a existência de organizações não se mostra menos necessária para a defesa dos interesses históricos dos trabalhadores (...) Do mesmo modo, não vemos como o proletariado poderá desenvolver uma estratégia de contrapoder (...) sem se organizarem em sindicatos e sem que estes últimos sejam eles próprios um **momento** de construção desse contrapoder (...)” (Ibid., p. 234, grifo do autor).

²⁶⁷ A. Bihl (*op. cit.*, p. 99) admite que a fragmentação não é nenhuma novidade no movimento operário, “no entanto, durante o período fordista, a tendência à homogeneização dos status entre o proletariado triunfou sobre as heterogeneidade constantes (...). E o resultado do conjunto desse processo foi a emergência do operário-massa, forma especificamente fordista de homogeneização do proletariado”.

²⁶⁸ Ibid., p. 86.

Nesse contexto, fábricas e empresas territorialmente difusas com os avanços das terceirizações, aliadas a formas flexíveis de se regular tempo de trabalho, normas e salários, tornam-se incompatíveis com sindicatos majoritariamente baseados na homogeneidade e verticalidade:

O sindicalismo vertical, que privilegia a dimensão de categoria profissional, herdada do período fordista, encontra-se aqui totalmente inadaptado. Somente um sindicalismo com estruturas 'horizontais', que privilegia a dimensão interprofissional, é adequado para organizar ao mesmo tempo trabalhadores permanentes, instáveis e desempregados.²⁶⁹

Também para Antunes, menos do que declínio estrutural, vê-se um movimento de refluxo sindical, causado pelas tendências econômicas, políticas e sociais advindas no bojo do processo de reestruturação produtiva, que o torna cada vez mais defensivo. Longe de se imaginar o fim da classe trabalhadora, urge a necessidade de se entendê-la de forma ampliada, englobando sua complexidade e heterogeneidade atuais. A consequência dessa nova configuração é o fato de que “com o aumento do fosso entre operários estáveis e precários, parciais, reduz-se fortemente o poder dos sindicatos, historicamente vinculados aos primeiros e incapazes, até o presente, de incorporar os segmentos não-estáveis da força de trabalho”²⁷⁰. Dessa forma, um futuro mais positivo para os sindicatos dependeria da forma como esses agiriam ante alguns problemas como: a barreira entre trabalhadores estáveis e instáveis; a emergência de um novo corporativismo societal excludente; o aumento de sindicatos de empresa ou de envolvimento, subordinados ao comando patronal; o individualismo crescente das relações de trabalho; as diversas formas de institucionalização e burocratização; além da verticalidade antiga em detrimento de formas horizontais de organização.

A quebra de coletivos de trabalho e a crescente diversificação da classe operária pegaram em cheio um movimento sindical baseado em identidades laborais mais consistentes e acostumados ao contratualismo. Mas essa fragmentação e heterogeneidade, que não são exclusivas do período atual, precisam também ser analisadas em meio à

²⁶⁹ Ibid., p. 101.

²⁷⁰ Antunes, *op. cit.*, 2002, p. 79.

conjuntura política específica que corroborou, ou até mesmo intensificou, a divisão dos trabalhadores, que foi a ofensiva neoliberal e imperialista no plano internacional²⁷¹.

Essas considerações nos mostram que é inviável tratar o período contemporâneo sem a especificidade trazida pela política neoliberal, mas, do mesmo modo, a força dessa política não faria nenhum sentido se isolada das mudanças qualitativas operadas no padrão de acumulação do capital, as quais parecem continuamente limitar alternativas mais progressistas nos marcos do capitalismo. E ainda é certo que, se condições objetivas minam a estrutura na qual se baseia boa parte do sindicalismo, a postura dessas organizações varia muito de acordo com posições e estratégias de suas direções, das quais a maioria tem, atualmente, se restringindo a lutar pela volta de grandes acordos e pactos que garantam a estabilidade de sua base, o que, entretanto, vem sendo maciçamente ignorado pelas classes empresariais.

3.3.1 A CUT em transformação

No Brasil, os contornos mais fortes dessa crise foram sentidos somente na década de 1990, num contexto de ampliação das experiências de reestruturação produtiva e ascensão de governos neoliberais. Isso porque os anos de 1980, segundo Antunes, no contra fluxo das tendências presentes nos países capitalistas centrais, podem ser considerados positivos no país pela emergência do *novo sindicalismo*, o qual, nascido nos novos pólos econômicos em franco desenvolvimento e de postura combativa em sua origem, obteve importantes conquistas: conseguiu abarcar mais amplamente camadas médias, de serviços e do trabalho rural; tentou estabelecer organizações nos locais de trabalho, aumentou a luta pela autonomia e liberdade frente ao Estado, além de que foi elevado o número de sindicalizados devido à inclusão do funcionalismo público²⁷².

O crescimento desse movimento efetivou-se em meio aos protestos sociais que exigiam a abertura política, a melhoria das condições de vida da população e a liberdade de

²⁷¹ Cf. K. Moody, *op. cit.*; Boito Jr., *op. cit.*, 2003; R. Hyman, “Los sindicatos y la desarticulación de la clase obrera”, *Revista latinoamericana de estudios de trabajo*, ano 2, nº 4, 1996. Os autores alertam, nesse sentido, dos perigos de se imaginar uma classe trabalhadora unificada, em torno de interesses coletivistas, e puramente homogênea no passado, o que esconderia as diversas formas de diferenciação que também se estabeleciam anteriormente.

²⁷² Cf. Antunes, *op. cit.*, 2000.

manifestação para os trabalhadores e, nesse sentido, faziam oposição à burocracia que se beneficiava do modelo sindical corporativo, os chamados “pelegos”. Este modelo, herdado da década de 1930 com o triunfo getulista, foi marcado pela constituição de uma estrutura com traços corporativistas, que fazia com que o reconhecimento oficial do sindicato só fosse possível se outorgado pelo Estado. Essa estrutura compõe-se de dispositivos legais como a unicidade sindical (o sindicato único por força de lei), as contribuições sindicais obrigatórias e a tutela do Estado sobre atividades reivindicativas desses órgãos.²⁷³

A criação da CUT, em 1983, foi conseqüência desse processo que uniu setores diversos da esquerda, organizações católicas (pastorais operárias, teologia da libertação) e demais sindicalistas independentes, em suma, correntes que, em geral, apresentavam críticas à estrutura oficial existente, embora as formas de ação e influências fossem variadas. Em sua origem, a CUT estabeleceu claros princípios em favor da ação sindical combativa, de confronto - avessa à parceria entre capital e trabalho - e que fosse oposta à interferência do Estado ou a dependência em relação a este. Contudo, por sua composição heterogênea, a central já apresentava indecisões no tocante à oposição ao modelo corporativo, até porque sua organização se deu no interior da estrutura criticada, o que, logicamente, a fornecia condições mais favoráveis para seu crescimento em curto prazo²⁷⁴. Essa postura contraditória legou insuficiências e problemas aos anos de 1990, quando a correlação de forças e o contexto político eram claramente negativos.

Não obstante, a CUT apresentou, na década de 1980, um sindicalismo diferenciado, de massas, o qual foi responsável por inúmeras greves, de pequenas e grandes proporções, e capaz de pressionar decisivamente o processo Constituinte na defesa dos direitos trabalhistas e dos órgãos estatais, criticando enfaticamente o caráter monopolista e imperialista, além do poder do latifúndio, que vinham caracterizando o padrão nacional de acumulação. Embora seja fruto também da retórica, é fato que suas primeiras resoluções

²⁷³ Para Boito Jr., a conseqüência perversa para os trabalhadores seria o fato de que esta estrutura “faz o sindicato oficial independente dos trabalhadores e dependente do Estado”, tendo como exemplo mais acabado desse formato os sindicatos de carimbo (“Reforma e persistência da estrutura sindical brasileira”, in Leôncio Rodrigues & Boito Jr. {Orgs.}, *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991, p. 52).

²⁷⁴ Segundo Marco Antônio Oliveira, “se era forte a tendência de rompimento com o modelo sindical corporativo, a reorganização dos trabalhadores ocorreu por dentro da estrutura sindical (...). Ainda que tenha ocorrido uma ruptura parcial com a tradição corporativista, também aí havia uma clara linha de continuidade com as práticas sindicais do passado” (“Notas sobre a crise do novo sindicalismo”, *São Paulo em Perspectiva*, vol. 12, nº 1, 1998, p. 24).

definiam o “compromisso histórico da CUT” como o de “impulsionar a luta sindical dos trabalhadores, na perspectiva de construir uma sociedade socialista”²⁷⁵.

O fim dos anos de 1980 marcou, contudo, o início de um processo de redirecionamento da central que começava a frear sua ânsia combativa em prol de uma postura mais aberta à negociação e à proposição com governo e empresários. Sobre essa transformação da CUT, gradual mas decisiva, várias análises têm sido realizadas, das quais reteremos somente os contornos mais gerais.

A princípio, como lembra Jácome Rodrigues, a CUT, por ser composta por várias correntes, apresenta vários discursos e práticas²⁷⁶, mas uma mudança de orientação é notadamente verificada a partir da hegemonia conquistada pela Articulação Sindical, ala que buscou “modernizar” as ações da central. Na distinção feita por A. Galvão, o que caracterizaria o “sindicalismo propositivo” traçado pela CUT nos anos de 1990 seria “o predomínio da ação no plano institucional, da negociação dentro da ordem, por concessões ao governo e ao capital”, diferente do sindicalismo combativo de anteriormente, que se definia pelo “predomínio do trabalho de organização e mobilização das bases, pela negociação contra a ordem (negociação contra-propositiva), pela luta em favor da ampliação de direitos (quando na ofensiva) e pela resistência ao desmantelamento de direitos (quando na defensiva)”²⁷⁷.

O começo dessa virada teria sido dado, segundo alguns autores, desde o III CONCUR, de 1988, no qual, a despeito da manutenção das bandeiras de origem, foram alterados os critérios para a realização dos futuros congressos, cuja consequência foi um aumento do poder da cúpula em detrimento da horizontalidade e das bases²⁷⁸. O IV CONCUR, de 1991, o primeiro após mudanças estatutárias, apresenta teses favoráveis ao abandono da ‘simples oposição’ e a necessidade de alternativas mais concretas, que envolvessem questões políticas mais abrangentes, mesmo que fosse negado no discurso a possibilidade de “pacto social”, aventada, contudo, anos depois²⁷⁹. O grande símbolo desse

²⁷⁵ CUT, *Resoluções do II Congresso Nacional*, agosto de 1986 (acessado em www.cut.org.br)

²⁷⁶ Cf. J. Rodrigues apud Andréia Galvão, “A CUT na encruzilhada: impactos do neoliberalismo sobre o movimento sindical combativo”, *Revista Idéias*, *op. cit.*, 2002, p. 110.

²⁷⁷ Andréia Galvão, *op. cit.*, 2002, p. 111.

²⁷⁸ Cf. Idem, *Neoliberalismo e reforma trabalhista no Brasil*. Tese de Doutorado, IFCH, UNICAMP, 2003; José dos Santos Souza, *Trabalho, educação e sindicalismo no Brasil*, Campinas, Autores Associados, 2002.

²⁷⁹ Paulo Tumolo cita Gilmar Carneiro, do campo majoritário da CUT, que teria dito nesse período: “Em 1983, no Congresso de fundação da CUT, tiramos a direita. Neste IV CONCUR nos livramos da esquerda”

novo posicionamento foram as câmaras setoriais, das quais se esperava, ao unir empresários, governo e trabalhadores, a obtenção de acordos positivos e benefícios a determinadas categorias.

A estratégia implantada pela direção da CUT de então foi analisada pelos mais diversos prismas e ideologias, o que, evidentemente, gerou avaliações políticas distintas de acordo com a leitura que era feita do panorama presente no Brasil e no mundo. Para as teses que consideravam ultrapassados os esquemas relativos ao enfrentamento classista, no que seria uma nova realidade “pós-industrial” de multiplicação dos interesses e pluralidade dos conflitos, a participação dos trabalhadores em experiências de concertação social foi vista de bom grado, pois reconheceria a “legitimidade dos interlocutores” e seria condizente às novas formas de organização do trabalho. Em outras palavras, já que se entendia enquanto inevitáveis as reestruturações das empresas na ordem mundial, restaria aos trabalhadores participarem do processo para diminuïrem as perdas, amenizarem os impactos ou mesmo para alcançar outros benefícios em novas “agendas”²⁸⁰.

Há também uma mudança muito forte no tocante aos pressupostos teóricos da corrente majoritária, que se sente mesmo na linguagem que passa a ser usada, cujo escopo é deslocar a oposição direta entre classe trabalhadora e burguesia, unida ao Estado burguês, à diferenciação entre governo e sociedade civil, a qual, composta por grupos distintos, teria como objetivo buscar o aumento da cidadania no país. É certo que as conquistas democráticas que promovem a ascensão de direitos aos trabalhadores e a toda camada popular não são meras fantasias, mas, aos poucos, essas novas assertivas vinham dirimindo a força da crítica e da ação “contra a ordem”²⁸¹, ou seja, exterior aos marcos do desenvolvimento capitalista. Mesmo a luta socialista, na nova visão da central, teria sofrido um grande abalo nesses ‘novos tempos’. Num exemplo claro, Gilmar Carneiro, defendendo

(apud P. Tumolo, *Da contestação à conformação: a formação sindical da CUT e a reestruturação capitalista*, Campinas, ed. da UNICAMP, 2002, p.123. Autor que, por sua vez, retira a frase de trabalho de V. Gianotti e Lopes Neto).

²⁸⁰ Vicente P. da Silva, o Vicentinho, ainda presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e às vésperas de dirigir a central, expressou a nova postura: “a luta agora é pelo novo (...) é o desafio de buscar o novo, uma visão que não existia na época de Lula. O novo é a reestruturação da produção (...), a questão da tecnologia, qualidade, produtividade, participação dos trabalhadores nos lucros” (Jornal do Brasil, 07/02/93 apud R. Ramalho, “As diversas faces da negociação no meio sindical brasileiro”, in R. Ramalho & H. Martins {Orgs.}, *Terceirização: diversidade e negociação no mundo do trabalho*, São Paulo, Hucitec, 1994, p. 161).

²⁸¹ Cf. Antunes, *op. cit.*, 2000, p.149-156.

em debate a atitude do movimento sindical em “parcerias com os atores sociais”²⁸², afirmava ser “o grande salto do socialismo moderno: a cidadania e a qualidade de vida”²⁸³:

(...) há um debate muito importante para refletirmos no âmbito da militância partidária, sindical e das cooperativas, mesmo quando se trata do marxismo ou da luta de classes para que ou para quem, que é a questão da qualidade de vida e da cidadania, e o fato de termos evoluído e vermos todos da nossa esquerda da década de 1970 hoje nos governos democráticos e convivendo com todos os segmentos da sociedade, incluindo os empresários e militares; essa é uma reflexão importante do ponto de vista de qual socialismo queremos. Por mais que haja essa confusão, se é socialismo de mercado ou centralizado, confesso que eu não consigo entender muito essa lógica. Sempre defendi a economia de mercado, por isso cursei administração de empresas.²⁸⁴

Mas, a despeito da aparente realidade, o processo torna-se, em verdade, uma tentativa de reeditar o projeto social-democrata que postulava a possibilidade de todas as classes saírem ganhando conjuntamente com um desenvolvimento pactualizado²⁸⁵, numa conjuntura atual, contudo, muito desfavorável. Restaria, para tanto, convencer o capital mundializado da importância dos acordos e do respeito ao trabalho minimamente digno. Algo que, pelas tendências atuais, aparece como pura fantasia²⁸⁶.

Por outro lado, atribui-se à negociação poderes iguais entre as partes, como se *o que pode ser discutido* fosse também pauta dos acordos. Como bem lembra Galvão, “a questão não é negociar ou não, mas sim negociar o quê, como e em que contexto”, de forma que há um sério limite da estratégia propositiva, isto é, “para que sejam aceitas na mesa de negociação, é necessário que as respostas formuladas sejam consideradas ‘realistas’

²⁸² No caso, o Grupo Vicunha, presidido por Benjamin Steinbruch, que absorveu o controle da Vale do Rio Doce privatizada, em projetos de cidadania para auxílio de moradores de rua e usuários de drogas.

²⁸³ Gilmar Carneiro, “Debate com o público”, in Haddad *et al.*, *Sindicatos, cooperativas e socialismo*, São Paulo, Perseu Abramo, 2003, p. 104.

²⁸⁴ *Ibid.*, p. 50-51.

²⁸⁵ Segundo Antunes (*op. cit.*, 2000, p.154-155.), a CUT apresenta os traços de acomodação dentro da Ordem em detrimento da luta anticapitalista, e “o culto da negociação, das câmaras setoriais, do programa econômico para gerir pelo capital a sua crise, tudo isto está inserido num projeto de maior fôlego, cujo oxigênio é dado pelo ideário e pela prática social-democráticas (...) É uma postura cada vez menos respaldada numa política de classe. E cada vez mais numa política para o conjunto do país, o ‘país integrado do capital e do trabalho’”.

²⁸⁶ A burguesia parece falar mais claramente do que os analistas: para Edson Vaz Musa, integrante de conselhos de gestão de mais de 15 empresas, “o custo do dinheiro está alto e as margens de lucro estão baixíssimas, devido à concorrência internacional. As empresas não conseguem mais aumentar preços. Têm de abater os custos, sobretudo os de pessoal, porque os maiores gastos fixos são com salários. Os sindicatos vão reclamar, com toda razão, que o trabalhador para a conta, mas hoje em dia é uma fatalidade. Com dinheiro escasso e caro, não tem outro jeito. (...) Infelizmente algumas das conquistas dos trabalhadores terão de ser colocadas na geladeira, esperando tempos melhores” (*Folha de São Paulo*, 21/12/1998).

adequadas à ideologia dominante, de modo a interessar tanto o patronato quanto ao governo. Caso contrário, não há negociação possível. Assim, a competência do negociador é avaliada conforme a ‘viabilidade’ da proposta apresentada”.²⁸⁷

O exemplo fornecido pelas câmaras setoriais é emblemático para tanto. Sua implementação, com a participação dos trabalhadores, foi exaltada por inaugurar uma nova fase da relação capital e trabalho no país, menos autoritária e mais aberta. Contudo, pouco ou nada pode fazer para inverter a lógica produtiva, integrada aos padrões internacionais, de mais produção com menos força de trabalho. Quanto aos resultados, nem mesmo a manutenção dos postos de trabalho com o crescimento da produção foi obtida. De 1991 a 1995, enquanto a produção e a produtividade elevaram-se nas montadoras, respectivamente, em 70% e 78%, e nas autopeças em 74% e 97%, o emprego decaiu nas primeiras em 5% e, nas segundas, em 12%.²⁸⁸ Mesmo a vitória conseguida por integrar conselhos que planejavam políticas nacionais foi breve. Tão logo se tornou desnecessária a participação dos trabalhadores e seu auto-sacrifício, o governo acabou com as câmaras e encerrou as negociações.

Mas há, ainda, outra questão envolvendo os acordos setorializados que é a intensificação que provocam nas já problemáticas divisões existentes no interior da classe trabalhadora, pois, para que os acordos sejam positivos, não raro uma categoria, então no papel de gestora do capital²⁸⁹, vai de encontro aos interesses dos ramos das demais. É a atualização do corporativismo que auxilia, ainda mais, na desmobilização dos trabalhadores, para os quais parece somente restar a individualização completa e o isolamento de seus interesses²⁹⁰.

As mudanças sentidas no interior da CUT derivam da conjuntura política negativa marcada pela ascensão do neoliberalismo e da reestruturação produtiva das

²⁸⁷ A. Galvão, *op. cit.*, 2003, p. 134-135.

²⁸⁸ Cf. Teones Pimenta de França, “A lógica do pacto: do ABC paulista para Brasília”, *Revista Outubro* n° 8, 2003, p. 90.

²⁸⁹ Extremamente clara, nesse sentido, a declaração de Osvaldo Bargas (“Novas estratégias do capitalismo e o movimento sindical”, in Ramalho & Martins, *op. cit.*, 1994, p. 181), na data, secretário de relações internacionais da CUT: “O Brasil só poderá continuar sendo um país produtor e exportador de automóveis se sua produção tornar-se competitiva no mercado internacional, atendendo às exigências de custo e qualidade de seus produtos”.

²⁹⁰ Boito Jr (*op. cit.*, 1999, p.167) recorda do atrito entre trabalhadores das montadoras e do setor de bens de produção, no qual os primeiros endossavam uma importação mais facilitada de máquinas, medida que afetaria negativamente o outro segmento.

empresas aliada à hegemonia das propostas políticas de uma tendência que, dentre outras escolhas, via na transformação de certas práticas e princípios históricos da central a alternativa de luta mais eficaz nesse panorama²⁹¹. Outro fator que não se pode desconsiderar é a criação da Força Sindical (FS), em 1991, que passa a disputar, política e simbolicamente, o apoio dos trabalhadores em importantes núcleos.

A FS é fruto do crescimento de correntes sindicais que, aos poucos, iam se aglutinando, às margens das centrais existentes, na linha conhecida como “sindicalismo de resultados”, ou seja, a tentativa de busca de maiores benefícios para os trabalhadores sem contestar a ordem política liberal, quão menos a economia capitalista de mercado. Desde sua origem, a idéia de concertação social é tida como primordial à luta sindical e a central mostrava-se como alternativa (ao patronato e governo, principalmente) à CUT, vista como a detentora de valores ultrapassados. A FS, assim, defendia “a modernização da economia e das relações de trabalho, a parceria entre capital e trabalho e o combate ao ‘sindicalismo de confronto’”²⁹². Nas palavras de um de seus fundadores, Luiz Antônio de Medeiros, a necessidade do pacto social é posta pelo fato de que “trabalhadores e empresários não são e não devem ser inimigos. Diferenças à parte, podem e devem ter, eventualmente, objetivos comuns”²⁹³. Em outra declaração emblemática, sustenta que “o que o trabalhador brasileiro quer não é destruir as empresas, não é tomar as empresas. Não é fazer com que elas não tenham lucro. O que ele quer é participação nos lucros”²⁹⁴.

A FS teve grande importância no contexto político da década de 1990 na medida em que, não obstante sua crítica ao “capitalismo selvagem”, apoiou fortemente o programa neoliberal de reformas liberalizantes, desregulamentações dos mercados e privatização das empresas estatais, pontos que já discutia detalhadamente em seu principal documento, intitulado “Um projeto para o Brasil: A proposta da Força Sindical”, de 1993. A privatização, por exemplo, era explicada de forma praticamente idêntica aos governos, ou seja, seria, para a FS, “prioritária no processo de reestruturação do SPE (Setor Produtivo Estatal)”, pois disponibilizaria novos recursos para investimentos e melhorias dos serviços

²⁹¹ Cf. Tumolo, *op. cit*

²⁹² Patrícia Trópia, “A adesão da Força Sindical ao neoliberalismo”, *Revista Idéias, op. cit.*, 2002, p. 160-161.

²⁹³ Luis Antônio Medeiros, “Alternativas para o sindicalismo: revendo conceitos e prática”, in Velloso & Rodrigues (Orgs.). *O Futuro do Sindicalismo*. São Paulo, Nobel, 1992, p. 83.

²⁹⁴ Medeiros apud Ramalho, *op. cit* 1993, p. 165.

ao mesmo tempo em que possibilitaria ao Estado “canalizar os recursos ‘economizados’ para a área social”²⁹⁵.

É inegável que a presença da FS no espectro político e sindical potencializou a tendência de moderação da CUT, que, no temor de perder a influência entre as bases, ao invés de acentuar suas diferenças programáticas, apresentou tentativas de se mostrar mais confiável ao empresariado e aos governos. Fonte pouco suspeita, foi esta a avaliação do então presidente da Anfavea, L. Scheur, comentando o “amadurecimento” das relações com o sindicato cutista do ABCD: “sabemos que um sindicalismo forte é irmão siamês de um capitalismo forte. (...) [sobre a relação com sindicato] Partimos de uma fase inicial de conflito, passamos por outra de negociação mais aguerrida e hoje estamos numa fase de busca de parceria”²⁹⁶.

Carlos Alberto Grana, discutindo um importante elemento prático e teórico, defende a participação dos trabalhadores na gestão das indústrias e da economia até porque, no caso do advento de uma outra sociedade, esses teriam poder e conhecimento para não mais ser massa de manobra de burocratas do Estado²⁹⁷.

Ocorre que os moldes nos quais se efetivam a participação - esta, por sinal, muito limitada - perfazem uma mentalidade vinculada ao âmago da relação de produção capitalista, ou seja, ligada à mistificação da mercadoria, como são provas os usos indiscriminados do léxico dominante do mercado – produtividade, qualidade, baixos custos, competitividade, disciplina, lucros, etc. – por representantes da classe trabalhadora.²⁹⁸ As experiências têm cada vez mais indicado que não parece ter sucesso a ação que faz o movimento sindical se transpor ao papel de aspirante a co-gestor do capital.

O modo como o sindicalismo brasileiro, no geral, e a CUT, em particular, enfrentaram os desafios colocados pelos governos de tendência neoliberal legou profundas implicações na postura e na ação que exerceram frente à venda de empresas estatais, seja

²⁹⁵ Força Sindical, *Um projeto para o Brasil: a proposta da Força Sindical*, São Paulo, Geração editorial, 1993, p. 239.

²⁹⁶ L. Scheur, *Jornal do Brasil*, 2/05/93 apud Ramalho, *op. cit.*, 1993, p. 162.

²⁹⁷ Carlos Alberto Grana, então presidente da Federação dos Metalúrgicos do Estado de São Paulo apud Ramalho, *op. cit.*, 1993, p. 168.

²⁹⁸ Retomando as argumentações de Ellen Wood, vemos que muito dessas estratégias tendem a tão somente naturalizar relações sociais específicas, históricas, que procuram, e têm conseguido, se mostrar eternas para grande parcela da humanidade.

pelo modo como entendiam o processo, seja pelas estratégias que utilizaram para reagir ao pensamento dominante. O que pretendemos, agora, descrever.

4. Ação sindical e a privatização da Telebrás

4.1 Os principais antecedentes

As investidas ao caráter monopólico da Telebrás e à sua condição de empresa estatal estão presentes desde a década de 1980. Em meio à desaceleração dos investimentos, e as conseqüências negativas que isso gerava, os gritos em favor da liberalização do setor e da possível privatização da companhia tomavam forma e ganhavam a adesão da grande burguesia do país. O processo Constituinte de 1988 demonstrou que as telecomunicações já eram fontes de grande debate na sociedade e despertavam o interesse de diversos grupos, nacionais e estrangeiros. Mesmo com intensos impasses na comissão temática relativa ao setor – por sinal, a única a não chegar a um acordo que serviria de esboço à carta final²⁹⁹ – a Constituição garantiu o poder monopólico das empresas estatais que geriam serviços na área de telecomunicações.

Ainda em 1986, um grupo de empresas já tentava se aproveitar dos recursos possibilitados pelo setor. Unidas por um consórcio conhecido como “Vicom”, Globo, Bradesco e a italiana Victori Comunicações pediam licença ao Ministério para poder prestar serviços comerciais de transmissão de dados através de ondas de rádio interligadas aos canais disponibilizados pelo satélite Brasilsat da Embratel. O intuito das empresas era construir um canal de informações (anúncios, notícias, cotações, etc.), ligando geradores e receptores das mesmas, de onde tiraria seus lucros imputando uma diferença entre a quantia recebida dos futuros clientes e aquilo a ser pago à Embratel³⁰⁰. Em outras palavras, a questão era muito simples: “agregar novos serviços” ao imenso potencial de comunicação da Embratel e, assim, auferir grandes quantias. Porém, tão logo caiu no conhecimento público, essa investida causou a indignação dos trabalhadores que se organizaram e protestaram contra a liberação do serviço, posição na qual o movimento sindical posterior buscou se inspirar e resgatar simbolicamente como momento importante de mobilização

²⁹⁹ *Revista Leia e Fique Sabendo*, FITTEL, 1993, p.19.

³⁰⁰ Cf. *Ibid*, p. 18.

dos trabalhadores. Ao fim, após abaixo-assinados e protestos que culminaram numa greve na Embratel, o MiniCom recuou e impediu a liberação do serviço.

Ocorre que, não obstante esse episódio e mesmo a manutenção do monopólio em 1988, a regulamentação do setor, ao adentrar a década seguinte, permitia grandes possibilidades de atuação à iniciativa privada. Uma possibilidade que despertava muito interesse nas grandes empresas era a de transmissão de dados entre suas unidades utilizando os serviços via satélite VSat e Datasat da Embratel, a qual permitia a instalação de estações de comunicação para que as próprias empresas as operassem, desde que não transferissem o serviço para outro usuário, ou seja, como desejava o “consórcio Vicom”. Outras empresas também usufruíam “contratos de parceria” com a Telebrás, tornando-se franquias da operadora pública, podendo comercializar os seguintes produtos: a) aparelhos telefônicos (celulares, secretária-eletrônica, etc.); b) serviços de transferência de assinatura, manutenção e consertos; c) demais serviços prestados através da rede pública³⁰¹.

A “privatização pelas beiradas” era também realizada a partir da terceirização de setores e funções das operadoras públicas a empresas contratadas. Ainda no final da década de 1970, já era significativo o número de trabalhadores contratados por empresa interposta. A princípio, explicava-se tal estratégia pela virtuosa expansão dos serviços, que demandava grande força de trabalho temporária, não podendo ser todo esse contingente vinculado diretamente à empresa. Em meados da década de 1980, essa tendência, ao invés de diminuir com o desaceleramento dos investimentos iniciais, acentuou-se e consolidou-se nas operadoras de telecomunicações, sendo que algumas já passavam a contar com mais empregados terceirizados ou “mão-de-obra contratada” (a “MOC”) do que empregados diretos. Movimento que só aumentou no governo Collor, quando as contratações para empregos diretos via concurso público tornaram-se praticamente nulas, o que promoveu a ascensão de terceirizadas em quase todas as áreas das empresas.

As “empreitadas”, contratos para a execução de determinadas tarefas e obras eram corriqueiros e envolviam:

- 1) execução de obras civis e de engenharia, inclusive de telecomunicações, necessárias à implantação, expansão e melhoramento de serviços; 2) construção de rede condominial e de rede interna de imóveis; 3) comercialização (venda ou locação) de equipamentos, inclusive *modems* e centrais privadas de comutação telefônica – CPCT’s;

³⁰¹ Cf. Gaspar Vianna, *Privatização das telecomunicações*, Rio de Janeiro, Notrya, 1993, p. 158.

4) fabricação de peças, componentes, estações, equipamentos terminais e acessórios, de um modo geral; 5) prestação de serviços de engenharia de projetos para assinantes; 6) manutenção da rede externa, de rede condominial e de rede interna de imóveis; 7) conserto e manutenção dos aparelhos de telex, telefônicos e quaisquer outros equipamentos terminais de assinantes, independente de sua natureza e de seu porte; 8) cobrança, pela rede bancária, dos serviços prestados.³⁰²

Nesse quadro, já o governo Collor pode impetrar alterações ao modelo que buscou se construir nas décadas anteriores, diminuindo ou mesmo eliminando as reservas de mercado para produtos nacionais e modificando o conceito de empresa nacional, o qual, cada vez mais fluido, auxiliou na desnacionalização produtiva e tecnológica. Houve também em seu governo, a partir da criação de uma comissão específica para propor alternativas ao modelo estatal, a tentativa de modificação da lei, o que, em razão do surgimento das denúncias que levaram ao seu impedimento, foi postergado aos governos futuros.

Até esse momento, principalmente na década de 1980, mesmo que existissem setores internos favoráveis à desestatização da economia, as maiores pressões por mudanças no modelo de telecomunicações brasileiro advinham de agentes externos, ou seja, o capital internacional que se mundializava, encabeçado pela força estadunidense,, sintetizado nas instituições financeiras internacionais como FMI e BM que associavam, explicitamente, a renovação de empréstimos ou renegociações da dívida à predisposição do país em acelerar a liberalização da economia e em se desfazer das empresas estatais³⁰³. Foi notória, nesse sentido, a celebração, em setembro de 1992, de um “Memorando de Entendimento” entre o Banco Mundial e o então ministro de transportes e telecomunicações Affonso Camargo. Realizado sem alardes devido às turbulências que se abatiam sobre o governo Collor, esse memorando resumia os pontos em comum da agência e do governo

³⁰² Cf. *Ibid.*, p. 156-7.

³⁰³ Vianna (*op. cit.*, p. 246-7) relata uma entrevista à revista *Executive Intelligence Review* de um membro, cujo nome foi mantido em sigilo, do conselho da *Americas Society*, um órgão patrocinador da Comissão da Dívida das instituições financeiras mundiais. Teria dito, em setembro de 1983, que os países devedores precisam eliminar as barreiras ao capital externo, principalmente México e Brasil, e, para que as mudanças ocorressem, dizia: “é um processo lento. Primeiro nós temos nos reunidos com eles, como eu já disse, para pressioná-los a mudarem as leis. Depois existe o fato de que nós não daremos mais dinheiro até que eles façam isso. Nós temos dito a esses governos: ‘se vocês querem investimento estrangeiro, vocês têm que eliminar aquelas barreiras (...) A organização responsável na determinação de quais são as ‘indústrias de interesse nacional’ está ficando cada vez mais flexível e permitido um maior investimento externo. Enquanto isso, as medidas adotadas pelo FMI são bastantes amargas e os países endividados não possuem outras fontes de crédito. Eles concordarão mais cedo ou mais tarde”.

nacional em relação à reestruturação do sistema de telecomunicações do país, quais sejam, a remodelação das tarifas, da estrutura de regulamentação e da ação do Estado no setor, além de indicar a necessidade de aumentar a participação da iniciativa privada e quebrar os obstáculos constitucionais que impediam a privatização do Sistema Telebrás³⁰⁴. É certo que o documento possuía pouca ou nenhuma legalidade e legitimidade, contudo era prova da força das pressões externas e da subserviência do governo ante os modelos defendidos pelo capital internacional.

Na visão de um membro do SinTPq, houve um “movimento orquestrado” por forças externas para que a privatização ocorresse no país. Na época, segundo o mesmo, foi levantado o prejuízo que poderia ser causado ao desenvolvimento de tecnologia nacional, aos empregos, etc., mas não fora enfatizado essa “ação orquestrada”:

É um desejo internacional antigo. Então, se tem um desejo internacional, tem alguém que está olhando isso aqui com alguma perspectiva para querer a privatização, isto é, querer acabar com uma empresa de telecomunicações forte mundialmente, um grupo forte de telecomunicações. Se este grupo forte existisse impediria que as empresas de telecomunicações no mundo viessem ganhar dinheiro com o povo do país, com o mercado brasileiro. (..) Então, há uma pressão internacional no país desde a época de Collor. Nos EUA, nos anos 90, (...) [o crescimento de] vários setores de todas as tecnologias não variara mais que 0,5% anualmente, mas um item subiu na base de 20 a 30% por ano que foi o comércio exterior. Praticamente multiplicaram por 10 a quantidade de dinheiro que investiram em tecnologias de comércio internacional, que é, num dado mercado, o que cada país pode consumir (...) e fazer ações que façam com que o mercado fique para eles, “abrir o mercado para empresas americanas”. O resultado é o crescimento dos EUA, uma política para abrir mercado mundial (...) Então para mim a privatização do Sistema Telebrás sai de uma necessidade do país e passa para uma ação organizada por grupos que estudaram o mercado e interessados em ocupar o mercado brasileiro.³⁰⁵

As tendências que vinham se desenhando no panorama internacional, mais precisamente nos países centrais, potencializavam o movimento liberalizante cobrado dos demais países à beira da crise fiscal. As privatizações e desregulamentações do setor nos EUA e na Europa, como, por exemplo, a quebra do monopólio da AT&T e a privatização gradual dos operadores públicos europeus, causaram uma procura exacerbada por novos mercados e obrigavam as empresas, acostumadas a atuar somente em sua base natal, a

³⁰⁴ Cf. Ibid., p. 266-274.

³⁰⁵ Dirigente sindical SinTPq, entrevista 03, 2005.

seguir uma linha de internacionalização dos investimentos, sob pena de perder recursos e poder mesmo nos seus países de origem.

A tecnologia exerce um papel importante aqui na medida em que possibilita alternativas à dependência em relação às redes físicas que, na maioria dos casos, consistiam em monopólios dos Estados. A convergência das telecomunicações com a informática, a denominada “telemática”, fez com que diversas grandes corporações buscassem construir suas próprias redes de comunicação de dados. Vimos já que um importante marco dessa tensão foi a quebra do monopólio da AT&T, em 1984, nos EUA. Tão logo proferida a sentença, iniciou-se um movimento de formação de redes privadas de comunicação entre as grandes empresas do país, como Boieng, Citicorp, Ford, Martin Marietta, Merrill Lynch, NBC, Sears, Westinghouse, entre outras. Na indústria automobilística presenciaram-se as mesmas ações, com grandes montadoras como Ford, a GM e a Chrysler desenvolvendo sistemas de comunicação que as interligavam aos seus distribuidores e fabricantes de autopeças.³⁰⁶

O grande capital nacional não demorou a notar a importância desses novos meios e as fontes de acumulação que estavam sendo abertas. Ainda no governo Collor, uma importante organização “*lobbyista*” foi criada, a saber, o IBDT (Instituto Brasileiro para o Desenvolvimento das Telecomunicações), que congregava empresas nacionais abertamente favoráveis à desregulamentação do mercado e à participação da iniciativa privada nos serviços antes restritos ao poder público. O intuito do órgão era unir esforços do capital nacional para quebrar o monopólio da Telebrás, tendo em vista o processo de Revisão Constitucional que se esperava a partir de 1993. Oscar Corrêa Junior, presidente do IBDT à época, negava a hipótese de o instituto fazer campanha em favor da privatização. Segundo ele, seriam somente essas, basicamente, as diretrizes a serem defendidas:

O programa número um seria os serviços não-básicos, como o modelo para possibilitar a participação privada nos serviços de comunicação de dados, de texto, celular, de valor agregado, via satélite, dados ou *paggers*. Seriam programas com a participação da iniciativa privada, para satisfazer esta demanda não-satisfeita. O segundo programa seria liberar os investimentos privados nos sistemas básicos, em regiões atualmente não-atendidas ou com grande demanda reprimida. (...) O programa número três engloba os sistemas básicos em competição com as teles, análogo ao modelo estabelecido para celular. (...) Que sobreviva o mais competente,

³⁰⁶ Cf. Dantas, *op. cit.*, 2002, p. 156 e 164.

inclusive em áreas também pobres. A competição nos trará sempre maior qualidade.”³⁰⁷

As principais empresas que compunham o IBDT eram: Globo, Unibanco, Bradesco, N. Odebrecht, Andrade Gutierrez, Constram, Banco Safra, grupo Estado (O Estado de São Paulo), RBS, Splice do Brasil, Grupo Machline, entre outras³⁰⁸. Mesmo que evitassem falar em privatização e se dizerem apenas compromissadas com a introdução da competição dos serviços de telecomunicações, foram essas mesmas corporações que, devidamente associados ao capital internacional, sustentaram e participaram ativamente da venda da Telebrás durante o governo de FHC. Até mesmo o Grupo Machline, proprietário da Sid-Telecom, antiga empresa “genuinamente nacional” do ramo de teleequipamentos, associa-se ao Instituto, após montar consórcio com a AT&T no início dos anos de 1990³⁰⁹. Quando indagado sobre a íntima ligação dessas empresas com operadoras estrangeiras e multinacionais, restou a Corrêa Junior afirmar que “os sócios do IBDT são empresas brasileiras de capital nacional. Se essas empresas têm associações específicas para explorar alguns serviços de telecomunicações, é problema delas”³¹⁰.

Dada as turbulências políticas, o processo de Revisão Constitucional não logrou seu principal objetivo, na ótica das forças à direita, que era a remoção dos monopólios estatais, como petróleo e telecomunicações. Contudo, as discussões e os embates no Congresso serviram de lição ao movimento sindical a respeito do que os esperava no futuro.

Nesse período, o SinTPq se juntou à FITTEL na luta pela preservação do monopólio. Antecipando os ataques que seriam desvelados, a Federação já havia criado, em 1991, a CNPT (Comissão Nacional de Política de Telecomunicações), a qual, congregando vários setores da sociedade além dos sindicatos, se mostrou importante órgão na formulação e fundamentação das estratégias do movimento. Um ano depois, lançavam a

³⁰⁷ Oscar Corrêa Jr., “Os sócios do IBDT são brasileiros”, in *Perspectivas para o setor de telecomunicações*, SINTTEL, RJ, 1993, p. 167-8.

³⁰⁸ Cf. Sayonara, *op. cit.*

³⁰⁹ Em 1993, o então presidente da SID, Antônio Carlos Rego Gil, chegava mesmo a criticar a reserva de mercado pois “o investimento estrangeiro precisa de potencial de mercado e infra-estrutura” (citado em Revista Exame, 05/1993 apud André de Oliveira Garcia, *op. cit.*, p. 236).

³¹⁰ Oscar Corrêa Jr., *op. cit.*, 1993, p. 175.

“Campanha Nacional pela Defesa do Monopólio Estatal nas Telecomunicações”, com objetivo de popularizar a visão dos trabalhadores na sociedade.

No início de 1994, a defesa do Sistema Telebrás foi eleita como a principal bandeira do movimento sindical nacional, organizado pela FITTEL, para o restante do ano. Desde o ano anterior, eram realizadas inserções publicitárias na televisão, revistas e *outdoors*, com o *slogan* “fale agora ou cale-se para sempre”, exortando os trabalhadores a fazerem pressão aos parlamentares. Em março de 1994, deputados de diferentes partidos (não só da esquerda) criam a “Frente Parlamentar em Defesa do Serviço Público das Telecomunicações”, como forma de se contrapor ao *lobby* privatista que se fortalecia, principalmente através do IBDT.

Como vimos, não se falava, ou se evitava falar, na questão da privatização das companhias nesse momento³¹¹, sendo o objetivo das mudanças a liberação de serviços de valor agregado à iniciativa privada. Os sindicatos já viam aí a semente da privatização, pois a campanha pela quebra do monopólio corria paralela às críticas ferozes às insuficiências e problemas das operadoras públicas. Seria uma questão tática, assim, defender o monopólio. Na visão sindical:

“A posição dos trabalhadores, do Sindicato, é a de que inclusive esses serviços – telefonia celular, transmissão de dados a longa distância, via satélites, entre outros, - continuem sendo operados pelas empresas do Sistema Telebrás. Estamos cada vez mais convictos de que certos recursos obtidos por esses serviços garantem outros recursos, para que a telefonia e demais serviços sejam acessíveis à população. Lutaremos e esperamos ser parceiros nos demais segmentos dessa luta, durante a Revisão Constitucional”³¹².

Mas o movimento sindical conhecia os problemas da Telebrás, principalmente seu caráter elitista que impedia o acesso universal à população. Restava mostrar ao conjunto dos trabalhadores e da sociedade que as mudanças deviam sim ocorrer, mas, segundo suas teses, rumo à efetivação da “cidadania” completa no país. O modelo a ser seguido seria, para esse intento, tal como o das operadoras públicas européias (as PTT’s

³¹¹ Ethevaldo Siqueira (*Perspectivas... op. cit.*, p. 142-3), editor da RNT (Revista Nacional de Telecomunicações) afirmava: “A Telebrás, a meu ver, deve ser mantida como monopólio dos serviços básicos e aprender a competir, isto é o que realmente a sociedade brasileira precisa. Ninguém está querendo vender a Telebrás, nem a Embratel (...) Privatização é uma medida de longo prazo, é uma proposta a ser discutida, não no âmbito da paixão política, nem de revisão constitucional”.

³¹² Gilberto Palmares, presidente do SINTTEL/RJ em 1993, *Perspectivas...op. cit.*, p. 23-4.

³¹³), o que já evidenciava aqui o sonho de implementação de um projeto social-democrata tradicional. A *Revista Leia*, editada pela FITTEL em outubro de 1993, assim postulava essas teses:

Os trabalhadores das empresas estatais de telecomunicações não defendem este modelo superado, expressão de um movimento que colocou o Brasil entre os 10 países mais industrializados do mundo, mas abaixo do 60º lugar em desenvolvimento humano. Nesta nova etapa da nossa história, na qual estamos todos empenhados em consolidar e ampliar a democracia, afirmamos, sem medo de errar, que somente o Estado democrático é capaz de assegurar telecomunicações boas e modernas para todos os 160 milhões de brasileiros. Telecomunicações, como porta de acesso à informação, são um direito da pessoa humana, um novo direito que emerge, também, das mudanças do mundo. Um direito que agentes empresariais privados, movidos pela busca do lucro, não podem assegurar. O monopólio público, atendendo tanto às demandas das grandes empresas quanto às necessidades de toda a população, como são exemplos as PTT's européias, é o nosso caminho para dotarmos o Brasil com um avançado sistema de telecomunicações a serviço da cidadania, caminho este, aliás, já consagrado na nossa 'Constituição Cidadã'.³¹⁴

A passagem também nos mostra algo presente em toda a campanha, da época ou posterior, que é a valorização da busca pela cidadania. Como já citamos, esse discurso ganhou uma forte adesão na CUT, ao longo da década de 1990, junto ao que se chamou de modelo participacionista. Essa postura tem gerado muita controvérsia, tanto entre pesquisadores quanto no interior do movimento sindical, já que algumas correntes vêm nessa mudança o abandono dos princípios teóricos que norteavam a criação da central, ou seja, que a busca pela cidadania deslocava a importância dada à construção do socialismo e à luta de classes, ignorando que a efetivação de uma real cidadania, ou democracia, é estruturalmente impedida pelas limitações do capital, o qual faz dos 'cidadãos' entes abstratos e de pura mistificação social.

Evidentemente, os vários direitos conquistados pela classe trabalhadora, entre eles a democracia formal nos marcos do capitalismo, não são somente ilusões e significam muito para a vida do grosso da população. A questão é que as mudanças de princípios e reivindicações pareciam limitar seriamente o poder da crítica mais profunda ao âmago do sistema, servindo por vezes de obstáculo, assim, às transformações de longo prazo.

³¹³ Sigla para os departamentos públicos responsáveis pelo setor de *Postal, Telephone and Telegraph*.

³¹⁴ *Revista Leia e Fique Sabendo*, FITTEL, outubro de 1993, p.9.

A reorganização das forças ocorrida antes do governo FHC demonstrou, para os sindicatos, que a ofensiva privatista seria realmente muito forte mais tarde, o que os obrigava a divulgar a sua alternativa para o setor. E alguma parte do diagnóstico realizado pelas forças privatizantes certamente procedia. Um ponto fundamental, extremamente prejudicial ao desempenho do Sistema Telebrás, foi a utilização política de seus cargos executivos, os quais eram loteados ao sabor das lideranças regionais conservadoras do país. Este fato, para um sindicalista, fazia com que fosse preferível, desde o início, articular uma alternativa, com a real participação dos trabalhadores na empresa, ao invés de simplesmente defender o monopólio:

Como a gente saia por aí, via as dificuldades do Sistema Telebrás. A gente percebia que o Sistema Telebrás tinha defeitos, o principal era o uso político. A gente já até sabia quem seria o presidente das operadoras estatais. O Marco Maciel nunca deixou de indicar o presidente da Telpe [Telecomunicações de Pernambuco] (...) Nós éramos uma *holding*, mas o poder de compra era individualizado. Não existia poder de compra. O uso político impedia. No governo Quéricia comprou-se produto que não tinha nem terreno para por. (...) Isso era muito ruim, e o único jeito de mudar isso era ter uma empresa nacional diferente. Na época da quebra do monopólio, e eu acredito que o maior erro do sindicato foi esse [de negar qualquer mudança], só depois que houve a quebra do monopólio que eles entraram com a [proposta] de empresa única de telecomunicação, a Brasil Telecom.³¹⁵

A maioria do movimento, contudo, alegava que essa tática dava razão aos argumentos dos grupos favoráveis à privatização, o que poderia tirar a legitimidade das propostas dos trabalhadores. Para o sindicalista supracitado, seria melhor “antecipar a Brasil Telecom, mas o sindicato achou que isso era lutar contra eles próprios”.³¹⁶

Muito difícil, contudo, avaliar se essa tática se sairia melhor, ou mesmo apresentaria diferenças significativas, no contexto político trazido com a eleição de FHC, marcado pela união da burguesia nacional, do governo e da mídia em torno da total privatização das empresas. Por outro lado, a análise da dinâmica do capital, nacional e internacional, indicava que se havia algo praticamente impossível de ser evitado na atual forma de acumulação era a participação das grandes empresas, pelo menos, em serviços específicos. Mesmo as operadoras européias, nas quais o modelo sindical se espelhava, estavam “admitindo” a concorrência em alguns nichos. Isto significa que, se a privatização

³¹⁵ Dirigente sindical SinTPq, entrevista 06, 2005.

³¹⁶ Ibid.

total podia ser contornada, o mesmo não ocorre com a abertura do mercado, imprescindível para o capitalismo hodierno. Nesse sentido, centrar a luta, desde o início, na construção de um operador nacional, *realmente público*, poderia render maiores frutos e evitar derrotas praticamente certas.

Em todo caso, como a idéia de empresa única já era discutida desde o início da década, tão logo foi aprovada a quebra do monopólio, a proposta da “Brasil Telecom” foi aventada, como veremos a seguir.

A tentativa de se alterar a Constituição mostrou para a FITTEL a necessidade de aglutinar forças para as próximas batalhas. Um ponto negativo era que, por razões conjunturais, a Federação estava sendo afetada pela disputa de tendências internas, o que impediu um planejamento estratégico sólido no período. Passadas as turbulências mais sérias, o V CONTTEL (Congresso Nacional dos Trabalhadores em Telecomunicações), de abril de 1995, pode fazer uma avaliação mais profunda e deliberar no sentido de aumentar a pressão sobre os parlamentares, fomentar as deliberações da CNPT, realizar seminários, revistas, publicações e criar uma conta específica para a campanha de defesa do Sistema Telebrás. O V CONTTEL também discutia a possibilidade de formulação de um novo código para as telecomunicações, já sendo levantada a idéia de empresa única nacional a ser discutida como proposta para a reestruturação do Sistema Telebrás³¹⁷.

No tocante à CUT, repercutindo também os acontecimentos políticos do início dos anos 90, há a reafirmação na central do discurso enfaticamente contrário às privatizações e à destruição dos serviços públicos, os quais deveriam ser, na verdade, “desprivatizados” e “moralizados” para que fosse resgatada a dimensão pública do Estado, o qual se afundava na corrupção e no beneficiamento exclusivo à elite. Assim, a central deliberava a necessidade de se desenvolver:

um Plano de Lutas que faça o acompanhamento dos leilões das estatais, preparando ações jurídicas, discutindo com os trabalhadores das empresas a serem privatizadas as formas de luta para barrar as privatizações, e abrindo a discussão na sociedade com atos, manifestações e greves de solidariedade. A CUT desenvolverá uma ação política e campanha imediata junto aos seus sindicatos e à sociedade civil organizada (OAB, CNBB, movimentos populares) para continuar o processo de mobilização como o eixo e as bandeiras propostos.³¹⁸

³¹⁷ Cf. FITTEL, *Deliberações V CONTTEL*, Luziânia, GO, abril de 1995.

³¹⁸ CUT, *Resoluções do V Congresso Nacional*, maio de 1994.

Ocorre que a prática de luta contra as privatizações da CUT apresentava um histórico não tão animador, sendo a venda da CSN emblemática nesse sentido. A Companhia Siderúrgica Nacional, lotada em Volta Redonda, foi vendida pelo governo de Itamar Franco, em fevereiro de 1993. O Sindicato dos Metalúrgicos da cidade, vinculado à CUT até meados de 1992, construiu uma forte resistência à privatização da empresa desde o governo Collor, promovendo greves, conscientização entre os trabalhadores e buscando envolver a população local em torno da luta em defesa da estatal.

A facilitação do processo de venda dependia da quebra da resistência organizada dos trabalhadores, o que ocorreu quando um grupo alternativo à liderança cutista, posteriormente ligado à Força Sindical (FS), tomou o controle do sindicato e passou a comandar o processo de privatização ao lado da diretoria da empresa, a qual, por sinal, fez campanha material e ideológica para este grupo, imputando aos antigos sindicalistas a responsabilidade por demissões e problemas na CSN³¹⁹. Os novos dirigentes do sindicato construíram um clube de investimentos, para o qual seria reservado 52% das ações a serem vendidas, cujo objetivo era atrelar os trabalhadores a supostos ganhos com a venda da empresa: “possibilidade de enriquecimento e participação majoritária nas ações da empresa seriam, segundo a FS, os resultados líquidos e certos da ‘democratização do capital’ da CSN”³²⁰.

O papel desempenhado pela FS foi decisivo para o cumprimento dos planos da diretoria e do governo nacional. Contudo, na visão dos sindicalistas desbancados pelo grupo da FS, a CUT nacional não se apresentou, efetivamente, como instrumento sólido e eficaz na luta contra a privatização. Vagner Barcelos, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda entre 1989 e 1992, expõe essas insuficiências, sentidas desde a greve realizada na CSN ainda no governo Collor. Para Barcelos, ao contexto de pouca organização da base e avanço das propostas neoliberais do governo poder-se-ia somar

o fato da CUT não ter política de combate à privatização. A única política dela é dizer não à privatização. E é pouco! É pouco para um governo com

³¹⁹ Cf. Edílson Graciolli, *Um laboratório chamado CSN: greves, privatização e sindicalismo de parceria* (a trajetória do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda – 1989/1993), Tese de Doutorado, IFCH, UNICAMP, 1999.

³²⁰ *Ibid.*, p 188. A visão por parte da diretoria ia mais longe. Segundo Lima Neto, presidente da CSN na época, “com a recuperação da companhia em cinco anos as ações que eles [os trabalhadores] possuem vão estar muito valorizadas. E, de simples peões, eles irão passar a ser capitalistas” (p. 192).

a força que tem. Era preciso ou uma proposta alternativa ou uma forma de luta conseqüente contra a privatização. (...) [Quanto à ação da central na greve promovida], a política da CUT, na época, foi vergonhosa. Para se ter uma idéia, o Jair Meneguelli foi aparecer em Volta Redonda depois de 23 dias de greve (...) O isolamento era muito grande perante a CUT. A CUT demonstrou uma ausência física e de proposta.³²¹

Segundo Graciolli, a situação mostrava que “havia de fato um brutal descompasso entre, de um lado, o significado assumido pela greve”, que encarnou a resistência ao projeto do governo em desestruturar o movimento social organizado, “e, de outro, a resposta política por parte da CUT nacional e da oposição a Collor, principalmente PT e PDT”, simbolizada na tardia presença da direção nacional da CUT na greve³²². Com a iminência da venda da CSN, a Articulação da CUT, concluindo ser o processo irreversível, criou um clube de investimento paralelo, para se apresentar como alternativa à FS.³²³

Retornando às telecomunicações, o movimento sindical organizado em torno da FITTEL sabia que o trabalho de conscientização precisava ser feito também na CUT, ou seja, precisavam ganhar importância na central para que ela tomasse as rédeas de uma luta mais ampla em defesa do patrimônio público. Prova disso foi a moção à CUT nacional, aprovada no V CONTTEL, explicitando as conseqüências das reformas de FHC e a necessidade da central “assumir seu lugar na linha de frente do combate a esta política destruidora”, organizando um “primeiro de maio” forte em todos os estados e preparando a greve geral contra as mudanças na Constituição³²⁴.

4.2 O sindicalismo em meio ao “pragmatismo” de FHC

Ainda em meados de 1994, não se iludindo com a vitória temporária na primeira tentativa de reforma constitucional, o SinTPq alertava para os constantes ataques

³²¹ Vagner Barcelos apud *ibid*, p. 91 e 101.

³²² Cf. Graciolli, p. 102.

³²³ Para Graciolli (*op. cit.*, p. 203), esta investida acabou legitimando o processo, por sequer se transformar em uma forma de resistência. O efeito prático foi, segundo o autor, “endossar a privatização da CSN, isolando ainda mais as já debilitadas iniciativas de resistência”.

³²⁴ Cf. FITTEL, *op. cit.*, 1995, p. 47-48.

ao caráter monopólico do sistema e previa o quadro negativo se FHC saísse vitorioso nas eleições³²⁵.

A Campanha Nacional dos Trabalhadores em Telecomunicações para 1995, organizada pela Federação, exprimia esse receio, sendo que os três objetivos básicos eram: a) justiça salarial e avanços nas conquistas trabalhistas; b) manutenção e desenvolvimento do serviço público de telecomunicações e c) fortalecimento da organização dos trabalhadores³²⁶.

O receio foi, sem dúvida, correto. Tão logo assumiu a presidência, FHC tratou de colocar em andamento sua política de estabilização monetária assentada, entre outros elementos, nos ganhos a serem obtidos na liquidação das empresas públicas. Vimos no terceiro capítulo as linhas gerais das mudanças encetadas por FHC, com a quebra do monopólio já em 1995, a promulgação da Lei Mínima em 1996, da LGT (Lei Geral das Telecomunicações) em 1997, e a fragmentação e venda do Sistema Telebrás em 1998. A ação sindical buscou reagir a cada momento, tentando evitar a venda das operadoras. Por outro lado, os setores da burguesia nacional reativaram, assim que o novo governo tomou posse, o IBDT, recolocando Oscar Corrêa Junior na presidência, o qual enxergava o novo panorama com muito bons olhos: “no ano passado, o Executivo se omitiu e os deputados estavam mais preocupados com a reeleição. Agora, estamos muito mais otimistas”³²⁷.

O primeiro ato do governo, ainda em janeiro de 1995, preparatório ao cenário que se instalava, foi a quebra unilateral de 12 das 40 cláusulas do Acordo Coletivo assinado no final do ano anterior pela Telebrás e pelos sindicatos, entre esses o SinTPq, acordo que se apresentava devidamente protocolado na justiça e publicado no Diário Oficial³²⁸. A posição de Sergio Motta, quando do não cumprimento, era explícita: “não estou aqui para alisar (...) vou pôr ordem na casa da ‘mãe Joana’”³²⁹. No CPqD, 90% dos trabalhadores fizeram greve no dia 7 de fevereiro em resposta à decisão do ministério. Durante os meses

³²⁵ No boletim de julho deste ano, o sindicato reproduziu uma matéria da *Folha de São Paulo* que dizia: “se eleito, FHC pretende vender as companhias telefônicas estaduais à iniciativa privada como fonte de recursos para os projetos do novo governo”. Segundo Paulo Renato de Souza, “vamos acelerar o processo de privatização (...) não podemos depender só do dinheiro do Orçamento” (*SinTPq Informa*, nº 71, 06/07/94).

³²⁶ Cf. *SinTPq Informa*, nº 84, 23/11/94.

³²⁷ Oscar Corrêa Jr., *Folha de São Paulo*, “Lobbies armam guerra das telecomunicações”, 15/02/95.

³²⁸ Mais um exemplo de que os únicos “contratos” que podem ser quebrados no país, sem nenhuma culpa moral ou pressão internacional, são os contratos de trabalho.

³²⁹ Sergio Motta apud Prata *et al.*, *op. cit.*, p. 72 e 79.

seguintes houve encontros com representantes do governo com o intuito de se chegar a um entendimento mínimo, o que não ocorreu, ocasionando greves em vários estados do país.

Em 17 de maio, sem mais perspectivas, os trabalhadores do CPqD deliberaram em favor da greve por tempo indeterminado. A Justiça entra na disputa devido ao pedido de instauração de dissídio coletivo e, no dia 24 do mesmo mês, decide pela abusividade da greve, pela volta imediata ao trabalho (sendo que a greve já havia sido encerrada dois dias atrás), pelo desconto dos dias parados e pelo não cumprimento do Acordo por parte da Telebrás, pois a empresa não teria seguido as normas administrativas internas para a celebração do mesmo³³⁰.

Para o SinTPq, não obstante a derrota, a realização da primeira greve por tempo indeterminado e o primeiro “piquete de convencimento” nos portões do CPqD ao menos possibilitaram a maior adesão da categoria, com o aumento da consciência e solidariedade entre os trabalhadores e a “construção de uma consciência de classe” em meio à greve.³³¹

Paralelamente aos conflitos trabalhistas, o período em questão também era marcado pela luta contra a quebra do monopólio das telecomunicações. Enquanto isso, a diretoria do CPqD, atrelada aos planos do governo empossado, fazia o que podia para minar o poder de organização, não liberando, por exemplo, trabalhadores para participar do V CONTEL, alegando que já havia dirigentes sindicais liberados, o que, evidentemente, tratava-se de um engodo, já que o objetivo do Congresso era sobretudo a reunião de trabalhadores e não sindicalistas somente³³².

Seguindo a orientação nacional, o SinTPq construiu uma campanha entre os trabalhadores para que esses contribuíssem com uma “taxa de fortalecimento” (em torno de 2% do salário) com o objetivo de cobrir os gastos das iniciativas tomadas contra as alterações na legislação. Mesmo assim, pela existência de poucos recursos, o sindicato afirmava estar mais “direcionado para os parlamentares, através da abordagem direta, do que para o grande público, através de inserções na mídia”. O SinTPq também elaborava textos em resposta aos ataques desvelados pelo governo federal, tentando polemizar as

³³⁰ O último lance desse imbróglio foi dado em setembro de 2000, quando, após idas e vindas de apelos e pedidos de recorrência, a Telebrás foi obrigada a pagar R\$ 350 mil para os funcionários do CPqD, em referência a um das cláusulas acertadas e não cumpridas que reajustava o valor do vale refeição. (*SinTPq Informa*, nº 353, 05/10/05,)

³³¹ Cf. *SinTPq Informa*, nº 114, 23/05/95,.

³³² Cf. *SinTPq Informa*, nº 105, 19/04/95,.

questões com demais sindicatos, deputados e a Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara.³³³

Interessante notar que, nesse momento, o sindicato via a profunda semelhança que ele próprio apresentava com demais estratos de trabalhadores de estatais, frequentemente aludindo à ação dos petroleiros contra as reformas de FHC. Nessa comparação, o SinTPq mostrava como os petroleiros, que detinham uma maior taxa de sindicalização³³⁴, estavam mais unidos, contribuindo com 3,5% do salário bruto para fortalecimento da categoria, o que possibilitava maior envergadura da campanha de defesa.

Hoje, mais do que nunca, sabemos como devem estar se sentindo os petroleiros que, como nós, tiveram o seu Acordo “rasgado” e a sua greve julgada abusiva. Por isso, é hoje que temos de nos comprometer, individualmente e como categoria, na campanha em defesa dos petroleiros e da Petrobrás.³³⁵

Em outra ocasião, o sindicato conclamava a luta dos petroleiros em ato público, pois considerava essa luta “como a luta de todos trabalhadores brasileiros”. Interessante também notar que FHC aparecia, em foto montada, com farda e capacete sob o título de “caiu a máscara da social-democracia”.³³⁶

É certo que também o governo sabia do potencial que poderia existir se um efetivo movimento de união geral entre trabalhadores de empresas estatais fosse obtido. A interligação entre as reformas nas telecomunicações e os demais setores em vias de transformações é nítida no cenário político da época. Segundo Plaza *et al.*, autores entusiastas do governo tucano,

“as contas eram favoráveis, mas o cenário nacional era sombrio. A greve dos petroleiros se prolongava e o cidadão começava a sentir seus efeitos. O abastecimento de gás estava prejudicado. Depois da emenda das teles, viria a emenda do petróleo. A tensão ganhava o dia-a-dia do cidadão”³³⁷.

Devemos lembrar que a greve dos petroleiros foi marcada pela dura investida, até militarizada, contra o movimento sindical, com medidas dignas de governos ditatoriais,

³³³ Cf. *Ibid.*

³³⁴ Segundo dados do sindicato de abril de 1995, o Sindipetro de Campinas tinha a expressiva taxa de 99% de sindicalização, numa base de 1100 trabalhadores, enquanto o SinTPq, com a base na época de 1150, apresentava uma taxa de 55%.

³³⁵ *SinTPq Informa*, nº 114, 25/05/95,.

³³⁶ *SinTPq Informa*, nº 116, 31/05/05,.

³³⁷ Prata *et al.*, *op. cit.*, p. 109.

além da completa desinformação e manipulação midiática promovida pelos grandes canais de comunicação, que tentavam imputar à, na verdade, combativa e solidária categoria dos petroleiros a qualidade de “massa de privilegiados”³³⁸.

Nesse contexto, nada mais profícuo ao governo, que havia elegido o sindicalismo combativo como grande obstáculo aos seus planos, a ação colaboracionista e abertamente favorável à privatização guiada pela Força Sindical. Como demonstrou Antunes, a lógica da política neoliberal é instaurar “um sindicalismo de envolvimento e cooptação, próprio do modelo toyotista, o chamado ‘sindicalismo de empresa’, aquele que pensa, labora e age exclusivamente para o capital”³³⁹.

O papel da FS se mostrou ativo tão logo a CUT esboçara um protesto contra as reformas constitucionais promovendo paralisações com as categorias dos petroleiros, telefônicos, eletricitários, previdenciários e funcionários públicos das universidades, que se uniram em prol da deflagração de uma greve por tempo ilimitado, no início de maio de 1995. Em retaliação, a FS organizou uma paralisação, principalmente entre metalúrgicos da cidade de São Paulo, a favor da quebra do monopólio e da privatização. Segundo Paulo Pereira da Silva, o Paulinho, então presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de SP, essa “é uma greve (da CUT) de privilegiados, que têm estabilidade no emprego, e contra a população”³⁴⁰. Dias depois afirmava que o trabalhador de base mal sabia o que se passava no contexto político, interresado que era, supostamente, somente na reposição salarial: “só uma casta de privilegiados nas estatais é que está preocupada com o fim do monopólio do petróleo, telecomunicações e privatização (...) peão do setor público não perde nada com a privatização”³⁴¹.

A pressão sobre os parlamentares não surtiu o efeito esperado - o que já colocava sérias dúvidas quanto à eficácia da luta “institucional”- e a quebra do monopólio

³³⁸ Cf. Ricardo Antunes, *A desertificação neoliberal* - (Collor, FHC e Lula), Campinas, Autores Associados, 2004, p. 31-36. A reacionária revista *VEJA* traçou de forma emblemática o quadro: “Com o fim da greve dos petroleiros, o Planalto merece um brinde (...) mantendo-se numa posição de firmeza diante dos grevistas, mobilizando o ministério, as estações de televisão e até a Justiça do Trabalho, Fernando Henrique Cardoso aplicou uma derrota avassaladora sobre a única oposição organizada a seu governo – os sindicalistas da CUT” (“O Planalto sacou primeiro”, *Veja*, São Paulo, ed. 1394, p.20, 31/05/95 apud Vanderlei Souza Carvalho, *Imprensa e neoliberalismo no Brasil (1995-1998)*: o posicionamento da revista *Veja* no primeiro governo FHC, Dissertação de Mestrado, IFCH, UNICAMP, 2004, p.63.).

³³⁹ Antunes, *op. cit.*, 2004, p.34.

³⁴⁰ “Força Sindical promete paralisação pela reforma”, *Folha de São Paulo*, 02/05/95.

³⁴¹ “Força Sindical faz greve pela reforma dia 11”, *Folha de São Paulo*, 04/05/95.

das telecomunicações foi decretada definitivamente pelo Senado em agosto de 1995. O caminho estava livre para o governo promover seu projeto de reestruturação para o setor, o que demandava a formulação de uma nova legislação capaz de dividir o sistema e prepará-lo para a venda, processo completado com sucesso durante os três anos seguintes.

A criação do PASTE, e os investimentos por ele deslocados, tinha como objetivo reestruturar as empresas estatais, assim como aumentar os serviços prestados, para que essas operadoras se tornassem mais “atrativas” aos investidores no momento da privatização. A proposta governamental, como procuramos mostrar no terceiro capítulo, pode ser resumida da seguinte maneira: tendo sido levantados, na visão do Ministério das Comunicações, os principais problemas do modelo estatal (falta de recursos, uso político das empresas³⁴² e incapacidade de prover o aumento de todos os serviços), a única solução possível seria a entrega das empresas³⁴³ e de seu mercado a grupos privados que, trazendo investimentos de fora e de dentro do país e agindo em regime de competição, alavancariam a oferta dos produtos e serviços para a população, para a qual, na ótica “pragmática” do grupo tucano, pouco importava quem disponibilizava o serviço, mas sim se este é acessível e de boa qualidade. Mas reconhecia o governo que tal liberalização não era suficiente e, para garantir que a universalização dos serviços fosse atingida, seria criado um órgão responsável por exigir contratualmente o cumprimento de metas das futuras concessionárias. Em síntese, a esperança contida no projeto era de que o Estado, em sua nova função regulatória e fiscalizadora, prezaria simultaneamente pelo interesse público e pela viabilidade econômica das empresas, gerando assim, “vantagens para todos”³⁴⁴, afinal, seria esta a tarefa que, como diversas vezes defendeu Sérgio Motta, só a sua “social-democracia” conseguiria realizar.

³⁴² O que não levou, contudo, o Ministério a deixar de indicar seus representantes fiéis nas estatais, os quais, por sinal, desempenharam um papel decisivo para a preparação das empresas à venda, como veremos. Na ocasião de um seminário promovido pelo Ministério para todo primeiro escalão do Sistema Telebrás, Sérgio Motta deixou claro, segundo foi relatado na imprensa e divulgado pelo boletim do SinTPq, que “quem não concordar com as idéias do governo que peça as contas”, ou mesmo que “quem se opuser ou mesmo colocar o mínimo obstáculo ao processo de privatização, será demitido exemplarmente”. (Cf. *SinTPq Informa*, 10/04/1997).

³⁴³ Segundo Prata *et al.* (*op. cit.*, p. 259), durante 1995 e 1996, Motta tinha sérias dúvidas sobre a conveniência de privatizar a Embratel, levantando a possibilidade do sistema de “golden share”, no qual o Estado teria participação pequena mas com prerrogativas decisivas em questões importantes. Ao final, porém, a Embratel foi vendida como as demais empresas.

³⁴⁴ No próximo capítulo apresentaremos algumas conseqüências práticas desse modelo.

As reformas iam ganhando volume e força, porém viam-se pressões externas, como as dos EUA no final de 1996, que reclamavam na OMC, em reunião em Cingapura, que o Brasil estaria “andando devagar com as privatizações, das telecomunicações inclusive”³⁴⁵. Mas o país já havia aderido ao Acordo Global de Telecomunicações, o qual buscava pautas comuns no sentido da liberalização dos mercados, e também já enviava para os parlamentares o projeto de criação da LGT.

Assim, o passo seguinte, além de consolidar a base de apoio no Congresso que, por sinal, já se alinhava majoritariamente a FHC, foi fazer propaganda das empresas de telecomunicação brasileiras no exterior, através de *road shows*, para que os grandes capitais internacionais participassem do que seria o “maior leilão de todos os tempos” no Brasil. Os biógrafos de Motta foram precisos nesse sentido:

Privatização: (...) Sérgio Motta tirou da cartola a palavra que encantava todas as platéias empresariais por onde iam [ele e sua equipe] exibir seu show. Telefonia, energia elétrica, exploração de petróleo, estradas de ferro e rodovias, transportes, siderurgia – o abracadabra da privatização não tinha fim (...) Muitas das marcas e companhias que passaram pelo *road show* de New York estão hoje, de um modo ou de outro, instalados no Brasil e praticando, bem ou mal, aquele sonho de privatização professado por Sérgio Motta.³⁴⁶

O empresariado nacional e internacional, por sua vez, retribuía o esforço realizado e apostava no sucesso da empreitada:

Até a abertura do primeiro edital para a telefonia celular, em janeiro de 1997, o gabinete do ministro foi um santuário para a peregrinação de alguns dos mais influentes empresários brasileiros e de seus bilionários sócios estrangeiros (...) [eram] visitas de cortesia, dentro de uma confiança no futuro das telecomunicações e na expectativa de se fechar bons negócios.³⁴⁷

Diante da ofensiva governista e da nova situação impetrada pela quebra do monopólio, o movimento sindical, encabeçado nacionalmente pela FITTEL, passa a aceitar a entrada de novos grupos no mercado, mas buscou apresentar alternativas à venda do Sistema Telebrás. Para tanto, começou a desenvolver análises e publicações sobre a situação das telecomunicações no restante do mundo, cujo objetivo era mostrar que a

³⁴⁵ Cf. Prata *et al.*, *op. cit.*, p.256.

³⁴⁶ *Ibid.*, p. 186-7.

³⁴⁷ *Ibid.*, p.263.

tendência existente, pelo menos nos países centrais, era de unificação e criação de grupos fortes, e não a fragmentação das companhias.

O SinTPq foi um dos sindicatos mais atuantes na formulação política e teórica das bases do programa defendido pelos sindicatos vinculados à CUT. Sua ação foi conduzida de acordo com dois focos. O primeiro foi aquele relacionado à disputa jurídica, ou seja, a contratação de advogados para tentar impedir, por medidas judiciais, os trâmites legislativos levados a cabo pelo governo. Estratégia traçada também pela FITTEL que, por exemplo, através de representação no Ministério Público, questionou a validade da Assembléia que aprovou a cisão do Sistema Telebrás. A vitória, nas primeiras instâncias não foi, contudo, confirmada definitivamente.

O segundo campo era aquele relacionado ao trabalho de base, isto é, auxiliar na construção do movimento nacional, em torno do FITTEL, contrário à privatização, que pudesse congregiar esforços diversos entre os movimentos sociais para, assim, polemizar na sociedade e fomentar as pressões populares que poderiam barrar a linha hegemônica presente nos poderes federais.

O SinTPq, íntimo das potencialidades, e problemas, da produção tecnológica nacional, almejava tornar público e generalizado para o país que a via adotada pelo governo não era a única possível em um ambiente de suposta concorrência. Nas palavras de um diretor do sindicato:

O processo do sindicato foi apresentar sempre uma proposta construtiva para um modelo que levasse autonomia ao país em matéria de telecomunicações, em tecnologias de comunicações, em serviços de telecomunicações para o setor. Os trabalhadores do movimento sindical sempre apresentaram uma proposta alternativa, porque mesmo a Telebrás tendo aspectos positivos considerando a época, ela não era um modelo que permitia que as classes mais baixas tivessem acesso a serviços de telefonia de qualidade, ainda ficou restrito aos serviços de telefonia às grandes corporações e às classes A e B.³⁴⁸

Desse modo, ainda no final de 1996, o SinTPq começa a divulgar mais frequentemente o modelo de “empresa única”, que fora já debatido pelo movimento ao vislumbrar possíveis cenários, e que no ano seguinte seria denominado de projeto “Brasil Telecom”. A análise do sindicato é exposta a seguir, sendo um dos pressupostos que norteava a alternativa saber qual a forma de inserção do país no contexto econômico e

³⁴⁸ Dirigente sindical SinTPq, entrevista 01, 2005.

político de então, ou seja, se desempenharia um papel de “mero observador” ou “agente ativo”:

Diante do quadro trazido pelas mudanças mundiais no setor das telecomunicações, as entidades representativas dos trabalhadores em telecomunicações têm debatido e elaborado um projeto alternativo à privatização do Sistema Telebrás. Defendemos:

1. Que o Brasil adote uma regulamentação nas telecomunicações que assegure regras justas de concorrência, mas garanta a universalização dos serviços e o atendimento às carências sociais do país;
2. Que a Telebrás seja reorganizada, vindo a constituir uma única empresa, dotando-se dos meios e recursos necessários para participar de concorrências e alianças hoje em curso no Brasil e no mundo (...)
3. Que seja mantido um sistema nacional e integrado de comunicações, independente de que sejam abertas áreas ou segmentos de serviços à concorrência. O fatiamento do sistema nacional acarretará profundos e gravíssimos prejuízos econômicos, culturais e estratégicos (inclusive no aspecto militar) ao país. A Telebrás reorganizada como empresa única terá a missão de manter e operar o sistema nacional.³⁴⁹

No plano político, o sindicato também colocava como importante luta fazer com que o movimento de oposição à diretoria do SINTETEL de São Paulo, ligado à CUT, saísse vitorioso nas eleições da direção desse sindicato em 1997, o que não foi conseguido³⁵⁰.

O grupo dirigente do SINTETEL, durante toda década de 1990, mantinha o sindicato vinculado à FENATTEL e, assim, à Força Sindical. No entanto, essa relação apresentou vários desgastes, chegando mesmo a um desligamento temporário, do sindicato e dessa federação, à FS, com o início dos movimentos preparatórios à privatização, por ambos rechaçarem as teses da cúpula dessa central que defendia fervorosamente a venda das companhias, o que, para o sindicato, ia contra os interesses de seus representados. O SINTETEL teceu críticas e fez certa oposição à privatização da Telebrás, mas sem fomentar um grande movimento de trabalhadores consoante ao peso e tamanho de sua base.

Quando chamado pela Comissão Especial de Telecomunicações, destinada a apreciar os projetos de lei enviados pelo Executivo, Almir Munhoz, presidente da FENATTEL e da direção do SINTETEL, possuía uma visão muito semelhante à da CUT, representada pela FITTEL, não obstante as fortes diferenças históricas existentes entre

³⁴⁹ *SinTPq Informa*, 18/11/96, n 192.

³⁵⁰ O SinTPq e a oposição ao SINTETEL alegaram que a eleição teria sido explicitamente fraudada e realizada sob ameaças, até mesmo físicas, ao grupo divergente (*SinTPq Informa*, 28/05/97), mas não obtivemos outras informações sobre o ocorrido.

esses dois grupos. Em síntese, defendiam enquanto linhas centrais da proposta de mudança para o setor: “a) reformulação com respeito aos interesses do trabalhador; b) órgão regulador independente e voltado ao interesse público; c) implementação de contrato de gestão e fim das amarras burocráticas; e d) formação de uma empresa única com atuação internacional ativa”³⁵¹.

Ocorre que a diretoria do SINTETEL de então (do mesmo grupo que a ainda hoje coordena o sindicato) considerou a privatização, mesmo que tendo traços negativos, um fato consumado e, ao invés de fazer oposição política, optou por repensar e fortalecer sua estrutura para o novo cenário, o que, para seus dirigentes, fez com que sua base de representados aumentasse, abarcando toda cadeia de telecomunicações, ao contrário de outros sindicatos, que fizeram luta “ideológica e partidária” e perderam trabalhadores para novos sindicatos que se multiplicavam nos ramos de prestação de serviço, comércio, etc. Assim, buscou consolidar na atualidade uma postura de “forte enraizamento nas bases, dentro das empresas, investindo em formação sindical e informação, e uma ação negociadora, moderna, profissionalizada na relação com os patrões”³⁵². Não é estranho que, dessa forma, tenha se atrelado novamente à FS, via FENATTEL, possuindo hoje estreita ligação com essa central.

No contexto das privatizações da década de 1990, o papel de apoio da FS ao governo integrou as barreiras à construção de um movimento sólido de enfrentamento das reformas. Todavia, no caso específico das telecomunicações, os grupos próximos a essa central não apresentaram uma postura pró-privatização, tampouco foram agentes ativos para a venda das companhias, o que de fato ocorreu, por exemplo, na venda da CSN e Usiminas. Mas isso não significou um aumento das pressões dos trabalhadores do Estado, nem uma campanha sistemática de oposição, tal como realizada pelo SinTPq e FITTEL. Em suma, se não constituiu um elemento de apoio ao governo, não proporcionou, contudo, o fortalecimento do movimento crítico e da conscientização e organização dos trabalhadores de sua base. Ao contrário da orientação da FITTEL, a FENATTEL não arrecadou recursos para, por exemplo, fomentar a divulgação das teses opostas às do governo, por considerar que “os telefônicos estão com o orçamento familiar muito

³⁵¹ Almir Munhoz, *Comissão Especial – Telecomunicações*, Câmara dos Deputados, 7^o reunião, Audiência Pública, 19/03/1997, p. 11.

³⁵² SINTETEL, disponibilizado em www.sintetel.org.br, acessado em 07/03/2004.

apertado” e que a venda das teles só seria impedida pelo Congresso Nacional³⁵³. No caso de São Paulo, o SINTETEL até realizou uma campanha de conscientização, entre 1995 e 1996, contra as privatizações, mas, devido à baixa repercussão entre os trabalhadores, segundo R. Uchima, limitou-se posteriormente a negociar compensações, como a concessão de porcentagens de ações da nova empresa e a garantia de não demissão até seis meses após o leilão³⁵⁴.

Dessa forma, a idéia de empresa única fazia eco, bem ou mal, na quase totalidade do movimento sindical de telecomunicações. A unidade das propostas foi explicitada no momento em que as Federações foram convidadas a participar da citada Comissão Especial de Telecomunicações na Câmara dos Deputados, em março de 1997. Para alguns analistas, este espaço constituído pelo governo, que abriu as portas a estudiosos, empresários, trabalhadores e advogados, seria prova do caráter democrático que balizou o processo, para os quais não teria sido negada a possibilidade de expor suas propostas. Na visão de Sybil Rhodes, “ao contrário de outros países, os oponentes no Brasil tiveram a oportunidade de expressar sua contestação através de debates no congresso, na mídia e na arena judicial”³⁵⁵.

Quanto à mídia, como veremos no próximo item, a participação direta de grandes grupos de comunicação do país nos leilões já põe em suspeita, de início, a lisura e “neutralidade” de uma cobertura jornalística feita por personalidades tão próximas dos interesses privatizantes. No tocante à esfera do parlamento, se, por um lado, as vozes dissonantes foram ouvidas, por outro, a aparente “esfera pública” já havia sido muito bem delimitada, como fez questão de expor o deputado José Carlos Aleluia (PFL/BA) ao inquirir os sindicalistas:

Não concordamos quando os senhores entendem que podem resolver isso [reestruturar o sistema público] com um grande [operador]. Se fosse no setor elétrico se chamaria ‘ELETROBÃO’, no setor de vocês deve chamar

³⁵³ Declaração de Almir Munhoz em “Sindicato faz campanha contra a privatização”, *Folha de São Paulo*, 16/06/98.

³⁵⁴ Cf. Ricardo Uchima, *O processo de flexibilização das relações de emprego no setor de telecomunicações do estado de São Paulo: o caso da empresa telefônica*, CESIT/ DIEESE, 2005, p. 46.

³⁵⁵ Sybil Rhodes, *Crossed Wires? The privatization of public utilities and the rise of consumer movements in Latin America, 1985-2000: a case study of telecommunications* Dissertation, Stanford University, 2002, p. 159. Também Maria H. Tavares de Almeida (*op. cit.*, s/d, p. 1), mesmo indicando as limitações de ação de cada grupo, considera que a reforma das telecomunicações no Brasil se deu no âmbito institucional, “por meio de uma larga e ampla negociação”, até porque haveria “o predomínio de uma visão pragmática, pouco ideologizada, sobre as formas desejáveis da ação estatal sobre a economia”.

‘TELEBÃO’. Não há como se pensar nisso. Entendo que os senhores têm o dever de defender a empresa de que participam, mas não dá para raciocinar nesses termos. Pediria a vocês que começassem a formular idéias que realmente busquem a competição (...) Evidentemente, sem desprezar o ponto de vista dos senhores, entendo que seria fundamental que os senhores fossem pragmáticos. *É preciso entender, primeiro, que os senhores têm uma proposta e, segundo, que o governo tem a maioria e que a tendência dos projetos aprovados é claramente no sentido de aprovar uma abertura.* Portanto, é muito importante sentarmos com os senhores e os combativos colegas que têm afinidade maior com a proposta apresentada pelos senhores, para tentarmos construir algo novo.³⁵⁶

Na verdade, o sentimento generalizado entre os parlamentares alinhados ao governo era de que os trabalhadores estavam ali unicamente defendendo os supostos privilégios que gozavam no setor estatal, elemento característico da cartilha neoliberal (também amplamente utilizado pela FS), que buscava fragmentar os interesses comuns da classe trabalhadora nacional. Mesmo personalidades anteriormente ligadas à esquerda, como Fernando Gabeira (então líder do Partido Verde), esboçavam um desconhecimento atroz da ação dos opositores, os quais, ao contrário da afirmação do deputado, exploraram vastamente o papel fundamental dos meios de comunicação para o conjunto da população e para a democracia, tal como diversas vezes apontaram SinTPq e FITTEL, até mesmo relacionando a pouca penetração das telecomunicações nas massas com o ambiente autoritário no qual o Sistema Telebrás foi criado. Gabeira tratou de imputar ao debate um simples jogo entre ‘trabalhadores receosos de perderem empregos’ contra o desenvolvimento do país, alegando que a “esquerda se perdeu no processo, ligando-se à sua clientela, os funcionários das estatais”³⁵⁷, e a “falta de sensibilidade”, do que ele considera esquerda, para com o tema, teria “razões históricas”:

A comunicação para a esquerda sempre foi uma agressão. O socialismo num só país era a defesa de Stálin. Cuba está ilhada hoje, a China também. Comunicar-se com esses países sempre foi uma agressão, sempre foi um ato de hostilidade. (...) É natural porque são pessoas do século XX, pessoas com os olhos no século XIX e do século XX, que não perceberam que a mercadoria do século XXI é a informação. E o Brasil não pode ficar fora do século XXI. Não podemos ficar abraçados à Telerj, às empresas,

³⁵⁶ José Calos Aleluia, *Comissão... op. cit.*, 1997, p. 65 e 69, itálico meu. Interessante notar que o deputado considerava a reestruturação do setor elétrico como “um modelo que é parecido com o que se poderia sonhar” para as telecomunicações, pois aquele não estava sendo, diferentemente desta, “um grande obstáculo para o desenvolvimento nacional” (p. 66). A realidade da privatização trouxe, contudo, os “apagões” de 2001 e até mesmo pedidos para a re-estatização de companhias elétricas mais recentemente.

³⁵⁷ Fernando Gabeira apud Prata *et al.*, *op. cit.*, p. 110.

aos nossos eleitores das empresas estatais e deixar o Brasil fora do século XXI.³⁵⁸

Nesse clima extremamente desfavorável à oposição, que contava somente com alguns defensores do PT, PCdoB e PDT, como os ativos deputados Walter Pinheiro (PT/BA) e Sérgio Miranda (PCdoB/MG), a Comissão aprovou as linhas gerais do projeto governista, aceitando a fragmentação e desestatização das operadoras estatais. Pela pressão dos sindicatos, principalmente SinTPq, uma das poucas conquistas obtidas nesse pleito, porém importante, foi a inclusão do FUNTTEL (Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações) na LGT, o qual, segundo a legislação sancionada somente em 2000, seria composto pelo repasse de 0,5% da receita bruta das empresas do setor, sendo que 20% dessa quantia fosse destinada ao CPqD, este transformado em uma fundação de direito privado³⁵⁹.

Com o campo já preparado para a venda das companhias divididas regionalmente, a oposição sindical resolveu formular de modo mais estruturado seu projeto de empresa única e, no VI CONTTEL, de agosto de 1997, preparou a campanha em prol da “Brasil Telecom”, lançada oficialmente em outubro deste ano, que seria a alternativa ao desmembramento proposto pelo governo. A proposta versava, basicamente, pela reestruturação do Sistema Telebrás de forma que as antigas operadoras estaduais fossem reunidas numa grande empresa nacional, a Brasil Telecom, que atuaria num mercado não mais monopólico. O intuito principal era o de promover a “inserção soberana” do país no mercado de telecomunicações, pois possibilitaria agrupar o grande poder de compra do sistema e, assim, desenvolver um parque tecnológico e industrial genuinamente nacional, tal como sonhado nas décadas anteriores. Na definição das organizações sindicais, a nova empresa caracterizar-se-ia por:

- *compromissos públicos* de manter e expandir a universalização dos serviços, atender convenientemente às regiões pobres do país, fomentar o desenvolvimento industrial e tecnológico, etc.;
- *gestão compartilhada* entre a União, investidores privados estratégicos, milhões de pequenos acionistas da atual Telebrás, trabalhadores e usuários;
- *centros de decisão* situados inequivocamente em nosso país

³⁵⁸ F. Gabeira, *Comissão... op. cit.*, p. 70.

³⁵⁹ Cf. “*SinTPq 10 anos*”, 2001, p. 10.

(...) Se é para jogar o jogo, vamos jogar para ganhar!³⁶⁰

A observação importante a se fazer aqui reside na definição do proprietário desse novo empreendimento. Ou melhor, na aparente indefinição. Nos vários documentos, entrevistas e textos analisados nesta pesquisa, vê-se que não há uma postura muito clara quanto ao formato da empresa nesse quesito, ou seja, era consenso que a empresa seria dotada de um caráter público, mas alguns admitiam que, se preservado um papel estratégico ao Estado, a privatização, *para grupos nacionais*, poderia ser realizada. Tanto o é que nas diversas publicações a respeito da Brasil Telecom, os termos utilizados são sempre “controle público”, “controle social”, evitando-se a questão da estatização.

Em uma entrevista a um site da Internet, Marcos Dantas (atuante pesquisador e membro da CNPT ligada à FITTEL) e Antônio Albuquerque (então presidente do SinTPq) expõem as visões do movimento sindical e as diretrizes da Brasil Telecom. Quando indagados sobre a relação da empresa com Estado, respondem:

Aí está um dos pontos chave para a constituição da Brasil Telecom. Mais que empresa estatal, ela precisa ser empresa pública. O Estado deve manter um percentual significativo de ações, mas o setor privado nacional e a população podem participar, como ocorre com todas as Telecoms modernas.³⁶¹

A gestão da Brasil Telecom deve ser profissional e compartilhada entre governo, sociedade, trabalhadores e demais acionistas, para garantir à empresa condições de competição. Não temos uma fórmula pronta para isso, mas sabemos que é perfeitamente possível. Cito o exemplo da *France Telecom*, cujo conselho diretor é formado por seis membros indicados pelo Poder Executivo, seis escolhidos pelo Parlamento após debate amplo e transparente e seis eleitos pelos trabalhadores.³⁶²

Na verdade, havia um debate interno sobre a forma mais eficaz, taticamente, de se opor ao modelo governista, haja vista a iminência da venda do Sistema Telebrás. Na visão de uma corrente, já que a venda da companhia entrava consolidada na ordem do dia, seria ‘menos pior’ conseguir que, além de não ser fragmentada, o poder de decisão sobre a companhia pertencesse ao capital nacional, o qual, obrigado pelo Estado, deveria

³⁶⁰ Folheto da FITTEL, “Uma só Telecom, um só Brasil, jogando o jogo competitivo global”, s/d, itálicos do original.

³⁶¹ Marcos Dantas, entrevista à “Resenha da Internet”, 1998, www.resenha.com.br.

³⁶² Antônio Albuquerque, entrevista à “Resenha da Internet”, 1998, www.resenha.com.br.

universalizar os serviços à população. Em um texto produzido pela CNPT, preparatório ao VII CONTTEL, a situação é analisada da seguinte maneira:

Não se trata, para nós trabalhadores, de questionarmos a nossa posição favorável à presença do Estado na economia. Não duvidamos que a nossa posição seja a mais justa e historicamente correta. Entretanto, não podemos ignorar que a realidade: a luta contra a privatização está política e ideologicamente derrotada. Nós perdemos a luta ideológica (...) É uma derrota irreversível? Claro que não! Amanhã há de ser outro dia. Mas temos um encontro com a história *hoje*, não amanhã. Temos que impedir *hoje*, que se evapore o Grupo Telebrás. Não amanhã. *Hoje*, nós não conseguiremos impedir a *destruição* do Grupo Telebrás se não logramos construir uma grande aliança *nacional* em torno dele. Hoje, nós não conseguiremos construir a Brasil Telecom, se não logramos construir um poderoso bloco *nacional* a seu favor.³⁶³

Desse diagnóstico traçado, o caminho a ser seguido dever-se-ia alterar:

Hoje, a palavra mágica que nos isola de grande parte dos *brasileiros* é “estatização”. É triste, mas é fato. *Precisamos remover essa palavra do debate*. Se o preço a pagar pela conquista da Brasil Telecom for sua privatização, precisaremos estar prontos a pagá-lo. (...) O fatiamento [do Sistema Telebrás] só será evitado, se tivermos coragem para entrar, mesmo fechando o nariz, no debate do próprio *modelo de privatização*. Nas condições políticas e ideológicas de *hoje*, é completamente defensável, diante de muita gente, um modelo de privatização que:

- mantenha e até amplie a *pulverização* do já pulverizado capital da Telebrás, como aconteceu na British Telecom e na Telefónica de Espana;
- mantenha o *poder de veto do Estado* sobre algumas decisões estratégicas da empresa, através de ‘ações dourada’ [*golden share*] (...);
- assegure que o eventual grupo que venha a assumir o controle da empresa seja *genuinamente nacional*, com sede e centro de decisão no Brasil;
- garanta a *participação dos Fundos de Pensão, do FAT e de outros fundos brasileiros*, no processo de privatização, de modo a viabilizar a capitalização do grupo ou grupos nacionais interessados na compra, bem como manter o controle da empresa o mais público e democrático possível.³⁶⁴

O modelo, por sinal, já era levantado por Marcos Dantas antes mesmo, em 1996³⁶⁵. No prefácio produzido em 2002 para seu livro, o autor reafirma que a saída

³⁶³ Texto da CNTP, “Brasil Telecom: A ‘empresa-única’ como a única alternativa para a realidade concreta, concretamente analisada!”, s/d, itálicos do original.

³⁶⁴ Ibid.

³⁶⁵ Cf. M. Dantas, *op. cit.*, 2002.

alternativa, na época, seria realmente a que concedesse *golden share*³⁶⁶ ao Estado, seguindo uma proposta em que “os Estados nacionais deixam de se envolver diretamente nos aspectos que interessam à acumulação de capital de cada empresa operadora, mas seguem cuidando das questões mais amplas que interessam à acumulação do capital nacional e ao bem-estar da sociedade em geral”³⁶⁷.

Interessante notar que esse modelo já havia sido aventado no Congresso, ainda no momento de definição da LGT, pelo deputado Domingos Leonelli³⁶⁸, com a assessoria do próprio Marcos Dantas. Para Leonelli, sua proposta era uma “terceira via”, superior às posições “equivocadamente polarizadas” do governo – “com seu projeto que promete retalhar a Telebrás para privatizá-la” - e do PT “propondo a manutenção da Telebrás como estatal”:

Diga-se, a bem da verdade e em favor do PT, que haveria boa vontade de sua parte se o governo acenasse positivamente para uma negociação da proposta que apresentamos: unificar a Telebrás e a Embratel, privatizá-las mantendo com o governo apenas um percentual acionário de “*golden share*” e abrir o mercado brasileiro e abrir o mercado brasileiro à plena competição nacional e internacional.³⁶⁹

Os sindicatos, forçados em parte pelo quadro político que enfrentavam, acabaram por projetar uma alternativa social-democrata por excelência, isto é, a junção de Estado, capital nacional e trabalhadores para não só enfrentar o mercado mundial, como atender as demandas da população, promover um ambiente mais favorável ao trabalhador e gerar lucros para a empresa nacional privatizada.

A proposta, mesmo que tentadora, simplesmente não encontrou retorno num país - como, aliás, muitas das nações atualmente - caracterizado pela vinculação do grosso da burguesia nativa com os interesses do capital transnacionalizado, os quais hoje formam um bloco relativamente homogêneo, isto é, de interesses básicos semelhantes e dificilmente contraditórios.

No tocante à visão dos ocupantes do Estado, a assertiva era considerada totalmente anacrônica em relação à situação do país, pois o provimento dos serviços só se realizaria com os investimentos privados trazidos de fora. Para Mendonça de Barros, a

³⁶⁶ Ações especiais que concedem poderes de veto e decisão.

³⁶⁷ Ibid., p. 70.

³⁶⁸ Na época no próprio PSDB, mas depois se transferiu ao PSB.

³⁶⁹ Domingos Leonelli, “Jogar o jogo da globalização”, *Folha de São Paulo*, 11/10/97.

formação de uma empresa única, que poderia até ser possível em contextos anteriores, era inviável no cenário de então, pois não haveria condições e recursos internos para se desenvolver o setor e alcançar um alto patamar tecnológico mundialmente, como ocorrido nos países europeus, por exemplo. Imputou aos opositores, representados em um debate pelo SinTPq, uma “concepção stalinista” (mas “sem depreciação”, segundo o ministro), o que na sua visão significava a tese de “fechar o país” e manter o monopólio, estatal ou privado, para ganhar escala e tornar-se *player* internacional. O “consumidor”, no entanto, não seria beneficiado por essa proposta, pois ficaria aliado dos avanços trazidos de fora³⁷⁰.

Ao fim, em 29 de julho de 1998, as operadoras de telecomunicações brasileiras foram vendidas a espanhóis, italianos, estadunidenses, portugueses e vários brasileiros.

4.3 O mal-sucedido projeto nacional

Em que pese a retórica e o possível tom de deboche tão comum na luta política³⁷¹, a afirmação de Mendonça de Barros, às vésperas do leilão, sobre a oposição ao leilão, é sintomática: “estou surpreso com a fragilidade da batalha judicial da oposição”. O ministro referia-se ao esquema elaborado para o adiamento ou suspensão do leilão a partir de ações apresentadas à Justiça em vários estados. Poucos dias antes da venda, existiam cerca de 60 ações civis e populares apresentadas nos estados e no STF (Supremo Tribunal Federal), cujo argumento principal residia na inconstitucionalidade da privatização pela ausência de lei específica, pois não identificavam na LGT poder jurídico para tal investida. Quase todos sindicatos filiados à FITTEL apresentaram representações e ações no Ministério Público e na Justiça Federal buscando impedir o projeto governista. O SinTPq, por exemplo, possuía ação, que tramitava no STF, contra a assembléia de acionistas da

³⁷⁰ Cf. Mendonça de Barros, “*Telecomunicações: Rumos e Perspectivas*”, Mesa Redonda, Unicamp, 13 de julho de 1998. Fita VHS, Centro de Comunicação da Unicamp. Em outra ocasião, rebatendo a defesa pelo PT da Brasil Telecom, o então ministro afirmou que o projeto “parece um elefante de chifre e com asas. Mas já é um avanço porque antes o PT não admitia nenhuma participação do capital privado.” (Jornal de Brasília, 23/07/98).

³⁷¹ Em alguns casos, a postura ia além do simples deboche e partia para a ofensa pessoal. Em debate na Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, ocorrido na Câmara dos Deputados em junho de 1998, Mendonça de Barros disparou: “brigas com gente ignorante é muito difícil para mim”. Ao ser exigida uma retratação por Walter Pinheiro (PT), o então ministro alegou não se referir a ele, o qual teria “legitimidade para discutir”, ao contrário do PDT. A ala governista aproveitou e atacou toda a oposição de estar atrás somente de “fins eleitoreiros” (*Folha de São Paulo*, 25/06/98).

Telebrás que dividiu a empresa em operadoras regionais. Contudo, a luta judicial já entrava em franca desvantagem, pois, além da ausência de pressões populares mais contundentes, o governo mobilizara cerca de 200 advogados, da AGU (Advocacia Geral da União), do Ministério das Comunicações e do BNDES, para anular as ações apresentadas e evitar, até mesmo, um pequeno adiamento do leilão, objetivos que foram totalmente alcançados.

De fato, a falta de resultados positivos para a oposição, e a relativa facilidade encontrada pelo governo para a privatização, girava em torno de alguns elementos básicos contidos na ação sindical, nos demais grupos críticos e na relação que estabeleciam com os demais setores da sociedade, contrários ou favoráveis à venda. Um desses elementos tem origem em seu próprio projeto nacionalista.

O projeto sindical pretendia construir um grande pacto nacional em favor da produção autônoma e independente que poderia ser mais bem desenvolvida no país. O exemplo recorrente eram as PTT's européias, as quais lideravam, em suas nações de origem, modelos que ainda as uniam a centros de pesquisa e indústrias nacionais.

Por um lado, essa visão acabou por exagerar uma social-democracia que mesmo nos países centrais se encontrava em crise. Ainda que essas nações tenham adotado projetos diferenciados no setor de telecomunicações, com a ênfase no mercado interno e proteção às indústrias e tecnologias domésticas, os Estados vinham, gradualmente, se afastando de maneira completa nas decisões que, agora, só competiam aos grandes conglomerados transnacionais, como foi o caso, por exemplo, da Telefônica espanhola e da Portugal Telecom. É certo que esses países se aproveitavam das condições políticas e históricas que os permitiam elaborar estratégias mais “soberanas”, contudo, a tendência em contrário, mais forte, era verificada tendo em vista a enorme pressão dos organismos internacionais, assim como dos blocos econômicos regionais, em favor da liberalização e desestatização de todo setor produtivo.

Por outro lado, a deficiência devia-se à própria burguesia local que encabeçaria o sonhado projeto autônomo. Um autor muito utilizado pelo movimento sindical foi o advogado Gaspar Vianna, atuante também na esfera jurídica contra o modelo do governo de FHC. A análise de Vianna tem por objetivo mostrar que o controle do Estado é a única forma capaz de manter um projeto de desenvolvimento nacional, o que não impede, contudo, que no Sistema Telebrás fosse “privatizada” a gestão da empresa, através, por

exemplo, de terceirizações, subcontratações e franqueamentos (*franchising*) os quais, no seu conceito, não obstante servirem em certos casos à simples burla de direitos, podiam ser meios eficientes de se “alcançar o objetivo social da companhia”, ou seja, “formas legais de se promover a privatização das atividades sem promover a privatização do capital”³⁷². Ainda segundo a visão do desenvolvimento do capitalismo para o autor, a tendência verificada nas “administrações modernas” era a formação do “empregado acionista”, o qual, através de participação nos lucros ou aquisição de ações da empresa, poderia se “tornar um dono do empreendimento e um fiscal atento aos objetivos da companhia”. Sua conclusão quanto ao assunto, que é prova da heterogeneidade dos opositores da privatização, é de que: “não é justo que se negue aos trabalhadores das empresas a oportunidade de participarem do irreversível processo de valorização de ativos das companhias em que trabalham. Independente disso, é fundamental vincular o empregado aos sucessos e insucessos da empresa em que trabalha”³⁷³.

Outro argumento comumente utilizado por Vianna e, este sim, muitas vezes utilizado pelas publicações sindicais sem o necessário cuidado, era de que, pressupondo a existência de um “interesse nacional” e de “inimigos do Brasil” – como se esses termos fossem alheios às classes sociais - a privatização era apenas um eufemismo da intenção verdadeira, qual seja, a “desnacionalização”. Na sua leitura, a privatização não interessaria a nenhum setor do país. Os usuários só se preocupariam com a qualidade dos serviços. O governo não gostaria de perder um setor essencial, “auto-suficiente”, que lhe rende impostos e contribuições. À indústria genuinamente nacional interessaria proteção contra produtos estrangeiros e, assim, o fortalecimento do sistema existente. Quanto ao grande empresariado, mesmo que houvesse vozes favoráveis à privatização e contra a participação do Estado na economia, não haveria capital suficiente para a compra das grandes estatais. Resultado: a privatização, na verdade, interessaria, *exclusivamente*, ao capital internacional disposto a angariar lucros com a absorção do mercado brasileiro.³⁷⁴

Em que pese o alto grau de interesse dos agentes externos, como mostramos anteriormente, esta análise induz ao equívoco de ignorar a ligação íntima existente entre grande parte da burguesia nacional e os investidores externos. O simples fato da

³⁷² Vianna, *op. cit.*, p. 159-160.

³⁷³ *Ibid.*, p. 166.

³⁷⁴ *Ibid.*, p. 241-249.

fragmentação do sistema feita por FHC colocou na disputa todos os grupos nacionais, os quais, muito antes, já explicitavam seu desejo de entrar nessa nova fonte de acumulação, agindo fortemente, com *lobbies*, recursos financeiros e na mídia, para a desestruturação da empresa pública.

Quanto à indústria nacional de teleequipamentos, vimos no terceiro capítulo que realmente houve, por parte do governo, principalmente durante a década de 1970, a tentativa de se consolidar um setor genuinamente nacional aliado a um centro de pesquisa de excelência. Contudo, as análises do setor sobre o período indicam a fragilidade dessas empresas que, embora tenham alcançado sucessos em alguns produtos, não conseguiram formar uma base industrial independente e autônoma e, assim que o caráter protecionista se abrandou, buscaram parceiros externos e a eles uniram seus objetivos.

Fernando Gabeira, ao menos nessa questão, tocou o ponto essencial do problema, na ocasião do debate com sindicalistas na Comissão Especial de Telecomunicações:

A questão principal que eu apresento (...) é o fato de que se argumenta, inicialmente, em defesa da indústria nacional. E quando a indústria nacional aqui se reuniu em defesa da indústria nacional, estavam aqui presentes o diretor da NET e representantes da ALCATEL e de mais uma empresa multinacional. A empresa nacional estava aqui representada, na verdade, por empresas internacionais sediadas no Brasil, que estavam buscando, de certa maneira, uma proteção.³⁷⁵

Alegação que não foi inteiramente recusada pelo representante da FITTEL:

Com relação à indústria nacional, o deputado faz a afirmação correta. Isso é fato. O deputado acabou de dizer quem veio representar a ABINEE foi um representante da Equitel, que é berço da Siemens no Brasil. É um fato, não temos de discordar disso. (...) Na ABINEE, nessa tal indústria nacional que enxergamos, não existem só eles. Diria que grande parte é representada por eles, mas existem vários empresários nacionais que vivem trabalhando, que criaram suas empresas com muito suor brasileiro, com tecnologia brasileira, adquirida do CPqD.³⁷⁶

Como comprova a fala do sindicalista, era de notório conhecimento a existência de importantes empresas nacionais, mas com peso diminuto no tocante ao que se poderia esperar de alguma forma de apoio e defesa do setor. E, mesmo assim, para essas empresas,

³⁷⁵ F. Gabeira, *Comissão... op. cit.*, p. 69.

³⁷⁶ Marcelo Beltrão, *Comissão... op. cit.*, p. 73.

diferentemente das organizações dos trabalhadores, pouco importava a condição da empresa a ser criada, se estatal, pública ou privada. O interesse era unicamente voltado à proteção que teriam para continuar operando no mercado.

Na prática, havia somente uma divergência principal entre indústrias do setor instaladas no país. De um lado, as genuinamente brasileiras e as multinacionais que operavam com tecnologia nacional, como a citada Alcatel, e, de outro, multinacionais como MCI, Ericsson, NEC, Siemens, Motorola. As primeiras reivindicavam proteção e regalias aos produtos com tecnologia nacional produzidos no país, enquanto o segundo grupo era totalmente contrário a qualquer obrigação de compra estipulada pela legislação.

A Anatel, responsável por elaborar a regulamentação para compra de máquinas, equipamentos e serviços dos futuros ganhadores do leilão, tinha como objetivo privilegiar a fabricação e tecnologias nacionais, estabelecendo, assim, a preferência a esses produtos em caso de equivalência técnica e de preço³⁷⁷. Pensou até em estabelecer uma cota, de pelo menos 10% dos investimentos, para que fosse aplicada em produtos com tecnologia nacional, idéia abandonada rapidamente.

O vice-presidente executivo da multinacional francesa Alcatel chegou a clamar pelos “interesses do país” (bom lembrar que, nesse caso, falava sobre o Brasil): “nos últimos anos, investimos pesadamente no Brasil. Ampliamos nossa participação industrial e adaptamos tecnologia estrangeira às demandas do país. Esse percentual [da reserva de mercado] deveria ser maior, pois é preciso defender os interesses do país”³⁷⁸. Já a integrante da diretoria da MCI estadunidense esclarecia que: “a regulamentação da Anatel cria problemas, pois a consulta à indústria nacional é obrigatória. Essa obrigatoriedade pode atrapalhar o desenvolvimento dos nossos projetos”³⁷⁹. A posição da Ericsson ia ao mesmo sentido, alegando que a preferência por produtos nacionais constituiria “privilégio contestável” perante a OMC³⁸⁰.

³⁷⁷ Essa intenção tornou-se, de fato, cláusula dos contratos de concessão, mas tiveram uma importância muito relativizada pela forte pressão das novas operadoras. Na prática, como indicaremos posteriormente, muitas das empresas e tecnologias nacionais simplesmente desapareceram frente à investida dos grandes grupos transnacionais.

³⁷⁸ Luís Antônio Alves de Oliveira apud “Indústria promove uma queda de braço”, *Folha de São Paulo*, 25/05/98.

³⁷⁹ Purificacion Carpinteyro, apud *Folha de São Paulo*, 25/05/98.

³⁸⁰ Cf. Documento da Ericsson citado em *Folha de São Paulo*, 25/05/98.

Para a indústria genuinamente nacional, como demonstra um diretor da empresa ASGA, o problema era unicamente a forma da privatização:

Estou a favor da privatização, mas contra o corte do Sistema Telebrás e a sua venda a empresas estrangeiras (...) estou a favor de uma empresa única, unificada e privatizada ao capital nacional (com diluição do capital, de modo que o Sistema Telebrás não tenha proprietário), de modo que a administração torne-se mais flexível. (...)

[a privatização é necessária] porque o setor é politizado. E a tecnologia hoje permite a competição. Além disso, não é o papel do governo ser produtor em setores que não são monopolísticos por natureza mas é inadmissível deixar um sector estratégico cair nas mãos do capital estrangeiro.³⁸¹

Na verdade, como procuramos mostrar anteriormente, vários elementos fizeram com que a estruturação da indústria nacional do setor não apresentasse um desenvolvimento sólido e auto-sustentável, e a participação que esse segmento poderia exercer para um “projeto nacional autônomo” era muito reduzida, como provou o espanto do parlamentar ao verificar que a associação do setor foi representada por empresas multinacionais³⁸².

As debilidades da burguesia nacional, ou mesmo a aceitação pelos grandes grupos de seu papel secundário e associado na economia internacional, foram premissas de FHC para a elaboração de suas reformas, teses que, ao contrário do que se é imaginado, não foram esquecidas e se fizeram valer em seu modelo econômico. Segundo Fiori, partindo desses pressupostos, FHC pôde realizar as transformações previstas pela “agenda” ditada pelos organismos internacionais de financiamento, até porque pegou o país num quadro que unia a financeirização do “sócio internacional” e a aceitação do lugar exato, nesse modelo, pelo “sócio menor associado”, o qual também já se encontrava alinhado ao livre-cambismo e anti-estatismo do Consenso de Washington. Para Fiori, FHC tornou-se então o

Condottiere da sua burguesia industrial, capaz de reconduzi-la a seu destino manifesto de sócia-menor e dependente do mesmo capitalismo associado renovado pela terceira revolução tecnológica e pela

³⁸¹ Declaração citada por Mariana Reis Balboni, *Lês politiques de télécommunications brésiliennes. Phase d’implantation de l’accès universel*, Mémoire, Maître ès sciences, Université de Montreal, 1999, trad. própria.

³⁸² Empresas multinacionais que, interessadas na privatização, injetaram R\$ 1,6 milhão na campanha presidencial de 1994. Só para a campanha de FHC foi doado R\$ 1,1 milhão, principalmente pela Alcatel, NEC e Ericsson (Cf. *Folha de São Paulo*, 8/10/95 apud *SinTPq Informa*, 13/11/95, nº 137). Já em 1998, a parte brasileira também deu grande contribuição. Os empresários que formaram a Telemar, vencedora no leilão da Tele Norte Leste, dispuseram R\$ 3 milhões em sua campanha, o que significou 3 vezes mais que todos os doadores individuais (Cf. Elio Gaspari, *Folha de São Paulo*, 2/12/98).

globalização financeira. Como consequência natural aderiu à estratégia de ajustamento do FMI e do Banco Mundial.³⁸³

Também chama a atenção a postura subserviente da uma fração da classe dominante muito favorecida pelo estatismo excludente construído pelos militares, que foi a burguesia nacional de Estado. Se, a princípio, não a interessaria deixar de usufruir as regalias e poder constituídos nos corpos técnicos das estatais, empresas que, por sinal, foram também construídas por membros dessa própria classe, as primeiras ondas privatizantes levaram grande parte dessas pessoas ao abandono do sistema nacional.

Essa rápida mudança de atitude tem várias explicações. Por um lado, existia o sentimento de que o desenvolvimento tecnológico nacional não teria mais espaço em meio à transnacionalização do capital. Como lembra João Bernardo, para grande maioria de chefes, diretores e proprietários de empresas nacionais, a vinculação aos grandes conglomerados transnacionais não dizia respeito a posições ideológicas ou políticas, mas meramente a imperativos econômicos, isto é, a inserção submissa na economia mundializada como única alternativa ao desaparecimento. Tendo em vista as transformações trazidas pelo capitalismo transnacionalizado, os setores de esquerda que, em nome da luta antiimperialista, defendem o capital nacional estariam cometendo “erro triplo”, segundo Bernardo:

Em primeiro lugar, confundem a luta contra a globalidade do sistema capitalista – que, apesar de tudo, deveria caracterizar a esquerda – com a hostilidade a uma das formas específicas do capitalismo, não dando aos trabalhadores outro horizonte além das querelas das classes dominantes. Em segundo lugar, é impossível ocorrerem desenvolvimentos nacionais numa época de transnacionalização do capital. E, em terceiro, já não existe nenhuma burguesia nacional que possa ser um aliado na oposição ao imperialismo, pois os pequenos e médios capitais nacionais estão hoje inteiramente submissos às transnacionais às quais se associaram ou relativamente às quais funcionam numa situação, oficial ou meramente informal, de subcontratantes.³⁸⁴

Bernardo parece valorizar em demasia as restrições políticas e econômicas ao desenvolvimento autônomo, até porque essa inviabilidade não pode ser generalizada de

³⁸³ José Luís Fiori, *Os moedeiros falsos*. Petrópolis, Vozes, 1988, p. 17. Para o autor, um ponto importante a ser lembrado é que FHC, ao adotar a proposta neoliberal, sustentou tal estratégia “valendo-se da mesma coalizão de poder que construiu e destruiu o Estado desenvolvimentista de forma igualmente excludente e autoritária. E aqui, sim, contradiz um ponto essencial de suas idéias e de seu passado reformista” (p.18).

³⁸⁴ João Bernardo, *op. cit.*, p. 43.

forma rápida a qualquer setor produtivo. Todavia, o autor toca num ponto chave, que é ligação íntima do Estado à ordem transnacional, que limita severamente o raio de ação deste ente em produzir programas alternativos. Também segundo Leo Panitch, a aliança progressista que segmentos da classe trabalhadora tentam fazer com a burguesia nacional não se mostra mais aceitável no quadro do Estado-nação, pelo fato de que o próprio Estado “representa cada vez mais um conjunto (nacional e estrangeiro) de classes capitalistas orientadas internacionalmente”³⁸⁵. A. Bihr, pensando nas conseqüências dessa tendência para a ação do movimento operário, considera não haver mais possibilidade de traçar estratégias reformistas dentro do quadro nacional, pois a transnacionalização do capital “introduz um divórcio crescente entre os interesses de frações cada vez mais amplas da classe dominante e os interesses nacionais”³⁸⁶.

No caso da fração dominante responsável pelo gerenciamento do Sistema Telebrás, sua conversão aos planos privatizantes que, na aparência, a prejudicaria, revelam os elevados ganhos que tem obtido no novo contexto, integrando o quadro de acionistas e diretores das empresas privatizadas. Como lembrou um sindicalista, “depois do processo consumado eles estão muito bem (...) bem pagos pelo capitalismo internacional”³⁸⁷. Segundo a análise posterior a todos os acontecimentos, realizada por A. Albuquerque, isso mostra que:

o Sistema era, no seu conjunto, um apêndice do grande capital multinacional e da sua ideologia. Tanto que era comum, executivos e bons técnicos das operadoras transferirem-se para altos cargos nas empresas fornecedoras multinacionais e vice-versa. Era comum, importantes e respeitados técnicos fazerem, dentro das operadoras, *lobby* em favor de fornecedores multinacionais.³⁸⁸

Desse modo, findo o processo com a vitória do programa neoliberal, alguns autores e sindicalistas envolvidos assumiram as dificuldades estruturais inerentes à estrutura de classes no país. A. Albuquerque, por exemplo, acompanhando também as análises de M. Dantas, afirmou que

³⁸⁵ Leo Panitch apud Huw Beynon, *op. cit.*, 2003, p.66.

³⁸⁶ A. Bihr, *op. cit.*, p. 118-199. Ainda afirma que “o mesmo fator objetivo (a concentração e centralização do capital) que, nas décadas de 30 e 40, havia obrigado a classe dominante a estabelecer um compromisso com o proletariado no quadro do Estado-nação, impede-lhe-, hoje, de concluir um compromisso como esse”.

³⁸⁷ Dirigente Sindical SinTPq, entrevista 01, 2005.

³⁸⁸ Albuquerque, *op. cit.*, p. 33.

O Sistema Telebrás foi construído para servir à acumulação capitalista, num padrão de acumulação dependente. Um desenvolvimento dependente que requeria uma moderna rede de telecomunicações que cobrisse todo o imenso território nacional, facilitando o acesso dos países desenvolvidos à mão-de-obra e às matérias-primas nacionais baratas. Secundariamente, fornecia redes telegráficas ou telefônicas para as classes ricas e remediadas. Entretanto, na fase atual, as mesmas forças sócio-econômicas que moldaram esse padrão de desenvolvimento, entraram em uma nova etapa de evolução, agora articulada pelas redes globais das corporações-redes. Como a sociedade e a economia brasileira são periféricas a esse processo, não foram capazes de criar corporações-redes nacionais de peso. A Telebrás, perdendo sua função no padrão de acumulação dependente, foi fatiada sem que o grande capital ‘nacional’ vertesse uma lágrima por isto. A rede da Telebrás foi desmantelada, para ceder o seu espaço às redes globais.³⁸⁹

Mas se a conjuntura do período legou aos opositores um panorama extremamente negativo, marcado, sobretudo, pela falta de um movimento popular devidamente organizado e consciente, e os forçou a trabalhar com a lógica do ‘menos pior’, alguns fatores devem ser elencados no sentido de explicar o porquê da ausência de força política capaz de se contrapor ao projeto vitorioso. Em outras palavras, é preciso tecer algumas considerações sobre a situação em que se encontrava o movimento sindical nacional e a conjuntura política.

4.4 A falta de apoio popular

A princípio, faz-se necessário expor as “condições objetivas” que serviram de obstáculo ao movimento opositor. A mais forte delas é que, ao contrário dos países europeus, nos quais era buscado um modelo alternativo, a prestação de serviços de telefonia, em especial, encontrava-se muito limitada e restrita, não constituindo algo forte e qualitativo pelo qual as classes populares pudessem se dispor a defender. Os altos índices de crescimento econômico alcançados em fins de 1960 a meados de 1970 pouco contribuíram à diminuição da desigualdade e, à grande massa dos brasileiros, esperançosos pela suposta “repartição do bolo”, foi legado um “Estado de Mal-estar Social”, completamente diferente dos objetivos históricos da social-democracia reformista.

³⁸⁹ Ibid., p. 33.

Do exposto, contudo, não se pode afirmar que a onda neoliberal obteve a adesão das classes populares, mesmo que, entidades sindicais, como as que compõem a FS, tenham levado boa parcela de trabalhadores à imobilização e à aceitação acrítica das propostas neoliberais. Ocorre que os governos eleitos sobre a plataforma das reformas orientadas ao mercado assim o fizeram através de uma forte manipulação ideológica e midiática, o que os possibilitou usar a insatisfação popular como arma de desmobilização para suas mudanças que, todavia, poucas transformações progressistas causaram³⁹⁰.

A mídia, nesse sentido, desempenhou um papel muito importante ao limitar a discussão das alternativas a serem construídas e promover maciçamente o desgaste das instituições estatais (por sinal, procedente em muitos casos) a partir de uma lógica simplista que separava, de um lado, o Estado mau empresário e corrupto e, de outro, a iniciativa privada idônea e eficiente. Imagens dicotômicas do que seriam público e privado que, como lembra A. Borón, “não resistem à menor análise, ainda que seja pelo fato elementar de que a outra cara da corrupção e da ineficiência do ‘estatismo’ é o empresário privado que corrompe o funcionário estatal”³⁹¹. A revista *Veja*, por exemplo, ignorando o contingenciamento deliberado de recursos no início da década de 1990 pelo governo, que já tinha em vista a reestruturação das companhias para a privatização, incitava que

Na sua primeira encarnação, iniciada há seis anos, a telefonia celular esteve nas mãos monopolistas do governo e foi um fracasso, como todo o sistema de telefones do país. (...) Como faltam telefones e sobram interessados, quem quer um celular precisa ir comprar no mercado paralelo a um preço que vai de 1.000 a 3.000 reais (...) A partir de agora, tudo mudará. O governo embolsará pela venda das concessões uma fortuna estimada em 6 bilhões de dólares e os consumidores sairão finalmente da fase da pedra lascada no terreno da telefonia móvel.³⁹²

Como já mencionado, a participação ativa de grandes grupos de comunicação brasileiros nos *lobbies* pelas reformas e no leilão de privatização revelam o interesse que

³⁹⁰ Como afirma Boito Jr. (*op. cit.*, 2002, p. 30-31) o neoliberalismo “confiscou” a revolta popular difusa contra o clientelismo e a cidadania restrita em favor de um objetivo reacionário, ou seja, a construção do Estado-mínimo. Mas o autor parece exagerar quando vincula o sucesso eleitoral dos candidatos neoliberais nas camadas pobres à aceitação dessas políticas pelas mesmas, pois entre uma e outra coisa há um grande espaço de indefinição e manipulação que é marcado, sobretudo, pela falta de transparência da democracia eleitoral.

³⁹¹ Atílio Borón, “A sociedade civil depois do dilúvio neoliberal”, in E. Sader & P. Gentili (Orgs.), *op. cit.*, p.78.

³⁹² Leonel Rocha, “Uma virada na telefonia brasileira”. *Revista Veja*, ed. 1491, p.118, 16/041997 apud Carvalho, *op. cit.*, p. 98.

possuíam em auferir maiores ganhos nessa nova fonte de acumulação. Não que inexistisse a veiculação, em alguns canais de comunicação, principalmente jornais, das teses dos sindicatos, mas o clima construído pela grande mídia era claramente prejudicial e difamatório aos trabalhadores do Sistema Telebrás.³⁹³

O clima era, decididamente, muito positivo ao governo. Prova disso foram as opiniões do próprio FHC e de Mendonça de Barros, tornadas públicas em meio ao forte abalo que sofreu o governo no final de 1998. Nessa ocasião, fitas foram mandadas para jornais relatando conversas pessoais de integrantes do alto escalão do governo, inclusive o presidente e o ministro das comunicações, no episódio que ficou conhecido como “escândalo dos grampos”³⁹⁴. Em uma dessas gravações surge a impressão desses envolvidos, obviamente felizes com o respaldo dos “editoriais”. A revista Carta Capital reproduziu o diálogo extremamente revelador:

O presidente Fernando Henrique liga para o ministro Mendonça de Barros na sede do BNDES. FHC queria saber com estava o andamento do leilão das teles:

“Estamos aqui praticamente com o quadro fechado”, diz Mendonça de Barros ao presidente.

“Você acha que, no conjunto, vai dar o quê?”, pergunta FHC.

“Vai dar uns 16 bi, que é o que eu tinha dito”, responde o ministro. “O nosso preço mínimo é de 13 bi e 400, e nós chegaremos a uns 16 bi, que é muito dinheiro”.

“Ajuda, né? As reservas”, comenta FHC.

³⁹³ Comentando a falta de espaços para a exposição das diferentes alternativas, um entrevistado afirmou: “Eu acho que a mídia conseguiu fazer o máximo que o governo precisava. Utilizando esse desgaste da empresa perante a opinião pública, por falta de telefone, fez o máximo para fechamento final do processo hegemônico que o governo colocava. Pouco a mídia acrescentou em tocar nos reais pontos ou abrir espaço para um debate de maior profundidade. Tanto que há 15 dias do processo de privatização, como o ministro Mendonça de Barros falou que pela primeira vez fazia um debate qualificado sobre o tema, nós retrucamos, ‘olha...isto significa que deve adiar esse processo para que o debate possa ser feito’”. (Dirigente sindical Sintpq, entrevista 01, 2005).

³⁹⁴ O “escândalo dos grampos” pode ser considerado um capítulo à parte na história das privatizações no Brasil. Resumindo a longa polêmica, o imbróglio se deu com a divulgação de conversas telefônicas nas quais integrantes do governo, ministros e até o presidente, apareciam tentando interferir na formação dos consórcios que participariam do leilão. Usando de toda sua influência nos fundos de pensão, até mesmo o poder do presidente, buscavam evitar a formação de consórcios que consideravam fracos (chegando até a chamar os futuros compradores da Telemar de *Teleguanguê*). Recheado de frases bombásticas (como “vamos fechar [os consórcios] daquele jeito que só nós sabemos fazer”, de Mendonça de Barros), o episódio revelou a negociata que foi a privatização das teles. As conseqüências foram grandes, sendo que o ministro acabou deixando o governo logo depois. Para os envolvidos nas gravações, como defendido por M. de Barros, as conversas mostram que eles estavam unicamente pensando no sucesso do leilão, e assim, ajudando as contas do país. Para os opositores, o caso mostrou que o governo já sabia de antemão o resultado do leilão, o que coloca sérias dúvidas quanto à lisura do processo. Ver para maiores detalhes a matéria, “Privatização sob suspeita”, *Carta Capital*, nº 87, 25/11/1998 e “Como se vendeu o Brasil”, Marcos Dantas, disponibilizado em <<http://www.indecs.org.br/grampos.doc>>, 1999.

“A imprensa está muito favorável, com editoriais”, diz Mendonça de Barros.
“Está demais, né?”, diz FHC em tom de brincadeira. “Estão exagerando, até.”³⁹⁵

Se não bastasse a livre vontade desses órgãos, a própria gerência governista da Telebrás investiu em larga escala na comunicação de seu plano privatizante. Nada menos do que R\$ 36 milhões foram gastos entre outubro de 1997 a julho de 1998, em campanha publicitária encomendada a agências de propaganda para “esclarecer a população sobre os benefícios da privatização e valorizar produtos lançados pela estatal”³⁹⁶. Um dos motivos dessa campanha, na visão do governo FHC, era que um “clima hostil” à privatização prejudicaria as vendas no leilão, pois poderia causar uma fuga de possíveis interessados. Os pontos principais levantados pela campanha, ao defender a privatização, são os supostos benefícios aos usuários, a esperada criação de 1,5 milhão novos empregos e a nova fase do CPqD, o qual passaria a concorrer com demais empresas de tecnologia. Em suma, tratava esses três pontos básicos – prestação de serviços, empregos e desenvolvimento tecnológico interno – de forma extremamente positiva e otimista, em contraste, contudo, com a situação presenciada atualmente, cujas debilidades e deficiências se avolumam por trás do aparente sucesso da mera ampliação de telefones oferecidos³⁹⁷.

A propaganda oficial não parou por aí. Fez eco em personalidades da televisão brasileira que, por “coincidência”, expunham em programas “suas” posições favoráveis à privatização e aos enormes benefícios que seriam trazidos pela implantação da concorrência. Nada muito avesso ao tradicional apego pelas idéias governistas, mas, meses depois, descobriu-se que as intervenções nada mais eram do que scripts enviados pela mesma agência de propaganda da candidatura de FHC, a DM9, a qual obteve recursos da ONG Brasil 2000, composta por empresários do setor de telecomunicações, liderado pelo Banco Opportunity. Essa ONG, que deixou de existir no exato dia do leilão da Telebrás, investiu, entre 20 e 28 de julho, R\$ 2,8 milhões em peças de rádio e TV³⁹⁸.

³⁹⁵ “Trechos das fitas enviadas pelo governo à Polícia Federal”, Carta Capital, nº 87, 25/11/98.

³⁹⁶ “Anúncio da Telebrás consome R\$ 36 mi”, *Folha de São Paulo*, 03/07/98.

³⁹⁷ Para os trabalhadores do Sistema Telebrás foi criada a publicação chamada “Teleconexão”, com o objetivo de explicar o processo, ou melhor, os “benefícios”, da privatização e reestruturação da companhia, revista que mencionaremos no próximo capítulo.

³⁹⁸ As “campanhas pessoais” a favor da privatização foram feitas por Hebe Camargo, Ana Maria Braga e Ratinho, que receberam, respectivamente, R\$ 9000, R\$ 800 e R\$ 3000 enquanto as redes de TV, SBT e

Contudo, fato interessante foi que, mesmo com a maciça campanha governista, uma pesquisa realizada pelo Datafolha às vésperas de leilão (se bem, é verdade, somente entre a população paulistana), apontava que 51% dos entrevistados eram contra a venda da Telebrás, enquanto 41% se diziam favoráveis, 5% não sabiam e 3% eram indiferentes. E, ao serem questionados sobre a prestação de serviços da Telebrás, 57% a consideravam ótima ou boa³⁹⁹. Em outra pesquisa, esta veiculada pela FITTEL, que ouviu 2000 pessoas no estado da Bahia, mostrava que 84% da população eram contra a privatização⁴⁰⁰.

Mas, se mesmo com a maciça propaganda contrária e os problemas estruturais enfrentados pelo Sistema Telebrás, havia indícios de uma imagem relativamente positiva da companhia entre setores da população, como até hoje também detêm essa imagem Banco do Brasil e Petrobrás, o que teria sido insuficiente para fomentar, generalizar e organizar reivindicações progressistas?

Os sindicatos do setor e a FITTEL buscaram de várias formas uma inserção mais ampliada. Nesse intento, foram produzidos diversos trabalhos, textos, materiais de propaganda, *outdoors*, fitas de vídeo, intervenções explicativas em meios de comunicação, etc.⁴⁰¹. Contudo, no tocante especificamente ao trabalho na mídia, as cifras exorbitantes à disposição do programa governista, como vimos acima, tornavam essa arena de luta extremamente desigual e fadada ao fracasso⁴⁰².

Deve-se lembrar ainda que grande força da FITTEL foi dispendida na “luta institucional”, isto é, na pressão a parlamentares pela recusa do modelo governista e na intervenção jurídica. Numa análise muito clara e objetiva, o SinTPq expunha essas

Record, faturaram R\$ 142,5 mil e R\$ 55,4 mil (Cf. G. Silva, *op. cit.*, 2003, p. 50) Como bem retratou Elio Gaspari, “as pessoas que ouviram as prédicas de Ratinho e Hebe Camargo teriam todas as razões para supô-las sinceras (e não há motivo para se supor que não o fossem). O que não sabiam é que se tratava de \$inceridade (sic) remunerada” (“O show de Truman Cardoso”, *Folha de São Paulo*, 02/12/98).

³⁹⁹ Cf. *Folha de São Paulo*, 25/07/98.

⁴⁰⁰ Cf. “Campanha nacional critica privatização”, *Folha de São Paulo*, 22/07/98. Curioso que a Força Sindical, por sua vez, realizou também a ‘sua’ pesquisa entre os metalúrgicos da cidade de São Paulo, seu principal reduto sindical, aplicando questionários a cerca de vinte mil trabalhadores, os quais teriam apresentados os seguintes resultados, amplamente favoráveis à privatização e reformas do governo: 63% aprovavam a privatização da Petrobrás, 64% a da Telesp, 68% a do Banespa e 65% seriam favoráveis ao fim da estabilidade do funcionalismo público (Cf. *Folha de São Paulo*, 19/03/95 apud Boito Jr., *op. cit.*, 1999, p. 193).

⁴⁰¹ No caso do SinTPq, o trabalho de divulgação de suas propostas rendeu comentários de dois colunistas da *Folha de São Paulo*, a saber, Clóvis Rossi (“Alô, Alô, público”, *Folha de São Paulo*, 15/04/1998) e Luís Nassif (“A tecnologia das telecomunicações”, *Folha de São Paulo*, 25/02/1998), os quais tornaram público para camada considerável de leitores o modelo alternativo dos trabalhadores.

⁴⁰² G. Silva (*op. cit.*, 2003, p. 50) lembra que em toda a campanha Brasil Telecom foi gasto algo em torno de R\$ 300 mil, enquanto apenas em menos de 10 dias somente um grupo de *lobby* se desfez de R\$ 2,8 milhões.

limitações. Num primeiro momento, em fevereiro de 1997, alertava o movimento sobre a necessidade de se melhor organizar tendo em vista o enfrentamento político futuro, ou seja, pedia a diminuição de questões economicistas na campanha geral de lutas, como o acordo sobre a PLR, para, antes de qualquer coisa, estruturar a luta contra a privatização⁴⁰³. E sobre as investidas na justiça, argumentava que:

(...) a briga jurídica não nos levará a lugar nenhum. Infelizmente já perdemos a limiar mais cedo do que chegamos a pretender sonhar. Na verdade, não há muito espaço para a briga jurídica. (...) Não se ganha nada na justiça! Os tribunais não são nossos! E só votariam com a gente se contássemos com mobilização social por trás. Como não contamos com essa mobilização, fica fácil para qualquer juiz de tribunal superior decidir contra nós.⁴⁰⁴

Outro elemento da prática sindical em nível nacional, como levantado por um membro do SinTPq, foi a dificuldade em se organizar um movimento verdadeiramente amplo entre os trabalhadores, ou seja, aquele em que, além de propostas verbais, fossem unidas as diversas categorias diretamente atingidas pelas reformas neoliberais, o que, entre outras coisas, mostraria à opinião pública algo mais que o “corporativismo”:

O problema é que não se conseguia passar do problema da sua área para outra área. Quando sai pelo grupo de trabalhadores, era tudo visto como corporativismo. E do mesmo jeito que nós não nos envolvemos na privatização dos bancos, os bancários não se envolveram na privatização das telecomunicações. A mesma coisa com a siderurgia. A gente percebe que somente quem tá sentido... o cara até se solidariza, dá um dinheiro... mas fechar uma categoria para ir ajudar a outra, isso é uma coisa que eu infelizmente vi que a gente tem muito que avançar nessa direção. Pára no apoio moral, apoio financeiro, logístico, mas nenhum pára por outro, tanto que nós não paramos pelos bancos depois⁴⁰⁵

Tocando na mesma questão, na visão de outro entrevistado, o movimento como um todo não conseguiu fazer de forma eficaz o que poderíamos chamar de ‘trabalho com a sociedade’.

O que eu acho que não houve foi uma suficiente penetração na sociedade como um todo sobre esse debate da proposta alternativa. Aí eu acho que

⁴⁰³ Texto de discussão do SinTPq “Brasil Telecom – a Operadora Nacional”, de 06/05/98, p.4.

⁴⁰⁴ Ibid., p. 3.

⁴⁰⁵ Dirigente Sindical SinTPq, entrevista 06, 2005.

foi um dos pontos mais falhos que houve na campanha. Talvez fruto da campanha, talvez fruto de outro passado de ação sindical, onde essa ação sindical ficasse muito restrita ao campo corporativo dos trabalhadores. A verdade é que houve excelentes propostas, propostas de profundidade, mas não conseguiu ir para a sociedade por muitos e muitos anos, e na hora que houve um embate mais extremo da própria ação, do encaminhamento de um novo modelo, a sociedade não estava preparada, não havia tempo, e esse governo tratorou o processo, embora na categoria houvesse, a nível nacional, uma conscientização, um nível de formação significativo sobre o que tava se fazendo.⁴⁰⁶

Quando comparada aos demais países da América Latina, é correto dizer que a experiência brasileira esteve muito aquém de uma oposição forte e organizada. Mesmo que a maioria dos resultados práticos tenha ocorrido, em geral, no sentido das reformas privatizantes, as entidades sindicais de vários países do continente mostraram feições notadamente diferentes, com lutas fortemente enraizadas na categoria.

No Uruguai, por exemplo, o SUTEL (*Sindicato Unico de Telecomocaciones*) promoveu uma bem-sucedida oposição à proposta governista de privatização da companhia nacional, a ANTEL. Devido às suas pressões, a continuidade do processo foi condicionada à legitimação em plebiscito, no qual a postura contrária foi vencedora entre a população. Mantendo seu vínculo com o Estado, a empresa conseguiu digitalizar toda a rede de telecomunicações do país e aumentou a densidade de telefones, obtendo um dos mais altos níveis na região em fins dos anos de 1990. Todavia, não conseguiu barrar a privatização que ocorreria às margens da estrutura, através do aumento das terceirizações em diversas áreas da companhia.⁴⁰⁷ Em Porto Rico, os sindicatos do setor também conseguiram barrar a privatização, por meio de uma paralisação geral de 24 horas. No governo eleito em 1992, a situação torna-se mais desfavorável e, à semelhança do caso uruguaio, as estratégias de privatização se efetivaram por vias indiretas. No caso da Venezuela, mesmo a resistência dos trabalhadores das empresas estatais não conseguiu barrar a privatização encetada em 1991.⁴⁰⁸

⁴⁰⁶ Dirigente Sindical SinTPq, entrevista 01, 2005. Outro entrevistado, discutindo também a falta de maiores mobilizações, afirma: “isso é chato porque a gente não conseguiu fazer um movimento para resistir, fosse para a rua pelo menos, você vê isso na Argentina, em um monte de países, e aqui não. Não conseguimos defender as telecomunicações, acho que até os bancários conseguiram ser um pouquinho melhor que a gente” (Dirigente Sindical SinTPq, entrevista 06, 2005).

⁴⁰⁷ Cf. Jorge Walter, “Privatización de las telecomunicaciones y relaciones laborales en América Latina”, *paper*, ANPOCS, 2003, p. 4.

⁴⁰⁸ Cf. *Ibid.*, p. 5.

Já a Colômbia presenciou um conflito muito extremado, pode-se dizer um dos mais violentos no quadro latino-americano. Assim como Uruguai e Porto Rico, o sindicato do setor promoveu atividade grevista em 1992, resultando numa paralisação de uma semana que foi responsável por “literalmente por isolar o país do resto do mundo”. O ministro responsável deixou o governo, o qual retirou do Congresso o projeto de privatização. Contudo, essa vitória temporária custou a prisão de líderes sindicais durante vários meses, os quais foram acusados de transformar a greve em ato terrorista, ao passo que muitos outros trabalhadores tiveram que passar à clandestinidade. Com o movimento duramente atacado, o mesmo governo pôde, unilateralmente, promover a privatização um ano depois.⁴⁰⁹

Na Argentina, confrontos muito árdios também se fizeram presentes. Nesse país, o programa de reformas neoliberais foi maçicamente colocado em prática pelo governo de Carlos Menem. Tão grande era seu desejo de implantar com êxito essas reformas que colocou interventores em todas as empresas estatais logo após assumir o mandato. Na empresa de telecomunicações nacional, a ENTEL, Menem indicou um dos nomes mais decididamente comprometidos com ortodoxia econômica, a saber, María J. Alsogaray. O movimento sindical, reagindo ao processo, apresentou duas feições distintas. Por um lado, o secretariado geral da FOETRA (*Federación de Obreros y Empleados Telefónicos*) se pautou por uma “negociação branda”, aceitando as privatizações na tentativa de auferir algumas conquistas na nova situação – o que não ocorreu posteriormente. O governo auxiliou essa postura colaboracionista cooptando líderes dessa federação, sendo que o secretário geral da FOETRA ocupou o cargo de subsecretário das Comunicações, enquanto outro membro foi designado ao posto de subinterventor da ENTEL. Mas o *Sindicato Buenos Aires*, afiliado da Federação, foi ocupado por tendências totalmente contrárias à privatização e que partiram para o confronto. Meses antes da venda, o sindicato da capital argentina promoveu uma greve por tempo indeterminado na qual o eixo central de reivindicações, a luta contra a privatização, estendeu-se a fortes questionamentos das reformas macroeconômicas que estavam sendo implementadas no país. A magnitude da resposta do governo Menem evidencia o barulho causado pelo sindicato: foi ordenada uma intervenção extremamente dura no movimento sindical e

⁴⁰⁹ Cf. *Ibid.*, p. 5.

grevista, que obteve apoio até mesmo das forças armadas, as quais tomaram momentaneamente a prestação dos serviços telefônicos. Após, demissões em massa varreram o setor, totalizando mais de 400 trabalhadores.⁴¹⁰

Retornando ao panorama brasileiro, a questão é que, para expandir as bases do movimento popular e de uma oposição forte, seria primordial a atuação do órgão nacional de representação dos trabalhadores do país, no caso a CUT, o que, entretanto, não ocorreu de modo sequer satisfatório. Alguns meses antes do leilão, o SinTPq já alertava sobre as insuficiências sentidas com relação à atuação da central, destacando vários elementos que denotavam a ausência de uma mobilização efetiva por parte da CUT no processo, mas, por outro lado, também vinculava esses problemas às limitações da ação dos trabalhadores de telecomunicações organizados pela FITTEL no interior da central:

(...) A discussão do tema Telecomunicações demorou mais de 6 meses para achar um espaço de reunião da CUT-Nacional para ser debatido⁴¹¹. (...) Na *home page* da CUT, por exemplo, não qualquer referência ao assunto telecomunicações. Não há qualquer referência à Brasil Telecom. Há uma série de artigos dos dirigentes da CUT, mas nenhum tratando de telecomunicações, nem algum *link* para outra página (como da FITTEL, por exemplo) que esteja tratando do assunto. (...) No calendário da CUT não consta qualquer atividade com relação à luta contra a privatização do Sistema de Telecomunicações Brasileiro. Também não há registro de qualquer artigo ou informação sobre o tema nas revistas Informa-CUT. (...) Não conseguimos criar uma simbologia forte de nossa campanha, como foi criada em torno da Vale do Rio Doce, que propiciam uma identificação popular com a causa.⁴¹²

Os motivos para a atuação limitada da CUT derivam-se de várias questões. Na visão dos diretores do SinTPq, dois condicionantes eram vistos como principais, a saber, a falta de discussão e conscientização da central sobre a importância do setor e a pouca força política que exerciam nas instâncias superiores.

A CUT poderia ter potencializado [a luta], poderia ter colocado esse ponto como prioritário em suas bandeiras, e não colocou. Tem uma falta de capacidade nossa de articular com a CUT, eu acredito que tenha também.

⁴¹⁰ Cecília Senen González, “Privatización, relaciones laborales y respuesta sindical en el sector de telecomunicaciones: el caso de Argentina”, in M. S. P. Castro & A. Wachendorfer (Orgs.), *Sindicalismo y globalización: la dolorosa inserción en un mundo incierto*. Editorial Nueva Sociedad, 1999.

⁴¹¹ Segundo o documento, finalmente foram realizadas reuniões em março, contudo, a ata do evento não possuía indicação sobre o tema debatido nem sobre as deliberações tomadas. O sindicato dizia esperar resposta do presidente da CUT sobre esse fato.

⁴¹² Texto de discussão do SinTPq “Brasil Telecom – a Operadora Nacional”, de 06/05/98, p. 3.

Apesar de nós termos tido reuniões com a CUT, nosso setor era de pouca expressividade dentro da central (...) por não ser muito expressivo [o setor], não tínhamos muita influência na direção executiva. Tivemos apoio [com entonação minimizando o fato], soltaram um manifesto... mas não ajudou a organizar a sociedade, e aí nos isolamos.⁴¹³

[Fator] predominante é o que tem a ver com a própria formação da Cut. A CUT é decorrente da influência de vários setores da economia e as tecnologias na área de telecomunicações têm uma participação na composição de pensamento minoritária, principalmente até 1998, que é o ano do leilão. Por conta disso, em geral, as pessoas desenvolvem aquilo em que têm mais acúmulo.⁴¹⁴

Enquanto nós discutíamos a terceira revolução industrial, a CUT discutia a revolução à fumaça ainda. A CUT discutia a questão da terra ainda. Com propriedades, porque nós, num processo histórico de desenvolvimento tardio, passamos por coisas que a Europa já resolveu no séc. XVIII. E nós continuamos aqui ainda discutindo latifúndio, por exemplo (...) Não podemos tirar o mérito dessa discussão. Mas não podemos esquecer a agenda da sociedade da informação. Porque é através das redes de comunicação hoje que navegam o dinheiro, da volatilidade dos mercados, devido à Internet, os meios de comunicação que provocam crises financeiras em países. Através de processos de comunicação que se acentuam desigualdades sociais pelos processos de gestão das grandes corporações em rede.⁴¹⁵

Em contraste à sua ação na prática, o discurso da CUT, materializado em suas resoluções de congresso, caracterizava-se não somente pela postura absolutamente contrária às privatizações, como também por uma análise bem trabalhada ao tentar se compreender o quadro político brasileiro favorável a esse processo. Em 1997, a central afirmava ser o processo de privatização um modelo elaborado com o intuito de reorganizar os capitais externos e internos de modo que o grande capital nacional, financeiro ou industrial, não perdesse espaços no país, mesmo que, nessas novas fontes de acumulação presentes nos antigos serviços públicos, essa burguesia nacional se portasse tão somente “na condição de sócios secundários”. A pequena e média burguesia, por sua vez, mesmo que avessa às conseqüências desnacionalizantes das políticas implementadas, tornava-se um foco

⁴¹³ Dirigente Sindical SinTPq, entrevista 02, 2005. O sindicalista comenta que, no tocante à participação direta, deve-se lembrar do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra), que foi muito mais ativo, ocupando, por exemplo, a sede do BNDES como forma de protesto contra a privatização.

⁴¹⁴ Dirigente Sindical SinTPq, entrevista 05, 2005.

⁴¹⁵ Dirigente Sindical SinTPq, entrevista 01, 2005.

insignificante de resistência ao neoliberalismo, já que buscavam de outras formas as recompensas fornecidas pelo Estado.⁴¹⁶

Pela diversidade de suas tendências e pela luta por coesão interna, essa posição combativa da CUT podia – e pôde -, amiúde, ficar restrita apenas ao campo discursivo, não merecendo a atenção devida do grupo dirigente, que, se na retórica buscava o consenso, na prática tentava transformar a atitude classista e combativa característica da década de 1980, no intuito de adequá-la à proposta de sindicalismo propositivo e “cidadão”, como são provas as medidas e as próprias declarações desses dirigentes⁴¹⁷.

Vincular a nova postura da CUT, com uma clara tendência social-democrata em favor da negociação e da busca por pactos nacionais, à falta de mobilização real entre a base na luta contra as privatizações pode não parecer um exagero, ainda que vários outros elementos estivessem presentes na especificidade de cada setor e da conjuntura política, notadamente marcada pelo poder desmobilizador do desemprego, pela fraqueza do movimento contrário às reformas constitucionais e à quebra de acordos em 1995, do qual somente se sobressaiu a greve dos petroleiros, que fora, mesmo assim, derrotada.

Ocorre que esses condicionantes, ao invés de ativarem a busca pela maior acumulação de forças e trabalho de base, levaram a central a preferir a ação institucional, mais voltado às plataformas já colocadas pela estrutura oficial de poder, ou seja, mais ligado às possibilidades de conquistas que poderiam surgir através de acordos fincados na política tradicional.⁴¹⁸

A CUT, evidentemente, não deixou de seguir as proposta formuladas no âmbito da FITTEL, defendendo o projeto da Brasil Telecom e promovendo atos no momento do leilão. Contudo, muito tempo e oportunidades para o acúmulo de forças já haviam sido desperdiçados, como retrata a avaliação do sindicalista entrevistado:

A CUT foi quase nula nesse processo. Foi muito pouca a participação da central e quando eu digo CUT eu digo a CUT enquanto instituição. A gente tem que salvaguardar a participação de companheiros da CUT, da direção nacional da CUT, que em nenhum momento negou a sua

⁴¹⁶ Cf. CUT, Resoluções do 6º CONCUR, 1997, p.15.

⁴¹⁷ Ver por exemplo, Tumolo, *op. cit*

⁴¹⁸ Vale a pena notar, por exemplo, que Vicentinho, então presidente da CUT, às vésperas do leilão afirmava ter pedido pessoalmente a FHC uma audiência com os trabalhadores da Telebrás, para que esses pudessem explicar-lhe a proposta alternativa, o que, embora fosse concordado pelo presidente, este não havia ainda marcado uma data (“Outra proposta para a Telebrás”, *Folha de São Paulo*, 27/07/98).

participação, seu empenho, seu encaminhamento, mas a CUT demorou muito para tomar certas decisões. Por exemplo, o modelo da Brasil Telecom praticamente a CUT só foi dar o aval 30 dias antes do projeto de privatização. A CUT não tomava a decisão nos seus fóruns sobre o modelo, sobre enfrentamento, sobre apresentação para a sociedade do modelo que seria dos trabalhadores.⁴¹⁹

Importante também ressaltar que, se era verificada uma apatia da CUT nessa questão, o maior braço político da central, o PT, também vivia uma profunda mudança de conteúdo e ação, potencializada anos depois com a eleição de Lula, mas que já na época dava sinais de que os rumos colocados em prática por sua “política real” eram diferentes daqueles propostos em sua origem. Afinal, a legitimidade da crítica do partido estava sendo abalada, pois, em âmbito municipal, direções do PT vinham adotando privatizações, parciais ou não, de algumas empresas de serviços públicos, como se deu em Londrina, Quixadá, São Vicente, Santos e Ribeirão Preto⁴²⁰. Nesta última, governada por Antônio Palocci, 46% das ações da CETERP (Centrais Telefônicas de Ribeirão Preto), foram vendidas para Previ, Sistel e Telos, fundos de pensão, respectivamente, do Banco do Brasil, Telebrás e Embratel. Palocci ainda assinou acordo dando a esses compradores a preferência pela compra total da empresa, se a venda completa fosse posteriormente efetivada.

Seria essa, pela presença dos fundos de pensão dos trabalhadores, já a tentativa de uma “privatização mais justa”? Só precisamos lembrar, como faz Francisco de Oliveira – tomando a expressão de Robert Kurz –, que os “sujeitos monetários” que surgem nessas instituições financeiras importam-se tão somente com a rentabilidade dos fundos, o que implica financiar a reestruturação produtiva do capital e, conseqüentemente, as causas do desemprego.⁴²¹

Para um sindicalista entrevistado, o PT acabou por retrain sua força contestatória por temer um abalo de sua imagem na campanha presidencial de 1998:

Faltou visão estratégica não só da CUT, mas do PT também, pois o ano seguinte com eleição se imaginava que a maioria da população era favorável à privatização e não quiseram fazer o enfrentamento. (...)

⁴¹⁹ Dirigente Sindical SinTPq, entrevista 01, 2005.

⁴²⁰ “Prefeitos do PT descobrem a privatização”, *Folha de São Paulo*, 09/04/95.

⁴²¹ Francisco de Oliveira, *op. cit.*, p. 146.

Durante 1998, o PT não falou em reestatização do sistema Telebrás.⁴²² Exatamente por acreditar que a população era favorável. (...) O PT não quis fazer esse enfrentamento, bater de frente, mobilizar a sociedade, esse foi o erro estratégico no meu ponto de vista (...).⁴²³

Essa postura foi comprovada pela recusa de Lula a comparecer na manifestação planejada no dia do leilão de venda da Telebrás. Segundo informação levantada entre a equipe de eleição do então candidato à presidência, “prevaleceu, no PT, o temor de que a presença do candidato em eventuais tumultos prejudicaria o trabalho de marketing que tenta construir para Lula uma imagem mais cordata e confiável para a classe média”.⁴²⁴

A postura favorável dos sindicatos ao projeto nacional, de caráter público e em união aos interesses do modesto setor interno, evidentemente construído em um contexto negativo, o qual, na visão dos mesmos, os obrigava, em último caso, a disputar “a forma da privatização”, teve um efeito colateral que foi a ausência de estratégias formuladas para se pensar a condição do trabalhador nesse processo. Como explicaram os diretores do SinTPq,

(...) nosso grande debate foi sobre soberania nacional, sobre segurança nacional, interesses nacionais, todos voltados à indústria nacional, quais seriam as conseqüências aos institutos de pesquisa. *O trabalhador nesse caso até ficou em segunda mão.* O foco principal era a questão nacional, soberania.⁴²⁵

⁴²² Segundo reportagem da época, Lula só admitia rever a privatização da Vale do Rio Doce, “sobre as demais estatais que já passaram para o controle privado limita-se a propor uma genérica ‘auditoria’ para investigar os processos”. A mesma reportagem comentava declarações de Lula e José Dirceu que, hoje em dia, soam muito irônicas, a saber, as denúncias de que o governo estaria fazendo “caixa 2” com o dinheiro da venda das teles. Segundo José Dirceu, alvo central do processo de investigação, em 2005, sobre as denúncias de corrupção e “recursos eleitorais não-contabilizados” durante o governo Lula, seria “bom olhar depois as doações para as campanhas eleitorais. Talvez assim seja possível entender tanta pressa para vender a Telebrás quando faltam apenas 110 dias para o final do governo”. Digamos que o partido aprendeu muito bem a jogar o jogo dos supostos adversários (“Governo venderá Telebrás para fazer ‘caixa 2’, diz Lula”, *Folha de São Paulo*, 11/06/98).

⁴²³ Dirigente Sindical SinTPq, entrevista 02, 2005. Um exemplo de “erro estratégico” do PT foi dado por Dantas. Segundo o autor, o partido abriu mão de ocupar três cadeiras, das cinco que tinha direito, na Comissão de Ciência, Tecnologia e Comunicação da Câmara dos Deputados. Com o intuito de ampliar sua participação em outras comissões, ligadas mais diretamente ao tema “social”, deixou as vagas para partidos conservadores “no exato ano em que nesta Comissão se discutiriam todas as questões relativas à nova regulamentação das telecomunicações brasileiras” (Dantas, *op. cit.*, 2002, p. 101).

⁴²⁴ “Dirceu não comparece a entrevistas”, *Folha de São Paulo*, 30/07/98.

⁴²⁵ Dirigente Sindical SinTPq, entrevista 02, 2005.

A gente não pensou como seria a Brasil Telecom em termos de sindicato. Agora, com certeza, a probabilidade que ela viesse a ser uma empresa mais enxuta, voltada para um viés mais pesado em relação às leis trabalhistas, imagino que seria por aí, não seria muito diferente não.⁴²⁶

Isto é, a partir do momento em que a situação os leva a projetar o gerenciamento de um novo empreendimento capaz de não só sobreviver como também alcançar mercados estrangeiros, cria-se uma contradição com a própria prática sindical que, nesse ambiente mundializado, não tem sido favorecida. Assim, o cenário dificilmente seria positivo nessa nova empresa nacional “competitiva”, com tão bem têm demonstrado as estratégias da Petrobrás. Esta situação evidencia, além de tudo, a problemática inserção do movimento sindical na medida em que esse pretende gerir, ao lado dos empresários, empreendimentos que necessariamente funcionam através de prerrogativas capitalistas.

O outro lado da questão é que a constituição de uma empresa mais voltada ao interesse público realmente auxiliaria no aprimoramento das condições básicas de vida do grosso da população, a qual não necessitaria depender do “bom funcionamento” do mercado para usufruir os serviços. Como advertiu um diretor do SinTPq, “com uma empresa nacional o governo teria a possibilidade de fazer política social, de inclusão digital, de universalização da rede e uma tarifa que possa permitir às classes mais baixas terem acesso ao telefone”⁴²⁷.

No capítulo seguinte, então, procuramos apresentar, em linhas gerais, as conseqüências do modelo adotado pelo governo e os principais dilemas enfrentados pelo movimento sindical no país.

⁴²⁶ Dirigente Sindical SinTPq, entrevista 06, 2005.

⁴²⁷ Dirigente Sindical SinTPq, entrevista 01, 2005.

5. Os fracassos do sucesso

5.1 As conseqüências da privatização para os serviços de telecomunicações

Passados quase oito anos da reforma neoliberal do sistema de telecomunicações brasileiro, a privatização das companhias estatais tem sido vista, pelo discurso dominante - ou seja, a mesma mídia e lideranças que fomentaram o processo -, como um grande sucesso. Inegavelmente, há bons números para se explicar esse juízo. Os terminais de telefonia fixa duplicaram, o crescimento da telefonia celular foi gigantesca e à boa parte da população excluída dos serviços anteriormente tem sido ofertada algum mecanismo de comunicação social. A explicação para o feito não é demasiadamente complexa: o capital vive de lucros e, se há a possibilidade de novas esferas de acumulação, certamente irá disponibilizar serviços e produtos que permitam sua reprodução e valorização.

Seriam, então, infundadas as críticas ao modelo privatizante e neoliberal que rege boa parte das economias atuais? Muito longe disso. Mesmo que não fosse esta a intenção, Prata *et al.* definem muito objetivamente o busílis: “o objetivo de toda a revolução que ele [Sérgio Motta] promovia podia estar resumida numa única palavra, o consumidor”. Isto é, a partir do momento em que a prestação de um serviço público é atrelada à condição monetária do indivíduo, ou seja, seu potencial de consumo e não um bem, ou direito, de acesso universal, cria-se a natural divisão entre os que podem usufruir os melhores serviços e as potencialidades tecnológicas contemporâneas e aqueles aos quais restam as migalhas e ilusões do progresso.

Vimos anteriormente que o projeto do governo baseava-se em dois pressupostos, a saber, no poder da competição (mercado e consumidor que se auto-regulam) e na universalização da telefonia, que seria resultado do cumprimento dos contratos de concessão e da fiscalização do órgão regulador, mas ambos agindo em nome do “consumidor”. Contudo, sob esse prisma, há de se convir que existam tanto ‘bons’ quanto ‘maus’ consumidores, isto é, para os usuários rentáveis a concorrência eleva a qualidade e reduz os preços dos serviços, o que não se faz presente, ao contrário, quando se trata dos ‘não-rentáveis’. A indagação de Bolaño nos parece pertinente: “haveria

contradições entre os termos dessa ode liberal à soberania do consumidor e aqueles da universalização dos serviços de base, onde a variedade naturalmente não se coloca?”⁴²⁸. A consequência desse raciocínio, por sinal coerente ao pressuposto do qual parte, é que a imensa parcela da população está:

afastada da possibilidade de exercer a ‘melhor escolha’ ou de ter acesso à informação relevante de forma ampla e conseqüente. Nesse aspecto, o projeto segue a tendência predominante da atual reestruturação do sistema capitalista em nível global, de constituição de uma sociedade à *deux vitesses* – para usar o eufemismo francês – que oferece para uma minoria da população mundial o acesso – de forma, mesmo assim, assimétrica e diferenciada – às maravilhas das novas tecnologias da informação e comunicação, enquanto as amplas maiorias permanecem presas ao velho paradigma da comunicação de massa e da manipulação - propagandística ou publicitária - das necessidades.⁴²⁹

Ou, nas palavras de Milton Santos:

Haverá, assim, diversas existências paralelas: um território bem informado, um território pouco informado e um infinito de soluções intermediárias. Daí a necessidade de compreender as qualidades da informação, reconhecer os seus produtores e possuidores, decifrar seus usos.⁴³⁰

A maior aposta dos entusiastas do livre jogo dos mercados e das forças neoliberais era também seu grande equívoco teórico. Ansiavam que as transformações tecnológicas do setor, como sua união à informática, fossem exclusivamente emancipadoras ao ponto de não só possibilitar, mas de construir e colocar em prática, mecanismos e produtos que derrubassem monopólios, elevassem a qualidade geral dos serviços, diminuíssem os preços e tarifas e *incluíssem* a todos numa grande rede de comunicação e informação. Como buscamos demonstrar no primeiro capítulo, o desenvolvimento de novas tecnologias não se efetiva em meio a um vazio social, isto é, se é verdade que modifica as relações entre os homens e descortina novas possibilidades, esse desenvolvimento obedece e é determinado por relações sociais de produção específicas, que o restringe aos marcos do interesse da acumulação capitalista vigente.

⁴²⁸ C. Bolaño, *op. cit.*, p. 20. O mesmo autor mostra que tais colocações são levantadas desde a elaboração do PASTE, que diferencia esses segmentos de mercado relegando às camadas de baixa renda um “telefone virtual”, qual seja, um “correio de voz que armazena mensagens numa caixa postal que pode ser acessada por qualquer telefone ou o telefone público a cartão indutivo” (p. 21).

⁴²⁹ *Ibid.* p. 23.

⁴³⁰ Milton Santos & Maria Laura Silveira, *O Brasil: território e sociedade*. Rio de Janeiro, Record, 2001, p. 93.

De forma que a análise da situação atual das telecomunicações no país revela muito dessa contradição que marca o movimento de reprodução da economia capitalista. Não é, por exemplo, por falta de telefones que as classes mais pobres não façam uso dos serviços, mas pela simples falta de dinheiro para pagar uma conta. Situação que leva o país a um dos maiores índices de ociosidade de linhas no mundo, ou seja, a diferença entre a planta instalada e a efetivamente em uso. Por outro lado, a tão propalada concorrência, que deveria existir entre as concessionárias de telefonia fixa, é obstaculizada pela tendência e postura monopólica das empresas e, em parte, pelo próprio produto oferecido. Os celulares, vendidos em supermercados e postos de gasolina, como queria Sérgio Motta, são a nova coqueluche do consumo popular. Todavia, através dos ‘pré-pagos’, se paga muito para se usar por muito pouco, subsidiando, às avessas, a pequena camada de ‘pós-pagos’ e usuários corporativos, aos quais benefícios, descontos e até a visada concorrência são devidamente ofertados.

Não deve ser menosprezada a inserção de grande número de pessoas aos serviços prestados. Mas também não se pode afirmar que seria essa a melhor alternativa, ou mesmo, que não houvesse outras. Como também não se pode ignorar *a forma* pela qual essa inclusão é feita e, nesse sentido, o “mito do consumidor” tem íntima relação com as limitações presentes na contemporaneidade capitalista. O discurso que trouxe à tona o poder do consumo dizia respeito a expressões fenomênicas das novas tendências da produção capitalista hodierna. O efeito simbólico, amplamente usado por vários autores, foi o de deslocar a constituição social das identidades, da figura das classes, para a posição que cada indivíduo obtinha em relação ao consumo, ou seja, como se a formação das identidades derivasse muito mais do grau de inserção no consumo do que na posição que se ocupa no momento de produção. Não foi difícil tirar dessa aparência - a qual, é certo, como integrante do todo, também faz parte do real - a perda de relevância do trabalho e, conseqüentemente, da luta organizada em volta deste.

Mas, afinal, de onde vem o “mito apologético”, como designa Mészáros, da “soberania do consumidor”?⁴³¹ Esta suposta soberania evidencia, na verdade, a internalização das demandas do capital pelos trabalhadores, aos quais são concedidos “direitos” para se cobrar por algo posto a priori, ou seja, já devidamente legitimado pelas

⁴³¹ Cf. István Mészáros, *op. cit.*, 2002, p. 628.

necessidades, e pela forma de valorização, do capital⁴³². Consumidor é, a rigor, a forma social que faz do trabalhador um fiscal do capital que, contudo, não integra o processo decisório sobre o quê, ou de qual forma, produzir, mas simplesmente o que fazer com o que se produz aos milhares. De fato, nada mais interessante, na ótica do capital, delegar a esse consumidor alguns ‘direitos’, tornando-o, aparentemente, um agente importante da produção. É certo que muitos dos produtos advindos com as transformações tecnológicas chegam mesmo aos estratos mais baixos de renda. Como lembra Francisco de Oliveira, “falta dizer, ao modo frankfurtiano, que essa capacidade de levar o consumo até os setores mais pobres da sociedade é ela mesma o mais poderoso narcótico social”⁴³³. E não há limites para a dita inclusão, como comenta Gilberto Dupas:

Na África, em regiões sem água e sem iluminação, parte expressiva da população está sendo induzida pela propaganda a comprar celulares usados e pequenos créditos de minutos mensais. Mesmo com a maioria dos africanos vivendo com menos de US\$ 2 por dia, as operadoras já convenceram muitas dezenas de milhares deles que têm direito "ao progresso e à felicidade" do telefone móvel. Aldeões da serra do Congo improvisaram antenas de 15 metros em topos de árvore; e baterias de automóvel são carregadas em postos de gasolina por indivíduos que nunca terão um carro e cobram US\$ 0,80 para dar energia a um celular.⁴³⁴

Não que a comunicação social, e todos os meios que a efetivam, não seja importante à multifacetada classe trabalhadora de hoje, que se beneficia de oportunidades trazidas pela mobilidade da telefonia, por exemplo. No entanto, o que se torna profundamente problemática é a inserção dessa população nesse tipo de consumo, que, por sinal, aos poucos se equipara à funcionalidade da moda, isto é, despeja esporadicamente novos aparelhos no mercado tendo em vista a manutenção do ritmo de produção e vendas.

5.1.1 Telefonia fixa: estagnação do crescimento, má distribuição e falsa competição

⁴³² Segundo Mészáros (*op. cit.*, 2002, p. 628), “o trabalhador só pode obter acesso a uma determinada classe e quantidade de valores-de-uso – correspondendo ela ou não às suas necessidades reais – enquanto o capital, com base na unidade reconstituída de necessidade (troca) e produção (reprodução), os legitima como viáveis e lucrativos no interior da estrutura da homogeneização corrente. Por essa via o trabalhador internaliza as necessidades e os imperativos do capital como seus próprios, como inseparáveis da relação de troca, e por isso aceita a imposição de valores de uso *capitalisticamente viáveis* como se emanassem de suas próprias necessidades”.

⁴³³ F. de Oliveira, *op. cit.*, p. 144.

⁴³⁴ Gilberto Dupas, “Pobreza e acumulação global”, *Folha de São Paulo*, 24/01/06.

Com a privatização, o serviço mais tradicional das operadoras de telecomunicações, a telefonia fixa, mais do que duplicou num intervalo de pouco mais de cinco anos, muito por conta, evidentemente, das metas impostas pelo governo ao distribuir as concessões. Em 1998, existiam no país cerca de 20 milhões de terminais de telefonia fixa instalados, que perfazem, em 2005, 52,8 milhões de linhas. A teledensidade, que é o número de linhas por 100 habitantes, chegou a um pico de 29,7% em 2004, decaindo para 28,72% em 2005, um crescimento significativo tendo em vista os 11,2% de 1998⁴³⁵, mesmo que seja um índice modesto se comparado aos países centrais, que chegam a mais de 50%. Esses índices são também inferiores às expectativas do governo tucano, o qual esperava 58 milhões de linhas instaladas e uma teledensidade de 32,6%⁴³⁶.

O paradoxo da situação, contudo, exemplifica o quadro do setor no país: além da estagnação que tem sido visto desde 2002 (em decorrência do cumprimento das metas) e a despeito do aumento do número de linhas, verifica-se a diminuição do uso dos serviços pela população, ou seja, “há mais telefones e o povo está falando menos”⁴³⁷. Este fato é comprovado pela margem de não utilização das linhas, ou seja, entre o número de telefones instalados e aqueles em serviço há uma coeficiente de ociosidade, cuja margem normal é de 10%. No Brasil atual, essa taxa é de 24%, fazendo com que o número de linhas efetivamente em uso seja de 40,4 milhões, proporção que, importante notar, *é exatamente a mesma de 2001*, o que demonstra o desinteresse das operadoras de contornar essa situação⁴³⁸. A razão para tal “desuso” vem, logicamente, da baixa renda da população, da obrigatoriedade da assinatura básica e do aumento das tarifas, custos que, na visão do empresariado do setor, são oriundos apenas, evidentemente, dos altos impostos. Como afirma Dantas, “milhões de brasileiros tiveram bons motivos para festejar o acesso ao mundo da telefonia, até o dia – um mês depois – em que chegava a primeira conta telefônica”⁴³⁹. A grande ociosidade das linhas traz, conseqüentemente, uma diminuição da

⁴³⁵ Cf. Atlas Brasileiro de Telecomunicações (ABT) 2006, São Paulo, Ed. Glasberg.

⁴³⁶ Cf. ANATEL “Incluindo os excluídos. Balanço 2001”. Brasília, 17 de janeiro de 2002, disponibilizado em www.anatel.gov.br.

⁴³⁷ Dantas, *op. cit.*, 2002, p. 16.

⁴³⁸ Cf. *Ibid.* e ABT 2006.

⁴³⁹ Dantas, *op. cit.*, 2002, p. 20. Segundo reportagem da *Folha de São Paulo* (27/11/2001), “o sonho da universalização da telefonia esbarrou na pobreza da população. De janeiro a setembro deste ano (2001), 2,5

verdadeira teledensidade do país, ou seja, levando-se em conta somente os terminais em uso, aqueles 28% se transformam em somente 22 telefones para cada 100 habitantes, taxa absolutamente negativa se pensada a ambição do projeto inicial.

O ponto nevrálgico de toda essa situação reside na questão do fim do subsídio cruzado, que, por sinal, enquanto interferência direta do Estado na economia, é mais uma expressão da crise do ideário social-democrata com a internacionalização do capital⁴⁴⁰. Como já mencionamos, o Sistema Telebrás fazia uso dos subsídios para auxiliar as camadas mais populares e regiões do país com menores recursos, de modo que sobretaxava serviços utilizados em maior escala pelos grandes usuários repassando essa parcela adicional à telefonia local, mais popular, que, assim, se tornava menos cara. Ocorre que a crescente mercantilização das telecomunicações passou a ver o subsídio cruzado como o grande vilão do modelo estatal, já que, nessa visão, era inimaginável se sobretaxar o segmento mais rentável e lucrativo do setor. Na verdade, o usuário residencial, pelo menos em sua maioria, nunca foi um “bom consumidor” para as operadoras, isso porque a utilização do serviço deve ser disponibilizada durante as vinte e quatro horas do dia, mesmo que o emprego efetivo da linha seja de poucos minutos.

Aqui chegamos à essência da contradição que se constata quando empresas privadas prestam serviços públicos. Para que a telefonia chegue, *em verdadeiras condições de uso*, à grande população, é necessária, em certa medida, a quebra da lógica da busca dos altos lucros pelas empresas, o que, em última instância, as “inviabilizam” economicamente quando inseridas na competição global, além do que os maiores financiadores de seu desenvolvimento são os mesmo grandes usuários corporativos que exigem a mercantilização dos serviços.

A readequação das tarifas no Brasil vinha sendo praticada pelo governo de FHC mesmo antes da privatização, que, desde 1995, retirava gradualmente os subsídios e elevava o valor da assinatura básica. Deste ano até 1997, a assinatura teve um acréscimo de 513,65%, enquanto os pulsos tiveram um aumento de 80%⁴⁴¹. Mas, no país, a situação anterior também não podia ser considerada muito favorável às camadas mais pobres, pois,

milhões de telefones foram desligados, por incapacidade de pagamento dos usuários. Em muitos casos, os assinantes não conseguem pagar sequer a primeira conta”.

⁴⁴⁰ Dantas explora a imbricação entre o subsídio cruzado e o Estado de bem-estar no capítulo 4 de seu livro, *op. cit.*, 2002.

⁴⁴¹ Cf. *Ibid*, p.22.

como demonstramos, o acesso ao produto era extremamente elevado. A proposta do governo baseava-se nessa incongruência: “não fosse suficiente os mais pobres não disporem de recursos para ter acesso à telefonia residencial, os mais abastados e possuidores desse benefício pagavam a ridícula quantia de R\$ 0,44 como tarifa mensal de assinatura”⁴⁴². Ocorre que, atualmente, a “quantia ridícula” gira em torno de R\$ 40, o que impede a utilização da telefonia fixa por uma grande parcela da população, mesmo que o acesso ao terminal físico seja simples e de relativo baixo custo.

Mas há, ainda, outro elemento que relativiza o sucesso da multiplicação de linhas telefônicas no país. Quando se exalta as milhões de linhas instaladas e o índice de teledensidade, ignora-se que, como quaisquer números absolutos e médias, resta o principal, ou seja, a forma como são distribuídas essas linhas e como são territorializados os índices apresentados abstratamente. Tendo o Brasil um dos maiores níveis de desigualdade social do mundo, não seria difícil imaginar que, num contexto de serviços privatizados e guiados pelo mercado, a distribuição dos mesmos respeitaria a tendência elitista da sociedade brasileira. E, no geral, é exatamente isso o que ocorre.

Enquanto os principais centros econômicos do país apresentam índices de teledensidade em torno de 40, 50 e até 60%, milhares de outros municípios brasileiros têm valores muito mais baixos, menores até do que a média quando o sistema ainda era estatal. Para se ter uma idéia, em 2004, apenas 58 municípios brasileiros, que correspondem à metade do IPC nacional⁴⁴³, possuíam 58% do total de linhas instaladas no país. Se elevarmos à, ainda pequena, quantia de 331 municípios, que representam 75% do IPC, encontraremos aí 81% de todas as linhas telefônicas nacionais. Assim, conforme explicitado no quadro abaixo, mais de 4,5 mil municípios apresentam teledensidade igual aos valores de 2000, ou seja, menos de 20%, e cerca de 3 mil municípios têm índices inferiores ao contexto pré-privatização, ou seja, em torno de 12%. Por outro lado, apenas 40 municípios têm teledensidade superior a 40%.⁴⁴⁴

⁴⁴² ANATEL, *PASTE* (Perspectivas para a Ampliação e Modernização do Setor de Telecomunicações), Brasília, 2000 (se trata de um documento cuja mesma sigla foi usada em 1995, sendo reutilizada em 2000 para visualizar o panorama do setor privatizado).

⁴⁴³ Índice Potencial de Consumo, que reflete a porcentagem de cada município sobre o consumo de bens e serviços no país.

⁴⁴⁴ Cf. Atlas Brasileiro de Telecomunicações (ABT) 2005, Ed. Glasberg, p. 19.

Teledensidade por Municípios

Teledensidade	Municípios
0 a 5%	1285
5% a 10%	1.567
10% a 15%	1.008
15% a 20%	725
20% a 25%	434
25% a 30%	259
30% a 35%	113
35% a 40%	63
40% a 45%	43
45% a 50%	27
50%	40

Fonte: ABT 2005, *op. cit*

A fragmentação da Telebrás implicou também na divisão das áreas nobres (sempre bom lembrar, nobres para o mercado, que ignora demais formas de “riqueza”). Assim, a Telemar, único consórcio formado exclusivamente por grupos nacionais e com a participação do Estado via BNDES, opera nas regiões que menos oferecem atrativos ao mercado de telefonia. É a companhia que está presente na maioria dos municípios brasileiros, quase 3 mil, que correspondem a 53,44% da população e a 51% dos domicílios e, dos domicílios rurais, a 65%. O IPC dessa grande área, contudo, gira em torno de 40% do total nacional e o resultado prático é a baixíssima teledensidade das linhas em serviço, ou seja, se considerarmos o número de linhas efetivamente em uso, e não somente as instaladas, a média da região da Telemar, que inclui estados do Norte, Nordeste e Sudeste, é de apenas 16%.⁴⁴⁵

Isso mostra que a ociosidade das linhas é, logicamente, também desigual pelo país. Se a média nacional, de 24%, já é considerada alta, não se pode esquecer que diversas regiões de estados como Pará, Amazonas, Maranhão, Piauí, Pernambuco e Bahia, além dos estados inteiros do Amapá e Roraima, apresentam ociosidade de linhas que variam de 40 a 50%. Num caso mais extremo, na região oeste do Pará, em que vivem 1,1 milhão de pessoas, dos 189 mil acessos instalados, somente 66 mil encontram-se em uso, o que gera a monstruosa taxa de 65% de ociosidade de linhas.⁴⁴⁶

⁴⁴⁵ Cf. ABT 2006, *op. cit* p. 20

⁴⁴⁶ Cf. ABT 2006, *op. cit.*, p.26.

Com os dados da PNAD⁴⁴⁷ de 2002, a ABRAFIX (Associação Brasileira das Prestadoras de Serviço Telefônico Comutado), por meio de seu presidente, dava seu próprio “atestado de sucesso” à privatização, pelo fato de que 61% dos domicílios no Brasil passaram a dispor de telefonia⁴⁴⁸. Sem desmerecer o salto obtido, a entidade, contudo, ignorava alguns importantes fatores. Exemplos: a) ainda que seja expressivo o aumento desse percentual, a taxa de crescimento não era muito maior que os índices obtidos quando o Estado resolveu investir um pouco no setor, como ocorreu entre 1995 e 1996; b) ‘esquecia’ de mencionar que o número *incluía* a telefonia celular (sobre a qual falaremos a seguir), ou seja, somente 52,9 e não 61% tinham acesso à telefonia fixa, como procurava dar a entender o artigo; c) mais uma vez ‘esquecia’ de precisar que o índice se tratava de uma média nacional, que encobria as diferenças regionais. Pela tabela abaixo, vemos a desigualdade da distribuição que levava, por exemplo, a uma situação em que, em 2002, 62% dos domicílios no nordeste não possuíam acesso à telefonia, justamente o contrário da média nacional.

Presença de Telefones em Domicílios brasileiros (%)				
Brasil e Região Geográfica	Ano			
	2001	2002	2003	2004
Brasil	58,9	61,6	62,0	65,4
Norte	53,4	52,9	53,8	48,1
Nordeste	35,9	37,4	37,3	41,3
Sudeste	70,6	72,6	72,1	75,8
Sul	64,9	71,1	73,9	78,3
Centro-Oeste	59,9	64,8	67,1	72,8

Obs. Até 2003, exclusive a população da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Fonte: IBGE - PNAD

A tabela também nos mostra que a quantidade de telefones decaiu na região Norte de 2003 para 2004, mas, na verdade, esse decréscimo é fruto da ampliação da pesquisa do IBGE, em 2004, às áreas rurais dos estados dessa região, que revelou com mais fidelidade a situação real dessa área. Importante também demonstrar quanto desses índices relacionavam-se à telefonia fixa, ou seja, excluindo os domicílios nos quais só existiam

⁴⁴⁷ Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, do IBGE.

⁴⁴⁸ Carlos de Paiva Lopes, “As conquistas sociais das telecomunicações”, 02/05/2004, www.abrafix.org.br.

celulares, chega-se a uma média nacional mais modesta e em declínio ao longo dos anos mais recentes.

Presença da telefonia fixa em domicílios - Brasil geral (%)

2001	2002	2003	2004
51,1	52,9	50,8	49,6

Fonte: IBGE -PNAD

As disparidades regionais nos permitem levar o mesmo raciocínio para pensarmos as diferenças existentes no interior dos grandes centros urbanos, ou seja, nada nos impede de imaginar, e alguns estudos já indicam essa tendência, que desigualdades gritantes também existem no interior das cidades, com bairros muito superiores à média nacional e aqueles ainda em uma situação não muito diferente da década passada. Como exemplo, milhares de linhas podem chegar numa única grande empresa ou indústria, enquanto poucas estejam efetivamente em uso nas áreas vizinhas. Antigo aliado de Sergio Motta como presidente da Telebrás, e atual presidente da Telefônica no Brasil, Fernando Xavier Ferreira, comprova esta tendência ao afirmar que “a baixa renda per capita associada a uma forte concentração de renda se, por um lado, ainda inibe o acesso ao serviço telefônico individual às classes menos favorecidas, por outro, cria um forte mercado para a segunda e terceira linha entre as classes A e B”⁴⁴⁹. Na tabela a seguir pode-se visualizar o acesso à telefonia de acordo com a renda, da qual podemos extrair que, entre as camadas que possuem renda domiciliar até três salários mínimos – o que representa quase metade da população –, a presença de telefone gira em torno de apenas 30% do total das residências desse segmento.

Domicílios por classes de rendimento mensal domiciliar e telefone (%)					
Classes de rendimento mensal domiciliar	Telefone	Ano			
		2001	2002	2003	2004
Total	Total	100,0	100,0	100,0	100,0
	Tinham	58,9	61,6	62,0	65,4
	Não tinham	41,0	38,3	38,0	34,6
Até 1 salário mínimo	Total	11,7	12,0	12,9	11,5

⁴⁴⁹ Fernando X. Ferreira, “Mercado e operadoras brasileiras - balanços e perspectivas”, in C. Plaza & M. Wohlers, *Informe Anual do Setor de Telecomunicações*. São Paulo, CELAET, 2000, p. 119.

	Tinham	1,9	2,3	2,6	2,7
	Não tinham	9,8	9,7	10,3	8,8
Mais de 1 a 2 salários mínimos	Total	18,5	19,2	19,8	20,6
	Tinham	5,5	6,7	7,3	8,6
	Não tinham	13,0	12,5	12,4	12,0
Mais de 2 a 3 salários mínimos	Total	14,7	15,6	16,2	15,7
	Tinham	7,0	8,1	9,0	9,2
	Não tinham	7,7	7,5	7,2	6,5
Mais de 3 a 5 salários mínimos	Total	19,1	19,1	19,4	20,3
	Tinham	13,0	13,8	14,5	15,7
	Não tinham	6,1	5,3	4,9	4,6
Mais de 5 a 10 salários mínimos	Total	18,1	17,7	16,3	17,0
	Tinham	15,8	15,9	14,7	15,5
	Não tinham	2,3	1,8	1,6	1,4
Mais de 10 a 20 salários mínimos	Total	9,0	8,5	8,0	7,7
	Tinham	8,7	8,3	7,8	7,5
	Não tinham	0,3	0,2	0,2	0,2
Mais de 20 salários mínimos	Total	4,9	4,7	3,9	3,7
	Tinham	4,9	4,7	3,9	3,6
	Não tinham	0,1	0,0	0,0	0,0

Obs.: Até 2003, exclusive a população da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.
Fonte: IBGE - PNAD

Para as empresas a resposta é simples: não podem ser responsabilizadas pela pobreza da população e pelos “altos tributos”. Se nem “almoço grátis” existiria, como polemizava Milton Friedman, quanto menos telefones. Resultado prático: a manutenção da desigualdade social e do fosso tecnológico no âmbito das telecomunicações. Nesse sentido, quando as operadoras recebem “certificados de universalização” pelo Ministério, esconde-se que o serviço de telefonia fixa está universalizado para *quem pode pagar por ele*, muito diferente da proposta de um sistema realmente público no qual o poder aquisitivo não seria o critério definidor da universalidade.

Além das tarifas que sobem continuamente, o grande obstáculo à população de baixa renda para fazer uso da telefonia fixa é a assinatura básica obrigatória. Aos olhos do mercado parece muito pouco, mas grande parte das famílias é incapaz de manter um custo fixo de cerca de R\$ 40 independente do uso do serviço telefônico. A inflação

acumulada de julho de 1994 a maio de 2004, segundo o IPC-Fipe, foi de 143%. Os serviços de utilidade pública foram os que mais influíram negativamente na alta desses valores e, em especial, a conta de telefonia fixa, que teve um índice de reajuste de 611% no mesmo período, o maior registrado⁴⁵⁰. É certo que boa parte dessa alta deriva-se do fim dos subsídios cruzados e da adequação das tarifas ao mercado, isto é, condições específicas e conjunturais do setor que se preparava para a desestatização. Todavia, mesmo depois da privatização, quando os valores já haviam sido ajustados, a assinatura básica, por exemplo, aumentou aproximadamente 172% nesse curto intervalo, superior até ao IGP-DI, que é o índice de inflação que até pouco tempo atrás corrigia as tarifas do setor, o qual apresentou alta de 127,7%. A alta da assinatura pode ser maior que a do índice regulador pois os contratos impõem limites somente aos valores médios, o que possibilita as empresas a concentrar as altas naquilo que a elas é mais vantajoso, isto é, em uma tarifa que qualquer usuário paga mensalmente, independente do uso. Essa situação desencadeou uma avalanche de ações na justiça, vindas até mesmo de sindicatos do setor, que contestavam a obrigatoriedade da cobrança. A reação das operadoras não destoa do discurso já conhecido, que desloca o problema ao próprio “consumidor”: “O valor reflete os investimentos feitos pelas empresas. É difícil falar sobre hipóteses. A renda também poderia ter aumentado mais”⁴⁵¹. Em outra ocasião, o mesmo representante ameaçava que a situação, se finda a assinatura, tornar-se-ia preocupante, criando “uma instabilidade muito grande”, de forma que as empresas já “estão reduzindo investimentos”⁴⁵².

Aqui surge a necessidade de se discutir um elemento que, durante o processo de privatização, era onipresente nos discursos dos líderes governistas, mas que, atualmente, se mostra praticamente nulo no segmento de telefonia fixa, qual seja, a tão propalada “competição”. Nesse aspecto, não é exagero afirmar que o Ministério das Comunicações e o governo FHC recorreram a argumentos, no mínimo, rasteiros, contraditórios, falaciosos e extremamente equivocados (se é que esse ‘equivoco’ não fora desejado politicamente). Um exemplo claro: a já citada revista interna “Teleconexão”, editorada com o objetivo de explicar aos funcionários da Telebrás o projeto do governo para a empresa, trazia em seu

⁴⁵⁰ “Dez anos de real”, *Folha de São Paulo*, 27/06/2004.

⁴⁵¹ José Fernandes Pauletti, presidente-executivo da ABRAFIX, “Assinatura fixa subiu mais que inflação”, *Folha de São Paulo*, 12/07/2005.

⁴⁵² Idem, em “Teles já falam em reduzir investimento”, *Folha de São Paulo*, 4/08/2005.

primeiro número uma entrevista com Sérgio Motta, que resumia o programa elaborado a partir de dois pilares: “a competição na prestação dos serviços e universalização do acesso aos serviços básicos”. Mas, nas suas exatas palavras,

Essas duas características decorrem da convicção de que a grande alavanca para o desenvolvimento do setor é a competição. Somente a competição será capaz de fazer com que os prestadores dos serviços cuidem efetivamente de atender à demanda dos consumidores. Numa sociedade injusta como é a brasileira, é fundamental a criação de mecanismos que assegurem que as desigualdades não aumentem ainda mais, garantindo às classes menos favorecidas acesso aos serviços de telecomunicações, peça importante para o desenvolvimento econômico e social.⁴⁵³

Nessas poucas frases, o então ministro buscava, a partir de uma relação esquizofrênica, conciliar aos olhos dos trabalhadores da Telebrás a “grande alavanca da competição” com a universalização dos serviços, como se tudo dissesse respeito a uma só coisa. Apenas três páginas à frente, em letras garrafais, surgia outro artigo intitulado “Haverá competição desde o início”, o qual explicava que “assim que as três *holdings* regionais e a Embratel estiverem privatizadas, o governo selecionará uma nova competidora em cada área. Ou seja, haverá concorrência desde o início”⁴⁵⁴. Também não é exagero dizer que essa fé na competição era um verdadeiro embuste, já que nenhuma experiência mundial, como muito bem conheciam todos os técnicos e diretores do Ministério (muitos deles hoje nas empresas monopólicas de telefonia fixa), autorizava estender a competição, possível em alguns segmentos, a todo o setor, ou muito mais enganador, que essa levasse à universalização dos serviços.

As competidoras escolhidas pelo governo são conhecidas como “espelhos”, ou “entrantes”, e seriam responsáveis por praticar a competição com as compradoras das antigas estatais, as “*incumbents*”. A Vésper, comprada em 2003 pela Embratel, é a espelho da Telefônica e da Telemar, enquanto a GVT competiria com a Brasil Telecom. As metas iniciais, propostas pelo BNDES, eram as seguintes: a Vésper tomaria 15% do mercado da

⁴⁵³ O título da entrevista como o ministro é emblemático “Fim do monopólio gera competição e garante serviços de melhor qualidade”, revista *Teleconexão*, nº 1, março de 1998, p. 5.

⁴⁵⁴ Revista *Teleconexão*, *op. cit.*, p.8.

Telefônica e 8% da Telemar, quanto a GVT tomaria 13% de sua concorrente. Em 2005, os resultados se mostraram pífios, sendo, respectivamente, 1,3; 2,5 e 4,1%.⁴⁵⁵

A limitação tecnológica marcante no setor é que a telefonia local ainda depende da estrutura física das redes, assim, quem herdou as instalações das antigas estatais tem todas as condições exercer postura monopólica no mercado⁴⁵⁶. Por outro lado, serviços de DDD e DDI podem suscitar alguma competição, pois entram em jogo outros mecanismo para além das redes físicas, mas, mesmo assim, são limitados pelas taxas de interconexão das empresas locais, ou seja, as companhias privadas que se aproveitaram do monopólio das estatais precisam conceder o uso de suas redes, obtendo, por esse motivo, um grande poder para fabricar preços que incidem em toda a cadeia. Em outras palavras, não obstante novas tecnologias e serviços diferenciados, ainda existe uma dependência muito forte em relação às redes físicas das grandes operadoras, que por sinal, exercem hoje um monopólio privado. E quem diz isso são os próprios empresários:

Nós não vemos competição. Nas ligações locais, em São Paulo, é totalmente monopólio da Telefônica. Na longa distância, há uma concorrência aparente. As empresas dizem que estão oferecendo desconto de 30, 40%, mas esse valor é sobre o quê? Existe uma jogada de marketing para confundir o cliente. Ninguém sabe ao certo quanto paga pelas ligações (...) As tarifas de interconexão são cobradas ao bel prazer das operadoras, que não aceitam negociar condições melhores, porque dominam o mercado. Parece que elas fazem acertos internos para que não haja tarifas diferenciadas entre uma e outra. Assim elas nunca perdem, e empresas como a GVT têm apenas as opções de desistir ou aceitar as condições (...).⁴⁵⁷

A LGT já previa essas dificuldades e, para tanto, indicava, de forma genérica, a necessidade de compartilhamento de infra-estruturas para a viabilidade da competição, um mecanismo conhecido como *unbundling*, que permite a interconexão de diferentes operadoras, fatores mais bem detalhados no Plano Geral de Metas de Competição. Ora, não

⁴⁵⁵ Cf. RNT, 15/03/2005.

⁴⁵⁶ Toda essa estrutura positiva às grande operadoras regionais tem sido bem usada para garantir o monopólio. Um caso ilustra bem a situação. Em maio de 2005, descobriu-se que a Telemar espionava há três anos sua concorrente local, a Vésper, pois, como tinha total poder das chamadas, a empresa rastreava a ligação de seus cliente à Vésper. Após, a Telemar cruzava as informações com o valor médio da conta desses usuários e histórico de inadimplência, classificando-os como “diamante, ouro, prata e bronze”. De posse de todas as informações, se interessante, fazia uma ligação para o mesmo usuário propondo “ofertas imperdíveis” (Cf. “Telemar espiona empresa rival há três anos”, *Folha de São Paulo*, 8/05/2005).

⁴⁵⁷ Amos Genish, presidente da GVT, “Presidente da GVT diz que setor é monopólio”, *Folha de São Paulo*, 7/11/2005

é porque está na lei que seja algo cumprido. Segundo opinião de um analista, esse intento é extremamente complexo, pois “todo o projeto se baseia na hipótese de que as operadoras instaladas nas cidades cederão suas redes de cabos e centrais às novas empresas que chegarem. O problema é que isso não vai ocorrer. Não há como forçar uma operadora a ceder aquilo que é essencial a seu negócio”⁴⁵⁸. A ANATEL até que tentou alguma medida nesse sentido. Em 2005, por exemplo, aprovou novas resoluções que buscavam dar eficiência maior para a chamada EILD (Exploração Industrial de Linha Dedicada), que diz respeito à interconexão. Contudo, segundo Luis Cusa, presidente da Telcomp (entidade que reúne “empresas de telecomunicações competitivas”), as grandes operadoras nunca aceitaram essa nova regulamentação, afirmando não possuir “mercado significativo, embora todo mundo saiba que elas têm”. E prossegue alertando que “se a ANATEL vai fazer uma regra quando convence e só quando a operadora está de acordo, nunca fará, nunca vai tirar um monopolista dizendo que será melhor para o país”.⁴⁵⁹

A outra aposta pensada pelo governo foi a de permitir, a partir de 2002, que as operados regionais pudessem prestar serviços para além de suas fronteiras, sob a condição de que essas antecipassem as metas estabelecidas. Não foi muito difícil a essas empresas instalarem as linhas acordadas – o que, no princípio, se deu da forma mais caótica possível, como atesta a queda da qualidade verificada⁴⁶⁰ – até porque o objetivo era muito mais a simples instalação do que a possibilitar o uso das pessoas, como vimos acima. Mas, livres dos limites territoriais anteriormente estipulados, o interesse das grandes companhias está inteiramente voltado ao mercado corporativo, isto é, os usuários que propiciam altos lucros, até porque não colocariam seus tentáculos em outras regiões para oferecer mais linhas deficitárias.

Essa foi uma tendência que se iniciou já em 2002 e que até hoje, *permanece praticamente inalterada*. Nenhuma operadora, seja ela pequena ou grande, promoveu ações efetivas para ampliar a competição na telefonia local para consumo residencial, ao contrário, todas estão inteiramente focadas, quando saem de suas áreas de origem, somente no mercado corporativo. Até mesmo Renato Guerreiro, primeiro presidente da ANATEL

⁴⁵⁸ Virgílio Freire, *Folha de São Paulo*, 11/08/2002.

⁴⁵⁹ Luis Cusa, “Em defesa das pequenas”, *Teletime*, nº 85, jan/fev 2006, p. 40.

⁴⁶⁰ Foram tantos os problemas nos primeiros anos da privatização que o estado de São Paulo chegou a formar uma CPI da Telefônica, para averiguar as principais mazelas do setor.

indicado pelo governo tucano, reagiu com (estranha) surpresa, pois, segundo ele, ao contrário do que tem sido visto, a regulamentação da telefonia visava a “permitir o acesso àquela faixa da população que ainda está alijada dos benefícios trazidos pelo modelo”⁴⁶¹. O mais interessante é que a ANATEL, por lei, exige a disponibilização de serviços para consumidores residenciais se as empresas saem de suas áreas originárias. A resposta das operadoras tem sido condizente com a insensatez de um projeto que buscava o bem-estar público com a lógica privada do mercado, qual seja, para evitar esses ‘mal consumidores’, oferecerão linhas telefônicas caras ou de baixa qualidade, podendo assim concentrar os esforços para conseguir o mercado das empresas. Os resultados práticos são verificados atualmente: A AT&T, por exemplo, conseguiu concessão para operar em certas cidades, mas avisa, “quem quiser uma linha residencial poderá fazer o pedido, mas o mercado vai perceber que é melhor ser atendido por outras operadoras”⁴⁶². Já a Telemar, que desde 2002 pode operar em São Paulo, sequer faz publicidade para consumidores residenciais.

O Atlas Brasileiro de Telecomunicações de 2006 atesta um diagnóstico idêntico atualmente, isto é, “a competição das autorizadas fica mais intensa apenas em poucos nichos de alto poder aquisitivo”. A Telefônica em São Paulo é um bom exemplo. Mesmo que sofra virtual concorrência em 71% dos domicílios que serve de 15 outras operadoras, as quais detêm a possibilidade de numeração própria e interconexão, a realidade tem mostrado que “o marketing dos concorrentes tem sido cauteloso e pouco ou nada voltado para o mercado residencial”. A própria Telefônica, que está autorizada a prestar serviços em 23 cidades fora de sua áreas de concessão, tem como estratégia “apenas ter autorização para atender, provavelmente, um ou outro grande cliente”.⁴⁶³

Passada a necessidade dos belos discursos a favor da liberalização do mercado, o novo cartel formado pelas operadoras deixa muito claro as limitações da competição, pois mesmo a concorrência no segmento lucrativo é mal vista e qualquer tipo de compartilhamento de rede deve ser acompanhado de “balanceamentos de tarifa”. Segundo a assessoria de regulamentação da Telefônica, pelo fato de apenas 35% de sua clientela ser lucrativa, “se as entrantes roubarem 10% dos clientes lucrativos, o equilíbrio econômico-

⁴⁶¹ Renato Guerreiro, em declaração numa sugestiva reportagem intitulada “Cliente ‘pobre’ está fora dos planos de teles”, *Folha de São Paulo*, 11/08/2002.

⁴⁶² Arthur Itausse, presidente da At&T, *Folha de São Paulo*, 11/08/2002.

⁴⁶³ ABT 2006, *op. cit.*, p. 20-21.

financeiro das empresas estará ameaçado”. Tirando toda a carga de responsabilidade que outrora fora depositada nessas grandes companhias internacionais, alega que “já existe uma concorrência efetiva de voz, com as celulares”⁴⁶⁴, sobre os quais discutiremos a seguir.

5.1.2. A “Revolução” dos celulares

No tocante à telefonia celular, o período pós-privatização presenciou uma elevação gigantesca do número de linhas e aparelhos comercializados, com competição verificada entre várias companhias. O ano de 2005 fechou com a impressionante marca de 86,2 milhões de celulares existentes no país e, mais importante, possibilitou o acesso de famílias de baixo rendimento mensal a um serviço de telefonia pessoal. A questão mais pertinente, contudo, é a seguinte: como um serviço, cuja utilização *é sabidamente mais cara que a tradicional telefonia fixa*, pôde se desenvolver tanto no país?

A resposta está no tipo de celulares que existem no Brasil: a grande maioria, mais de 80%, é comprada através do sistema pré-pago, ou seja, ao ser adquirido um aparelho, o usuário só o utiliza quando compra créditos avulsos, sem ter a necessidade de pagar uma taxa mensal de assinatura. Moral da história: existem muito celulares no país simplesmente porque a obtenção do aparelho não acarreta, obrigatoriamente, o uso do serviço, pelo menos por um longo período. Essa situação origina um quadro inusitado, qual seja, por mais telefones móveis que existam no país, boa parte são de pessoas que utilizam precariamente o serviço, ficando até um ano sem fazer uma chamada e, se possível, somente fazendo ligações a cobrar. O celular, para milhões de pessoas, são como “orelhões” que se levam no bolso⁴⁶⁵.

Evidentemente, ainda se pode ver um lado positivo para a população, pois mesmo nessas condições o celular pré-pago é uma importante forma de comunicação para o trabalho cada vez mais heterogêneo que é característico do mundo atual. Porém, o crescimento vigoroso dos pré-pagos e do número de domicílios que só possuem aparelhos celulares é um “atestado de fracasso” da telefonia fixa privatizada. Como não podem arcar com o alto custo constante da telefonia fixa, milhões de famílias têm trocado o tipo de

⁴⁶⁴ Camila Tápias, RNT, 15/03/05.

⁴⁶⁵ Não é a toa que em várias regiões do país, esse celular é ironicamente conhecido como “pai-de-santo”, por só receber chamadas.

aparelho, como provam os números da PNAD. De 2001 a 2004, o número de residências que só possuíam telefonia móvel elevou de 7,8 para 16,5% enquanto para as que possuíam somente telefone fixo o percentual diminuiu de 27,9 para 17,8 % ⁴⁶⁶. A ilação dessa tendência ao poder econômico é comprovada pelo fato de que, em 2004, 96% dos domicílios só com celulares eram de famílias com renda inferior a dez salários mínimos.

Num primeiro momento, pode-se pensar que pouco importa ser o telefone fixo ou móvel, e sim se ele está presente nas residências das pessoas. Ocorre que o quadro, tal como se conforma, exhibe uma forma cruel de desfavorecimento às classes populares. Em primeiro lugar, todo aparelho pré-pago tem o preço várias vezes mais elevado de que seus similares pós-pagos. Em segundo lugar, as tarifas de utilização chegam a ser o dobro do valor daquelas referentes às linhas convencionais com assinatura. A conseqüência perversa é um subsídio às avessas, isto é, quem menos pode pagar tem um dispêndio muito maior para usar o telefone, enquanto que, os “bons consumidores” – classes de maior nível de renda e empresas – possuem planos com aparelhos gratuitos e tarifas muito baixas.

Conforme tornou-se regra nas telecomunicações brasileiras, as classes de menor poder aquisitivo pagam mais caro pelo serviço do que as classes de maior renda, em mais um dos muitos subsídios às avessas que nossa sociedade suporta. O brasileiro paga cerca de 53 centavos de dólar por minuto de ligação ‘pré-paga’ e menos de 20 centavos de dólar por minuto de ligação ‘pós-paga’.. No Brasil, o preço da ligação ‘pré-paga’ é mais alto (o dobro) do que na Espanha, Itália ou África do Sul. Em compensação, o minuto ‘pós-pago’, no Brasil, é dos mais baratos do mundo, inferior ao cobrado na África do sul, México, Espanha, Itália, França, etc. ⁴⁶⁷

Por outro lado, a telefonia celular não tem capacidade de substituir a fixa quando se pensa na dimensão do alcance territorial em que o serviço é disponibilizado. A telefonia celular tem chegado majoritariamente aos centros urbanos e não tem vocação, nem interesse, em expandir sua planta física para áreas em que não exista retorno comercial. Privilegiando essas áreas, a telefonia móvel conseguiu cobrir mais de 88% da população, contudo, é muito significativo que, em 2005, ela deixa de estar presente em

⁴⁶⁶ Cf. IBGE-PNAD 2004.

⁴⁶⁷ Dantas, *op. cit.*, 2002, p. 30.

mais de 2,6 mil municípios brasileiros, nos quais vivem cerca de 20 milhões de pessoas.⁴⁶⁸

Segundo a avaliação realizada neste ano:

O trabalho de expansão das redes celulares foi totalmente focado nas regiões urbanas, como era de se esperar, e que ainda existe uma gigantesca mancha territorial não coberta pelos sinais das celulares. Repare-se que a cobertura tende a acompanhar as principais artérias rodoviárias e que a cobertura nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste está fortemente concentrada nos centros urbanos. Aliás, proporcionalmente, os municípios nordestinos têm a menor presença de celular. Apenas 33% das cidades no Nordeste são atendidas por uma operadora móvel (...). É pouco provável que as empresas de telefonia celular ampliem sua expansão territorial. Os custos são muito altos para ganhos muito baixos.

Todos esses fatores nos permitem afirmar que a, ao contrário de um discurso muito comum atualmente, a ‘suposta’ competição entre operadoras fixas e móveis não traz ganhos reais ao grosso da população. ‘Suposta’ pois todas as operadoras fixas têm participação em ações, parcial ou majoritária, nas maiores companhias de telefonia celular, assim como estas últimas relacionam-se com as primeiras. Por exemplo, a Telefônica, o monopólio privado de São Paulo, é integrante do conglomerado Vivo de celular, o maior do país. Interessante imaginar como seria uma competição entre “ela mesma e si própria”.

Todos esses elementos abalaram até mesmo a “filosofia” da privatização, pregada como a “satisfação do consumidor”. A corrida para antecipação das metas, pelas operadoras fixas, e o despejo de milhões de celulares no mercado resultaram em deficiências sérias ao relacionamento das empresas com os usuários, os quais sofrem com problemas como as inúmeras cobranças indevidas. Não é à toa que desde a privatização são empresas de telefonia que lideram absolutas as queixas em órgão de proteção ao consumidor. Segundo o Procon de São Paulo, ao analisar as reclamações de consumidores de celulares, verificou-se que, devido às diversas formas de má prestação de serviço, a “explosão na oferta não foi acompanhada de uma estrutura suficientemente adequada, capaz de atender aos consumidores em suas demandas fundamentais, tais como informações claras e precisas, agilidade na resolução de problemas e cumprimento à oferta”⁴⁶⁹.

⁴⁶⁸ Cf. ABT 2006.

⁴⁶⁹ Procon-SP, 19/11/2004, artigo em www.procon.sp.gov.br/infpressservuins.shtml.

A Anatel chegou ao mesmo diagnóstico ao perceber que as queixas contra operadoras de telefonia móvel cresceram cerca de 40% de janeiro de 2004 ao mesmo mês em 2005. Para a agência, as empresas até possuem os aparatos técnicos adequados, mas pecam do ponto de vista do atendimento e administração dos problemas, os quais são, principalmente, “cobranças indevidas ou erro em conta, mau atendimento da operadora, bloqueio indevido de linha, cancelamento do serviço e não cumprimento de cláusulas contratuais (como concessão de bônus)”⁴⁷⁰.

Esses fatores expõem, na verdade, a fragilidade da agência reguladora ante o poder, mormente monopólico, das empresas que, em tese, deveriam ser amplamente fiscalizadas. Afinal, como conciliar a garantia de lucro das empresas e o interesse público de prestação de serviços de qualidade e acessíveis? Além dessa contradição, a estrutura de pessoal e materiais que possui é incompatível com o tamanho do setor nacional, o que limita seu poder fiscalizador. Em 2003, segundo pesquisa realizada pelo Idec (Instituto Brasileiro de Defesa ao Consumidor) sobre a atuação das agências reguladoras do país, a avaliação pela população da Anatel é ruim e os motivos, no geral, são:

Permite a participação de consumidores em seus conselhos, mas predominam representantes das empresas; aplica multas irrisórias após longos procedimentos administrativos, critérios para reajuste de assinatura desfavorecem o consumidor; inadimplência permite a inclusão de consumidor em cadastros de restrição ao crédito.⁴⁷¹

Um grave problema da Anatel é prescindir de uma visão geral do setor independentemente das operadoras, ou seja, ao contrário do que ocorria com a Telebrás, que tinha mecanismos para acompanhar os investimentos de forma detalhada de cada companhia estadual, a agência é, hoje em dia, dependente em grande medida dos balancetes da própria empresa fiscalizada. Segundo relatório final da CPI estadual montada para investigar a atuação da Telefônica em São Paulo:

A Anatel não tem e muito dificilmente terá as mesmas condições da Telebrás para regulamentar e fiscalizar a execução dos serviços (...) Agora, é como se a autoridade regulamentadora e fiscalizadora precisasse ‘pedir licença’ à entidade regulamentada e fiscalizada, para regulamentá-la e fiscalizá-la. Mais importante: a autoridade fica na inteira dependência da operadora, quanto à obtenção de informações confiáveis para bem

⁴⁷⁰ “Operadora de celular terá mais fiscalização”, *Folha de São Paulo*, 12/03/2005.

⁴⁷¹ IDEC apud “Agências têm avaliação ‘ruim’, diz pesquisa”, *Folha de São Paulo* 12/03/2003.

cumprir as suas funções. E todo e qualquer conflito dá logo ensejo a protestos, apelações, recorrências e, inclusive, ações na Justiça, apenas favorecendo a postergação de soluções e, se necessário, punição de responsáveis.⁴⁷²

Por outro lado, a privatização não afetou somente a prestação dos serviços. Pode-se afirmar que um impacto tão ou mais devastador foi sentido pelos trabalhadores do setor, assim como pelas organizações sindicais historicamente vinculadas à negociação com o Estado, como discutiremos no próximo item.

5.2 O trabalho e os sindicatos no contexto pós-privatização

A preparação feita pelo governo FHC para a privatização incluiu, indubitavelmente, a tentativa de conformar um clima favorável ou, ao menos, de passividade entre os trabalhadores. As promessas eram variadas e tinham como respaldo a expectativa quase certa de que a expansão dos serviços aumentaria o mercado do setor, de forma que o futuro que se aproximava só traria melhorias e boas oportunidades para os trabalhadores. Para Fernando Xavier Ferreira, então presidente da Telebrás, qualquer que fosse o destino da *holding* e de suas subsidiárias estaduais, nada “afetaria a rotina das pessoas”⁴⁷³. Em outra ocasião, na já citada revista *Teleconexão*, feita especialmente para divulgar entre os trabalhadores as teses governistas, Ferreira afirmava que, devido aos grandes investimentos esperados, novas oportunidades de emprego seriam criadas em empresas que “nascerão mais fortes, com mais recursos e com maior capacidade de prestação de serviços à população”. Para dourar um pouco mais o panorama traçado, dizia que “tudo isso [ocorrerá] em um cenário de competição e de busca de excelência”⁴⁷⁴. Uma matéria na mesma revista, com o sugestivo título de “Atenção especial aos empregados” fornece, de forma clara, o tom da idéia a ser passada:

Mudanças profundas, como as que estão sendo introduzidas no setor de telecomunicações do Brasil, costumam deixar apreensivos os funcionários das empresas envolvidas. A principal preocupação é, em geral, com a possibilidade de haver demissões. A preparação da privatização do

⁴⁷² Jilmar Tatto (relator), *CPI da Telefônica – Limites das empresas privadas que prestam serviços públicos*, novembro de 1999.

⁴⁷³ Fernando X. Ferreira apud Prata *et al.*, *op. cit.*, p. 131.

⁴⁷⁴ Idem, “Privatização criará novas oportunidades de emprego”, revista *Teleconexão*, nº 1, março de 1998, p. 2.

Sistema Telebrás, porém, não envolverá mudança na política de pessoal quanto à dispensa de empregados. A expectativa é de que, passado ao controle privado, o setor faça grandes investimentos, podendo gerar novos postos de trabalho.⁴⁷⁵

O discurso oficial, tão bem fundamentado nos termos que dão legitimidade à ‘boa administração moderna’, exhibe, na verdade, duas faces. A primeira, coerente com a realidade e verificada com o passar do tempo, é a elevação de postos de trabalho nos diversos segmentos do setor, conseqüência lógica da entrada de novas companhias e da criação de novos serviços. A segunda face, referente à *qualidade* do trabalho e à *forma* pela qual as mudanças iriam ocorrer, foi decididamente falaciosa e buscava escamotear um cenário que vinha se desenhando desde os anos de 1990, qual seja, de reestruturação produtiva, gerencial e organizativa que, por sua vez, gerava uma tendência de precarização da mão-de-obra, achatamento de salários e ataque às organizações sindicais, entre outros elementos. Tanto o é que, para J. Bernardo, o fato de muitas empresas já estarem sendo geridas enquanto companhias privadas, mesmo que ainda sob a posse estatal, ajuda a entender o porquê da relativa passividade e dificuldades de mobilização dos trabalhadores, os quais já sofriam as conseqüências da flexibilidade e da perda de estabilidade no trabalho⁴⁷⁶.

Vários elementos caracterizam, atualmente, os tipos e a forma de trabalho no setor de telecomunicações, muitos deles surgidos a partir da década de 1970 com o advento de novas tecnologias responsáveis pela digitalização dos processos e das estruturas das empresas, as quais, em muitos casos, resultam em redução da força de trabalho. Mas aí reside somente uma parte da reestruturação. A outra se vincula intimamente às alterações na maneira de contratar e organizar a força de trabalho propiciadas pelo ambiente favorável à expansão das políticas neoliberais.

Assim, ao contrário da propaganda governista que negava mudanças “na política de pessoal quanto à dispensa de empregado”, tão logo assumiram as estatais os novos proprietários implantaram uma vigorosa onda de demissões, voluntárias ou não, aposentadorias forçadas, contratos mais flexíveis e relacionamento individualizado com os trabalhadores com o intuito de tornar o sindicato um ente supérfluo.

⁴⁷⁵ “Atenção especial aos empregados”, revista *Teleconexão*, *op. cit.*, p. 3

⁴⁷⁶ J. Bernardo, *op. cit.*, p. 20.

O objetivo das empresas, desde então, tem sido elevar cada vez mais seus índices de “produtividade” para que, assim, possam se equiparar aos níveis internacionais e auferir grandes lucros. Numa operadora de telefonia, por exemplo, um critério de produtividade utilizado tradicionalmente pelas próprias empresas é mensurado pela proporção do número de linhas instaladas pelo número de trabalhadores da empresa. Assim, quanto mais linhas e serviços e menos empregados, mais produtiva a empresa. Segundo C. Plaza, todas as companhias de telefonia fixa do mundo foram obrigadas a aumentar sua produtividade por dois motivos: primeiro, porque a internacionalização dos serviços acirrou a competição em alguns mercados e, segundo, porque o produto histórico comercializado, a telefonia convencional, vinha apresentando queda de faturamentos, o que as obrigava a entrar em novos serviços, principalmente os relativos à comunicação pela internet⁴⁷⁷.

A tendência, dessa forma, era promover o “enxugamento” das empresas, mesmo em companhias estatais nas quais se espelhavam os sindicatos nacionais críticos à privatização. Vejamos alguns exemplos. A *Deutsche Telekom*, que detinha 231 mil trabalhadores e 153 linhas por empregado em 1992, passa a ter, no final desta década, 175 mil empregados e um índice de produtividade de 268. A *British Telecom*, que antes de ser privatizada possuía 245,6 mil empregados, com um índice de 100 linhas para cada um, reduz o número de trabalhadores para 124,7 mil, com um novo índice de 255 linhas por empregado. Também a *NTT* japonesa passou por alterações, reduzindo, de 1985 a 1999, o número de trabalhadores, de 305 mil para 135 mil, e triplicando sua produtividade, de 145 para 430 linhas por empregado.⁴⁷⁸

Mas esse raciocínio, se tomado sem maiores cuidados, esconde um fenômeno imprescindível para a acumulação atual que é a formação de redes de subcontratação e terceirização de atividades. Assim, ao contrário de serem esses números provas da redução pura e simples do trabalho, o que se verifica é a maciça transferência de atividades para uma miríade de firmas contratadas enquanto a empresa-sede restringe-se a poucas funções de gerência e pesquisa, em sua maioria ocupadas por pessoal altamente qualificado. Mais uma vez, como temos debatido desde o primeiro capítulo, vemos quão limitado é se basear na “produtividade” que rege a produção capitalista, a qual se define pela ausência da força

⁴⁷⁷ Cf. Crisanto Plaza, “Evolução das telecomunicações mundiais”, in Plaza e Wohlers, *op. cit.*, 2000, p. 16.

⁴⁷⁸ Cf. *Ibid.*, p. 17.

de trabalho vivo que, contudo, permanece necessária e presente em todos os segmentos, mesmo que encoberta sob o véu de novas relações contratuais.

As reestruturações já vinham ocorrendo nas empresas de telecomunicações no Brasil, mas a privatização representou o início das transformações mais profundas e abrangentes, que levaram ao limite as formas de terceirização de mão-de-obra, por exemplo. É certo que a homogeneidade nunca foi um traço definidor da classe trabalhadora, mesmo dentro de frações de setores específicos. Todavia, não há como negar o intenso processo de diversificação que vem ocorrendo nas últimas décadas, devido, em grande parte, aos usos da subcontratação. Nas telecomunicações em particular, soma-se a já debatida convergência tecnológica, que extinguiu profissões e criou serviços e produtos que demandam novas e diversas formas de trabalho. À figura tradicional do “telefônico” foram agregados, por exemplo, os milhares de operadores de *call centers*, os prestadores de serviços variados, técnicos em informática, entre outros.

Todos esses elementos impuseram desafios muito grandes à ação sindical. A princípio, a causa mais evidente era a mudança do interlocutor principal, ou seja, o Estado dava lugar a proprietários privados que impunham formas notadamente diferenciadas de negociação, abertamente ofensivas e interessadas muito mais na relação individual com cada trabalhador. Em segundo lugar, os sindicatos precisaram se acostumar à falta de poder de mobilização e de barganha. Se nas décadas anteriores a força de trabalho caracterizava-se pelos altos índices de sindicalização e por garantias e benefícios estipulados em lei, a situação atual inverteu essa condição através das demissões que dizimaram os empregos formais, criando um sentimento de insegurança e instabilidade que se transforma em obstáculo à ação sindical, e por meio das diversas formas de flexibilização da jornada e da remuneração do trabalho. Por fim, a diversificação trazida por novos serviços dentro do setor, aliada ao uso intenso das terceirizações, provocou um baixa considerável na base de sustentação dos sindicatos tradicionais, que se viram em competição com uma gama de novas e antigas organizações, como as relativas à construção civil, aos prestadores de serviço, ao comércio, etc., que passam a disputar a representatividade dos trabalhadores. Esse elemento também indica que a unicidade sindical, característica ainda presente da estrutura corporativista atrelada ao Estado, tem perdido seu significado e valor real à

medida que não impede a criação de milhares de entidades sindicais que, não dificilmente, disputam as mesmas bases de representação.

5.2.1. As ‘afinidades eletivas’ entre as telecomunicações e a terceirização

A terceirização é um fenômeno generalizado no capitalismo atual, mas é no setor de telecomunicações que mais fácil e generalizadamente tem sido utilizada. O movimento básico que a define é a transferência, por uma empresa, de partes do processo de produção, ou mesma da prestação de serviços, para uma outra, criando uma relação de subcontratação e diferenciação de coletivos de trabalho⁴⁷⁹. Esse formato pode adquirir as mais variadas formas, de acordo com a atividade em questão e as empresas envolvidas. O mais comum, na atualidade, é a relação de subcontratação entre uma grande empresa, “tomadora de serviços”, e médias ou pequenas empresas, “prestadoras de serviço”, embora exista também o movimento inverso ou mesmo relações de subcontratação entre pequenas empresas. Essa prática muitas vezes também é designada como externalização de atividades, mas se deve lembrar que, em vários casos, o trabalho em si continua a ser feito no interior da empresa que terceiriza, ocorrendo somente a diferenciação (interna) do estatuto de emprego dos trabalhadores. Há, de fato, uma miríade de configurações, de difícil classificação, mas vejamos mais de perto os pontos básicos que envolvem essa questão.

Sob as vestes do “trabalho doméstico” ou “trabalho domiciliar”, a terceirização de atividades existe desde a Revolução Industrial, fazendo-se hoje presente, em parte nos ramos novos de trabalho através das possibilidades de comunicação com a informática, em parte em setores tradicionais como o têxtil. Uma segunda formatação histórica é a rede de subcontratação formada por empresas fornecedoras de componentes e peças, as quais, mesmo que independentes, eram voltadas ao atendimento de grandes corporações, como foi, por exemplo, a estruturação da indústria automobilística no Brasil.⁴⁸⁰

⁴⁷⁹ Para expressar essa tendência, usamos como sinônimos os termos terceirização e subcontratação, embora em alguns casos, ou na leitura de alguns autores, possam haver algumas distinções. Uma outra observação importante, como lembra Paula Marcelino (*op. cit.*, p. 10), é que, na linguagem cotidiana, os trabalhadores nessas condições são chamados de “terceirizados”, quando na verdade são “subcontratados”, pois as atividades em si que são terceirizadas e não o trabalhador .

⁴⁸⁰ Cf. Druck, *op. cit.*, p. 153-157.

A terceira forma, que originou mais propriamente o termo terceirização, é a subcontratação que tem como objetivo o provimento de serviços considerados de apoio, como vigilância, limpeza, alimentação, jardinagem, transporte, etc. Essa tendência era fruto, na visão de uma gama de autores e empresários que discutiam os rumos da “administração de recursos humanos”⁴⁸¹, da “globalização” da economia e da necessidade de aumento de produtividade e competitividade tendo em vista o mercado internacional. Assim, a questão podia ser resumida em um princípio geral, a saber, “tudo o que não consiste em atividade essencial de um negócio pode ser confiado a terceiros”⁴⁸².

Para esses autores, as empresas devem identificar as suas “atividades-fim”, ou seja, sua “essência”, para que nelas todas suas energias sejam concentradas. Assim, descartadas certas tarefas que só agregariam custos e não valores ao produto⁴⁸³, a estratégia seria delegá-las a outras firmas especializadas nessas atividades. O resultado seria um aumento na agilidade das empresas, da produtividade dos trabalhadores e da qualidade dos produtos. Existiria, dessa forma, um jogo de “ganha-ganha”, no qual as empresas, através de “parcerias”, ajudam-se mutuamente, trazendo boas expectativas para o mercado de trabalho em geral, já que seriam criadas mais empresas especializadas e até de melhor remuneração.⁴⁸⁴

Dessa forma, na análise desses autores está inserida, de forma explícita ou implícita, uma idéia de inevitabilidade da terceirização, isto é, de que esta é uma estratégia concernente à modernidade e à racionalidade econômica e administrativa, sobre a qual todas as empresas, para sobreviver à competição, devem adaptar-se. É nesse intento que trabalhos, como o de Carlos A. Queiroz, intitulado “*Manual de Terceirização*”, tentam passar as novas formas de “flexibilidade, eficiência e competitividade” a partir da desverticalização das estruturas empresariais. Para o sucesso da implantação da estratégia, esse autor revela, por exemplo, quão importante é transmitir essa imagem de modernidade aos trabalhadores, argumentando também que os sindicatos devem abandonar a postura de confronto. Para os trabalhadores demitidos, a mensagem deve ser levada com intuito de

⁴⁸¹ Trabalhos como: Carlos A. S. Queiroz, *Manual de terceirização*. São Paulo, STS, 1995; Jerônimo S. Leiria, *Terceirização*. Porto Alegre, Sagra-DC Luzatto, 1992; J. S. Leiria et al. *Terceirização passo a passo – O caminho para a administração pública e privada*. Porto Alegre, Sagra-DC Luzatto, 1992; Ophir Cavalcante Jr. *A terceirização das relações laborais*. São Paulo, LTr, 1996.

⁴⁸² J. Leiria, *op. cit.*, p. 22.

⁴⁸³ Cf. Queiroz, *op. cit.*, 1995.

⁴⁸⁴ Cf. Leiria, *op. cit.*; Leiria et al., *op. cit.*

melhorar a imagem da empresa, de forma que o importante é “explicar que a empresa está muito preocupada (sic) com a situação de cada um e que lhes auxiliará na medida do possível”⁴⁸⁵.

Todos esses autores estão em concordância ao definir “idealmente” a terceirização, ou seja, esta é uma prática moderna que visa ao aumento de produtividade, qualidade e que pode até gerar mais empregos. No entanto, condenam uma “má terceirização” que existe, sobretudo no Brasil, para a simples redução de custos, mascarando relações de emprego com vistas a burlar direitos constitucionais. Este tipo, caracterizado pela subordinação direta da empresa prestadora à tomadora de serviço, traria desemprego e não teria nada em comum com a terceirização sobre a qual versam: a terceirização, para esses, é aquele “termo filosófico moderno positivo”, que não causa desemprego e diminuição da contribuição sindical⁴⁸⁶.

O crescimento das práticas de terceirização por várias empresas no país demandou mudanças profundas na legislação trabalhista. Dessa maneira, a tendência das leis que regulamentam o trabalho está no rumo da “flexibilização”, ou seja, do aumento do espaço de manobra que as empresas possuem para adequar a quantidade da força de trabalho, assim como os tipos de vínculo empregatício, de acordo com a situação econômica das mesmas e do país. Em outras palavras, o aparato jurídico vem legalizando as estratégias imprescindíveis ao sucesso do processo de reestruturação produtiva, o que tem significado perda de garantias aos trabalhadores como um todo e, por conseguinte, novos desafios ao movimento sindical.

A legislação foi, então, adequando-se aos poucos às ações das empresas. Em 1974, a Lei 6.109 regulamentou o trabalho temporário, legalizando contratos com prazos máximos de três meses, cujo intuito era suprir as necessidades de empresas em períodos mais lucrativos ou em férias de funcionários efetivos. Em 1983, com a escalada dos assaltos a banco no país, a Lei 7.102 aprovou a contratação de firmas especializadas de segurança e vigilância. A terceirização, nesse sentido, mesmo que possibilitada em parte por essas leis, era proibida, pois, segundo o Enunciado (Súmula) 256 do TST (Tribunal Superior do Trabalho), entendia-se que o terceirizado tinha vínculo empregatício diretamente com o

⁴⁸⁵ C. Queiroz, *op. cit.*, p. 77.

⁴⁸⁶ Cf. Leiria *et al.*, *op. cit.*

tomador dos serviços. A situação somente foi modificada em 1996 quando, em resposta aos inúmeros casos de terceirizações precárias e pressões do empresariado em geral, o TST admite várias exceções ao Enunciado 256 através do Enunciado (Súmula) 331. Em síntese, a nova postura do TST mantinha a ilegalidade da terceirização, pois induzia vínculo empregatício do trabalhador com o tomador de serviço, contudo, abria um vasto leque de ressalvas: além do trabalho temporário, de serviços de vigilância, conservação e limpeza, a contratação por empresa interposta era permitida desde que os serviços fossem ligados à “atividade meio” do tomador e inexistindo a pessoalidade e subordinação direta a essa empresa contratante. A Súmula também abria exceção para a terceirização quando se tratasse da Administração Pública, o que possibilitou em diversas áreas a privatização periférica e indireta dos serviços públicos ⁴⁸⁷.

Ocorre que devido a essa abertura, de amplitude tão elevada, pouco, ou quase nada, ainda é considerado ilegal quando empresas se dispõem a terceirizar. A razão do alto tamanho propiciado por essas exceções é que as definições de “atividades-meio” e “atividades-fim” são muito pouco objetivas e permitem grande espaço para interpretações variadas. A maioria dos juristas tem justificado essas mudanças a partir de argumentos liberais, segundo os quais a terceirização integra um conjunto de normas capazes de promover o crescimento da economia nacional frente à internacionalização da economia ⁴⁸⁸. Contudo, entre as poucas vozes dissonantes no meio, se vê com clareza as mazelas da flexibilização legislativa:

O critério jurídico adotado (no Enunciado 331) não foi feliz. Primeiro porque, para diferenciar a terceirização lícita da ilícita, partiu-se de um pressuposto muitas vezes não demonstrável, qual seja, a diferença entre atividade-fim e atividade-meio. É plenamente inseguro tentar definir o que vem a ser uma e outra. O serviço de limpeza, por exemplo, normalmente apontado como atividade-meio, em se tratando de um hospital, seria realmente uma atividade-meio? Mas, o mais grave é que a definição jurídica, estabelecida no Enunciado 331, do TST, afastou-se da própria realidade produtiva. (...) sob o pretexto de regular o fenômeno da

⁴⁸⁷ A Súmula 331 também regulamentava que, em caso de inadimplemento de obrigações trabalhistas por parte do empregador primeiro, a empresa tomadora de serviços seria responsável subsidiária. Mas até 2000, no caso da Administração Pública, essa não era responsabilizada nesses casos. Só nessa data, uma nova resolução da Súmula alterou essa ressalva e tornou-a responsável subsidiária. (Cf. Karen Artur, “O TST e os doutrinadores jurídicos como agentes de novas noções contratuais do trabalho: um estudo sobre a terceirização”, *paper* apresentado no XII Congresso Brasileiro de Sociologia, Belo Horizonte, 2005).

⁴⁸⁸ Cf. *Ibid.* p.13.

terceirização, acabou legalizando a mera intermediação de mão-de-obra, que era considerada ilícita, no Brasil, conforme orientação que se continha no Enunciado n. 256, do TST.⁴⁸⁹

Segundo o Juiz citado, outro grande problema da postura do TST foi não vincular a terceirização à especialização de empresas contratadas, o que tem permitido a criação de qualquer tipo de empreendimento, mesmo sem idoneidade econômica, para intermediar mão-de-obra. Resumindo as principais conseqüências, afirma que:

Em concreto, a terceirização, esta “técnica moderna de produção”, nos termos em que foi regulada pelo En. 331, do TST, significou uma espécie de “legalização” da redução dos salários e da piora das condições de trabalho dos empregados. Os trabalhadores deixam de ser considerados empregados das empresas onde há a efetiva execução dos serviços e passam a ser tratados como empregados da empresa que fornece a mão - de- obra, com óbvia redução dos salários que lhes eram pagos, com nova redução cada vez que se altera a empresa prestadora dos serviços, sem que haja, concretamente, solução de continuidade dos serviços executados pelos trabalhadores. (...) A Justiça do Trabalho que tradicionalmente já se podia identificar como a Justiça do ex-empregado, dada a razoável incidência desta situação, passou a ser a Justiça do “ex-empregado de alguém, só não se sabe quem”.⁴⁹⁰

As pressões rumo à completa liberalização da terceirização, ou seja, a possibilidade de empregá-la no que se designam “atividades-fim”, são verificadas atualmente. No início de 2002, o presidente do TST, Francisco Fausto, chegou a anunciar que o Tribunal poderia rever essa limitação, haja vista que as empresas brasileiras estariam passando por “mudanças, principalmente com a competição no Mercosul”⁴⁹¹, idéia que teria reconsiderado posteriormente quando procurado por líderes sindicais⁴⁹².

Quando se toma essas possibilidades da terceirização se entende porque tão fortemente esta prática tem sido aplicada nas telecomunicações. Afinal, como definir quem exerce ou não as atividades-fim de uma operadora, ou mesmo quais são exatamente essas

⁴⁸⁹ Jorge Luiz Souto Maior, Juiz do Trabalho, “Trabalho descentralizado”, *Revista Consultor Jurídico*, 6 de julho de 2004. (acessado em <http://conjur.estadao.com.br//static/text/26032,2>).

⁴⁹⁰ Ibid. O Juiz ainda afirma que mesmo em países europeus a terceirização é limitada a trabalho de contrato temporário. Na França, segundo seu exemplo, baseado no *Code du Travail*, a intermediação de mão-de-obra, tendo em vista o lucro da empresa prestadora, é considerada tráfico de mão-de-obra.

⁴⁹¹ F. Fausto, “TST quer discutir limites à privatização”, *Valor Econômico*, 23/04/2002. A matéria ainda expõe a visão positiva do advogado trabalhista Antônio M. Leite, já que, em suas palavras, “algumas multinacionais já estão dando ordem expressa para as matrizes terceirizarem, apesar do risco”.

⁴⁹² Cf. K. Artur, *op. cit*

atividades? Se “prestar serviços de telecomunicações à população” é a finalidade básica dessas empresas, quem define que um instalador de rede telefônica não integra o núcleo da empresa? O setor trabalha com um produto imaterial, que a é comunicação entre pessoas, mas necessita desenvolver e manter enormes estruturas físicas para tal empreendimento. A verdade é que, mesmo por “critérios técnicos”, torna-se muito difícil estipular a importância das atividades, pois, de fato, somente uma enormidade de trabalhadores, em funções e cargos distintos, pode propiciar, efetivamente, a finalidade proposta. Para o usuário o resultado final é inusitado: do pedido de uma linha telefônica, a instalação, reparos, e reclamações em *call centers*, em suma, em todo seu processo de relação com uma companhia de telecomunicações, ele pode, *em momento algum*, entrar em contato direto com trabalhadores da empresa central.

Na prática, as companhias de telecomunicações empregam diretamente, hoje em dia, um núcleo cada vez mais reduzido, restrito, principalmente, à área técnica de desenvolvimento de produtos e às estratégias de marketing. O grosso dos trabalhadores está espalhado por centenas de empresas, de instaladores a operadores de *call center*, existindo subcontratação, até mesmo, em áreas de projetos e de sistemas de informação. Da terceirização nascem, ainda, formas mais diferenciadas, como as conhecidas empresas “quarteirizadas”, que intermedeiam as relações de subcontratação ou mesmo prestam serviço às terceirizadas.

Mesmo que as formas de terceirização não sejam homogêneas, isto é, não possam ser todas definidas enquanto precárias e voltadas unicamente à redução de custos, todas as operadoras que atuam no território nacional fazem uso desse expediente, majoritariamente de forma negativa para o trabalhador, com intuito de aumentar sua produtividade. O que nos leva a uma importante indagação: como pode um setor tão marcado pelas rápidas e profundas transformações tecnológicas necessitar desse tipo de artifício? Ocorre que a incorporação isolada de tecnologias ao processo de produção, tendo em vista principalmente a base microeletrônica, é pouco capaz de gerar grandes ganhos, os quais somente são auferidos com reestruturações organizacionais e “reengenharias”⁴⁹³.

⁴⁹³ Cf. J. R. Tauile apud Marlene Borges, *Os impactos da reestruturação produtiva sobre o mercado de trabalho no setor de telecomunicações: o caso da empresa CTBC*, Dissertação de Mestrado, UFU, Uberlândia, 2000. T. Gounet (*op. cit.*, p. 33) já advertia que, quando se pensa o conjunto de transformações advindas principalmente com o ideário japonês do toyotismo e da “flexibilidade”, as inovações tecnológicas,

Outro movimento que corrobora essa tendência é a formação de empresas prestadoras de serviço que pertencem aos mesmos grupos das grandes operadoras, recurso que possibilita um readequamento da força de trabalho em novas empresas “especializadas” em manutenção de redes, *call centers*, entre outras áreas das telecomunicações.

Um exemplo dessa tendência é dado por M. Borges em sua análise sobre os impactos da reestruturação produtiva na operadora de telefonia CTBC (Companhia Telefônica do Brasil Central), atuante na região do triângulo mineiro, que, particularmente, foi a única empresa privada a coexistir com o Sistema Telebrás estatal. Preparando-se para as mudanças que ocorreriam no mercado com a privatização, a CTBC engendrou um grande processo de reestruturação organizacional, tendo como marcas características a implementação de programas de Qualidade Total, intenso uso de terceirizações (em qualquer tipo de atividade) e incremento das tecnologias digitais. A CTBC, nesse sentido, criou suas próprias terceirizadas, como a Engeset, responsável pela vigilância, manutenção e instalação de redes, e a ACS, empresa de *call center*. Os trabalhadores da empresa foram então deslocados a essas terceirizadas, sendo que em ambas os salários e benefícios foram drasticamente reduzidos. Essas transformações resultaram em intensificação do processo de trabalho, aumento da jornada e da “polivalência”, ou seja, a necessidade de desempenhar múltiplas funções. A autora indica que tão ou mais importante que as novas tecnologias utilizadas foi a construção de uma estrutura que tentou criar uma “cultura de comprometimento” entre os trabalhadores, a partir do que seria uma “administração participativa”. Esse fato foi até mesmo confirmado pelo diretor de RH da operadora (área designada por “*talentos humanos*” pela empresa), que estabelece como causa principal do enxugamento da empresa a “mudança de cultura” do grupo que se efetivou com o aumento das terceirizações. A autora afirma, ainda, que a adesão dos trabalhadores a esse projeto empresarial tem como motivação fundamental a ameaça do desemprego e o contexto negativo do mercado de trabalho.⁴⁹⁴

Em outro detalhado estudo sobre reestruturações em operadoras de telefonia, S. Wolff pesquisou a trajetória de desenvolvimento da Sercomtel, de Londrina, uma das poucas empresas municipais de telecomunicações que, ainda hoje, mesmo após uma

mesmo sendo importantes, só ganham sentido na prática a partir dos projetos de reestruturação organizacional buscar o envolvimento integral do trabalhador com a empresa.

⁴⁹⁴ Cf. M. Borges, *op. cit.*, p. 87-89 e 106.

privatização parcial, continua tendo como acionistas majoritários empresas estatais. Contudo, sua gestão é acentuadamente privatizada, obedecendo aos ditames mercadológicos existentes. A Sercomtel também é prova de que as transformações tecnológicas, que alteram padrões e comportamentos de trabalhadores, caminham junto com projetos de “reengenharia” da estrutura organizacional. Nesse sentido, verificou-se na empresa, aliado à informatização dos mecanismos e digitalização do processo de comutação, a emergência de programas que objetivavam criar um processo de “acultramento” dos trabalhadores aos novos valores da companhia. Foram exemplos o MPQ (Mudança, Participação e Qualidade) e PTE (Projeto de Transformação Empresarial), “programas de qualidade total” que geraram uma nova orientação mais voltada à área de marketing. Além de mudar substancialmente o trabalho no interior da empresa, os projetos ocasionaram um enxugamento do quadro de funcionários, resultado da utilização de terceirizações, planos de aposentadoria e demissão incentivada, que reduziram um conjunto de quase mil trabalhadores para, em pouco mais de um ano, 750.⁴⁹⁵

O crescente uso das terceirizações chamou a atenção de diversas pesquisas no campo acadêmico. As análises têm variado, logicamente, de acordo com a visão dos diferentes autores sobre as transformações do capitalismo no mundo contemporâneo. Todavia, como também analisado por M. G. Druck, pode-se afirmar que há uma tendência específica em boa parte dos trabalhos que versam sobre terceirização que é descrever essa prática *como se ela pudesse ser dividida em duas modalidades*. De um lado, os autores ressaltam que a terceirização pode se ajustar ao processo de busca de qualidade e competitividade pelas empresas, o que pode beneficiar uma rede de subcontratadas ao dotá-la de tecnologias avançadas, empregos qualificados e não-precários. Por outro lado, existiria uma segunda modalidade de terceirização, sobretudo devido à cultura empresarial brasileira, que só se interessaria pela redução de custos a qualquer preço, diminuindo a qualidade dos produtos e precarizando as condições de trabalho. Assim, diversos trabalhos

⁴⁹⁵ Cf. Simone Wolff, *O espectro da reificação em uma empresa de telecomunicações: o processo de trabalho sob novos parâmetros gerenciais e tecnológicos*, Tese de Doutorado, IFCH, Unicamp, 2004. O número de trabalhadores da Sercomtel foi reduzido mais ainda, chegando a 545 em 2002, segundo G. Alves, *op. cit.*, p.110.

centrados na realidade brasileira têm mostrado profundas conseqüências negativas para os trabalhadores e para os sindicatos, mas, na maioria dos casos, quando se apontam críticas à terceirização, subentende-se que essas seriam apenas formas distorcidas, sobretudo devido a questões culturais do país, de uma tendência mundial que acarretaria melhorias ao processo produtivo.⁴⁹⁶ Algo semelhante, por exemplo, à situação analisada por M. Piore e C. Sabel de “especialização flexível” na Itália.

Segundo A. Faria, por exemplo, as “duas modalidades de terceirização” estariam presentes no Brasil. A primeira, que vem “dos países industrializados”, designada como *outsourcing*⁴⁹⁷ total, gira em torno da busca do aumento de produtividade e qualidade a partir de um novo “posicionamento comportamental”, o “ganha-ganha”, baseado na parceria e satisfação das partes. Por outro lado, existiria um *outsourcing tupiniquim*, isto é, a terceirização predominante “ao gosto do atrasado empresarial brasileiro”, na qual o objetivo é a obtenção de lucros em curto prazo, reduzindo-se custos de forma generalizada. Somente esta última que levaria a uma situação de antagonismo com empregados e sindicatos⁴⁹⁸. A. Abreu & B. Sorj compartilham a mesma opinião:

A primeira [modalidade de subcontratação] (...) envolve uma terceirização da produção motivada pelas necessidades de alcançar níveis de qualidade e produtividade superiores. As inovações tecnológicas e de gestão da produção obtida ao nível da empresa subcontratante são transferidas para as empresas subcontratadas. O segundo caso que pode ser chamado de “terceirização por contingência” significa a externalização da produção como mecanismo de redução de custos de produção. Transferir para o trabalhador os custos de energia, equipamento e espaço e apoiar-se numa força de trabalho sem o ônus da legislação trabalhista, são as motivações principais da subcontratação no segundo modelo.⁴⁹⁹

⁴⁹⁶ Alguns estudos também apontam benefícios da terceirização na economia do Brasil, como de Abreu *et al.*, e de L. Gitahy & A. Cunha, ambos citados por Sandro Ruduit em “Relações interfirmas e emprego na rede de empresas: a experiência de externalização de uma empresa no setor de telecomunicações”, *Sociologias*, Porto Alegre, ano 4, nº 8, jul/dez 2002, p. 400-431. Segundo Ruduit, essas pesquisas relativizaram as características negativas da terceirização no país, pois identificaram empresas subcontratadas nas quais existiam ativa participação sindical, baixa rotatividade, utilização de mão-de-obra qualificada, manutenção dos principais direitos trabalhistas, “sustentando que o caráter assumido pelo trabalho nas empresas terceiras é variável, em face das diferentes circunstâncias que envolvem as empresas” (p. 421). Problematizaremos a seguir algumas dessas afirmações.

⁴⁹⁷ Embora existam polêmicas, como mesmo expõe A. Faria, o termo *outsourcing* pode ser traduzido por terceirização.

⁴⁹⁸ Cf. Aparecido Faria, “Terceirização – Um desafio para o movimento sindical”, in Ramalho & Martins (Orgs.), *op. cit.*, 1994, p. 43.

⁴⁹⁹ A. Abreu & B. Sorj, “Subcontratação e trabalho a domicílio”, in Ramalho & Martins (Orgs.), *op. cit.*, 1994, p. 64.

Acompanhando as afirmações de Druck, entendemos que existe uma preocupação - positiva, por sinal – em não absolutizar a precarização causada pela larga utilização dessas práticas, afinal, há uma diversidade de situações e casos específicos. Todavia, não parece correto separar a terceirização entre um “tipo ideal” e práticas distorcidas, mas sim considerá-la uma estratégia inclusa num programa maior de reestruturação produtiva que busca alternativas à renovação da acumulação de capital e à quebra da resistência operária⁵⁰⁰. De forma que, quando se define uma suposta “terceirização à brasileira”, ignora-se um movimento muito mais complexo que atinge todos os países do mundo. Principalmente quando se tem em vista a experiência japonesa, berço de várias técnicas consideradas “modernas”. F. Chesnais lembra que o objetivo, para os grandes grupos japoneses, do uso de transferências de atividades, foi o de fazer “recair sobre firmas ‘terceiras’ os imprevistos conjunturais e para impor aos assalariados dessas firmas o peso da precariedade contratual, combinado com níveis de salariais bem inferiores”⁵⁰¹. Como argumenta Druck:

Não há como contrapor ‘redução de custos’ *versus* ‘qualidade, produtividade, competitividade’, pois, para se atingir os novos padrões de competitividade, exigidos pela reordenação do mercado internacional, o ‘tripé’ custos, qualidade e produtividade é o principal sustentáculo não somente da terceirização, mas do modelo japonês no seu conjunto; até porque o processo de melhoria de qualidade significa, geralmente, redução de custos.⁵⁰²

⁵⁰⁰ De fato, para além dos meandros jurídicos e técnicos que definiriam atividades-fim e atividades-meio, a questão aqui diz respeito à inserção da terceirização nesse movimento geral. Até porque não há como sustentar a idéia de que a empresa capitalista tenha uma suposta atividade-fim atrelada, em sua “essência”, a qualquer responsabilidade social com o que produzir. Como afirma Marx (*op. cit.*, 2001, p. 384), “o motivo que impulsiona e o objetivo que determina o processo de produção capitalista é a maior autovalorização possível do capital, isto é, a maior produção possível de mais-valia, portanto a maior exploração possível da força de trabalho pelo capitalista. Com a massa dos trabalhadores ocupados ao mesmo tempo cresce também sua resistência e, com isso, necessariamente a pressão do capital para superar essa resistência. (...) O capitalista não é capitalista porque ele é dirigente industrial, ele torna-se comandante industrial porque é *capitalista*”. Assim, o valor-de-uso de bens e serviços é reduzido em face de sua dimensão abstrata: “O conteúdo objetivo da circulação em causa - a expansão do valor – é sua finalidade subjetiva. Enquanto apropriação crescente da riqueza abstrata for o único motivo que determina suas operações, funcionará ele como capitalista, ou como capital personificado, dotado de vontade e consciência. Nunca se deve considerar o valor-de-uso objetivo imediato do capitalista. Tampouco o lucro isolado, mas o interminável processo de obter lucros” (*ibid.*, p. 183/4).

⁵⁰¹ F. Chesnais, *op. cit.*, p.35. Caso exemplar é o estudo de Paula Marcelino (*op. cit.*) que aponta as formas de terceirização utilizadas pela Honda no Brasil, causadoras de rebaixamento de salários, perda de direitos e de divisão política entre os trabalhadores. A estratégia da montadora japonesa foi criar, sob outro nome, uma empresa “especializada em logística”, inserindo diferentes “tipos de trabalhadores” no mesmo processo de produção.

⁵⁰² M. G. Druck, *op. cit.*, p. 149.

E, no tocante ao quadro verificado no Brasil, não obstante situações isoladas,

as análises concretas das realidades em diversos setores da indústria, dinâmicos e tradicionais, em diferentes regiões do país, mais desenvolvidas ou menos desenvolvidas, já dão uma dimensão real dos resultados postos pela terceirização, quando se verifica uma precarização crescente na produção, no trabalho, no emprego e nas condições de saúde do trabalhador.⁵⁰³

Vejamos, nesse momento, de que forma esses elementos se configuraram no contexto que se abriu com a venda das companhias estatais, o que provocou fortes abalos ao sindicalismo do setor.

5.2.2 Os sindicatos na defensiva: terceirizações e mudanças do trabalho no período pós-privatização

A vinda de novas empresas para o país e as obrigações das novas operadoras de telefonia em cumprir as metas estabelecidas pelo governo fizeram com que o número de empregos originados pelo setor de telecomunicações crescesse muito intensamente nos primeiros anos, mas já sofrendo um declínio a partir de 2001, com o esgotamento do período inicial de grandes investimentos. Mas esse crescimento efetivou-se, sobretudo, através de empregos indiretos, conseqüência do amplo uso das terceirizações como forma de suprir as atividades necessárias nesse momento de desenvolvimento rápido. Segundo estudo realizado para o BNDES, a expansão dos empregos no setor pode ser considerada extremamente desbalanceada, já que a elevada ampliação do emprego indireto ocorre em paralelo ao decréscimo do emprego direto a níveis muito abaixo do contexto anterior à privatização.⁵⁰⁴

O emprego indireto no setor, segundo um dos critérios utilizados pelo estudo baseado em dados da ANATEL, envolve vários segmentos como: assistência técnica a clientes; instalação e manutenção de cabos e linhas de assinantes; instalação e manutenção de equipamentos de telecomunicações; pesquisa e desenvolvimento; serviços de

⁵⁰³ Ibid., p. 153.

⁵⁰⁴ Na verdade, se consideradas somente as empresas diretamente ligadas a companhias de telecomunicações, como é a abordagem dos dados da RAIS do Ministério do Trabalho, o número de empregos chegou a cair de 1997 a 2000.

atendimento ao consumidor; projetos de engenharia; processamento de dados e digitação; limpeza, segurança e portaria; restaurante e cantina; conservação, manutenção e reparo de instalações físicas e transporte. A tabela abaixo expõe a magnitude do quadro indicado, cujo crescimento de empregos indiretos foi de 332% e a diminuição de diretos em torno de 20%. Assim, em 2001, 67,7% dos empregos no setor eram indiretos, contrastando com os 27,7% de 1998, o que demonstra aos pesquisadores um processo irreversível no que se refere à forma de contratação, ou seja, novos trabalhadores somente são contratados sob a forma de terceiros.⁵⁰⁵

Evolução do Emprego Indireto no Setor de Telecomunicações⁵⁰⁶

	Emprego Total	Emprego Indireto	% sobre o total
jul/98	142.286	39.518	28%
Dez/98	150.776	64.779	43%
Dez/99	239.728	145.430	61%
Dez/00	289.937	187.196	65%
jul/01	297.379	206.812	70%
Dez/01	252.582	171.032	68%

Fonte: UNIEMP/CELAET-BNDES

A intensa utilização de contratações por via indireta é explicada, em parte, pela necessidade de serviços especializados e o período particular de crescimento acelerado. Contudo, outras razões mostraram-se de suma importância, principalmente quando se observam os pressupostos gerais que norteiam as reestruturações das empresas. Assim, ao mesmo tempo em que esse movimento pode ser entendido como uma arma econômica para redução de custos e, em alguns casos, até mesmo ganhos de qualidade, um fator comum a todas essas experiências é a dissolução de coletivos de trabalho, ou seja, a desintegração de grupos e diferenciação em estratos de emprego, o que tem afetado a organização política dos trabalhadores.

⁵⁰⁵ Cf. “Evolução do nível e perfil do emprego direto e indireto no setor de telecomunicações no Brasil”, UNIEMP, CELAET, São Paulo, 2002.

⁵⁰⁶ Os números abrangem a telefonia fixa, móvel, móvel especializado, serviço especial de radiochamada, serviço limitado especializado e TV por assinatura. Os autores do estudo colocam como ressalva que os números são derivados de informações oferecidas pelas empresas, as quais não são auditadas, podendo em certos casos haver dupla contagem.

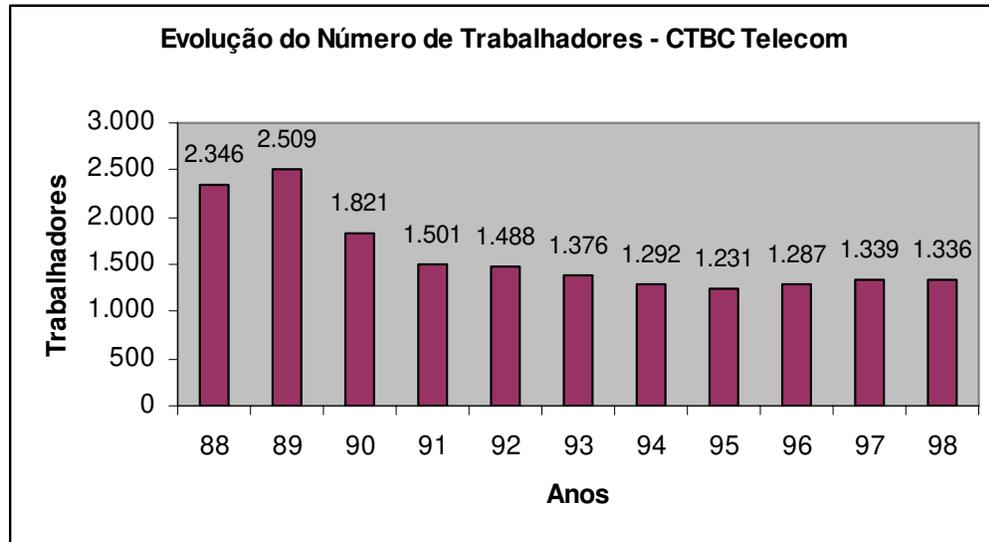
O estudo de M. Borges sobre a CTBC revela que para Luiz A. Garcia, presidente do grupo ALGAR, controlador da operadora, diminuir o poder do sindicato foi o *motivo principal* do uso das terceirizações:

(...) o sindicato que vinha fazer pressão, fazer greve na porta da empresa. Qual era o público-alvo dele dentro da empresa? Era o pessoal mais humilde, o pessoal de serviços gerais, de um e dois salários mínimos (...) *este pessoal é necessário* e nós então terceirizamos todos esses serviços gerais e com isso a força do sindicato na porta da empresa diminui consideravelmente (...) *A pressão do sindicato em cima da empresa que nos forçou a fazer essa terceirização mais rápido ainda* (...) Dentro desse setor sindical, hoje nós fortalecemos bastante todos os nossos colaboradores, os nossos funcionários, e modo que eles negociam com a empresa todos os reajustes, depois nós vamos até o sindicato só para homologar. Não com a presença de pessoas estranhas dentro da empresa, negociando para o funcionário.⁵⁰⁷

A fala do presidente da operadora é extremamente emblemática em vários sentidos. Em primeiro lugar por assumir, não obstante os discursos sobre “finalidades” básicas da empresa, que todos trabalhadores são necessários para a realização dos serviços em telecomunicações. Em segundo lugar, essa postura mostra que o ataque à ação sindical foi prioritário quando se modelam formas diversificadas de contratação de empregados. Assim, busca-se uma relação mais individualizada com os trabalhadores, oposta a organizações coletivas que seriam “estranhas dentro da empresa”. O intuito é tornar o sindicato apenas um ente legitimador, cabendo apenas a função de homologar acordos já realizados no âmbito individual.

Os números da CTBC mostram que o aumento de produtividade e ganhos com novos serviços são inversamente proporcionais à criação de empregos diretos na operadora. Entre 1988 e 1998, a capacidade de instalação de telefonia fixa aumentou em 89,9% e, na telefonia móvel, de 1993 a 1998, em 4.639,9%, repercutindo em crescentes lucros líquidos e operacionais. Por outro lado, nesse mesmo período, como demonstra o gráfico abaixo, a força de trabalho na companhia reduziu em torno de 75%.

⁵⁰⁷ L. A. Garcia apud M. Borges, *op. cit.*, p. 71, itálicos nossos.



Fonte: M. Borges, *op. cit.*, p. 86.

O Grupo ALGAR em conjunto, no qual também estão presentes empresas diversas do ramo das telecomunicações, possuía, em 1988, mais de 13 mil funcionários, número que foi reduzido para menos de 6 mil em 1999. Para A. Garcia, isso mostra o sucesso da reestruturação, já que, nas suas palavras, “é a mesma empresa, com o mesmo faturamento, funcionando, talvez melhor. Com menos gente, você tem um pessoal de nível maior”⁵⁰⁸.

O ataque às organizações sindicais também foi realizado, na CTBC, através da criação de um “Comitê de Associados” pela empresa, segundo explica S. Cunha, em outro estudo sobre a operadora. Advindo de “Programas de Qualidade Total” (PQT’s), o objetivo do Comitê era servir de alternativa, para o trabalhador, ao sindicato, fazendo com que seus integrantes se envolvessem cada vez mais com os interesses da empresa. S. Cunha indica que esse espaço servia de correia de transmissão do núcleo dirigente da CTBC e incidiu negativamente na organização política dos trabalhadores realizada pelo SINTTEL-MG.⁵⁰⁹

A competitividade da CTBC e a manutenção de sua alta lucratividade – que, por sinal, a possibilitou participar com sucesso do leilão da Telebrás – se efetivaram através desse processo de enxugamento da empresa via terceirizações. Para os que permaneceram na empresa principal, a intensificação do trabalho foi acentuada com a adoção dos PQT’s.

⁵⁰⁸ A. Garcia apud M. Borges, *op. cit.*, p. 86.

⁵⁰⁹ Cf. Sebastião F. Cunha, *A reestruturação produtiva na CTBC Telecom e os impactos para a organização de trabalhadores – o caso SINTTEL-MG*, Dissertação de Mestrado, UFU, Uberlândia, 2002.

Segundo pesquisa de Cunha, 93% dos trabalhadores entrevistados disseram que a quantidade de trabalho havia sido aumentada, 87% afirmaram que o ritmo de trabalho ficou mais intenso e 57% admitiram levar, constantemente, trabalho para se fazer em casa.⁵¹⁰ Na verdade, a CTBC historicamente apresentou uma postura muito rígida e de pouca negociação com trabalhadores. Um exemplo dado pelo autor era a discriminação a trabalhadoras, as quais eram impedidas de continuar em suas funções se decidissem se casar ou se ficarem grávidas: “esta era uma realidade tão explícita que as próprias trabalhadoras, quando iam se casar, pediam, por iniciativa própria, demissão. (...) A alegação da CTBC era que o filho atrapalha a concentração e o bom rendimento da mãe”⁵¹¹.

Os ganhos da operadora com as terceirizações são visíveis. Quando se terceirizou o setor de rede para a Engeset, empresa do mesmo grupo ALGAR, os trabalhadores executaram, no dia seguinte, as mesmas atividades, mas recebendo 16% a menos de salário e tendo a jornada semanal aumentada em 4 horas, ou seja, as 40 horas, uma conquista que levou anos para ser obtida, se transformaram em 44 horas semanais. Com relação a outra empresa criada pelo grupo ALGAR, a ACS *Call Center*, a ela foram direcionados todos os serviços de atendimento da CTBC. Os resultados são expressivos: as remunerações decaíram, em média, em 48%, e não havia a garantia de nenhum dos benefícios trabalhistas conquistados na CTBC.⁵¹²

Esses mecanismos afetaram o poder de base dos sindicatos. A partir da introdução dos PQT's, terceirizações e do Comitê de Associados, a empresa conseguiu desestimular a atividade sindical. Em julho de 1996, a taxa de sindicalização na CTBC, que era de 44,61%, decaiu pela metade, girando em torno de 21% em fevereiro de 2002. O SINTTEL-MG, filiado à CUT, possuidor de um histórico de contestação e importantes greves, segundo aponta Cunha, não tem conseguido reverter as conquistas empresariais, debilitado pelo decréscimo de sua base e pela distância em relação aos trabalhadores.⁵¹³ A luta atual é conseguir a representação do conjunto dos trabalhadores espalhados pelo setor,

⁵¹⁰ Cf. *Ibid.*, p. 21.

⁵¹¹ *Ibid.*, p. 112.

⁵¹² Cf. *Ibid.*, p. 108-9.

⁵¹³ Em outro estudo sobre esse sindicato, E. Gracioli & S. Silva (“Os novos paradigmas do trabalho e a mutação do sindicalismo”, *paper* em www.sep.org.br) afirmam que a diretoria atual tem se voltado para as temáticas sintonizadas com o discurso hegemônico na CUT, de sindicalismo cidadão e a ação sindical pautada no diálogo com governos e patronato.

tentando conquistar melhores condições de trabalho para as terceirizadas, subcontratadas e empreiteiras.

De fato, esse parece ser o grande desafio do sindicalismo em telecomunicações da atualidade, ou seja, inverter o processo de fragmentação dos coletivos de trabalho e adquirir a representação de todos os trabalhadores que integram as centenas de grandes e pequenas empresas do setor.

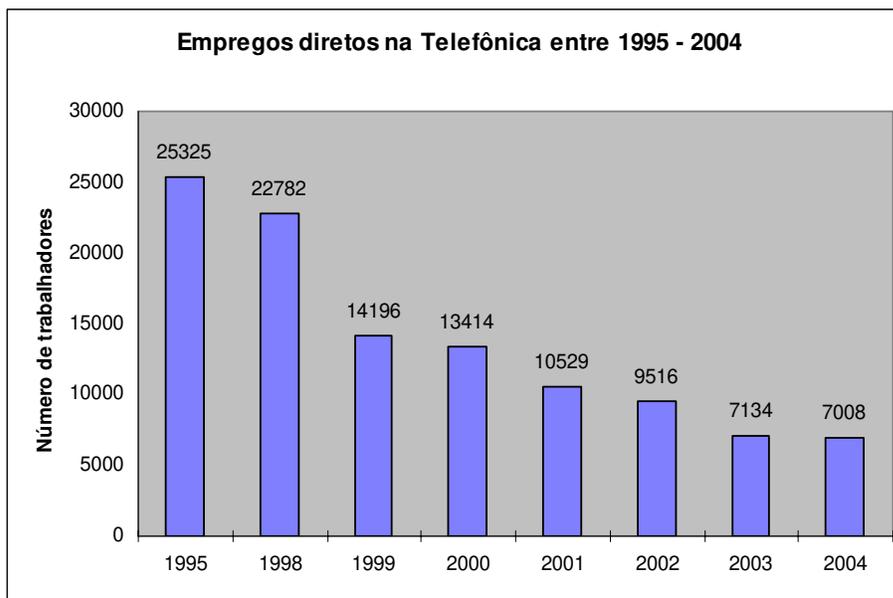
Em São Paulo, tem sido essa a principal estratégia do SINTETEL após a privatização. Como mencionamos anteriormente, seus diretores defendem o que seria uma postura voltada à negociação “moderna e profissionalizada” que, ao contrário de muitos outros sindicatos, o permitiu abarcar um contingente maior de empresas no setor, tendo, assim, sua base ampliada. O estudo de R. Uchima confirma esse movimento. A partir de dados do sindicato, o autor indica que a base representada se elevou de 30 mil, em 1980, para 40 mil, em 1995, e, após a privatização, atingiu 100 mil trabalhadores em 2003. Contudo, o aumento da base representada e, conseqüentemente, a elevação das contribuições sindicais não resultaram em conquistas ou mesmo manutenção de direitos e benefícios adquiridos historicamente. Segundo Uchima, após a privatização, o trabalhador da antiga Telesp, agora Telefônica, só acumulou perdas, não somente quanto à queda das remunerações, mas também relativas à intensificação do trabalho, extensão de jornada, perda de benefícios e demissões em massa.⁵¹⁴ Também o estudo de Sirlei Oliveira, sobre a cadeia produtiva de telecomunicações em São Paulo, aponta que as alterações trazidas pela Telefônica no tocante à composição do perfil do trabalho e dos padrões de contratação apresentam como tendência básica a precarização das relações de trabalho.⁵¹⁵

Tão logo assumiu o comando da maior operadora estadual de telecomunicações do Brasil, a Telefônica iniciou um grande projeto de reestruturação organizacional para, segundo a empresa, adequá-la ao ambiente competitivo que se instalava. Devido à sua estratégia de internacionalização, a companhia espanhola já possuía um forte histórico no tocante a planos de reestruturação e, na maioria dos casos, com pouca ou nenhuma abertura

⁵¹⁴ Cf. R. Uchima, *op. cit.*, p. 47.

⁵¹⁵ Cf. S. Oliveira, *Reestruturação das Telecomunicações no Brasil: uma (re)visão das estratégias de gestão da produção e das relações de trabalho na cadeia produtiva*. Tese de Doutorado, FFLCH, USP, São Paulo, 2004.

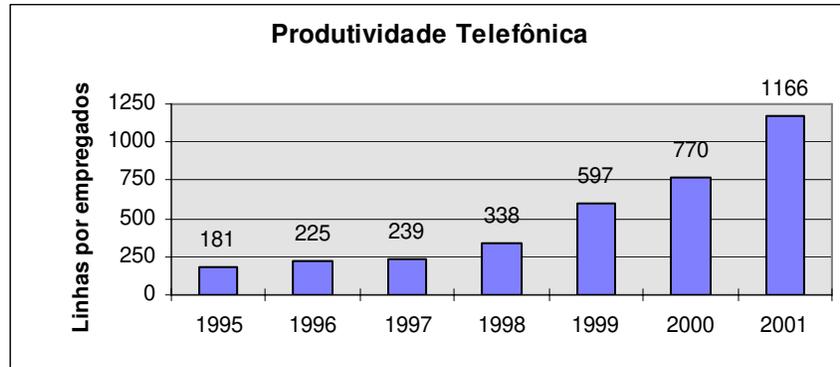
à participação efetiva de organizações sindicais⁵¹⁶. A única garantia conquistada pelo SINTETEL foi um prazo de 6 meses, após o leilão, no qual a empresa se comprometia a não promover demissões. Findo o prazo, uma das mais fortes reduções de contingentes de trabalhadores no setor foi executada, através de PDI (Programa de Desligamento Incentivado), terceirizações e demissões. O gráfico abaixo indica essa tendência.



Fonte: www.telefonica.net.br e R. Uchima, *op. cit.* (de 1998 a 2004, este último relativo ao índice do terceiro semestre).

A “produtividade” da operadora, por conseguinte, chegou a patamares superiores até mesmo aos encontrados em operadoras mundiais que se reestruturam há muito mais tempo. Abaixo seguem os índices aproximados até o ano de 2001.

⁵¹⁶ Mesmo na Espanha a Telefônica acumula casos de pouco apreço às condições de trabalho e aos sindicatos. K. Moody (*op. cit.*, p. 98) relata uma acusação de um sindicato de Barcelona que descobriu o que se chamou de um “andar ausente” (*missing floor*) na companhia. O fato aludia à utilização intensiva de várias formas de subcontratação e trabalhadores temporários pela Telefônica. Neste caso, a descoberta foram centenas de trabalhadores de telemarketing laborando em um andar da antiga central de telefones o qual se imaginava estar fechado. A gerência, na verdade, tentava esconder o grande número de empregados em contratos temporários das organizações sindicais.



Fontes: www.telefonica.net.br, Laranjeira, *op. cit.*, 2003.

Partindo de informações do sindicato e de antigos e atuais trabalhadores, o estudo de R. Uchima esclarece que as terceirizações foram avaliadas como forma de afastar funcionários com mais tempo de serviço - muitos dos quais apresentavam benefícios atrelados às suas remunerações - para reaproveitá-los de forma temporária em empresas subcontratadas. Segundo o autor, “de forma imediata, a terceirização tem possibilitado à Telefônica afastar os empregados com maiores salários e com direitos adquiridos antes da flexibilização dos acordos de trabalho, fato que realça a política agressiva da empresa na redução de suas despesas com pessoal”⁵¹⁷. Aproveitando-se do conhecimento dos trabalhadores das antigas estatais, a empresa utiliza as formas de subcontratação com o intuito também de qualificar novos trabalhadores com menores custos. Segundo depoimentos coletados, vê-se que:

Como em um primeiro momento as empresas contratadas necessitam de mão-de-obra especializada e não querem despesas com treinamentos e qualificação de funcionários, são feitas as propostas para os ex-trabalhadores da Telefônica. Ao mesmo tempo, são contratados técnicos de menor experiência e com salários menores, além de estagiários. Não obstante, o acordo coletivo de trabalho entre o sindicato e as contratadas permite o contrato de experiência (temporário), que pode ser prorrogado por uma vez. Dessa forma, há a transferência de conhecimento desses técnicos mais experientes para os mais novos e partir de um certo momento, as empresas contratadas têm demitido os primeiros, em virtude de seus salários superiores aos recém contratados.⁵¹⁸

⁵¹⁷ R. Uchima, *op. cit.*, p. 70.

⁵¹⁸ *Ibid.* p. 71.

A estratégia de ação do SINTETEL paulista não tem obtido grandes resultados⁵¹⁹. No tocante à intensificação do trabalho, esta ocorre devido à implementação de “programas de qualidade” e avaliação individual ou por equipe tendo em vista a elevação de produtividade. As jornadas de trabalho têm sido flexibilizadas pela introdução do “Banco de Horas”, os quais, para Uchima, tem sido desfavoráveis aos trabalhadores, pois cobrem as necessidades da empresa de acordo com a demanda sem a contratação de mais trabalhadores e impossibilitam a remuneração de horas-extras, cada vez mais comuns. S. Oliveira ainda indica que existem vários “bancos de hora paralelos que servem para burlar os que são contratados, indicando a pressão que as empresas realizam para ampliar a jornada, sem que haja remuneração”. Segundo um entrevistado dessa pesquisa, os “bancos de horas clandestinos” são realizados para inviabilizar o controle das horas trabalhadas pelo sindicato, o que dificulta a cobrança e permite que horas-extras sem remuneração continuem sendo feitas⁵²⁰. Outro fator existente, quando se pensa o conjunto de empresas do setor, é que a jornada de trabalho de 40 horas semanais, conquistada na época da Telesp e mantida pela Telefônica, foi elevada para 44 horas nas demais prestadoras de serviço.⁵²¹

Com relação à remuneração, Uchima avalia que o fim da política salarial teve como consequência a compressão dos salários e, aliado à redução ou mesmo extinção de benefícios, conclui que “a renda do trabalhador sofre uma significativa queda ao longo dos anos na Telefônica”, tendência que não é compensada pelos ganhos vindos da PLR (Participação nos Lucros e Resultados)⁵²². S. Oliveira ressalta, igualmente, a ampliação das “dificuldades para reposição de perdas salariais”, com proposta de reajustes abaixo da inflação, além de formas variadas de diferenciação por faixas salariais.⁵²³

A detalhada pesquisa de S. Oliveira abarcou empresas representativas da rede de firmas que se encontram em volta da Telefônica e indicou que as diretrizes da empresa

⁵¹⁹ O SINTETEL ainda conta com uma espécie de “competição” com um sindicato mais novo, criado em 1992, o SINTRATEL(Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telemarketing e Rádio Chamada do Estado de São Paulo), ligado à CUT e presente nas empresas de *call center*. Há pouco tempo, os dois sindicatos travaram batalha judicial para definir quem tem o direito de representar os trabalhadores da Atento, empresa do grupo Telefônica especializada em *call center*. Há ainda competição com sindicatos ligados à construção civil e de comércio.

⁵²⁰ Cf. S. Oliveira, *op. cit.*, p. 368.

⁵²¹ Cf. *Ibid.*, p. 335.

⁵²² Cf. Uchima, *op. cit.*, p. 50.

⁵²³ Cf. S. Oliveira, *op. cit.*, p. 362.

central são diferentes das praticadas nas prestadoras de serviço, o que gera a grande variação de condições de trabalho e formas de negociação coletiva.

Embora estejam todos com a mesma tarefa, que é garantir um serviço de qualidade com a grife Telefônica, o lugar ocupado por esses trabalhadores é muito diferenciado e o tratamento que eles recebem também. Há uma desigualdade muito grande entre os diferentes vínculos empregatícios. Uma coisa é “ser Telefônica” como os próprios trabalhadores dizem, outra coisa é “ser terceirizado”. São mundos distintos, para os ocupantes dos diferentes níveis da cadeia produtiva. Os diferenciais salariais são grandes, seja na remuneração fixa ou variável. Há ainda grandes diferenças no pagamento dos benefícios que esses trabalhadores recebem dependendo da empresa que os emprega.⁵²⁴

O exemplo fornecido pela “Atento” é interessante para se pensar essas transformações. Essa empresa de *call center* foi especialmente criada pela Telefônica para suprir as necessidades da operadora no tocante ao tele-atendimento. As economias feitas começam pelo fato de que foi extremamente reduzido o número de estabelecimentos físicos que serviam de atendimento geral à população. Em segundo lugar, se os antigos teleoperadores da Telesp recebiam cerca de R\$ 1.000 por essas funções, os empregados da Atento ganham, pelo mesma carga horária, valores abaixo de R\$ 400. O sucesso desse empreendimento foi tanto que não só pela Telefônica a Atento é contratada, mas por empresas de vários segmentos, o que a fez se ampliar pelo território brasileiro e empregar atualmente cerca de 27 mil trabalhadores. As características maçantes do trabalho de teleoperador e o perfil médio dos trabalhadores – principalmente jovens – coadunam numa elevada taxa de rotatividade do trabalho: cerca de 200 pessoas são demitidas ou contratadas *diariamente*.⁵²⁵

Interessante, ainda, é notar que a Atento utiliza a seu proveito o fato de ‘contribuir’ na geração de postos de trabalho a categorias que expressam índices altos de desemprego – além dos jovens, mulheres acima de 40 anos. A empresa, então, busca justificar a flexibilização que demanda em acordos – contratos temporários, jornada e remuneração reduzidas – por esses critérios, o que, *acriticamente*, tem sido defendido pelo SINTETEL:

Os dirigentes sindicais (...) acreditam que a empresa age de boa fé e que realmente busca beneficiar jovens e mulheres acima de 40 anos. Esses

⁵²⁴ Ibid., p. 329.

⁵²⁵ Cf. Ibid., p. 348.

dirigentes sindicais não questionam a qualidade dos empregos, a remuneração, as condições e ritmo de trabalho e, tão pouco, a fragilidade dos vínculos empregatícios oferecidos por esta empresa. Defendem que é melhor um emprego nessas condições do que nenhum emprego.⁵²⁶

E são esses mesmo sindicalistas que têm sido banidos das já escassas formas de participação do controle das empresas. Baseada em análises dos acordos coletivos, S. Oliveira assinala que há forte tendência de restrição à ação sindical, pela eliminação de cláusulas que garantiam o acesso dos sindicatos às informações e dependências das empresas, assim como foram reduzidos os dirigentes liberados e a participação dos mesmos em fóruns de trabalhadores, como CIPA e comissão de PLR.⁵²⁷

No tocante ao SinTPq, mesmo que seja uma de suas premissas, segundo a afirmação de um dirigente, “nunca aceitar tirar direitos em troca de emprego”⁵²⁸, o sindicato tem negociado mecanismos como o Banco de Horas com as instituições de pesquisa nas quais trabalham seus associados, obrigado que é, na visão da maioria dos dirigentes entrevistados, pelas condições e relações de trabalho que se estabelecem atualmente - pois os integrantes do sindicato, em sua maioria, tem como pressuposto que essa prática ocasiona desemprego.

De fato, a especificidade da base de representação do SinTPq – pessoal notadamente de alta qualificação que desempenha atividades de pesquisa – acarreta problemas adicionais, já que é comum, nesse tipo de trabalho, a preferência por formas flexíveis de horário e expediente. Contudo, os Bancos de Hora eram unicamente adequados aos interesses da empresa, sendo amplamente utilizados informalmente. O sindicato, assim, interveio para propor, ao menos, formas de regulação e limites à prática.

Mesmo as estratégias “propositivas” que são adotadas pelo sindicato em certas ocasiões têm esbarrado na falta de transparência das empresas no que se refere à divulgação da informação necessária do funcionamento das mesmas:

O sindicato muitas vezes se põe de maneira propositiva para empresa, de arrumar soluções para ela (...) Eu vou lá e defendo o cara [o trabalhador, já que] eu não conheço o balancete da empresa, elas não passam (...) e muitas vezes quando passam se descobre depois que aquilo era falso Então se a empresa diz que está ruim e você acredita nela pode ser que

⁵²⁶ Ibid., p. 348.

⁵²⁷ Cf. Ibid., p. 363.

⁵²⁸ Dirigente sindical SinTPq, entrevista 02, 2005.

aquilo não seja verdade, assim fica muito difícil. A gente defende os direitos (...) só que infelizmente é difícil porque você não tem a folha de pagamento, não tem informação que permite com segurança dizer: ‘tudo bem, não vamos brigar esse ano’, deixar para o ano que vem se a empresa estiver numa condição melhor (...).⁵²⁹

Como indicaremos no próximo item, a onda de terceirizações tem se alastrado até mesmo pelos centros de pesquisa, como o CPqD, o que se traduz em mais insegurança e precarização do trabalho nessas empresas, sem mencionar o sério obstáculo que se coloca à qualidade das atividades realizadas.

Com a privatização e a vinda de algumas empresas de equipamentos e tecnologias em telecomunicações, principalmente, a base do sindicato tende a crescer mas o nível de sindicalização apresenta patamares bem menores do que meados da década passada. Segundo números retirados dos boletins, os anos de 1995 e 1996 indicavam taxas de sindicalização, respectivamente, de 55 e 80%, índice que em 2005 girava em torno de 23%.

No Paraná, a situação não tem sido muito diferente. Desde a privatização da Telepar, operadora estadual do Sistema Telebrás e anexada à atual Brasil Telecom, o enxugamento organizativo via terceirizações fez com que o quadro de funcionários passasse de, aproximadamente, 5 mil para 2 mil trabalhadores⁵³⁰, tendência semelhante à já citada Sercomtel de Londrina. O SINTTEL paranaense tentou acompanhar as mudanças do setor através da mudança de seu estatuto, o qual passou a contemplar trabalhadores de empreiteiras, empresas de *call center*, provedores de internet, empresas de TV a cabo, entre outras. Dessa forma, a base representada cresceu significativamente, mais que dobrando o conjunto de 6 mil trabalhadores, antes da privatização, para 13 mil. Todavia, esse crescimento não redundou em aumento do poder sindical, já que a taxa de sindicalização, proporcionalmente, decresceu. Se antes existiam 5 mil sindicalizados, esse número só chega hoje à marca de 6 mil.⁵³¹

⁵²⁹ Dirigente sindical SinTPq, entrevista 06, 2005.

⁵³⁰ Cf. S. M. Araújo, “A ação sindical no contexto político da privatização das telecomunicações no Brasil”, in *Scripta Nova- Revista Eletrônica de Geografia y Ciencias Sociales*, vol. VI, nº 119(100), agosto de 2002.

⁵³¹ Cf. S. M. Araújo *et al.*, “O sindicalismo e o movimento do capital: bancários, metalúrgicos e telefônicos no Paraná/BR”, *paper* do VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, Coimbra, Portugal, setembro de 2004.

Assim, segundo Araújo *et al.*, não foram supressões de benefícios e direitos em acordos que têm abalado as conquistas dos sindicatos, mas sim a cobertura cada vez mais reduzida que esses acordos refletem. A tendência, na verdade, é uma “pulverização” da ação coletiva, a qual precisa se integrar a um emaranhado de situações e particularidades encontradas em cada empresa. No diagnóstico realizado por M. Ferraz,

Não ocorreram grandes perdas no sistema de cobertura de benefícios quando se analisa, separadamente, as cláusulas do acordo coletivo firmado com a Brasil Telecom. No entanto, estas cláusulas não estão sendo generalizadas para outras empresas. A proteção social gerada pelo acordo firmado com a GVT – empresa de telefonia fixa, assim como a Brasil Telecom – está aquém desta. O mesmo ocorre nos acordos firmados com as empresas terceirizadas de instalação, as empresas de TV a cabo e os Call Centers. Na prática, enquanto havia cobertura para quase 100% da categoria através de um bom acordo coletivo antes da privatização, hoje esta cobertura não atinge mais que 25% da mesma.⁵³²

Com relação à orientação política do SINTTEL-PR, a postura explicitamente de confronto das décadas passadas deu lugar a formas, segundo Araújo *et al.*, “pré-novo sindicalismo”, calcadas na criação de sistemas de atendimento assistencial, que disponibiliza acessos a farmácias, colônias de férias e cursos variados.⁵³³ As antigas diretorias, alinhadas a tendências “de esquerda” da CUT, como a antiga CUT pela base, foram se alterando num processo que deu espaço a correntes de visão participacionista da mesma central e, atualmente, é comandada por um grupo que a desfilou da FITTEL e da CUT. Interessante notar que a nova diretoria, eleita em 2002, demonstra um perfil profundamente religioso (com direito a orações antes e depois de atividades com o sindicato) e é próxima de lideranças que hoje coordenam a FENATTEL, ligada à Força Sindical.⁵³⁴

Analisando a postura do sindicato em relação à outra operadora paranaense, a Sercomtel, G. Silva aponta que a diretoria, mesmo sendo ainda dirigido por lideranças cutistas, não levantou oposição às práticas empresariais, por defini-las enquanto “positivas

⁵³² M. Ferraz, “Igualdade, desigualdade e diferença: desafios para o sindicalismo paranaense frente à pulverização dos acordos trabalhistas”, *paper* do XII Congresso Brasileiro de Sociologia, Belo Horizonte, 2005.

⁵³³ Cf. Araújo *et al.*, *op. cit.*, 2004, p. 10.

⁵³⁴ Cf. Ivana L. Almeida, “Adeus ao sindicato? O sindicalismo diante das transformações no mundo do trabalho: o caso do setor de telecomunicações do Paraná”, *paper* do XII Congresso Brasileiro de Sociologia, Belo Horizonte, 2005.

e inexoráveis”, incentivando a adesão dos trabalhadores aos programas relativos à reestruturação da operadora.⁵³⁵

Outro ponto muito interessante da situação atual do setor mostra-se a partir da análise das relações dos sindicatos com a Telemar, a operadora de telefonia que está presente nas regiões Norte, Nordeste e Sudeste. Interessante porque essa companhia é controlada exclusivamente por grupos nacionais, além do Estado via BNDES. Ou seja, seria algo muito próximo do modelo alternativo defendido pelo movimento sindical em torno da FITTEL, que tinha como uma de suas características a presença do capital nacional em oposição à entrega do patrimônio a grupos estrangeiros. A realidade mostra que a nacionalidade do capital tem sido um quesito muito pouco importante quando se toma a forma de relacionamento com os sindicatos e a desestruturação do trabalho no setor. Ao contrário, de acordo com o que tem sido verificado por dirigentes sindicais, a postura da Telemar é a mais ofensiva às organizações dos trabalhadores:

A Telemar foi a única empresa que não tem capital estrangeiro e que foi pior do que as outras no trato das relações sindicais e tratamento com os trabalhadores e chegou a ser pior do que as outras. (...) [e comentando a relação com outras empresas incluindo a Telemar diz que] as empresas já vão em frente, o que querem é negociar com os sindicatos redução de direitos. Então as empresas, diversas dessas empreiteiras, por exemplo, querem negociar e a pauta é a redução abaixo do que é previsto na lei.⁵³⁶

Comentando a prática intensiva de terceirizações pela Telemar⁵³⁷, outro sindicalista menciona um elemento que, na visão dos apologistas da privatização, seria impensável no contexto do mercado livre e aberto. O dirigente se refere à dificuldade de estabelecer negociações com empreiteiras de propriedade de Senadores e deputados:

⁵³⁵ Cf. G. Alves, *op. cit* O autor cita uma passagem do jornal do sindicato de 1996: “Acreditamos que esses programas são de fundamental importância (...) isso será fundamental para tornar a Sercomtel competitiva internacionalmente e por consequência melhorar as condições de vida de seus trabalhadores e da comunidade em que está inserida. Qualidade e eficiência é o que todos desejamos, direção da autarquia, funcionários e diretoria do SINTTEL. Não podemos ficar de fora” (p. 126.).

⁵³⁶ Dirigente sindical do SINTTEL-MG apud DIEESE, *As negociações coletivas e o emprego no setor de telecomunicações (1993-2001)*: um olhar sobre a privatização dos serviços, maio de 2002, p. 37.

⁵³⁷ Como um exemplo, dos vários já conhecidos, pode-se lembrar da condenação que a Telemar sofreu em 2005, pelo fato de a justiça do trabalho constatar práticas irregulares de contratação na ex-Telepisa (operadora de telefonia do Piauí). A operadora desse estado, anexada à Telemar, demitiu vários funcionários para depois contratá-los sob a rubrica de estagiários, o que foi percebido pela onda de demissões em paralelo à entrada de estagiários. Essa forma de emprego chegou a representar 41% da mão-de-obra da empresa e no processo foi exposto que “a Telepisa engendrou um verdadeiro labirinto para maquilar relações de trabalho agasalhadas pela CLT, tendo como fim primordial o não-pagamento de obrigações trabalhistas”. (Cf. “Telemar é condenada por terceirização ilícita e falso estágio”, 10/03/2005, *Notícias FITTEL*, www.fittel.org.br)

Na Telemar o estado de terceirização é extremamente precário, não linear, obedece características regionais e a interlocução do sindicato e essas empresas, em muitos casos, não acontece. Algumas empresas insistem que a representação se dará pela estrutura da empresa com o sindicato da construção civil. Nós temos buscado interlocução chamando a responsabilidade da empresa que contrata para esse debate, mas ainda é muito desigual, muito desnivelado. As características regionais e a interferência política ainda mandam muito. Muitas empresas pequenas como essas têm o mando do Senador, do deputado ou coisa parecida.⁵³⁸

Ainda sobre o uso intensivo das terceirizações, cabe apontarmos o estudo de S. Rudit sobre as relações construídas entre um conjunto de empresas do setor de telecomunicações no Rio Grande do Sul. Essa pesquisa teve como objeto a CRT e onze empresas subcontratadas, que em conjunto criam uma complexa rede de relação interfirmas, na qual foram verificadas diferentes condições de trabalho ao longo da rede de empresas. Segundo Rudit, existiam tanto formas de emprego estável, com benefício e direitos, quanto formas precárias, de baixa remuneração e com pouca atividade sindical.⁵³⁹

A análise do autor pode ser situada entre as pesquisas que abordam a terceirização como uma prática que pode ser separada em *duas modalidades*, como discutimos no item anterior. Assim, quando a empresa central estabelece vínculos baseados em “estratégias competitivas”, de cooperação, sobre produtos técnicos mais complexos, haverá melhores condições para existência de formas estáveis e não-precárias de emprego. Por outro lado, se a relação é de subordinação e as intenções somente giram em torno da redução de custos, os contratos de trabalho geralmente têm sido precários. O autor ainda afirma que “quanto mais próxima da empresa central estiver a empresa contratada, maiores seriam as chances de práticas não-precárias de emprego”.

A ressalva apresentada pelo estudo é importante na medida em que as imposições do mercado são, realmente, absorvidas de forma diferenciada pelas empresas, provocando uma heterogeneidade de situações quando se pensam as formas de emprego. Contudo, o que nos parece essencial reter é que as “formas não-precárias” têm se mostrado fundamentais e funcionais à estruturação dos empreendimentos, os quais são cada vez mais calcados num conjunto de relações que não excluem a desqualificação da prática laboral e colocam como ponto primordial a desintegração de coletivos de trabalho Como bem frisou

⁵³⁸ Dirigente sindical da FITTEL apud DIEESE, *op. cit.*, p.33.

⁵³⁹ Cf. S. Rudit, *op. cit*

um dirigente sindical, boas condições de emprego, ampliadas em toda a rede empresarial, são cada vez mais “desvantagens competitivas”, as quais são evitadas na celebração de acordos gerais: “[as operadoras] tentam medir o que o outro está propondo para ver se eles não estão ficando em desvantagem competitiva. Desvantagem competitiva é pagar melhor, nesse caso”,⁵⁴⁰.

O quadro pós-privatização é, nesse sentido, traçado da seguinte forma por um integrante do SINTTEL-RS:

As relações com as direções dessas grandes empresas terceirizadas são as piores possíveis, elas fogem do sindicato. Além dos terceirizados, temos outras realidades que nos afligem e muito nos preocupam, são os trabalhadores autônomos quarteirizados que trabalham em pequenos grupos, todos irregulares. Outro grande problema é como o governo colabora com essa política, as empresas estão abusando na contratação de estagiários para os trabalhos de rotinas de jornadas integrais, substituindo os trabalhadores efetivos e nas piores condições de trabalho. Faltam dirigentes para elaborar planos e estratégias de trabalho e para fiscalizar os A.C.T. e o cumprimento das leis.⁵⁴¹

Assim, o desafio lançado aos sindicatos de telecomunicações atualmente corresponde à forma pela qual essas organizações darão respostas à complexificação e fragmentação das relações de trabalho. A mera “negociação” e “proposição” têm sido insuficientes num contexto em que as grandes empresas desfrutam do ambiente recessivo que provoca desmobilização frente à ameaça do desemprego.

5.2.3 O CPqD de mercado e o fim da pesquisa de ponta nacional

No início de 1995, durante o discurso de posse do novo Ministério, Sérgio Motta fazia uma importante constatação, acompanhada de uma promessa: “A capacidade do CPqD de Campinas está no nível de qualquer centro de excelência do mundo. E é isso que vamos preservar, ampliar e fortalecer”⁵⁴². A história que se seguiu, contudo, foi muito diferente, sequer possibilitando a “preservação” da capacidade e importância do Centro.

⁵⁴⁰ Dirigente sindical da FITTEL e SINTTEL-MG apud DIEESE, *op. cit.*, p. 38. Um outro exemplo é dado no estudo de S. Oliveira (*op. cit.*, p. 318), através da fala de um dirigente sindical do SINTETEL/SP: “Eu vou discutir com a Atento um piso salarial digno, decente, ela fala ‘mas só eu? Aí eu perco os contratos para a Tele Futura, para a Criativa, para a Tele Performance’ (...)”.

⁵⁴¹ Dirigente sindical do SINTTEL-RS apud DIEESE, *op. cit.*, p. 45.

⁵⁴² Sergio Motta apud Prata *et al.*, *op. cit.*, 35.

O CPqD foi construído dentro de um projeto nacionalista - com sérias deficiências, como vimos – mas que se propunha a pensar o desenvolvimento do setor no país de forma autônoma. Havia nas telecomunicações, diferentemente da maioria dos setores econômicos que aqui cresciam, uma tentativa de dominar processos de produção e produtos de complexa tecnologia, acompanhando o mesmo passo dado pelos países centrais. A intenção primordial era fazer com que as empresas de equipamentos de telecomunicações nacionais não fossem meras montadoras, como no ramo automobilístico, por exemplo, mas pudessem integrar uma política tecnológica capaz de suprir as necessidades do país no que se refere à comunicação social. Vimos também que muitos produtos de ponta puderam ser concebidos e produzidos por empreendimentos exclusivamente nacionais, o que nunca excluiu, porém, a participação de capital estrangeiro. Não só houve oportunidades de desenvolvimento autônomo como produtos e conhecimentos foram gerados nesse modelo.

Por mais debilidades que apresentava, o CPqD podia contar com algo essencial para sua sobrevivência *enquanto centro de pesquisa de excelência*, qual seja, o aporte e o investimento dados por uma estrutura pública de telecomunicações, que detinha enorme poder de compra e de articulação das demandas do país. Os rumos traçados para a privatização do Sistema Telebrás acertaram em cheio o coração desse sistema e, embora prometido pelo ministro Motta, o CPqD perdia de forma inquestionável sua razão e modo de ser.

O fatiamento da Telebrás em operadoras regionais, compradas por empresas distintas, constituiu a quebra fundamental do modelo por destruir um imenso poder de compra que servia de base à pesquisa nacional⁵⁴³. Com a privatização, o governo transformou o Centro em um órgão autônomo de direito privado – *Fundação CPqD* -, que necessitaria, a partir desse momento, direcionar-se mais “ao mercado” para garantir sua sobrevivência financeira. O investimento estatal não se extinguiria, seria financiado, como estipulado pela LGT, através do já mencionado FUNTTEL (Fundo para Desenvolvimento das Telecomunicações), o qual, todavia, tem magnitude e alcance reduzidos se comparado

⁵⁴³ Lembrando, como relatado por um dirigente sindical entrevistado, que havia indícios de que esse grande poder de compra já era precariamente usado pela Telebrás após meados de 1980, pela influência de lideranças locais e regionais.

ao financiamento oferecido pela Telebrás⁵⁴⁴. O CPqD precisou, de fato, se orientar aos serviços pelos quais o mercado o pagaria e, assim, transformou-se em um contraditório centro de pesquisa “de mercado”⁵⁴⁵.

É certo que muitos institutos de pesquisa têm grande vinculação com mercados que demandam produtos específicos, mas a idéia fundadora do Centro, qual seja, a de vincular a grande empresa nacional a um projeto de desenvolvimento tecnológico foi e tem sido a base das mais importantes instituições de pesquisa de telecomunicações no mundo. Em outras palavras, os centros de pesquisa são criados em torno de um modelo que lhe dê condições de sobrevivência garantidas em longo prazo, isso porque as temporalidades dos projetos de pesquisa de ponta são notadamente diferentes do simples “prestar serviços ao mercado”. Nesses “serviços ao mercado” está incluída uma enormidade de projetos que podem facilmente fugir do escopo básico da pesquisa de base, assim como se corroem os laços com as universidades que contribuíam de forma efetiva na capacitação de pessoas e produtos.

A onda privatizante que se abateu pelo setor de telecomunicações no mundo, e a maior concorrência estabelecida entre empresas de equipamentos, não resultou em desestímulo à pesquisa de ponta em países centrais. Mesmo que incentivassem as liberalizações e privatizações, esses países mantiveram a postura protetora no que se refere ao desenvolvimento de tecnologias próprias.

A França mantém atrelado à *France Telecom* o CNET (*Centre national d'Études des Telecommunication*). O Reino Unido, mesmo tendo privatizado a *British Telecom*, manteve acoplado à operadora o *BT Labs* (conhecido também como *Maretsram Labs*). Em ambos os casos há investimentos garantidos em P&D em projetos de curto, médio e longo prazo. Na Espanha e em Portugal também existem centros vinculados às operadoras nacionais, respectivamente, *Telefónica* e Portugal Telecom. O investimento forte do Estado também está presente no Canadá (CRC – *Communication Research*

⁵⁴⁴ Nos primeiros três anos após a venda das teles também foram fixados contratos obrigatórios que deveriam ser realizadas entre as concessionárias de telefonia e o CPqD. Foi um modo de criar uma forma temporária de financiamento.

⁵⁴⁵ A. Albuquerque (*op. cit.*, p. 24) afirma que nenhuma experiência mundial revelava uma situação de transformação semelhante, temor compartilhado até mesmo pela diretoria do Centro vinculada ao governo.

Centre)⁵⁴⁶. Caso análogo à situação na Suécia, Finlândia, Alemanha, Japão e EUA, entre outros, que fortalecem empresas de teleequipamentos na medida em que essas se desenvolvem junto aos operadores nacionais. Essas empresas – Ericsson, Nokia, Siemens, Lucent, etc. - passam a dominar quase a totalidade de produtos em telecomunicações no mundo.

No Brasil, nesse novo contexto, a indústria de teleequipamentos doméstica vem sendo desmontada e anexada às multinacionais que vêm aportando no país ao longo da década de 1990, particularmente após a privatização. Por exemplo, a Lucent estadunidense comprou mais de 15 empresas nacionais em pouco menos de três anos. A desnacionalização tem causado importante impacto nas contas externas. Nos primeiros anos após a privatização, o déficit na balança comercial das telecomunicações foi imenso, minorando até mesmo resultados positivos de outros setores da economia. Mais recentemente, a fabricação de celulares para exportação, numa conjuntura monetária favorável, equilibrou em certa medida essas contas. Contudo, a posição do país é delicada, pois as empresas funcionam aqui como “montadoras” de aparelhos, importando quase todos os componentes que requerem alta tecnologia. Assim, a elevação das exportações vem acompanhada também por importações de um conjunto de produtos necessários à fabricação dos aparelhos finais.

Dialogando com o trabalho de J. Pessine, F. Menardi aponta que a as transformações tecnológicas, como a introdução da microeletrônica, fizeram com que a capacitação tecnológica de operadoras e indústrias fosse fundamental à sobrevivência das mesmas e, nesse sentido, foram montadas políticas industriais para o setor:

O poder de compra dos governos permanece como o mais poderoso instrumento de política industrial, sendo amplamente utilizado com as seguintes características: privilégio ou exclusividade para os produtores nacionais ou instalados no país; determinação e limitação do número de fornecedores, promovendo fusões em determinados casos e segmentação regional dos fornecedores em outros; apoio e direcionamento das inovações tecnológicas através de capacitação técnica própria (centros de pesquisa das operadoras), infra-estrutura de P&D e risco compartilhado, além de financiamento ou garantia de encomendas durante determinado período).⁵⁴⁷

⁵⁴⁶ Cf. Fabrício Menardi, *O centro de pesquisa e desenvolvimento da Telebrás frente à reforma no setor de telecomunicações no Brasil*, Dissertação de Mestrado, Campinas, IG, UNICAMP, 2000.

⁵⁴⁷ *Ibid.*, p. 25.

Ao renunciar à manutenção de uma operadora nacional, o governo estava renunciando também ao projeto de desenvolvimento autônomo de tecnologia – algo muito questionável quando se toma o próprio discurso governista a respeito da emergência do que seria uma “sociedade da informação” mundial. Assim, o CPqD foi mantido, porém totalmente desestruturado em sua essência e fundamento.⁵⁴⁸

O estudo de Menardi, a partir de entrevistas realizadas com a direção do Centro, indica que diversas reuniões ocorreram entre membros do CPqD e o Ministério das Telecomunicações e a ANATEL antes da privatização, mas as deliberações sobre o futuro da instituição sempre ficavam como último ponto da pauta ou simplesmente não entravam nas discussões⁵⁴⁹. Muito pouco se sabia no que iria se converter o Centro e esse aparente descaso revela também que a preocupação estava muito mais voltada ao sucesso monetário da venda das operadoras. Segundo Menardi, se o CPqD fosse vinculado a uma companhia, haveria uma “intimidação” dos eventuais participantes do leilão, na visão de Sérgio Motta, já que isso aumentaria o preço de venda e não haveria interesse, por parte desses compradores, no Centro, já que contavam com estratégias próprias de P&D⁵⁵⁰.

A consequência mais visível nessa redefinição de proposta do Centro foi ele ter se direcionado mais à criação de *softwares* em detrimento de projetos em longo prazo de P&D⁵⁵¹. De fato, a imbricação com a informática tem sido vital para as telecomunicações, mas a criação de *softwares* pode abarcar um conjunto muito grande de áreas diversas, fazendo com que a especificidade das telecomunicações seja deixada de lado. Esse movimento foi exposto por quase todos os sindicalistas do SinTPq, que vêem um desvirtuamento do Centro na atualidade, já que suas atribuições têm cada vez mais se afastado da pesquisa particular em telecomunicações, tendência comprovada pelo fechamento de setores do CPqD responsáveis por esse desenvolvimento. Albuquerque sintetiza esse diagnóstico da seguinte forma:

⁵⁴⁸ O debate atual sobre qual padrão de TV Digital a ser adotado no país é emblemático. Essa tecnologia carrega em si enormes possibilidades de fornecer meios para uma maior inclusão social e “digital”, ao promover por um canal quase universalizado às potencialidades da informática e internet. O CPqD, ao invés de trabalhar em cima de um projeto próprio voltado às especificidades nacionais, é somente um “consultor de luxo” que indica pontos positivos e negativos dos modelos fabricados no exterior.

⁵⁴⁹ Cf. *Ibid.*, p. 96.

⁵⁵⁰ Cf. *Ibid.*, p. 99.

⁵⁵¹ Cf. *Ibid.*, p. 101. O autor indica que a proposta do CPqD atual é se concentrar nas comunicações ópticas, infra-estrutura de redes, redes de telecomunicações, tecnologias de serviço, sistemas de operação e comunicações sem fio. (p. 113).

A missão do Centro sofre modificações substanciais: antes tinha o papel de desenvolver tecnologias no país, propiciar competitividade às empresas locais e diminuir a dependência tecnológica com relação aos países centrais. Com o fim da Telebrás, o Centro volta-se para a prestação de serviços, consultorias e treinamento, trabalhando para atender demandas imediatas das operadoras e deixando de privilegiar áreas de pesquisa estratégicas de médio prazo. Dessa forma, o CPqD fica reduzido a valorizar apenas o capital privado, quase todo sob controle estrangeiro. A qualquer hora pode ser chamado para “ajudar” a consolidar as estratégias das multinacionais, devendo estar de prontidão para servir à lógica por elas estabelecida.⁵⁵²

Para um sindicalista entrevistado, ocorre um processo de “descaracterização em função da necessidade financeira” o que “infelizmente” se comprova quando, nas suas palavras, “se você pedir para o CPqD vender pipoca ele vai fazer, porque precisa ganhar dinheiro e na prestação de serviços entra tudo”⁵⁵³. E junto a essa redefinição houve reestruturações no Centro com objetivo de adequá-lo ao ambiente mercadológico, o que tem trazido várias conseqüências, como a maior incidência de terceirizações, mesmo no que se chamaria de “atividades-fim” da instituição. Um exemplo dado é o fato de o CPqD, para criar um *software*, contratar várias empresas terceirizadas para montar grupos de trabalho, fazendo até mesmo com que essas empresas dêem consultoria em seu nome. Outro aspecto foi a saída de pessoal experiente e qualificado da instituição, que é substituído por novos ingressantes geralmente desvinculados com centros de referência universitários, os quais desempenharam importante papel na criação e no crescimento do Centro.⁵⁵⁴

O CPqD não tem obtido o sucesso esperado do incremento de receitas via mercado. Segundo o SinTPq, cerca de 80% da receita ainda provêm do que restou do investimento público, através das verbas do Funttel, de Ministérios e prefeituras, entre outras.⁵⁵⁵

Outro tendência que atesta os problemas enfrentados pelo CPqD é a alta rotatividade existente. Segundo dados do SinTPq, cerca de 700 empregados deixaram o Centro de 1998 a 2003, uma taxa altíssima tendo em vista que o número total de trabalhadores nessa época variou de 850 a pouco mais de 1000. Uma rotatividade grande, especialmente de trabalhadores qualificados, é incompatível com qualquer centro de

⁵⁵² A. Albuquerque, *op. cit.*, p. 28.

⁵⁵³ Dirigente sindical SinTPq, entrevista 04, 2005.

⁵⁵⁴ Cf. *Ibid.*

⁵⁵⁵ Cf. *SinTPq Informa*, nº 428 29/08/2003.

pesquisa digno de nome, haja vista que o sucesso de criação e desenvolvimento de produtos e projetos necessita de uma estratégia voltada ao longo prazo. O aumento das terceirizações no Centro é parte explicativa dessa tendência. Em meados de 2003, o sindicato alertava que abertura de licitação para contratação de empresas terceirizadas em *softwares* para telecomunicações acontecia após uma demissão em massa, na qual inúmeros analistas de sistema haviam sido dispensados⁵⁵⁶. Em outra oportunidade, o SinTPq expôs os detalhes da prática:

Um ponto extremamente negativo da Fundação CPqD é o excesso de terceirizações. Elas atingem hoje até mesmo as atividades-fim e, pior, muitas vezes custeadas com recursos do Funttel. A verba pública é repassada diretamente a outras instituições para realizar serviços que deveriam ser executados pelo Centro. Uma das formas mais comuns de terceirização encontradas no CPqD é a fabricação de autônomos, trabalhadores que são demitidos para serem contratados como consultores, o que deteriora as relações trabalhistas e tira o vínculo com a empresa, tanto do empregado como de seu conhecimento especializado.⁵⁵⁷

No tocante à vivência dessa transformação interna, Menardi aponta que a autonomia concedida ao CPqD em nada afetou os membros da diretoria, que mantiveram seus cargos, e mostra que em nenhum momento do processo de transformação do Centro “os funcionários foram ouvidos ou consultados sobre o futuro da instituição na qual trabalhavam”. Mas o autor chama a atenção para a passividade também do trabalhador do CPqD, que pouco se movimentou em torno do sindicato, aceitando a inevitabilidade da privatização. Para Menardi, essa postura seria em parte explicada pela “cultura hierárquica” existente no Centro, na qual obediência e disciplina eram valorizadas pelo projeto militar presente em sua criação⁵⁵⁸. Mas Albuquerque parece elencar motivações mais precisas, quando se pensa a diminuição da participação dos trabalhadores no movimento sindical. Segundo o autor, pode-se citar o temor da perda do emprego, a coação pela diretoria nos locais de trabalho, a valorização do individualismo – fruto que é da vitória ideológica do processo de privatização – e, muito importante, o desestímulo “a lutar por uma instituição em que não mais acreditam”⁵⁵⁹.

⁵⁵⁶ Cf. *SinTPq Informa*, nº 422 03/06/2003.

⁵⁵⁷ Cf. *SinTPq Informa*, nº 428 29/08/2003.

⁵⁵⁸ Cf. Menardi, *op. cit.*, p. 97-98.

⁵⁵⁹ Cf. A. Albuquerque, *op. cit.*, 29.

Considerações Finais

Os (des)caminhos da social-democracia

As análises do desenvolvimento e crise do modelo de telecomunicações nacional, bem como o projeto privatista traçado pelo governo FHC, nos mostraram as dificuldades de efetivação de projetos social-democratas em meio à nova fase de acumulação de capital, seja do ponto de vista das correntes mais próximas ao ideário social-democrata de autonomia e desenvolvimento nacional pactualizado, que balizou vários países no contexto posterior à II Guerra Mundial, seja do ponto de vista das propostas que buscavam criar uma “nova social-democracia”, de cariz pragmática, em meio às turbulências e crises verificadas mundialmente em fins do século passado.

O movimento sindical crítico à privatização das companhias estatais, representado nesse estudo pelo SinTPq, teve seu modelo alternativo derrotado devido, principalmente, à pressão de grandes grupos monopolistas, *nacionais e estrangeiros*, que viam no setor de telecomunicações, potencializado pelas transformações tecnológicas advindas com a microeletrônica, uma excelente nova fonte de ganhos e “vantagens competitivas”. Além dessas expectativas, a possibilidade de adquirir, *em condições facilitadas*, empresas já devidamente estruturadas e lucrativas, fez com que o capital nacional, devidamente associado a investidores estrangeiros, tomasse como seu o projeto governista. As críticas e resistências, localizadas e débeis, das indústrias domésticas pouco puderam contribuir ao fortalecimento da proposta sindical, imbricadas que já estavam aos projetos de internacionalização de grandes transnacionais, o que ocorria, vale ressaltar, de forma dependente e submissa.

O abandono das classes nacionais dominantes só poderia ter como resposta a organização de um forte movimento popular e progressista, coordenado em nível nacional pela CUT e FITTEL, e que fosse capaz de mobilizar trabalhadores e a população em geral em prol de bandeiras como a democratização dos sistemas públicos de serviço e a atenção prioritária, *antes de qualquer resguardo ao investimento privado*, à universalização das potencialidades oferecidas pela comunicação social. É certo que foram poucas as experiências na América Latina que conseguiram barrar a ânsia privatizante dos programas

neoliberais. O Uruguai foi um caso singular, no qual o movimento sindical organizado barrou a privatização através de plebiscito, embora sejam recorrentes formas de privatização periféricas. Mas, guardadas as devidas proporções, a situação uruguaia fornece indícios de que a pressão popular se torna uma arma importante no momento de decisões políticas mais amplas.

A luta institucional, isto é, o trabalho de convencimento e pressão realizado nas instituições de poder convencionais, somente é eficaz na medida em que vem acompanhado de legitimidade conquistada em meio aos setores, organizados ou não, de trabalhadores e da sociedade em conjunto. Igualmente, o impedimento das privatizações, cujas bases se encontram no âmago da configuração capitalista atual, de forma alguma seria alcançado através de decisões judiciais. Sequer atrasar a venda, e jogar a decisão a um possível futuro governo transformado, foi conseguido nessas tentativas.

A luta travada pelo SinTPq, de alcance mais regional e à busca de convencimento dos trabalhadores de sua base e de grupos organizados da sociedade à sua volta, foi muito dura, porém realizada com afinco e dedicação de seus integrantes, que possibilitaram um debate devidamente fundamentado e de profundo conhecimento sobre a situação e os rumos do setor, fazendo com que, por vezes, suas teses fossem repercutidas por todo país. A relevância que o sindicato assumiu no Estado foi ainda mais forte tendo em vista a apatia e relativa passividade do sindicato dos telefônicos de São Paulo, que, se por um lado não apoiou a privatização, por outro, pouco mobilizou sua grande base representativa em volta da defesa dos serviços públicos, o que, se realizado, teria maiores conseqüências, pois se tratava da base da maior e mais importante operadora estadual de telefonia do país.

A complementação de uma oposição consistente às reformas neoliberais necessitava de uma postura mais atuante das instâncias nacionais representativas dos trabalhadores. A Força Sindical, explicitamente associada aos pressupostos das reformas, tornava-se, em verdade, um obstáculo a essa oposição generalizada. Assim, o papel da CUT se mostrava ainda mais essencial, todavia, a central tendeu a evidenciar mais suas semelhanças do que suas diferenças com o sindicalismo de concertação social praticado pela FS. O que, de forma alguma, levou a CUT a defender o mesmo programa liberalizante, mas arrefeceu, visivelmente, a força de sua oposição de massas e suas estratégias de

confronto e mobilização da base, as quais, certamente, poderiam ter feito a diferença num momento de definição política mais acirrada.

Porém, não se pode ignorar que as condições objetivas nas quais o movimento de oposição se encontrava não eram estimulantes. O desemprego causado pelas reformas econômicas e sociais do neoliberalismo minou o poder de barganha dos sindicatos, fazendo com que os trabalhadores ficassem mais distantes da prática sindical. Por outro lado, as investidas das empresas através de reestruturações produtivas e reengenharias organizacionais abalaram o movimento na medida em que provocam, através da cooptação ideológica de trabalhadores, um individualismo avesso a mobilizações e organizações coletivas. A CUT e os sindicatos ligados ao setor de telecomunicações sentiram o peso dessa conjuntura ao combater a privatização, período que já vinha sendo caracterizado pelas derrotas de movimentos contestatórios e das greves. Nesse quadro, as teses da corrente hegemônica da CUT são uma resposta política, *entre outras*, a esses abalos, e que têm se mostrado limitadas na medida em que o participacionismo e o propositivismo pregados não resultam, no geral, na manutenção dos direitos conquistados, quão menos em melhorias de condições de trabalho.

Em suma, a situação analisada nos mostrou que, seja pela conjuntura política negativa, seja pela falta de trabalho de base do movimento sindical, especialmente a CUT, faltou à oposição fundamentar, de forma sólida, suas prática e legitimidade entre todos os trabalhadores e, assim, entre a sociedade em geral. Não que esta fosse uma tarefa simples, mas muito das energias e recursos existentes acabaram por ser despendidos em outras esferas.

No tocante à vertente governista, os discursos e documentos que procuravam criar uma “nova social-democracia” se mostraram, na verdade, muito próximos às políticas neoliberais, não só na forma, mas, sobretudo, no conteúdo. As linhas divisórias que separavam essa social-democracia da corrente neoliberal foram se apagando aos poucos e o que resta dessa junção tem pouca proximidade às premissas estabelecidas outrora. A social-democracia governista buscava diferenciar-se do modelo clássico dessa corrente política a partir da aceitação de pressupostos dos governos e órgãos internacionais que promoviam a mundialização da economia, assim como de “remédios neoliberais” para resolver os problemas do Estado. Aos poucos, a universalização de direitos e garantias ao trabalhador

foram sendo substituídas por novos lemas e conceitos, que, *na prática*, desvirtuam, por completo, a plataforma social-democrata mínima que seus próprios membros se colocavam.

O estudo do setor de telecomunicações pôde nos evidenciar exemplos nesse sentido. Ainda no início da formação de seu partido, FHC afirmava que “do ponto de vista da social-democracia, a igualdade de acesso à informação e aos meios de comunicação é tão essencial para a democracia, no mundo de hoje, quanto o pluralismo partidário e eleições livres”⁵⁶⁰. A regulamentação que se buscou concretizar no novo contexto após a privatização trazia como promessa essa *igualdade de acesso*, que consistiria na universalização dos serviços para toda a população. Algumas das ferramentas utilizadas para organizar o setor nesse novo molde eram interessantes e abarcavam oportunidades de desenvolvimento qualitativo. Mas todas padeciam de um limite estrutural: buscavam a “*igualdade de acesso*”, *a universalização de serviços ao mesmo tempo em que prometiam o livre jogo do mercado e da concorrência empresarial para solucionar as principais demandas existentes*.

Seria incorreto dizer que a privatização não provocou a relativa melhora e maior oferta de serviços e produtos. Estranho, na verdade, seria se isso não ocorresse, haja vista as novas fontes de acumulação de capital que se abriam. A questão primordial, contudo, é diversa: é saber *a forma pela qual se realiza esse crescimento, isto é, quem mais se beneficia, quem está alheio e alijado do processo e de que forma ele é sustentado*. Procuramos mostrar no último capítulo que esse desenvolvimento tem sido desigual e, em muitos casos, desfavorável à utilização efetiva e ampla da comunicação social pelo grosso da população. O resultado prático é uma extrema e comprovada *desigualdade de acesso*, que privilegia empresas, corporações e grandes consumidores em detrimento da população de baixa renda. Aqui sim, nada muito estranho, pois a ode ao consumidor acarreta necessariamente uma divisão entre os que seria bons e maus usuários. Aos primeiros, um mundo de novidades e oportunidades. Aos segundos, as formas precárias de uso e acesso à informação.

Outra questão importante envolve a decisão política tomada pelo governo a respeito da indústria e do segmento de ciência e tecnologia nacionais, tendo em vista aqui, mais especificamente, a área que corresponde ao setor de telecomunicações. No momento

⁵⁶⁰ FHC, *op. cit.*, 1990, p. 15

da privatização, a postura do governo foi clara, qual seja, não cabia ao país tentar acompanhar o desenvolvimento tecnológico estrangeiro, o que resultaria em prejuízos ao setor produtivo interno. Seria melhor, nessa visão, abrigar as grandes empresas e se tornar uma região executora de empreendimentos, para não dizer montadoras de produtos e aparelhos criados externamente.

Essa postura política encontra, evidentemente, base de sustentação se tomadas algumas insuficiências da estrutura produtiva nacional. Mas deve-se ressaltar que a proposta original de FHC se alterou, já que sua tese, no início da década de 1990, era “desenvolver nossa capacidade própria em ciência e tecnologia e fortalecer a indústria brasileira para torná-la mais competitiva, aqui dentro e no mercado externo”⁵⁶¹. Ora, por quê então “se desfazer” do potencial já construído, por exemplo, através do CPqD? No mesmo documento, o ex-presidente dizia que o “governo, junto com pesquisadores, técnicos e empresários, tem que escolher ramos nos quais temos condições mais favoráveis, e concentrar os recursos neles”⁵⁶². Por mais deficiências que podiam existir no sistema nacional de telecomunicações, se tomarmos como critério a assertiva acima, a pesquisa interna que se desenvolveu no setor foi umas das poucas no país que pôde acompanhar em diversos momentos tudo o que de mais avançado se criava no mundo. Mesmo num quadro companhias privatizadas, o governo quase nada fez para estruturar garantias sólidas para a continuação das atividades do CPqD e o relegou à sobrevivência no mercado, algo singular se comparado a demais experiências internacionais, nas quais há a manutenção de pesquisa própria, financiada pelo Estado, mesmo que vinculada a empresas privadas. As escolhas do governo, que minaram a preservação da pesquisa de ponta nacional, mostram que o escopo básico da “reestruturação das telecomunicações” já se voltava muito mais *ao negócio* que poderia ser feito do que a qualquer projeto de desenvolvimento. Num misto de escolhas próprias e de pressão de forças internacionais, as elites e o governo decidiram que, tendo em vista a grande rede de terceirização que se constrói com a mundialização da economia, caberia ao país o papel de “nação subcontratada”, com toda carga de conseqüências que essa posição acarreta.

⁵⁶¹ Ibid., p. 20.

⁵⁶² Ibid., p. 22.

'Virtuais' possibilidades e seus limites

O futuro das telecomunicações no Brasil e no mundo é marcado por grande imprevisibilidade. Se, de um lado, inúmeras tecnologias vão sendo criadas, principalmente através das infinitas potencialidades de comunicação que surgem com a internet, por outro, o poder histórico das grandes empresas tem limitado o alcance dessas novidades.

Na visão de Sbragia *et al.*, acompanhando as teses de J. Stiglitz, mesmo que o debate ideológico a favor do liberalismo tenha forçado a privatização das empresas, foram as transformações tecnológicas que quebraram a dominação dos monopólios dos Estados, tidos como naturais, e imputaram novas características ao cenário mundial. Os computadores, os *softwares*, a fibra ótica, a televisão digital, em suma, os mecanismos que possibilitaram a convergência entre a informática e as telecomunicações, criaram um novo ambiente para o setor, propício à competição entre várias empresas, fazendo com que “a máxima da ‘destruição criadora’ de Schumpeter” tivesse um enorme “campo de ilustração concreta”.⁵⁶³ Contudo, os autores lembram que, devido ao *boom* desses novos produtos, muitas empresas foram criadas a partir de uma superdimensionamento da capacidade dos mercados e, em pouco tempo, a bolha financeira formada por esses negócios estourou levando consigo grandes companhias que disponibilizavam tecnologia de ponta⁵⁶⁴.

Crítico a essa visão, M. Wohlers afirma que, ainda que a convergência tecnológica seja essencial para se entender o processo, a redefinição do modelo institucional não deriva somente de novas tecnologias, mas de uma pressão deliberada de grandes usuários e da crescente internacionalização das redes de telecomunicações.⁵⁶⁵ Como tentamos apontar ao longo deste estudo, a tecnologia em si só ganha efetividade a partir de relações sociais que são estabelecidas por pressões políticas cuja força e direção estão sendo originadas pelo interesse exacerbado de grandes grupos transnacionais em novas fontes de acumulação. Jogar a responsabilidade para as alterações de padrões tecnológicos é também ignorar que a própria técnica é fruto de implicações dos conflitos de

⁵⁶³ Cf. Roberto Sbragia *et al.* “Panorama setorial em telecomunicações”, in R. Sbragia & V. Galina, *Gestão da inovação no setor de telecomunicações*, São Paulo, PGT/USP, 2004, p.7-8.

⁵⁶⁴ São exemplos as falências da Crossing, Viatel e WorldCom, esta que seria “a maior falência registrada na histórica do capitalismo”, a qual, com 98% de sua capacidade estando ociosa, falsificou estatísticas e balanços para enganar o grande público (Cf. *ibid.*, p. 9-10).

⁵⁶⁵ Cf. M. Wohlers, *op. cit.*, 1994, p. 293.

classe, que geram novas oportunidades ao mesmo tempo em que restringem o potencial transformador das mesmas.

A questão mais importante que se coloca ao futuro é se essa enormidade de novas ferramentas irá desembocar em oportunidades de comunicação de amplitude universal. Até que ponto a suposta “destruição criadora” reverterá a tendência de concentração do setor, que, por sinal, pouco tem sido alterada durante todos esses anos? Parece estarmos mais próximos, na verdade, de uma “produção destrutiva”, como indicou Mészáros, até porque, se pensarmos as condições da força de trabalho, como indicamos no último capítulo, o incremento tecnológico vem simultaneamente à degradação e desqualificação do trabalhador.

Essa discussão envolve questões que estão além dos objetivos do trabalho aqui apresentado, como, por exemplo, qual o raio de ação dos governos para limitar a atividade monopólica das operados privadas, ou mesmo, qual a capacidade de implementação de projetos voltados ao verdadeiro atendimento universal da população e à inclusão digital.

Muitas dessas questões estão em aberto e não podem ser simplesmente consideradas inviáveis, tendo em vista as mudanças das correlações de força existente no mundo político institucional e no seio da sociedade.

Por ora, podemos traçar alguns elementos básicos que colocam sérias dúvidas sobre o poder de “transformação social” dessas novas tecnologias, devido a estarem, em última instância, atreladas à nova fase de acumulação capitalista, notadamente excludente. A regra, nesse contexto, tem sido a possibilidade de serviços modernos e mais econômicos para grandes usuários, devidamente conectados às redes virtuais, em detrimento de um vasto contingente de pessoas alheias a esse processo.

Um fato corrente é que, mesmo com o surgimento de novos mecanismos, as empresas de telecomunicações tradicionais ainda desempenham um poder muito grande face às demais, pois a estrutura física que possuem, espalhada por todos os lugares, lhes concede uma vantagem muito importante, até para se inserirem nos novos serviços que vão surgindo. Assim, mesmo ferramentas que se criam com a internet, por exemplo,

necessitam, para boa parte das funções, estarem ligadas às redes físicas da telefonia tradicional, o que limita a independência desses novos empreendimentos.⁵⁶⁶

A tecnologia que mais se difunde pela rede de computadores é a VoIP, sigla para *Voicer over Internet Protocol*, isto é, a comunicação de voz ocorre através da internet o que, em teoria, elimina o espaço e o tempo como critérios tarifários. Atualmente, pode-se facilmente estabelecer uma comunicação de voz entre quaisquer partes do mundo, pagando-se apenas tarifas locais.

Como as inovações são recentes, as regulamentações sobre esses serviços são mínimas, e o futuro dessas experiências ainda é incerto. Possivelmente, como as operadoras tradicionais passam a entrar no jogo, há a tendência de uma nova concentração econômica.

Por outro lado, o grande obstáculo a essas novas tecnologias é que, pelo menos até então, é requisito mínimo para o uso das mesmas o acesso a computadores, a provedores de *banda larga* e a provedores de VoIP, os quais, em muitos casos, são produtos das mesmas operadoras de telefonia ou empresas de televisão a cabo. Isto significa que, para fazer uso desse mecanismo e cortar gastos, um alto investimento é necessário, seja na aquisição do *hardware*, seja na assinatura de provedores.

A consequência principal desse movimento é que, mais uma vez, ele tem sido positivo somente aos segmentos que conseguem arcar com esses altos custos. Assim, os serviços de VoIP tem se limitado às empresas que possuem equipamentos e meios que as permitem quanto mais usar, mais economizar.

No Brasil, apenas 6,7 entre 100 habitantes têm acesso à banda larga, o que dá mostras das insuficiências desse formato quando se pensa em universalização da comunicação. E pior, analistas já vêem aí uma saturação do mercado, pois, tendo em vista renda nacional e custos do serviço, poucas parcelas da população podem se somar a esse grupo⁵⁶⁷. A inclusão digital e universal, nesse caso, viria somente com esforços do Estado.

O quadro a ser revertido é sério e dificilmente será resolvido pela lógica do mercado. Basta dizer que somente 16,6% dos domicílios brasileiros possuem computadores

⁵⁶⁶ Luis Cusa (“Em defesa das pequenas”, Teletime, nº 85, jan/fev 2006, p .40) aponta indícios de formação de cartel na telefonia fixa e o poder que as empresas maiores têm mesmo nos novos mercados que se abrem. Exemplifica afirmando que Telemar e Brasil Telecom, por exemplo, se utilizam de posição monopolista na telefonia fixa para “para alavancar o poder de mercado onde existe competição hoje, como na longa distância, na telefonia celular”.

⁵⁶⁷ Cf. ABT 2006.

enquanto um número mais reduzido, 12,4% desses aparelhos, tem acesso à internet ⁵⁶⁸. Em outra pesquisa, mesmo sendo verificado o aumento dos percentuais, foi constatado que 55% dos brasileiros com mais de dez anos jamais tiveram contato com um computador, enquanto 68% nunca fizeram uso da internet ⁵⁶⁹.

Os desafios do sindicalismo em telecomunicações

As transformações pelas quais passou o capitalismo nas últimas décadas do século XX, e que se acentuam na atualidade, resultaram em novas problemáticas para a ação sindical, principalmente quando se tem em vista o trânsito exacerbado do ideário neoliberal em boa parte dos governos. Em muitos casos, o quadro político anterior a essas mudanças abria espaços para a celebração de pactos com a classe trabalhadora, possibilidades que têm se tornado cada vez mais raras.

Imersos numa conjuntura negativa, muitos se vêem obrigados a atuar “propositivamente” por condições “menos piores” de trabalho. As conquistas estabelecidas outrora são trocadas por garantias de permanência em zonas, cada vez mais restritas, de estabilidade.

A emergência de empreendimentos voltados unicamente ao desenvolvimento do conhecimento e da informação na criação de produtos e tecnologias vem acoplada à reformulação de cadeias produtivas mundiais, cujos centros de decisão fixam-se em poucos países enquanto a um conjunto de nações são estipuladas as funções propriamente executoras, nas quais a precariedade da condição de trabalho é a regra e não a exceção.

O debate que presenciamos a respeito da emergência do que seria a “pós-grande indústria”, na qual se encaixariam, por exemplo, os núcleos de pesquisa e controle de empresas de telecomunicações, nos parece interessante para se pensar algumas dessas mudanças qualitativas operadas pelo sistema, mas que só ganham correspondência na realidade concreta se vinculadas ao desenvolvimento desigual e combinado do processo, que se mantém preso às limitações da estrutura capitalista de dominação, na qual se mostram imbricadas as potencialidades do trabalho vivo, físico ou intelectual, e dos

⁵⁶⁸ Cf. IBGE – PNAD 2004.

⁵⁶⁹ “Computador não atinge 55% dos brasileiros”, *Folha de São Paulo*, 25/11/2005.

sistemas de máquinas informatizados. Assim, a precariedade de grande parte da força de trabalho é simultânea ao desenvolvimento tecnológico e à alta qualificação de pequenos núcleos.

A privatização das companhias estatais de telecomunicações inaugurou um período de grandes metamorfoses para os sindicatos no Brasil, principalmente pelo fato de essas entidades terem sido criadas e desenvolvidas tendo como interlocutor o Estado. O forte poder de mobilização e barganha alterou-se por completo. As novas empresas, se valendo até mesmo de “negociadores profissionais” (por sinal, que também são subcontratados) buscam trazer para o seu lado – à sua maneira, logicamente - os dirigentes sindicais, ou seja, tentam transformá-los em gestores de empreendimentos que visam ao lucro e à competitividade.

Pode-se dizer que a prática da terceirização, com a criação de redes complexas de subcontratação, tem se mostrado a principal arma empresarial para minar o poder sindical e dotar de “flexibilidade” as negociações, contratos, admissões, desligamentos, em suma, o manejo da força de trabalho. A heterogeneidade da classe trabalhadora, nesse novo contexto, é notadamente distinta das divisões anteriormente existentes e, abalados pelas conseqüências do neoliberalismo e acostumados à verticalidade da produção, os sindicatos têm encontrado muitas dificuldades para lidar com essa nova fragmentação.

A miríade de empresas que são criadas e colocadas na mesma cadeia produtiva das telecomunicações, através da terceirização de atividades e serviços, é marcada, na quase totalidade dos casos, pela preeminência de uma grande operadora que, vale ressaltar, age, principalmente no tocante à telefonia fixa, de maneira monopolista em seu mercado. Essa situação é emblemática para se entender os processos produtivos atuais, nos quais a descentralização ocorre tão somente na execução de tarefas e serviços, enquanto a gestão e o mando permanecem centralizados.⁵⁷⁰ As desigualdades também estão presentes na formas de emprego, já que núcleos de trabalhos altamente qualificados convivem com a precariedade de contratos e condições de trabalho.

O futuro da ação sindical parece passar, cada dia mais, pela renovação de estratégias que fortaleçam o sentimento de coletividade e o enraizamento político no seio

⁵⁷⁰ Aspecto trabalhado por S. Oliveira, que exemplifica em sua pesquisa essa tendência a partir da atuação da Telefônica em São Paulo.

da classe trabalhadora, o que não exclui - ao contrário, pode mesmo exigir - a mobilização em torno de projetos de transformação social.

Bibliografia

ABREU, A. & SORJ, B. “Subcontratação e trabalho a domicílio”, in RAMALHO, R. & Martins, H. {Orgs.}, *Terceirização: diversidade e negociação no mundo do trabalho*, São Paulo, Hucitec, 1994.

ALBUQUERQUE, A. *Fantasia tecnológica: Reflexões sobre o CPqD da modernidade*. Campinas (SP), FITTEL; SINTTEL – DF; SinTPq, 2000.

ALMEIDA, M. H. “Negociando a Reforma: a privatização de empresas públicas no Brasil”, in *Dados*, vol.42, no.3, 1999, p.421-51.

_____. *La política de la privatización de las telecomunicaciones en Brasil*, disponibilizado em <www.fflch.usp.br/dcp/docentes/almeida/a_p_poli.rtf>, s/d.

ALMEIDA, Ivana L. “Adeus ao sindicato? O sindicalismo diante das transformações no mundo do trabalho: o caso do setor de telecomunicações do Paraná”, *paper* do XII Congresso Brasileiro de Sociologia, Belo Horizonte, 2005.

AMORIM, Henrique. *Teoria social e reducionismo analítico: para uma crítica ao debate sobre a centralidade do trabalho*. Dissertação de Mestrado, IFCH, Unicamp, 2001.

ANDERSON, Perry. “Balanço do Neoliberalismo”, in *Pós-Neoliberalismo*, SADER, E. & GENTILI, P. (Orgs.), Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1955.

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: Ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho*. São Paulo, Boitempo, 2002.

_____. *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo, Cortez; Campinas, Ed. da Unicamp, 2000.

_____. *A desertificação neoliberal - (Collor, FHC e Lula)*, Campinas, Autores Associados, 2004.

ARAÚJO, Silvia Maria. “A ação sindical no contexto político da privatização das telecomunicações no Brasil”. In: *Scripta Nova* Revista Eletrônica de Geografia y Ciencias Sociales, Vol. VI, nº 119(100), agosto de 2002.

ARAÚJO, M. *et al.*, “O sindicalismo e o movimento do capital: bancários, metalúrgicos e telefônicos no Paraná/BR”, *paper* do VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, Coimbra, Portugal, setembro de 2004.

ARCHER, Renato. “Embratel introduz telecomunicações brasileiras no mercado internacional”, in *Perspectivas para o setor de telecomunicações*, Rio de Janeiro, Telerj; Sinttel-RJ, 1993.

ARTUR, Karen. “O TST e os doutrinadores jurídicos como agentes de novas noções contratuais do trabalho: um estudo sobre a terceirização”, *paper* apresentado no XII Congresso Brasileiro de Sociologia, Belo Horizonte, 2005.

BALBONI, Mariana Reis. *Lês politiques de télécommunications brésiliennes. Phase d'implantation de l'accès universel*, Mémoire, Maître ès sciences, Université de Montreal, 1999.

BARGAS, Osvaldo. “Novas estratégias do capitalismo e o movimento sindical”, in in RAMALHO, R. & Martins, H. {Orgs.}, *Terceirização: diversidade e negociação no mundo do trabalho*, São Paulo, Hucitec, 1994.

BENSAÏD, Daniel. “O domínio público contra a privatização do mundo”, in *Revista Outubro*. nº 10, 2004.

BERNARDO, João. *Transnacionalização do Capital e fragmentação dos trabalhadores – Ainda há lugar para os sindicatos?*, São Paulo, Boitempo, 2000.

BEYNON, H. “O sindicalismo tem futuro no século XXI?”, in SANTANA; M.A. e RAMALHO, J. R., *Além da fábrica – trabalhadores, sindicatos e a nova questão social*, São Paulo, Boitempo, 2003.

BIHR, Alain. *Da grande noite à alternativa: o movimento operário europeu em crise*. São Paulo, Boitempo, 1999.

BIONDI, A. *O Brasil privatizado: Um balanço do desmonte do Estado*. São Paulo, Perseu Abramo, 2001.

BOITO JR., Armando. *Política neoliberal e sindicalismo no Brasil*. São Paulo, Xamã, 1999.

_____. “Neoliberalismo e relações de classe no Brasil”, *Revista Idéias*, ano 9 (1), 2002.

_____. “Reforma e persistência da estrutura sindical brasileira”, in RODRIGUES, Leôncio & Boito Jr., A. {Orgs.}, *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991.

_____. “A crise do sindicalismo”, in SANTANA; M.A. e RAMALHO, J. R., *Além da fábrica – trabalhadores, sindicatos e a nova questão social*, São Paulo, Boitempo, 2003.

BOLAÑO, C. *Políticas de comunicação e economia política das telecomunicações no Brasil – convergência, regionalização e reforma*. Departamento de Economia, UFSE, Aracaju. Fevereiro de 2003. Disponibilizado em <www.eptic.he.com.br>.

BORGES, Marlene. *Os impactos da reestruturação produtiva sobre o mercado de trabalho no setor de telecomunicações: o caso da empresa CTBC*, Dissertação de Mestrado, UFU, Uberlândia, 2000.

BORGES NETO, João Machado. *Sobre o significado da Lei do Valor*. Trabalho apresentado no VII Encontro Nacional de Economia Política (disponibilizado em <www.sep.org.br>, acessado em 01/06/2005).

BORÓN, Atílio. “A sociedade civil depois do dilúvio neoliberal”, in SADER, E. & GENTILI, P. (Orgs.), Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1955.

BRAGA, Rui. “Luta de classes, reestruturação produtiva e hegemonia”, in KATZ, Cláudio; BRAGA, Ruy; COGGIOLA, Osvaldo. *Novas tecnologias: Crítica da atual reestruturação produtiva*. São Paulo, Xamã, 1995.

BRENNER, R. “A crise emergente do capitalismo mundial: do neoliberalismo à depressão?”, in *Revista Outubro*, nº 3, 1999.

CARDOSO, F. H. *A social-democracia – o que é, o que propõe para o Brasil*, 1990, acessado em <www.psdb.org.br>.

CARVALHO, Vanderlei Souza. *Imprensa e neoliberalismo no Brasil (1995-1998): o posicionamento da revista Veja no primeiro governo FHC*, Dissertação de Mestrado, IFCH, UNICAMP, 2004.

CASTEL, R. “Centralidad del trabajo y cohesión social” in CARPINTERO, E. & HERNÁNDEZ, M. (Orgs.) *Producindo realidade, las empresas comunitarias*, Buenos Aires, Topia Editorial, 2002.

CAVALCANTE Jr., Ophir. *A terceirização das relações laborais*. São Paulo, Ltr., 1996.

CHESNAIS, F. *A mundialização do capital*. São Paulo, Xamã, 1996.

CLARKE, Simon. “Crise do Fordismo ou Crise da Social-Democracia?”, in *Lua Nova*, nº24, setembro de 1991.

CORIAT, B. *A revolução dos robôs*. São Paulo, Busca Vida, 1989.

COSTA, Maria da. *Telecomunicações no Brasil: A trajetória de uma política tecnológica (1962-1987)*. Dissertação de Mestrado, IFCH, Unicamp, Campinas, 1991.

CROSSETTI, Pedro. *Serviços de telecomunicações no Brasil: evolução histórica e tecnológica*. Dissertação de Mestrado, Instituto de Economia, Unicamp, Campinas, 1995.

CUNHA, Sebastião F. *A reestruturação produtiva na CTBC Telecom e os impactos para a organização de trabalhadores – o caso SINTTEL-MG*, Dissertação de Mestrado, UFU, Uberlândia, 2002.

DANTAS, Marcos. *A Lógica do capital informação*, Rio de Janeiro, Ed. Contraponto, 2002.

_____. “Da produção material à ‘virtual’: esboço para uma compreensão ‘pós-clássica’ da teoria do capital”, in TAPIA, Jorge & RALLET, Alain (Orgs.). *Telecomunicações, desregulamentação e convergência tecnológica: Uma análise comparada*. Campinas, Instituto de Economia, Unicamp. Coleção Pesquisas, nº 2, 1999.

_____. “Informação e Trabalho no Capitalismo Contemporâneo”, in *Lua Nova*, nº 60, 2003.

_____. “Como se vendeu o Brasil”, <http://www.indecs.org.br/grampos.doc>, 1999.

DIAS, Edmundo & BOSI, Antonio “Estado, capital, trabalho e organização sindical: a (re)construção das classes trabalhadoras no Brasil”, *Revista Outubro*, nº 12, 2005.

DIEESE, *As negociações coletivas e o emprego no setor de telecomunicações (1993-2001): um olhar sobre a privatização dos serviços*, maio de 2002.

DRUCK, M. G. *Terceirização: (des)fordizando a fábrica*. Salvador, ed. da Universidade Federal da Bahia; São Paulo, Boitempo Editorial, 1999.

FARIA, Aparecido. “Terceirização – Um desafio para o movimento sindical”, in in RAMALHO, R. & Martins, H. {Orgs.}, *Terceirização: diversidade e negociação no mundo do trabalho*, São Paulo, Hucitec, 1994.

FAUSTO, Ruy. “A ‘pós-grande indústria’ nos *Grundrisse* (e para além deles)”, in *Lua Nova*, nº 29, 1989.

FERRAZ, M. “Igualdade, desigualdade e diferença: desafios para o sindicalismo paranaense frente à pulverização dos acordos trabalhistas”, *paper* do XII Congresso Brasileiro de Sociologia, Belo Horizonte, 2005.

FERREIRA, Fernando X. “Mercado e operadoras brasileiras - balanços e perspectivas”, in Plaza, C. & Wohlers, M. *Informe Anual do Setor de Telecomunicações*. São Paulo, CELAET, 2000.

FIORI, José Luís. *Os moedeiros falsos*. Petrópolis, Vozes, 1988.

FORÇA SINDICAL, *Um projeto para o Brasil: a proposta da Força Sindical*, São Paulo, Geração editorial, 1993.

FRANÇA, Teones Pimenta de. “A lógica do pacto: do ABC paulista para Brasília”, *Revista Outubro*, nº 8, 2003.

GALVÃO, Andréia. “A CUT na encruzilhada: impactos do neoliberalismo sobre o movimento sindical combativo”, *Revista Idéias*, ano 9 (1), 2002.

_____. *Neoliberalismo e reforma trabalhista no Brasil*. Tese de Doutorado, IFCH, UNICAMP, 2003.

GOLDMANN, Lucien. *Dialética e cultura*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

GONZÁLEZ, Cecília Senen. “Privatización, relaciones laborales y respuesta sindical en el sector de telecomunicaciones: el caso de Argentina”, in CASTRO, M. S. P. & WACHENDORFER, A. (Orgs.), *Sindicalismo y globalización: la dolorosa inserción en un mundo incierto*. Editorial Nueva Sociedad, 1999.

- GORDINHO, M. C. (Org.). *Telecomunicações: memória*. São Paulo, Marca D'Água, 1997.
- GORZ, André. *Adeus ao proletariado*, Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1982.
- GOUNET, Thomas. *Fordismo e toyotismo na civilização do automóvel*. São Paulo, Boitempo, 1999.
- GRACIOLLI, Edílson. *Um laboratório chamado CSN: greves, privatização e sindicalismo de parceria (a trajetória do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda – 1989/1993)*, Tese de Doutorado, IFCH, UNICAMP, 1999.
- GRACIOLLI, E. & SILVA, S. “Os novos paradigmas do trabalho e a mutação do sindicalismo”, *paper* disponibilizado em <www.sep.org.br>.
- HADDAD, F. *Em defesa do socialismo: por ocasião de 150 anos do Manifesto*. Petrópolis, Vozes, 1998.
- HADDAD, F. *et al.*, *Sindicatos, cooperativas e socialismo*, São Paulo, Perseu Abramo, 2003.
- HARVEY, David. *A condição pós moderna*, São Paulo, Loyola, 1992.
- HAYEK, F. *O caminho da servidão*. São Paulo, Globo, 1977.
- HERSCOVICI, Alain. “Sociedade da Informação e Novas tecnologias da Informação e da Comunicação: uma análise em termos de economia política”. Trabalho apresentado na IV Jornada de Economia Política, disponibilizado em <www.sep.org.br>, acessado em 17/05/2005.
- HYMAN, R. “Los sindicatos y la desarticulación de la clase obrera”, *Revista latinoamericana de estudios de trabajo*, ano 2, nº 4, 1996.
- KATZ, Cláudio. “Evolução e crise do processo de trabalho”, in KATZ, Cláudio; BRAGA, Ruy; COGGIOLA, Osvaldo. *Novas tecnologias: Crítica da atual reestruturação produtiva*. São Paulo, Xamã, 1995.
- LESSA, Carlos. *A estratégia de desenvolvimento 1974/76; sonho e fracasso*. Campinas, UNICAMP, Instituto de Economia, 1998.
- LESSA, Sérgio. “Trabalho imaterial, classe expandida e revolução passiva”, in *Crítica Marxista*, nº 15, 2002, p.107-26.
- MANDEL, E. *O capitalismo tardio*, São Paulo, Abril Cultural, 1982.
- MANTEGA, Guido. *A economia política brasileira*, Vozes, RJ, 1985.

- MARCELINO, Paula. *A logística da precarização*, São Paulo, Expressão Popular, 2004.
- MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*, livro I, trad. de Reginaldo Sant'anna. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira., 2001.
- _____. *Líneas fundamentales de la critica de la economía política (Grundrisse)*, Barcelona, Grijalbo, 1978.
- _____. *Capítulo sexto inédito de O Capital*. São Paulo, Moraes, 1986.
- MEDEIROS, Luis Antônio. “Alternativas para o sindicalismo: revendo conceitos e prática”, in VELLOSO & RODRIGUES (Orgs.). *O Futuro do Sindicalismo*. São Paulo, Nobel, 1992.
- MENARDI, Fabrício. *O centro de pesquisa e desenvolvimento da Telebrás frente à reforma no setor de telecomunicações no Brasil*, Dissertação de Mestrado, Campinas, IG, UNICAMP, 2000.
- MENDONÇA, Sônia & FONTES, Virgínia. *História do Brasil Recente – 1964 – 1980*. São Paulo, Ática, 1988.
- MÉSZÁROS, István. *Para além do capital*, São Paulo, Boitempo; Campinas, Editora da Unicamp, 2002.
- _____. *O século XXI: socialismo ou barbárie?* São Paulo, Boitempo Editorial, 2003.
- MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES. *As telecomunicações e o futuro do Brasil – flexibilização do modelo atual*. Abril de 1995, disponibilizado em <www.anatel.gov.br>.
- MORAES, Reginaldo. *Neoliberalismo: De onde vem, para onde vai?* São Paulo, ed. SENAC, 2001.
- MORRIS-SUZUKI, Tessa. “Robots and capitalism”, in DAVIS, J. *et al.* (org), *Cutting edge*, London/ New York, Verso, 1997.
- LARANGEIRA, Sônia M. G. “From telephone to information: restructuring in the telecom industry – Brazil and the Unites States”. *Paper do XXIV International Congress of the Latin American Studies Association*, in Dallas, Texas, Março 27-29, 2003.
- LEAL, Sayonara. *Os movimentos em torno da queda do monopólio estatal no sistema de telecomunicações no Brasil: a evolução do setor nos anos 80 à Lei Geral de Telecomunicações (LGT)*. Monografia, UFS, 2000.
- LEIRIA, Jerônimo Souto. *Terceirização*. Porto Alegre, Sagra-DC Luzatto, 1992.
- LEIRIA, J. S.; SOUTO, C. F.; SARATT, N.D. *Terceirização passo a passo – O caminho para a administração pública e privada*. Porto Alegre, Sagra-DC Luzatto, 1992.

- LOCKE, John. *Segundo tratado sobre o governo*, São Paulo, Abril Cultural, 1973.
- LOJKINE, J. *A revolução informacional*. São Paulo, Cortez, 1995.
- OFFE, Claus. “Trabalho como Categoria Sociológica Fundamental?” in *Trabalho e sociedade*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, vol.I, 1989.
- OLIVEIRA, André Garcia de. *Aspectos políticos, econômicos e ideológicos da reforma econômica da década de 90 (1990-2000): uma revisão do processo de desnacionalização*. Dissertação de Mestrado, IFCH, UNICAMP, 2004.
- OLIVEIRA, Eurenice. *Toyotismo no Brasil: desencantamento da fábrica, envolvimento e resistência*. São Paulo, Expressão Popular, 2004.
- OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica da razão dualista*. São Paulo, Boitempo, 2003.
- OLIVEIRA, Marco Antônio. “Notas sobre a crise do novo sindicalismo”, *São Paulo em Perspectiva*, vol. 12, nº 1, 1998.
- OLIVEIRA, Sirlei. *Reestruturação das Telecomunicações no Brasil: uma (re)visão das estratégias de gestão da produção e das relações de trabalho na cadeia produtiva*. Tese de Doutorado, FFLCH, USP, São Paulo, 2004.
- PEREIRA, B.; MARAVALL, J. M.; PRZEWORSKI, A. *Reformas econômicas em democracia novas – uma proposta social-democrata*, São Paulo, Nobel, 1996.
- PEREIRA FILHO, José. “A Embratel: da era da intervenção ao tempo da competição”, in *Revista de Sociologia e Política*, nº 18, junho de 2002, p. 33-47.
- PERSPECTIVAS para o Setor de Telecomunicações*. Transcrição de Seminário. Rio de Janeiro, Telerj; SINTTEL-RJ, 1993.
- POCHMANN, Márcio. *O emprego na globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu*. São Paulo, Boitempo Editorial, 2001.
- PRADO, Euletério. *Pós-grande indústria e neoliberalismo*. Artigo disponibilizado em <www.econ.fea.usp.br/euleterio>, acessado em 01/11/2004.
- _____. *Valor desmedido e desregramento do mundo*, Artigo disponibilizado em <www.econ.fea.usp.br/euleterio>, acessado em 01/11/2004.
- _____. *Pós-grande indústria: trabalho imaterial e fetichismo*. Artigo disponibilizado em <www.econ.fea.usp.br/euleterio>, acessado em 01/11/2004.
- PRATA, José; BEIRÃO, Nirlando; TOMIOKA, Teiji. *Sérgio Motta – O trator em ação*. São Paulo, Geração Editorial, 1999.

PRZEWORSKI, Adam. *Democracia e mercado* – no Leste Europeu e na América Latina. Rio de Janeiro, Relume, Dumará, 1994.

QUEIROZ, Carlos Alberto Soares. *Manual de terceirização*. São Paulo, 1995.

RAMALHO, R. “As diversas faces da negociação no meio sindical brasileiro”, in RAMALHO, R. & Martins, H. {Orgs.}, *Terceirização: diversidade e negociação no mundo do trabalho*, São Paulo, Hucitec, 1994.

RHODES, Sybil. *Crossed Wires? The privatization of public utilities and the rise of consumer movements in Latin America, 1985-2000: a case study of telecommunications* Dissertation, Stanford University, 2002.

RIBEIRO, Silvia. “Transgênicos: verdades y suposiciones”. ETC Group, novembro de 2004. Disponibilizado em <www.etcgroup.org/article.asp?newsid=488>, acessado em 01/08/2005.

RODRIGUES, Leôncio. *O destino do sindicalismo*, São Paulo, editora da USP e FAPESP, 1999.

ROMERO, Daniel. *Tecnologia, subsunção e fetiche no mundo do capital*, Dissertação de Mestrado, IFCH, Unicamp, 1999.
_____. *Em direção à ‘pós-grande indústria’? Ciência e produção dos Grundrisse de Marx*, 2001 (mimeo.).

RUDUIT, Sandro. “Relações interfirmas e emprego na rede de empresas: a experiência de externalização de uma empresa no setor de telecomunicações”, *Sociologias*, Porto Alegre, ano 4, nº 8, jul/dez 2002.

SANTOS, Milton & SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil: território e sociedade*. Rio de Janeiro, Record, 2001.

SAWAYA, Rubens. “Social-Democracia e a ‘humanização’ do Capital”, *paper* disponibilizado em www.sep.org.br, 2001.

SBRAGIA, Roberto *et al.* “Panorama setorial em telecomunicações”, in SBRAGIA, R. & GALINA, V., *Gestão da inovação no setor de telecomunicações*, São Paulo, PGT/USP, 2004.

SILVA, Givaldo Alves da. *Reestruturação produtiva e sindicalismo em empresas de telecomunicações: o caso Sercomtel S/A*. Dissertação de Mestrado, UNESP, Marília, 2003.

SILVA, Josué. *André Gorz: trabalho e política*, São Paulo, Annablume e Fapesp, 2002.

SOUZA, José dos Santos. *Trabalho, educação e sindicalismo no Brasil*, Campinas, Autores Associados, 2002.

TATTO, Jilmar. *CPI da Telefônica* – Limites das empresas privadas que prestam serviços públicos, novembro de 1999.

TRÓPIA, Patrícia. “A adesão da Força Sindical ao neoliberalismo”, *Revista Idéias*, ano 9 (1), 2002.

TRÓPICO ENCICLOPÉDIA ILUSTRADA, São Paulo, OESP; Maltese, s/d.

TUMOLO, P. *Da contestação à conformação*: a formação sindical da CUT e a reestruturação capitalista, Campinas, ed. da UNICAMP, 2002.

VAKALOULIS, M. “Acumulação flexível e regulação do capitalismo”, *Revista Outubro*, nº 4, 2000.

VIANNA, Gaspar. *Privatização das telecomunicações*, Rio de Janeiro, Notrya, 1993.

UCHIMA, Ricardo. *O processo de flexibilização das relações de emprego no setor de telecomunicações do estado de São Paulo*: o caso da empresa telefônica, CESIT/ DIEESE, 2005.

UNIEMP - CELAET, “Evolução do nível e perfil do emprego direto e indireto no setor de telecomunicações no Brasil”, São Paulo, 2002.

WOHLERS, Márcio. *Reestruturação, internacionalização e mudanças institucionais das telecomunicações*: lições das experiências internacionais para o caso brasileiro. Tese de Doutorado. Instituto de Economia, Unicamp, 1994.

_____. “A reforma do modelo de telecomunicações: o menu internacional e a opção brasileira”, in TAPIA, Jorge & RALLET, Alain (Orgs.). *Telecomunicações, desregulamentação e convergência tecnológica*: Uma análise comparada. Campinas, Instituto de Economia, Unicamp. Coleção Pesquisas, nº 2, 1999.

_____. “Desempenho recente das telecomunicações no Brasil”, in Plaza, C. & Wohlers, M. *Informe Anual do Setor de Telecomunicações*. São Paulo, CELAET, 2000.

WALTER, Jorge. “Privatización de las telecomunicaciones y relaciones laborales en América Latina”, *paper*, ANPOCS, 2003.

WOLFF, Simone. *O espectro da reificação em uma empresa de telecomunicações*: o processo de trabalho sob novos parâmetros gerenciais e tecnológicos, Tese de Doutorado, IFCH, Unicamp, 2004.

WOOD, Ellen. *As origens do capitalismo*, Rio de Janeiro, Zahar, 2001.

_____. *Democracia contra capitalismo*, São Paulo, Boitempo, 2003.

Outros Materiais

ATLAS BRASILEIRO DE TELECOMUNICAÇÕES (ABT) 2006, São Paulo, Ed. Glasberg.

ATLAS BRASILEIRO DE TELECOMUNICAÇÕES (ABT) 2005, São Paulo, Ed. Glasberg.

COMISSÃO ESPECIAL – Telecomunicações, Câmara dos Deputados, 7^o reunião, Audiência Pública, 19/03/1997.

ENTREVISTAS – Dirigentes SinTPq:

01 – 01/04/2005

02 – 01/04/2005

03 – 06/04/2005

04 – 14/04/2005

05 – 05/05/2005

06 – 12/05/2005

FOLHA DE SÃO PAULO, vários números.

SinTPq Informa, vários números.

RESOLUÇÕES DE CONGRESSOS - CUT E FITTEL, vários anos, disponibilizados em <www.fittel.org.br> e <www.cut.org.br>.

TELECOMUNICAÇÕES: Rumos e Perspectivas, Mesa Redonda, Unicamp, 13 de julho de 1998. Fita VHS, Centro de Comunicação da Unicamp.